



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

EDSON PAIVA SOARES NETO

**A FABRICALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS**

BELÉM/PARÁ

2020

EDSON PAIVA SOARES NETO

**A FABRICALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Andréa Bittencourt Pires Chaves.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos.

BELÉM/PARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S676f Soares Neto, Edson Paiva
 A FABRICALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS
 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS / Edson
 Paiva Soares Neto. — 2020.
 XVI, 215 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof^a. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves
 Pires Chaves

 Coorientação: Prof^a. Dra. Terezinha Fátima Andrade Monteiro
 dos Santos

 Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
 Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
 Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

 1. Instituições de Ensino Superior Privadas. 2. Gestão do
 trabalho. 3. Trabalho docente. 4. Fabricalização. I. Título.

CDD 301.55

EDSON PAIVA SOARES NETO

A FABRICALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Sociologia.

Data de aprovação: 27/03/2020

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Andréa Bittencourt Pires Chaves - PPGSA/UFPA (Presidente)
Orientadora - Universidade Federal do Pará

Prof^ª. Dr^ª. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos – PPGED/UFPA (Coorientadora)

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima – PPGS/UFSCAR (Examinador externo)

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva – PPGED/UFPA (Examinador externo)

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Ribeiro de Oliveira – PPGSA/UFPA (Examinadora interna)

Prof^ª. Dr^ª. Tania Guimarães Ribeiro – PPGSA/UFPA (Examinadora interna)

Prof^ª. Dr^ª. Edila Arnaud Ferreira Moura – PPGSA/UFPA (Examinadora interna - suplente)

Prof^ª. Dr^ª. Silvia dos Santos de Almeida – PPGSP/UFPA (Examinadora externa - suplente)

Às mulheres da minha vida, o meu amor e
gratidão: minha mãe, Maria do Rosário, minha
vó Déa Soares (*In memoriam*), minha esposa
Marcionilian e minhas filhas, Sophia e Pietra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Rei dos reis, soberano e maravilhoso pelo dom da vida, a saúde e perseverança na caminhada.

Grato a Prof^ª Dr^ª Andrea Andréa Bittencourt Pires Chaves pela atenção, apoio ao longo de todo percurso do Mestrado, Doutorado e orientação da tese.

Grato a Prof^ª Dr^ª Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos pelos valiosos aprendizados nas disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em Educação, por participação de minha banca de qualificação e, em especial como coorientadora desta tese.

Grato a Prof^ª Dr^ª Maria Angélica Alberto Espírito Santo, minha orientadora de mestrado, pela amizade e apoio na realização do Doutorado.

Meus agradecimentos aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia: Prof. Dr. Heraldo Maués, Prof^ª Dr^ª Denise Cardoso, Prof^ª Dr^ª Kátia Mendça, Prof^ª Dr^ª Maria Cristina Maneschy, Prof^ª Dr^ª Maria José Aquino, Prof^ª Tânia Ribeiro, Prof^ª Edila Moura e Prof^ª Dr^ª Daniela Ribeiro pela participação na banca de qualificação e os debates ao longo do curso.

Aos professores ministrantes de cursos e disciplinas: Prof. Dr Renan Freitas (UFAM), Prof. Dr. Jacob Lima (UFSCAR), Prof^ª Dr^ª Izabel Valle (UFAM) e José Vicente Tavares (UFRGS).

Aos técnicos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, especialmente a Rosângela dos Santos Borges, Paulo Roberto de Araújo Pinto (*in memoriam*), Edileuza Paes pela atenção, auxílio com as dúvidas e procedimentos administrativos.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação e aos professores pela oportunidade de cursar disciplinas, debater sobre a pesquisa em educação e conhecer outras referências de leituras.

O meu respeito e agradecimento a todos os professores que participaram da pesquisa.

Agradeço aos colegas do doutorado pela amizade, incentivo e contribuições no percurso da pesquisa.

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Reitoria, Direção de Instituto, professores e técnicos por autorizarem o meu afastamento para dedicação exclusiva à conclusão do Doutorado.

Aos colegas de trabalho da UFRA que contribuíram para a realização do doutorado, em especial o prof. Ailton Corecha com as orientações da técnica estatística.

Agradeço aos amigos pelo apoio: professores Wanúbya Campelo, João Paulo Loureiro, Elmecelli Moraes, Gilson Matos e Lenise Chagas.

Minha gratidão aos meus familiares pelo apoio, estímulo e amparo nos momentos difíceis e felizes, meus pais Maria do Rosário e Edson Júnior, meus irmãos Diego Chaves e Áttyla Chaves, minha vó Déa Soares (*In memoriam*), meus tios Adalberto Soares e Sílvia Soares, Nilton Peixoto e Andréa Peixoto e Anne Soares.

Minhas tias Raimunda Chaves, Maria do Amparo, Francisca Tocantins, Maria de Nazaré, Maria Antônia (tia Sônia) (*In memoriam*), meus primos, sobrinhos, sogros e cunhados.

Minha gratidão a minha esposa Marcionilian pelo apoio, paciência e encorajamento e minhas filhas Sophia e Pietra, minha fonte de alegria e amor.

Ouvi falar de um fogão a lenha, mas eu nunca vi um forno de homem.
"Eu não tenho lenha! Coloquem este advogado! Este advogado não
queima bem, precisa se secar! Olhe essa fumaça!" Oh Josué, do que
você está falando? Botões, sabonetes e que nos queimam nos fornos...

[...]

O silêncio é o grito mais alto.

[...]

Os girassóis se curvam diante do sol, mas se você os vê muito
inclinados, significa que estão mortos. Um serve, mas não é um servo;
servir é a arte suprema, Deus é o primeiro servidor; Deus é um
homem, mas não um servo dos homens.

Roberto Begnini em "A vida é bela" (1997).

RESUMO

Desde a década de 1990 a educação superior no Brasil vem passando por mudanças político-administrativas que estabeleceram um novo marco regulatório a constituição de Instituições de ensino superior (IES) privadas com fins lucrativos. Assim como tem impulsionado, por meio de fundo público, a expansão e domínio privado na oferta de serviços educacionais, cujas repercussões são identificadas com a adoção, pelas IES privadas, de técnicas e métodos empresariais norteados por ideologias de cunho empreendedor e gerencial, os quais priorizam a massificação, padronização, redução de custos e utilitarismo estritamente mercadológico da gestão do trabalho à prestação dos serviços. Em vista disso, adotou-se como objetivo de pesquisa: analisar o processo de poder e dominação sobre os trabalhadores docentes das instituições de ensino superior privadas no Brasil, destacando o momento de abertura do ensino superior para a iniciativa privada e as consequências sobre o trabalho, a carreira, as formas de lazer e saúde. Consideraram-se os seguintes objetivos específicos: discutir sobre a ofensiva do capital no âmbito da esfera estatal na condução das políticas educacionais; identificar e analisar quais os discursos e valores empresariais dos gestores do trabalho transmitidos pelas IES privadas aos docentes; destacar e analisar quais os métodos e técnicas produtivos usados pelas IES privadas no processo de dominação dos trabalhadores docentes e; examinar o processo de trabalho e suas repercussões nos trabalhadores docentes. Como hipótese defende-se o tipo fabricalização como expressão que remete à dominação do capital, circunscritas no movimento histórico das reformas estruturais do Estado neoliberal em matéria de trabalho, educação e ideologia produtivista e na adoção e adaptação pelas IES privadas de métodos e técnicas provenientes das experiências fabris e do sobretrabalho não-remunerado. Trata-se de pesquisa quanti-qualitativa nas IES privadas da capital paraense, com observação de campo de gestores educacionais de médio e alto escalão, realização de entrevistas e questionários (estatística descritiva) aos trabalhadores docentes e consulta a fontes documentais. Os resultados mostraram o aumento na intensidade e exigências profissionais das IES aos docentes: 1) disciplina com prazos e uso de indicadores de desempenho pelas IES; 2) maior dedicação e envolvimento nas atividades pedagógicas e institucionais; 3) Na “valorização” de atributos comportamentais que refletem na proatividade, postura empreendedora; 4) nas demais áreas da vida, os trabalhadores docentes: possuem baixa participação em movimentos sociais, vida restrita ao espaço profissional e familiar; suas formas de lazer restringem-se à própria casa (televisão, filmes e computador); a cerca da saúde, avaliaram-se com elevada ocorrência, respectivamente: de cansaço, problemas posturais e stress.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior Privadas. Gestão do trabalho. Trabalho docente. Fabricalização.

ABSTRACT

Since the 1990s, higher education in Brazil has undergone political and administrative changes that established a new regulatory framework for the establishment of private higher education institutions (HEIs) for profit. Just as it has driven, through a public fund, the expansion and private domain in the offer of educational services, whose repercussions are identified with the adoption, by the private HEIs, of business techniques and methods guided by entrepreneurial and managerial ideologies, which prioritize massification, standardization, cost reduction and strictly marketing utilitarianism from work management to service provision. In view of this, it was adopted as a research objective: to analyze the process of power and domination over teaching workers from private higher education institutions in Brazil, highlighting the moment of opening higher education to the private sector and the consequences on work, career, leisure and health forms. Thus, the following specific objectives were considered: to discuss the capital offensive within the scope of the state sphere in the conduct of educational policies; to identify and analyze what the business managers' speeches and values are transmitted by private HEIs to teachers; highlight and analyze which productive methods and techniques are used by private HEIs in the process of dominating teaching workers and; examine the work process and its repercussions on teaching workers. As a hypothesis, the type of fabrication is defended as an expression that refers to the domination of capital, circumscribed in the historical movement of structural reforms of the neoliberal State in matters of work, education and productivist ideology and in the adoption and adaptation by private HEIs of methods and techniques from the factory experiences and unpaid overwork. It is a quantitative and qualitative research in private HEIs in the capital of Pará, with field observation of middle and high-level educational managers, interviews and questionnaires (descriptive statistics) for teaching workers and consultation of documentary sources. The results showed an increase in the intensity and professional requirements of HEIs to teachers: 1) discipline with deadlines and use of performance indicators by HEIs; 2) greater dedication and involvement in educational and institutional activities; 3) In “valuing” behavioral attributes that reflect pro-activity, an entrepreneurial stance; 4) in other areas of life, teaching workers: they have low participation in social movements, life restricted to the professional and family space; their forms of leisure are restricted to their own home (television, films and computer); about health, they were evaluated with high occurrence, respectively: tiredness, postural problems and stress.

Keywords: Private Higher Education Institutions. Work management. Teaching work. Fabricalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Número de instituições de educação superior por organização acadêmica e categoria administrativa - Brasil - 2003-2018	69
Tabela 2 -	Evolução das matrículas da educação superior por categoria administrativa (público e privada) - Brasil (1994 - 2018).....	138
Tabela 3 -	Docentes das IES privadas no Brasil (Em exercício e Afastado) – 2003 a 2018	139
Figura 01 -	Número de filhos	28
Quadro 1 -	Características do modelo burocrático e a correlação com o trabalho docente – magistério superior	47
Quadro 2 -	Características dos tipos artesão intelectual e fabrilização intelectual	61
Quadro 3 -	Maiores grupos educacionais privados com fins lucrativos do Brasil	70
Quadro 4 -	A década de 1990 no Brasil: a cultura do management e a disciplinarização produtiva	81
Quadro 5 -	Características da Universidade pública e a Universidade operacional	124
Quadro 6 -	Perfil das IES privadas atuantes na capital paraense	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Perfil da pesquisa por idade	27
Gráfico 2 -	Perfil da pesquisa por raça	27
Gráfico 3 -	Perfil da pesquisa – estado civil	28
Gráfico 4 -	Renda familiar	29
Gráfico 5 -	Área de atuação	29
Gráfico 6 -	Tempo de formado na graduação	30
Gráfico 7 -	Titulação acadêmica e estágio de pós-doutorado.....	31
Gráfico 8 -	Realização do ensino superior	31
Gráfico 9 -	Custeio majoritário da graduação	32
Gráfico 10 -	Titulação acadêmica dos docentes das IES privadas no Brasil (Em exercício e afastado) – 2003 a 2018	141
Gráfico 11 -	Regime de trabalho dos professores	159
Gráfico 12 -	Turno de trabalho docente	161
Gráfico 13 -	Tempo de magistério	161
Gráfico 14 -	Tempo de vínculo na IES privadas	162
Gráfico 15 -	Docentes com outras ocupações profissionais	164
Gráfico 16 -	Carga horária em outra atividade	165
Gráfico 17 -	Principal motivo da escolha	166
Gráfico 18 -	Crítérios para a permanência dos docentes nas IES privadas	172
Gráfico 19 -	Trabalho docente e a carreira	175
Gráfico 20 -	Intensidade da exigência institucional em relação aos docentes	177
Gráfico 21 -	Atribuições e carga de trabalho	180
Gráfico 22 -	Atividades específicas versus carga de trabalho	182
Gráfico 23 -	Desenvolvimento profissional	185
Gráfico 24 -	Desenvolvimento profissional pago pelos professores	186
Gráfico 25 -	Dispensa da IES privada para participar desenvolvimento profissional	186
Gráfico 26 -	Reconhecimento social por ser docente	188
Gráfico 27 -	Pensa em abandonar a carreira?	189
Gráfico 28 -	Apoio familiar	190
Gráfico 29 -	Tempo dedicado por área da vida	192

Gráfico 30 - Participação do trabalhador docente em movimentos sociais	193
Gráfico 31 - Tipos de lazer	194
Gráfico 32 - Variáveis de saúde – docentes das IES privadas	198

LISTA DE SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Cedec	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CES	Câmara de Educação Superior
CF	Constituição Federal
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CV – Lattes	Currículo Lattes
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
EaD	Educação à distância
EJA	Educação de jovens e adultos
E - Mec	Sistema eletrônico de gerenciamento de informações
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Financiamento Estudantil
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
FMI	Fundo Monetário Internacional
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFet	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IGC	Índice Geral de Cursos da Instituição
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
MPs	Medidas Provisórias
NDE	Núcleo Docente Estruturante

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE	Lei da Parceria Público-Privada
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSol	Partido Socialismo e Liberdade
Prouni	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSU	Sistema de Informação Simplificado
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFs	Universidades Federais

Sumário

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Procedimentos metodológicos	18
1.2 Objetivos de estudo e hipótese de trabalho.....	19
1.3 População e amostra	20
1.4. Perfil dos trabalhadores docentes pesquisados	24
2 O DOMÍNIO DO <i>MANAGEMENT</i> E A LÓGICA DA FABRICALIZAÇÃO DAS IES PRIVADAS NO BRASIL: MERCADO, IDEOLOGIAS E ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO	33
2.1 A racionalidade burocrática de Max Weber e a fabricalização	38
2.1.1 A epistemologia de Weber	38
2.1.2 A racionalidade burocrática: sentidos e repercussões	41
2.1.3 A racionalidade burocrática e a “profissionalização administrativa” das Instituições de Ensino Superior brasileiras	44
2.1.4 A racionalidade burocrática e a fabricalização do trabalho docente	47
2.2 O <i>White - collar</i> de Mills e a fabricalização	52
2.2.1 Pensar o método e a ação: a imaginação sociológica e o artesão intelectual	52
2.2.2 A origem e a “profissionalização” dos <i>white-collars</i>	56
2.3 A Indústria cultural e a fabricalização	62
2.3.1 O pensamento de Theodor Adorno	62
2.3.2 A indústria cultural e o domínio do <i>management</i> na educação superior brasileira...	65
2.3.3 O <i>management</i> e a fabricalização do trabalho docente	74
2.4 A ciência dos managers e o novo espírito do capitalismo	77
3 A ORDEM NEOLIBERAL E O PROGRESSO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	84
3.1. O Estado neoliberal: fundamentos do pensamento político-econômico liberal .	85
3.1.1 Karl Marx: Estado, interesses e conflitualidade de classes	85
3.1.2 O pensamento liberal, a estratificação e a justiça social	92
3.2 Neoliberalismo: do caminho de dominação ao domínio de Estado	97
3.2.1 O novo (imperialismo) liberal.....	106
3.3 A ordem e o progresso do empresariamento na educação superior no Brasil	112
3.3.1 Governo Collor de Mello: <i>welcome to the game</i>	114
3.3.2 Governo Fernando Henrique Cardoso: <i>CEO of Brazil</i>	118
3.3.3 Governo Lula: carta ao mundo financeiro e ao povo brasileiro	126
3.3.4 Governo Dilma Rousseff e a volta às origens	148
3.3.5 Governo Michel Temer: a ponte para o futuro com o projeto do passado	135
3.4 O ensino superior privado no Pará: rumo à fabricalização da educação	142
3.4.1 O trabalho docente e a micropolítica neoliberal	148
4 . O TRABALHO: O SUJEITO, A CLASSE E O PROCESSO DE FABRICALIZAÇÃO.....	150
4.1 A disciplina do próximo semestre	150
4.1.1 A Sociologia, a disciplina e o trabalho	151
4.1.2. Do Trabalho disciplinado à disciplina no trabalho	153

4.1.3 A disciplina e a autonomia do trabalho docente nas IES privadas	156
4.1.4 A vivência e a fabricalização do trabalho docente nas IES privadas	159
4.1.4.1 Dados ocupacionais	159
4.1.4.2 - Atribuições e carga de trabalho	180
4.1.4.3 – Desenvolvimento profissional	183
4.1.4.5 – Carreira e status	188
4.1.4.6 – Participação em movimento social	192
4.1.4.7 – Lazer doente e a fabricalização	193
5 CONCLUSÃO	199
REFERÊNCIAS	205
APÊNDICES	229
APÊNDICE A - Questionário – trabalhador docente	-
APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	-
APÊNDICE C - Comunicação visual da pesquisa de campo.....	-
APÊNDICE D - IES privadas na capital paraense e a oferta de cursos presenciais.....	-

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, o Estado brasileiro vem passando por significativas mudanças com a implantação de reformas neoliberais, tais como as observadas na educação superior, quanto à expansão na oferta e acesso ao serviço educacional privado, sob prerrogativas de políticas de liberalização mercantil com a privatização e, em seguida a autorização, implantação e aumento, em número e domínio de instituições de ensino superior (IES) privadas, a financeirização com a abertura e aporte de capital financeiro-especulativo e; mercadorização sob a lógica de gerenciamento de custo, produção e massificação de serviços educacionais.

A racionalidade do capitalismo neoliberal na educação superior brasileira perpassa consequentemente, pela revisão das formas de entendimento sobre o papel da educação superior, dos ajustes nas políticas educacionais, das estratégias e ideologias de expansão dos serviços educacionais privados.

Essa expansão tem repercutido nas formas de gestão das IES privadas quanto às funções acadêmicas, administrativas e oferta de serviços educacionais, com uso de técnicas e métodos empresariais e o emprego de tecnologias informacionais utilizados para a “profissionalização” do trabalho docente.

No âmbito da expansão da educação superior, destacam-se contribuições críticas que abordam as alterações e influências político-ideológicas que conduziram o Estado brasileiro a adotar um novo marco regulatório no sistema educacional em questão e a rever as políticas de oferta e acesso ao ensino superior pelas instituições públicas e privadas, os quais remontam à discussão em torno da democratização ou massificação mercantil (MANCEBO, 2015; SAVIANI, 2010; SILVA JÚNIOR, 2003; SGUISSARDI, 2009).

O processo de neoliberalização e a cultura empresarial estão presentes no centro do debate educacional internacional e brasileiro e podem ser reconhecidos na mutação da identidade das universidades públicas, nos princípios norteadores e do sistema de avaliação da educação superior, no empresariamento da educação superior, nas reformas curriculares e apreensão do conhecimento como capital e suas especificidades presentes na lógica e pedagogia das competências e na teoria do capital humano (APPLE, 1994, 2005; CHAUI, 1999, 2001; FIDALGO *et al.*, 2007; FRIGOTTO, 1995, 2010; NEVES *et al.*, 2002; NUNES, 2012).

No “campo” do trabalho docente citam-se estudos realizados, que tiveram como base teórica a produção de Karl Marx e intelectuais marxistas, os quais abordaram a relação capital e trabalho, por meio das categorias da exploração, intensificação e precarização do trabalho docente nas IES públicas e privadas (SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009), mudanças nos

conteúdos e vínculos de trabalho, adoecimento do trabalhador docente, acumulação flexível e educação (REIS et al., 2006; ANTUNES, 2007), precarização do trabalho docente (OLIVERIA, 2004; BOSI, 2007; SANTOS, 2012).

De todo modo, considerou-se a possibilidade nesse estudo de estabelecer aproximações teóricas distintas de pensadores e correntes de pensamento, como exemplo, categorias que enfatizam a racionalidade, as relações de poder e dominação capitalista em diferentes áreas da vida social, tal como a categoria da burocracia de Max Weber.

Nesse sentido, tanto Marx quanto Weber permitem questionar a relação do Estado como forma legítima de controle social e de disputa de interesses diversos ou o processo de expansão do capital e a sofisticação de suas formas de apropriação do trabalho e da produção de bens físicos e culturais.

Torna-se instigante discutir o movimento complexo e dinâmico do capital e, em particular a gestão do trabalho, seja sob o viés de um melhoramento do próprio processo produtivo¹, seja sob a ótica da crítica às consequências psicossociais à implementação das referidas técnicas² e identificar como as teorias e práticas fabris foram e continuam sendo implementadas e adaptadas nos demais setores econômicos. Em destaque, o setor de serviços (terciário), que passou com a reestruturação produtiva do capital, a absorver um significativo contingente de trabalhadores em diferentes níveis de escolaridade, maior interligação entre os setores tradicionais (primário, secundário e terciário), o que deu origem a termos como: agroindústria, indústria de serviços e os serviços industriais e as novas técnicas de dominação do capital, que incidem desde o trabalhador fabril ao trabalhador do conhecimento, um professor, por exemplo.³

Assim, a reestruturação produtiva do capital salientou para uma interdependência não só econômica entre os setores, mas também uma convergência ideológica, de processo de trabalho e modelos de gestão.

Tais diferenciações mercadológicas alteraram as formas de dominação sobre o trabalhador-docente e geração de valor para as IES privadas, com o uso de formas aprimoradas

¹ Dentre alguns estudos destacam-se teóricos da administração como Frederick Taylor com o chamado “*the best way*” (a melhor maneira) e maior controle da intensidade de produção com a inclusão da esteira de rolagem de Henry Ford, Elton Mayo com a ênfase nas relações interpessoais e nos grupos sociais como fonte de aumento de produtividade; Taichi Ohno e o sistema de produção enxuto, denominado toyotismo.

² Citam-se as obras: A loucura do trabalho de Cristophe Dejours que retrata o sofrimento no trabalho industrial com a aplicação de técnicas tayloristas-fordistas, tais como: especialização por tarefa simples e repetitivas, controle de tempos e movimentos do operário, controle de tempo ocioso à produção, controle da intensidade do movimento e do trabalho. Controle disciplinar - prescritivo, ordenar como fazer; Fordismo e toyotismo de Thomas Gounet, o qual tece críticas a pragmática sofisticada de dominação instaurada com o toyotismo, pautado no uso intensificado das capacidades cognitivas dos trabalhadores.

³ ANTUNES, Ricardo. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. p. 16

de técnicas de gestão de negócios e de pessoal, da disseminação de ideologias de cooptação laborativa, típicas de ambientes de competição de mercado, cuja orientação fundamental é determinada pelo lucro e congêneres, a citar melhoramentos contínuos em redução de custos e de qualidade sob a tônica da eficiência e eficácia organizacional.

Torna-se relevante compreender as formas de valorização do capital no processo de empresariamento da educação superior e sua conexão com a relação de trabalho docente. Para isso, realizou-se a discussão sociológica que não se restringiu a uma abordagem setorial, quantitativa ou de uma única área do saber, mas também foram consideradas aproximações teóricas, epistemológicas e da pesquisa com as áreas da Educação, Economia, Administração Pública e Empresarial.

Os teóricos e signatários do *management* alcançaram um novo êxito com a dominação do capital sobre os trabalhadores docentes das IES privadas, e procuram refutar o emprego desta relação social como expressão exagerada, descontextualizada e inapropriada para pensar o trabalhador de serviço da educação superior marcado por um ambiente de incertezas, coerções e de exigências das IES privadas por maior qualificação e voluntarioso engajamento organizacional. Dessa aparente contradição sobressai a fabricalização do trabalhador docente das IES privadas.

1.1 Procedimentos metodológicos

A educação superior no Brasil desperta grande interesse financeiro e mercadológico. Conforme revelou os dados da Hoper⁴, empresa de consultoria especializada em educação superior e gestão profissional das IES privadas, o setor econômico em destaque movimentou R\$ 24 bilhões de reais em 2009, período marcado pelo incipiente processo de aquisições e fusões no mercado de ensino superior brasileiro, elevando-se para R\$ 56,5 bilhões em 2018 (SALATI, 2019).

A escolha da pesquisa sobre a fabricalização do trabalho docente baseou-se: 1) na expansão dos serviços privados de educação superior no Brasil com a primazia do interesse econômico; 2) A importante função social da educação superior na cultura, formação humana e profissional; 3) Pela organização de um sistema de ensino superior majoritariamente privatista

⁴ Disponível em: <http://extapps.mz-ir.com/rao/estacio/2010/interna.asp?i=0&pag=07&secao=1>. Acesso em 02 dez. de 2017.

e concentrado em grandes corporações: os 12 (doze) maiores grupos educacionais privados⁵ controlam 44% das matrículas dos estudantes em IES privadas) 4) A expansão do empresariamento e as repercussões sobre “profissionalização” do trabalho docente.

1.2 Objetivos de estudo e hipótese de trabalho

A pesquisa chama a atenção para o emprego das categorias fabrilização e trabalho docente, como formas de dominação das IES privadas, quanto aos quesitos: cooptação do trabalhador-docente, a condição de trabalhador presente no exercício da docência e as mudanças processadas na educação superior com a ofensiva do capital.

Diante dos aspectos elencados, a referida pesquisa apresentou como **problemática** o seguinte questionamento:

Como os métodos e técnicas de dominação sobre o trabalhador docente, refletem na fabrilização da educação pelas instituições de ensino superior - IES privadas?

A partir dessa questão norteadora foram elaborados os seguintes objetivos:

Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar o processo de poder e dominação sobre os trabalhadores docentes das instituições de ensino superior privadas no Brasil, destacando o momento de abertura do ensino superior para a iniciativa privada e as consequências sobre o trabalho, a carreira, as formas de lazer e saúde.

Objetivos Específicos:

1. Discutir sobre a ofensiva do capital no âmbito da esfera estatal na condução das políticas educacionais;
2. Identificar e analisar quais os discursos e valores empresariais dos gestores do trabalho transmitidos pelas IES privadas aos docentes;

⁵ A partir de Hoper (2017), a participação no mercado em %, em 2016: Kroton (14,4), Estácio (7,2), Unip (6,6), Laurete (4,1), Uninove (2,2), Ser Educacional (2,3), Cruzeiro do Sul (1,7), Anima (1,4), Devry (atualmente Widen) (1,2), Unicesumar (1,1), Ilumino (0,8), Grupo Tiradentes (0,8).

3. Destacar e analisar quais os métodos e técnicas produtivos usados pelas IES privadas no processo de dominação dos trabalhadores dos docentes;
4. Examinar o processo de trabalho e suas repercussões nos trabalhadores docentes.

Como **hipótese** da pesquisa destaca-se:

O tipo fabrilização como expressão que remete à dominação do capital, circunscritas no movimento histórico das reformas estruturais do Estado neoliberal em matéria de trabalho, educação e ideologia produtivista e na adoção e adaptação pelas IES privadas de métodos e técnicas provenientes das experiências fabris e do sobretrabalho não-remunerado.

1.3 População e amostra

Para atender ao objetivo geral da pesquisa, adotou-se como procedimento metodológico um levantamento dos docentes de graduação presencial das IES privadas⁶ em Belém, capital paraense. A escolha da amostra foi estabelecida pela classificação feita pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a citar: Universidade, Centro Universitário, Faculdade.

Belém do Pará possui 27 (vinte e sete) Instituições de Ensino Superior⁷ que atuam exclusivamente ou não na capital paraense, sendo 4 (quatro) IES Públicas: 1 (uma) IES pública estadual, a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e 3 três (três) IES públicas federais, a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Instituto Federal Tecnológico do Pará (IFPA), criadas respectivamente em: UFPA (1902) com a faculdade de Direito; IFPA (1909) com a Escola de Aprendizes e Artífices do Pará; UFRA (1951) com a escola de Agronomia da Amazônia; UEPA (1993) com curso de bacharelado e licenciatura, dentre alguns cursos: Educação Física, Pedagogia, Formação de professores pré-escola de 1ª a 4ª série, Medicina, Terapia Ocupacional e Enfermagem.

Das 23 (vinte e três) IES privadas presentes na capital paraense, classificam-se em 19 (dezenove) IES privadas com fins lucrativos e 4 IES sem fins lucrativos.⁸

⁶ De acordo com dados do INEP de fev. de 2020 o Pará possui na capital paraense 23 IES privadas, a citar: 1 (uma) Universidade, 3 (três) Centros Universitários e 19 (dezenove) faculdades.

⁷ Conforme Sistema de regulação do Ensino Superior (e - MEC). Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 1º de fevereiro de 2020.

⁸ De acordo com a LDB/96 no art. 20: IES privada com fins lucrativos são Instituições mantidas por ente privado, com fins lucrativos; IES privada sem fins lucrativos não beneficente é mantida por ente privado, sem fins lucrativos

O estudo incluiu também o contato com o sindicato dos professores no Estado do Pará – Sinpro Pará, com a coleta de material informativo impresso (Jornal do Sinpro), o fornecimento de uma relação de docentes sindicalizados, realização de entrevista com membros do Sinpro e o local de aplicação de questionário aos docentes das IES privadas que frequentavam o Sinpro.

Cogitou-se no planejamento da pesquisa de campo realizar um levantamento de dados quantitativos sobre número de contratações e demissões, causas das demissões, dentre outros aspectos relacionados ao objetivo da pesquisa. No entanto, ao considerar a escassez de informações fornecidas pelas IES privadas ao sindicato, assim como a necessidade de organização dos arquivos e documentos para um melhor acesso, sistematização e classificação de informações, somado ao cronograma de trabalho da pesquisa com outras atividades que demandariam um tempo significativo, optou-se por não coletar essas informações e concentrar as ações previstas no plano de trabalho da pesquisa tais como: realização dos créditos de disciplina tanto no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e Programa de Pós-graduação em Educação PPGED, ambos da UFPa; realização de pesquisa de campo em IES privadas, com visitas de observação, entrevistas e aplicação de questionário aos trabalhadores docentes das IES privadas da capital paraense.

Estabeleceu-se como parâmetro de participação na pesquisa toda IES privada situada em Belém, com funcionamento contínuo, de no mínimo doze meses na oferta e prestação de serviços do (s) curso (s) de graduação presencial de bacharelado, licenciatura e/ou curso tecnológico. Diante desse critério chegou-se a um total de 13 (treze) IES privadas selecionadas.

É relevante esclarecer que todos os professores que responderam à pesquisa trabalhavam em IES privadas com no mínimo 8 (oito) anos de funcionamento.

Cabe mencionar que para a elaboração do questionário, considerou-se seis partes relacionadas aos objetivos da pesquisa e a identificação do perfil da amostra, tais como: 1) dados básicos, a idade, formação escolar, estado civil, dentre outros; 2) Dados ocupacionais avaliaram-se a (s) IES privada (s) trabalhadas, tempo de magistério, regime de trabalho, turno de trabalho, se exerce outra atividade profissional, renda familiar, dentre outras questões; 3) Vínculo com a (s) IES privadas procurou-se descobrir quais os atributos necessários pelos docentes para que permaneçam nas IES privadas. Nesse sentido avaliaram-se os tipos de exigências das IES privadas em relação aos professores, a intensidade de exigência e a

e pode ser confessional (atendem a determinada orientação confessional e ideológica) ou comunitária (que incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade).

distribuição das atividades realizadas; 4) Vínculo com a carreira identificou quais os tipos de atividades de desenvolvimento profissional disponibilizados ou não pelas IES privadas; 5) formas de lazer e frequência; 6) Variáveis de saúde e adoecimento, totalizando 46 (quarenta e seis) questões avaliadas.

Quanto ao formulário de entrevista procurou-se identificar e esclarecer aspectos específicos da formação dos professores, a gestão e atividade docente.

Para a elaboração desses instrumentos de pesquisa considerou-se o levantamento bibliográfico da literatura em sociologia do trabalho e pesquisas em educação, dos modelos de questionários e formulários de entrevistas em trabalhos de pós-graduação em Sociologia e Educação.

O contato junto as IES privadas foi estabelecido via comunicação formal por ofício protocolado nas próprias instituições para autorização da pesquisa com os professores e realização de entrevista com os gestores do trabalho como representantes das IES privadas, além dos próprios gestores do capital e do trabalho (mantenedores, diretores, coordenadores acadêmicos). No entanto, após muitas negativas e reencaminhamento de ofícios às IES privadas, optou-se por realizar a pesquisa com os professores por meio do contato por e-mail de cada professor. Para isso, realizou-se a pesquisa do corpo docente de cada IES privada disponíveis nos sites das IES privadas e, posteriormente pesquisou-se o e-mail dos professores em publicações acadêmicas disponíveis na internet.

Outro procedimento de coleta de dados foi o contato direto com os respondentes da pesquisa que indicaram outros professores para participarem da pesquisa. Somado a esses procedimentos de pesquisa dirigi-me pessoalmente às coordenações de curso das IES privadas, o que me possibilitou observar o cotidiano dos professores e coordenadores de curso. Os procedimentos de preenchimento de questionário e realização de entrevista foram realizados de 2016 a 2017.

Menciono também a experiência de trabalhar durante 5 (cinco) anos em IES privadas da capital paraense, na função de docente e coordenador de curso, os quais me permitiram a vivência cotidiana do magistério superior e a ampliação da rede de relação profissional, aspectos que se revelaram relevantes nas observações e pesquisa de campo.

Considera-se como trabalhador docente todo aquele que tiver como principal ofício, em uma IES privada, a atividade de magistério, distribuídos em dois subgrupos: 1) trabalhadores docentes sem função administrativa (DSF); e 2) docentes com funções Administrativas (DCF) nas IES privadas, tais como cargos de coordenação e vice-coordenação, funções pedagógicas, tal qual o núcleo docente estruturante (NDE), supervisão de estágio, núcleo de práticas de curso.

No outro grupo estão os *managers*, considerados os gestores do capital e do trabalho: docentes que exercem majoritariamente funções administrativas e/ou gestão pedagógica em nível executivo (*doc.Manager*⁹ - MD), tais como cargos de direção ou vice direção acadêmica, juntamente com os *managers expert*: proprietários com funções de gestão, profissionais empregados com dedicação exclusiva e atribuições específicas em gestão de negócios (planejamento, direção, controle e execução).

Com base nessas particularidades de cada subgrupo realizaram-se entrevistas do tipo estruturada e não estruturada com os *managers* das IES privadas, assim como foram considerados diálogos e observação de campos realizados.

Para os trabalhadores docentes, com ou sem funções administrativas na IES privada foi aplicado o questionário, no período de 2016 e 2017, cujo o preenchimento foi realizado com ou sem a presença do pesquisador encarregado da sua distribuição e recolhimento; e formulário de entrevista específico. O questionário também foi encaminhado por e-mail e preenchido diretamente com acesso a um *link* na plataforma *Google docs*. As perguntas foram predominantemente de cunho qualitativo e fechadas, para permitir a tabulação e processamento. Para as questões relacionadas a qualificação da resposta na escala *Likert* foram adicionadas explicações com intuito de orientar a resposta do sujeito inquirido. Todas as questões foram classificadas com um número para ordenar o conteúdo ou atributo associado à resposta dada.

Cabe salientar que o questionário on-line aplicado aos professores provou ser uma ferramenta eficaz para a participação desse tipo de população pesquisada, em razão da rotina ocupada, o que explica um número significativo de preenchimento da pesquisa nos horários de 00:00h às 02:00h, horário que os professores colocam a “agenda em dia”, conforme um professor que respondeu a pesquisa nesse intervalo de horário citado.

Examinou-se a amostra recorrendo-se à aplicação de análise estatística dos dados dos trabalhadores docentes, adequando-se o cálculo da amostra ao método estatístico e as exigências técnicas e científicas quanto ao nível de confiabilidade e segurança nos resultados alcançados. Para isso, utilizou-se a amostra probabilística com nível de significância de 90% e um erro amostral de 10% para professores. Portanto, de uma população estimada de 1939 trabalhadores docentes¹⁰ foi necessário inquirir 65 (sessenta e cinco) professores. Os dados correspondem a 100% da amostra. Contudo, ultrapassou-se o requisito mínimo de

⁹ Abreviação da palavra docente e a expressão *manager* ou gestor com funções estratégicas ou gerenciais.

¹⁰ Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/ MEC referente aos professores da capital paraense em 2015, ano de ingresso no referido Programa de pós-graduação e início da tese em questão.

respondentes, totalizando 168 (cento e sessenta e oito) questionários preenchidos, mantendo o nível de confiança e segurança no resultado, mas também permitirá a publicação de trabalhos científicos, a partir da segmentação dos dados e correlação de variáveis específicas, com base em diferentes perfis, como gênero, trabalhadores que exercem ou não função administrativa na IES privada, etc.

Para o cálculo do tamanho da amostra recorreu-se à seguinte técnica de amostragem e as devidas explicações de símbolos:

n=	$\frac{Z^2 \times P \times Q \times N}{e^2 \times (N-1) + Z^2 \times P \times Q}$
-----------	---

Onde: z

1) Onde:	Valor
2) Z = Nível de Z Confiança	90%
3) P = Quantidade de Acerto esperado (%)	50%
4) Q = Quantidade de Erro esperado (%)	50%
5) N= População Total	1.939
6) e = Nível de Precisão (%)	10%
Tamanho da amostra (n)	65

Na apresentação parcial e final dos resultados, utilizou-se a planilha *Excel* para a construção de tabelas e gráficos.

Quanto à aplicação do questionário aos docentes procurou-se identificar a classificação etária, por gênero, cor/raça, o tempo dedicado ao trabalho docente na IES ou fora da IES, tempo de magistério, titulação acadêmica, outros vínculos de trabalho, regime de trabalho, enquadramento funcional, tempo de experiência, principal motivo da escolha para o exercício do magistério, política de incentivo institucional, formas de controle e intensidade do trabalho, trabalho docente e a carreira, jornada de trabalho, conteúdo do trabalho, critérios e exigências para a permanência; produtividade nas IES, formas de desenvolvimento profissional, tipos de lazer, conseqüências na saúde do docente, dentre outras variáveis.

Quanto à abordagem foi quanti-qualitativa e visou identificar as características da população pesquisada e a relação entre variáveis, provenientes da triangulação de dados

primários da pesquisa e dados secundários sobre educação superior e trabalho docente, do INEP, periódicos e dados setoriais de *think tanks*¹¹ atuantes no mercado de educação superior.

Para o processo de investigação social foram observados três tópicos fundamentais para a pesquisa: a teoria, a observação e a interpretação. Para a teoria foram apresentadas discussões teóricas, abrangendo teorias sociológicas produzidas, principalmente nos campos da sociologia das organizações, do trabalho, da educação e da política, mas também produções teóricas na área da Educação, da Economia política, Administração Empresarial (Empreendedorismo, Gestão de Recursos Humanos, Gestão da Qualidade, Gestão Estratégica, dentre outros) e Pública (Reforma administrativa, *New Public Management*). Essas aproximações entre fronteiras disciplinares foram realizadas com a ênfase na reflexão sociológica, a delimitação do problema e objetivos da pesquisa (CAVALCANTI, 1993).

A tese está estruturada em cinco seções: introdução, três capítulos e conclusão, conforme a seguinte descrição:

No primeiro capítulo realizou-se revisão teórica das categorias sociológicas que se aproximam da racionalidade economicista e administrativa, nomeada de “domínio do *management*” e a lógica da fabrilização. Para isso, discutiram-se aspectos comuns e particulares das referidas categorias e correspondência à fabrilização nas IES privadas, considerando-se a relevância destas, o contexto histórico e cultural que foram elaborados.

Dentre as categorias e referenciais teóricos, citam-se o pensamento de Max Weber e a racionalidade burocrática; a profissionalização gerencial e a constituição da nova classe média estadunidense (*white-collar*) por meio da abordagem de Wright Mills, o qual trouxe relevantes contribuições aos estudos de classe, mudanças organizacionais no perfil e conteúdo do trabalho no início do século XX, por exemplo; a indústria cultural e a mercantilização do conhecimento pelas reflexões de Theodor Adorno e as ideologias e estratégias de dominação burguesa com a disseminação de um “novo espírito do capitalismo”, no início da década de 1990, a partir de Luc Boltanski e Ève Chiapello.

No segundo capítulo discutiu-se o contexto do capitalismo financeiro e a ofensiva do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, os quais ensejaram reformas no âmbito das relações de trabalho, na modificação dos modelos e padrões de trabalho, no incremento tecnológico e na produção. Especificamente, a expansão neoliberal e do capitalismo financeiro contribuiu para a criação de um novo marco regulatório da educação superior, tendo como

¹¹ Empresas de consultoria especializadas em educação superior, sob a perspectiva de negócios que prestam serviços às IES privadas para o incremento da eficiência operacional, redução de custos e domínio do quadro normativo e jurídico provenientes do Ministério da Educação.

princípio básico a lógica de mercado e a redefinição da relevância social da formação superior e do processo de “democratização” pelo empresariamento dos serviços educacionais e da cultura acadêmica no país. Dessa ordem estatal discute-se como a lógica expansionista e insaciável por lucro presentes nas políticas públicas que tem influenciando e repercutido no progresso da expansão, oferta e fabricalização do trabalho docente.

No terceiro capítulo discutiu-se o processo de fabricalização do trabalho docente dos trabalhadores docentes, no que concerne o ofício e a gestão das IES privadas e como essas atividades repercutem na sua vida em um âmbito pessoal, familiar e também profissional.

A originalidade da nossa investigação nos parece estar no fato de oferecer uma visão diferente do universo do trabalho docente que pode incluir e instigar o debate de novas questões de pesquisa: 1) Da interdisciplinaridade entre campos científicos, especificamente a produção sociológica e educacional; 2) Da utilização e adaptação de um método de investigação qualitativa e quantitativa, particularmente o levantamento de dados estatísticos o que permitiu identificar e refletir, em um universo amplo de professores das IES privadas da capital paraense, as características recorrentes e heterogêneas dos trabalhadores docentes, do processo de trabalho, as exigências e critérios de permanência nas IES privadas; 3) Do tipo de trabalhador docente, suas convergências enquanto classe profissional e heterogeneidade na composição social e estrutural; 3) De reintroduzir a questão do poder e dominação no trabalho; e 4) Da categoria fabricalização que reflete o poder e dominação das IES privadas sobre o trabalho docente.

1.4 Perfil dos trabalhadores docentes pesquisados

A amostra total era de 65 questionários para nível de significância de 90%. A referida pesquisa obteve a coleta de 168 (cento e sessenta e oito) questionários respondidos de professores, o que corresponde a 8,6% dos 1939 trabalhadores docentes das IES privadas na capital paraense (INEP, 2015).

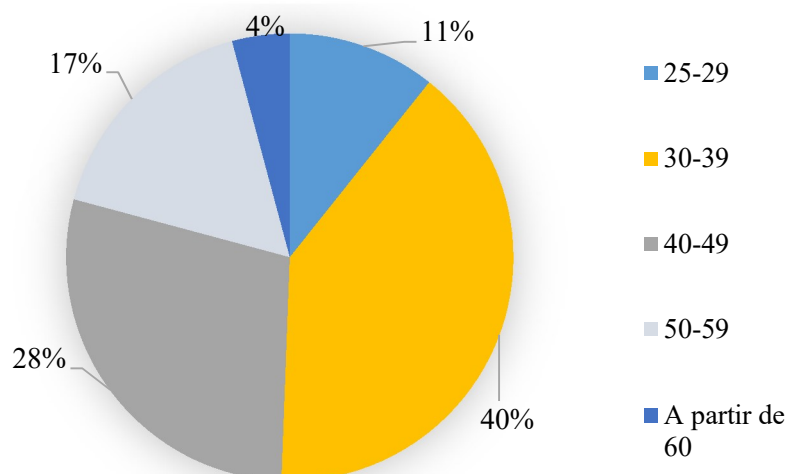
A pesquisa identificou que 19% dos professores trabalham em duas ou mais IES privadas.

Quanto à distribuição por gênero ambos responderam a mesma quantidade de questionários, o que equivale a 84 (oitenta e quatro) para cada sexo.

Em relação à idade dos professores, 40% dos respondentes possui a idade entre 30 a 39 anos, o segundo maior grupo com 28% possui entre 40 a 49 anos, em seguida com 17%

professores em idade entre 50 a 59 anos; professores entre 25 a 29 anos correspondendo a 11% e 4% a partir de 60 anos:

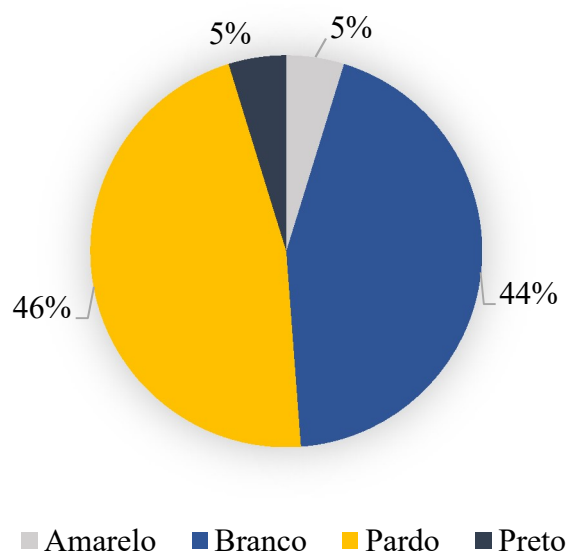
Gráfico 1 - Perfil da pesquisa por idade



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017.

Na distribuição por raça destacam-se pardos com 46% e brancos com 44%, 5% de pretos e 5% de amarelos.

Gráfico 2 - Perfil da pesquisa por cor/raça



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

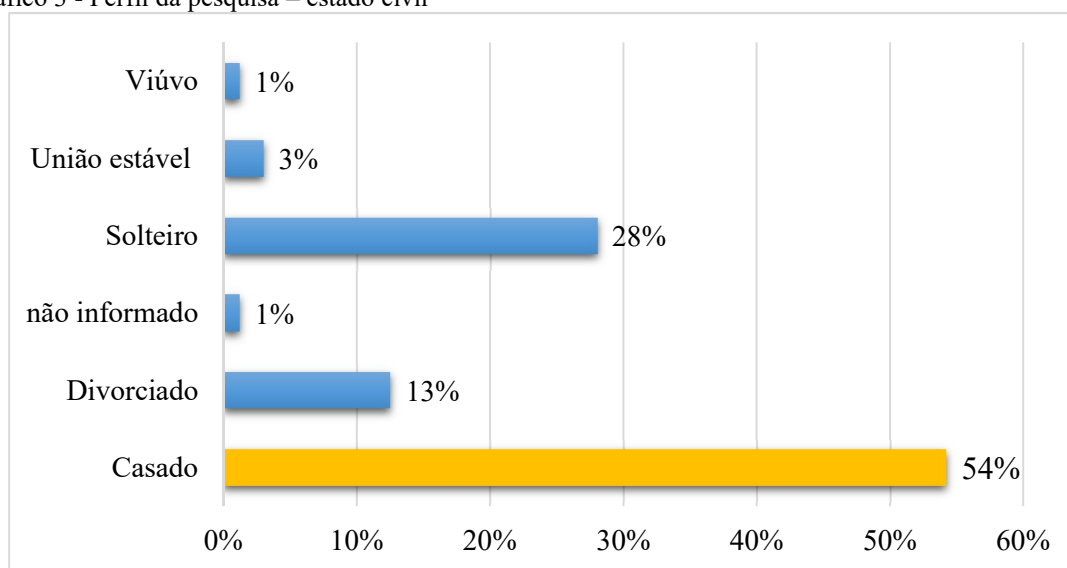
Quanto ao estado civil, a maioria é casada com 54%, em seguida, os solteiros (28%), divorciados 13%, união estável (3%) e viúvo e “não informado” 1% cada:

Dos professores casados, 60% professores do gênero masculino, 42,8% têm de 30 a 39 anos, 36,26% possuem um filho, 98,9 moram com esposo (a) ou companheiro (a) e 81,31% residem em imóvel próprio.

Dos professores solteiros, 57% são professores do gênero feminino, 42% têm de 30 a 39 anos, 68% não possuem filhos e 49% moram com os pais e/ou irmãos.

Dos professores divorciados e/ou separados, 76% são professores do gênero feminino, 43% possuem entre 50 a 59 anos,

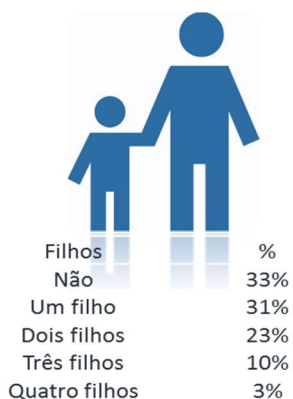
Gráfico 3 - Perfil da pesquisa – estado civil



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Quanto ao número de filhos 33% não possuem filhos, 31% têm um filho e 36% têm dois ou mais filhos:

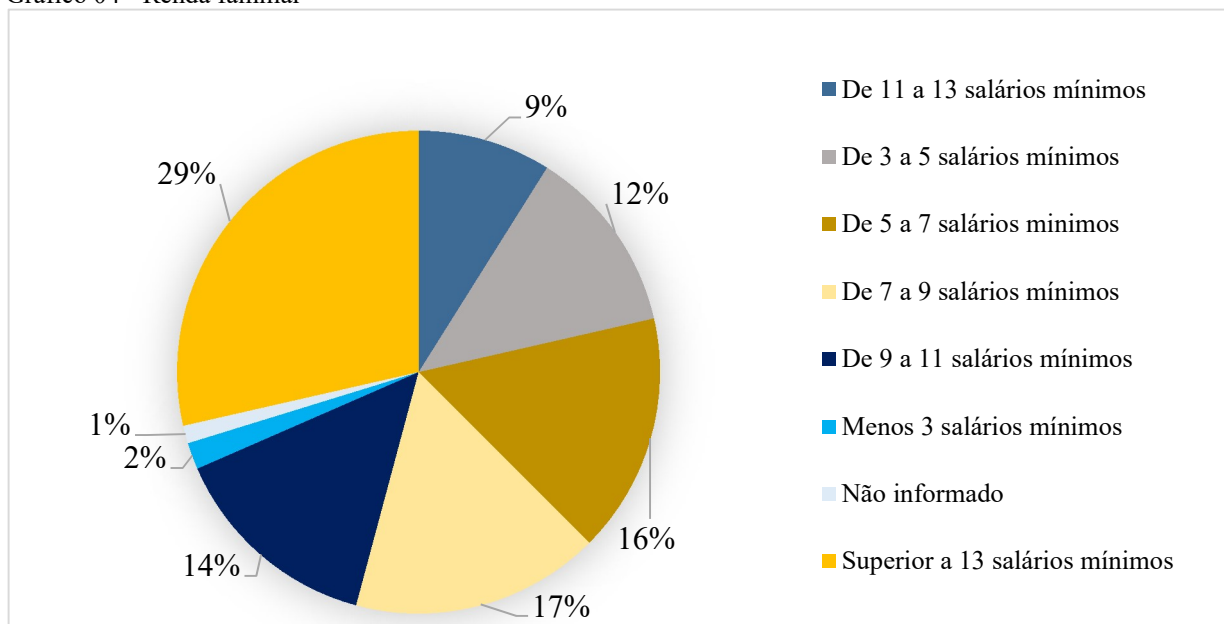
Figura 1 - Número de filhos



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

No que concerne a renda familiar 29% possuem renda superior a 13 salários mínimos, 17% dos respondentes possuem renda de 7 a 9 salários mínimos, 16% possui renda de 5 até 7 salários mínimos, 14% recebem até 5 salários mínimos e 9% recebem entre 11 a até 13 salários mínimos:

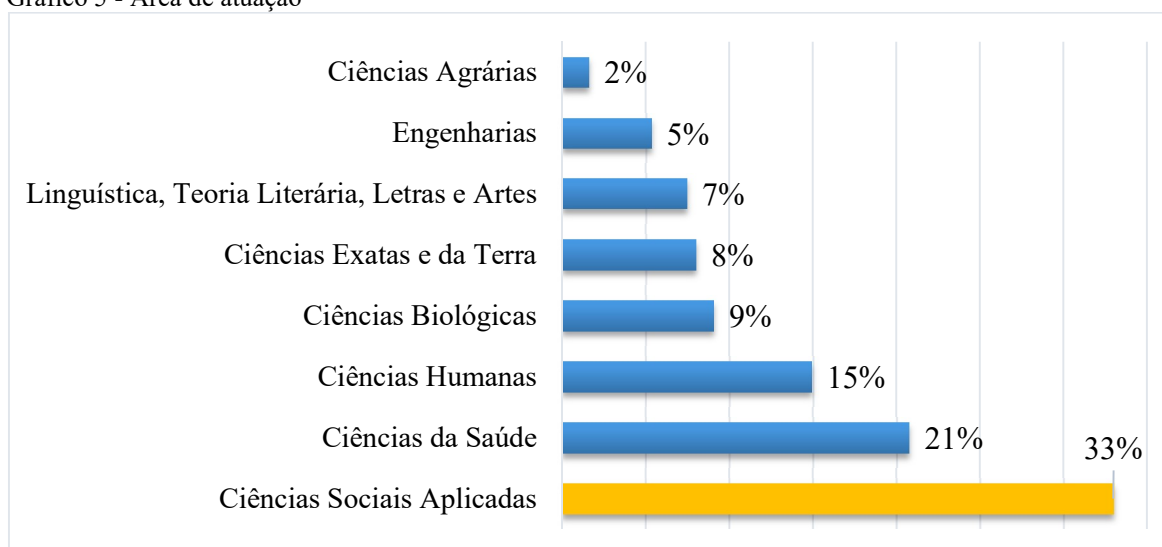
Gráfico 04 - Renda familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Quanto à área de atuação dos professores, citam-se professores das Ciências Sociais aplicadas (33%), Ciências da Saúde (21%), Ciências Humanas (15%), Ciências Biológicas (9%), respondentes das áreas de Ciências exatas e da terra (8%), Linguística, Teoria Literária, Letras e Artes (7%); Engenharias (5%) e Ciências Agrárias (2%).

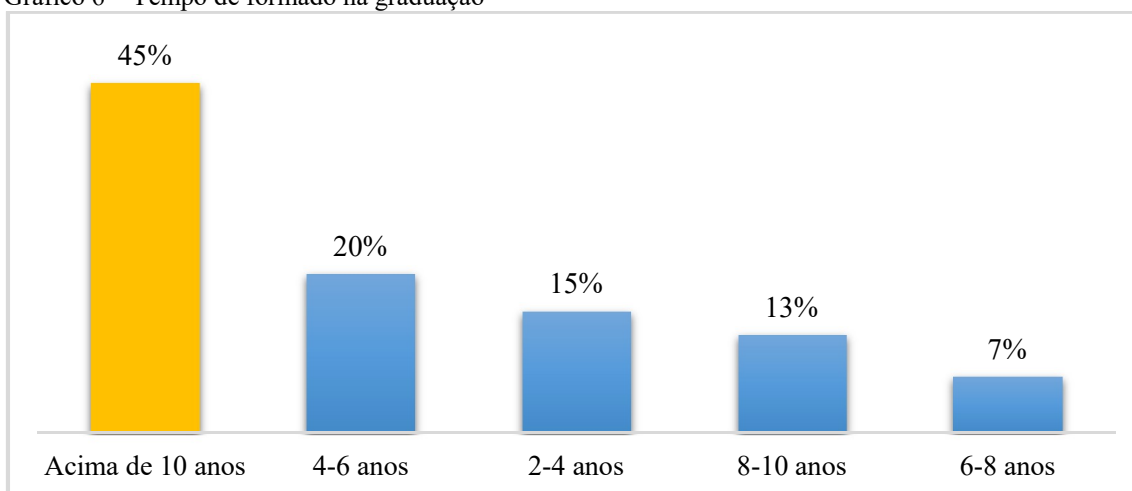
Gráfico 5 - Área de atuação



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Quanto ao tempo de formação superior dos professores 58% concluíram a graduação há mais de 8 anos, sendo 13% dos docentes que concluíram a formação citada entre 8 e 10 anos e 45% dos docentes que concluíram acima de 10 anos; 35% dos respondentes têm até 6 anos que concluíram a graduação e 15% têm até 4 anos que concluiu a graduação.

Gráfico 6 – Tempo de formado na graduação



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

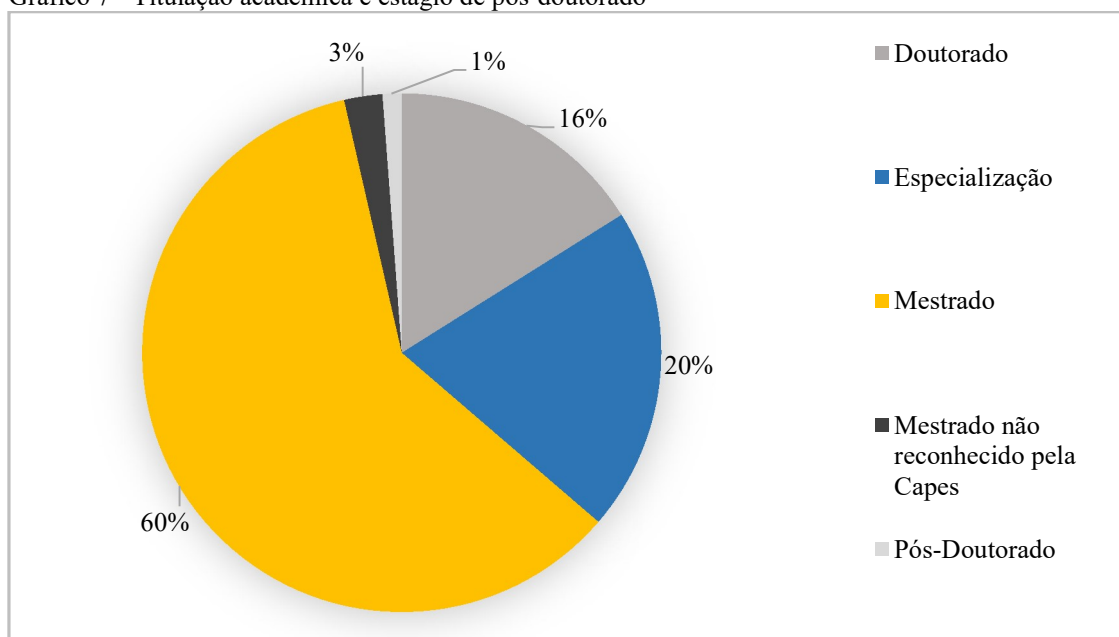
Outro aspecto refere-se à titulação acadêmica dos professores. O artigo 66 da Lei nº 9.394/1996 – LDB, disciplina sobre a formação mínima exigida no magistério superior nos seguintes termos:

A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.
Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

A composição do corpo docente das IES privadas na capital paraense apresenta a seguinte distribuição: 60% de docentes com o título de Mestrado; 20% dos docentes com título de Especialização; 16% dos professores possuem o título de Doutorado e 1% possui estágio de pós-doutorado. Portanto, 80% dos professores são especialistas e mestres.

Há também professores com títulos de mestrado não reconhecido pela Capes, referentes a cursos realizados em outros países, tal como Argentina, Paraguai e Uruguai e que precisam passar por convalidação de estudos no Brasil.

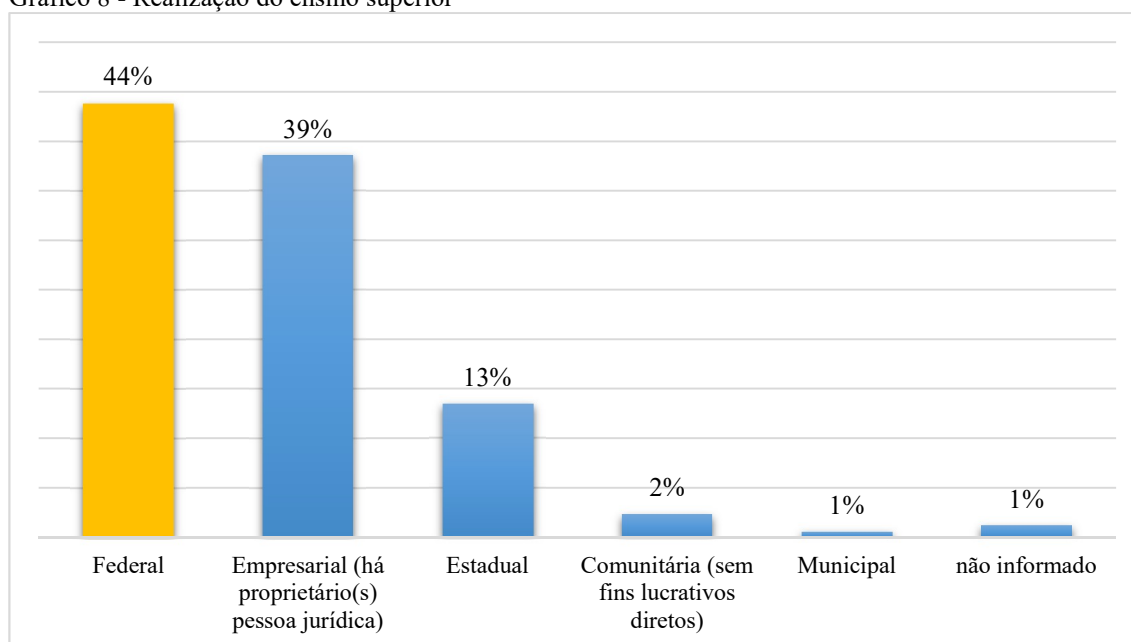
Gráfico 7 - Titulação acadêmica e estágio de pós-doutorado



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

A respeito da realização do ensino superior, aprecia-se que 58% realizaram curso superior em IES públicas federais, estaduais e municipais gratuitas, sendo 44% em IES federais, 13% IES estaduais e 1% IES municipal; para 41% dos respondentes realizaram curso superior em IES privadas, sendo em IES privadas empresariais 39% e 2% IES privadas comunitárias sem fins lucrativos:

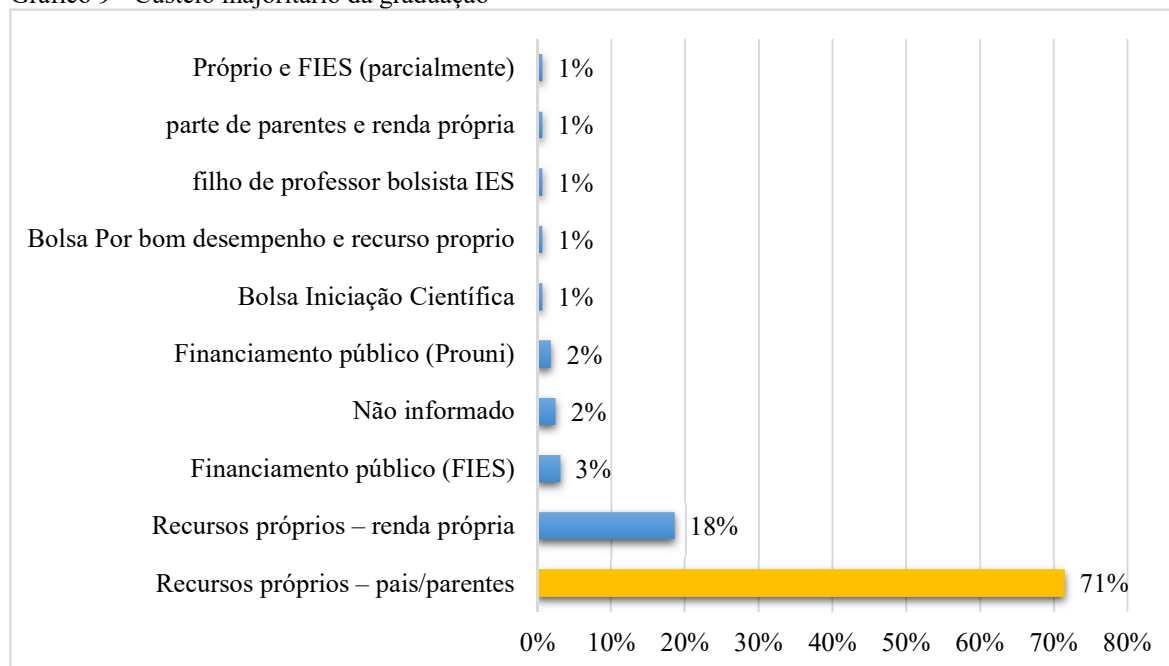
Gráfico 8 - Realização do ensino superior



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Quanto ao custeio do curso superior, a maioria com 89% foi proveniente de recursos próprios de pais e parentes, sendo 71% recursos de pais e parentes e 18% com renda própria; 5% via financiamento público, sendo 3% por meio do Financiamento Estudantil (FIES) e 2% com bolsa do Programa Universidade para todos (PROUNI); 1% custeou a graduação com bolsa de iniciação científica (cursaram em Universidade pública)

Gráfico 9 - Custeio majoritário da graduação



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

2. O DOMÍNIO DO *MANAGEMENT* E A LÓGICA DA FABRICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: MERCADO, IDEOLOGIAS E ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO

É pertinente observar como a relação capital e trabalho vem passando por mudanças e permanências no século XXI, no que concerne a busca de processos de gestão mais eficientes quanto à realização do trabalho, mais eficazes quanto ao resultado desejado, norteadas pela economicidade e a redução de custos e, com isso a profissionalização (ou aprimoramento) das formas de dominação na gestão do trabalho e suas dicotomias entre o padrão e o flexível, entre o antigo e o novo espírito do capitalismo: a) na estruturação macroeconômica como o marco regulatório governamental sobre o serviço público, a legislação trabalhista, a abertura de capital, formação de conglomerados econômicos, tendências de oligopolização de mercado; e b) na estruturação da administração contemporânea com os níveis de hierarquização, especialização e burocracia; as estratégias, linguagens e a profissionalização das formas de dominação (postos gerenciais e diretivos); c) nos traços ideológicos, as formas de representação da empresa; e d) especificamente no Brasil com o processo de assimilação das técnicas e conhecimentos basicamente estrangeiros na produção da gestão das empresas e no saber nacional (bens culturais); na produção e massificação do consumo de bens culturais (indústria cultural).

Nessa relação são identificadas também mudanças quanto a um “perfil de trabalho”. As novas competências e habilidades reforçam a: multifuncionalidade, o pragmatismo, a iniciativa individual e um comportamento empreendedor, ideologia que propala o culto ao *self-interest* e atribui ao sujeito empreendedor o comportamento empresarial visionário que procura aproveitar ou criar novas oportunidades de negócios e que está relacionada à criação de um novo produto, serviço ou melhoramento de processos, sendo inclusive enfatizando pelas empresas em relação aos trabalhadores a cultura empreendedorista ou intraempreendedora¹² como critério de promoção e permanência na organização em questão.

Outro destaque foi a introdução de um novo modelo de gestão da força de trabalho, o qual defende o discurso da “flexibilidade organizacional”, que segundo a ideologia empresarial se refere a: flexibilidade dos mercados de trabalho, desburocratização, adaptabilidade às mudanças, estrutura horizontalizada, o discurso do auto-emprego (PASTORE, 1995) e, mais

¹² Expressão criada na década de 1980 por Gifford Pinchot (1989, p. xi), consultor empresarial estadunidense, e refere-se, conforme o título do livro, aos trabalhadores que não precisam deixar a empresa para se tornarem “empreendedores”: “Aqueles que assumem a responsabilidade pela criação de inovações de qualquer espécie dentro de uma organização. O *intrapreneur* pode ser o criador ou o inventor, mas é sempre o sonhador que concebe como transformar uma idéia em uma realidade lucrativa”.

recentemente o discurso da resiliência (diante da escassez de oportunidades de emprego, ascensão social e prosperidade, por exemplo). No entanto, para esse trabalho preferiu-se o emprego do conceito utilizado por Antunes (2009, p. 234):

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade de empresa” para desempregar trabalhadores sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade do trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc); Dentre tantas outras formas de precarização.

As formas de precarização¹³ são encobertas também por discursos ideológicos da meritocracia e de atributos empreendedores passaram a ser considerados como características fundamentais de diferenciação e ascensão profissional, um novo ethos empresarial. De outra maneira, o reconhecimento do trabalhador dentro da organização empresarial é enfaticamente condicionado pela capacidade deste se adaptar rapidamente às mudanças organizacionais, de contribuir intelectualmente na geração de ideias em benefício do capital (cooptação do trabalhador) e, principalmente pela pró-atividade para se qualificar e socializar novos conhecimentos ao demais membros da empresa (*teamwork*). Portanto, o discurso do capital defende que a empregabilidade tem uma relação direta com competências técnicas e atributos comportamentais.

Há também uma mudança representativa no capitalismo do século XXI, no que diz respeito à ressignificação do sentido de produção que pode ser exemplificada, a partir de Dowbor et al (2004, p. 8):

A realidade é que as formas como as sociedades se organizam para produzir estão se deslocando, e exigindo de nós um esforço mais amplo de apreciação do universo do trabalho. Marx partiu das transformações tecnológicas, o desenvolvimento das forças produtivas. No seu tempo era o surgimento da indústria, que exigia máquinas e fontes de energia, e o **agrupamento dos trabalhadores em torno da unidade de produção que os centralizava: a fábrica**. Ou seja, as forças produtivas alteravam as relações técnicas de produção: não se faz siderurgia em fundo de quintal (grifo nosso).

No século XXI, a fábrica mantém sua relevância como unidade de produção. Doravante, ressalta-se sua dimensão simbólica, pois assume também uma importância conceitual. Não se

¹³ Compreende-se a precarização como o processo de redução ou supressão de direitos laborais da disseminação de formas de inserção no mercado de trabalho em substituição ao trabalho assalariado e às proteções a ela associadas. (...) consideram-se na relação entre ganhos e quantidade de trabalho, complementarmente aspectos de qualidade ligados diretamente ao exercício da atividade (GALEAZZI e HOLZMANN, 2011).

restringe ao espaço de produção, mas revela o caráter prospectivo e expansionista do capital na ampliação de mercados e recursos, na produção material e imaterial e, notadamente por novas e aprimoradas relações de produção, incluindo-se: as forças produtivas (revoluções técnicas e científicas), relações técnicas de produção (redes, horizontalização, flexibilização) e as relações sociais de produção, como a expansão do domínio do management com os seus quadros de referências (*frame of reference*) técnicas, administrativas e ideológicas. Por conseguinte, a expansão do capital se dá também pela intersectorialidade econômica e administrativa.

Como critério crítico-metodológico, torna-se imprescindível discutir a atualidade dos problemas sociais no campo da gestão de negócios e do trabalho, a partir da produção teórica e categorial que contemple sua processualidade histórica e conceitual dos fenômenos precedentes à reestruturação produtiva do capital, no contexto global e nacional, observando-se mudanças e permanências de conceitos, discursos e práticas nas IES privadas.

Ao analisar as IES privadas observa-se no Brasil desde o final da década de 1990 o acirramento da competição entre instituições e a consequente busca por vantagens no jogo de disputas concorrenciais, o que provocou desde então a busca pelo domínio de mercado com a aplicação de conhecimentos econômicos e administrativos na oferta de serviços educacionais e produção de bens culturais. Por conseguinte, as organizações modeladas por fundamentos da administração empresarial contemporânea podem se tornar ainda mais imponentes, considerando-se dois aspectos dinâmicos e adaptáveis: o domínio do conhecimento técnico e pragmatismo administrativo.

A ofensiva do capital financeiro e especulativo são também identificadas no setor educacional superior brasileiro: em 2007, deu-se início a abertura de capital e participação na Bolsa de Valores de quatro IES privadas: Anhangüera Educacional, Kroton Educacional, Estácio Participações e Sistema Educacional Brasileiro (SEB).

Em 2008, uma onda de fusões e aquisições deu origem a corporações educacionais com aporte de fundos de investimentos. Desde então, o setor educacional privado vem passando por uma “profissionalização administrativa” baseada em indicadores econômico-financeiros, na racionalidade de gastos, em busca de “simbiose”¹⁴ e na redução de custos operacionais (PEREZ, 2016). Para isso, tais IES privadas contam com a participação dos *managers*.

Considera-se que a expansão das instituições de ensino superior IES privadas com fins lucrativos concretizou-se, a partir de duas reformas no sistema educacional brasileiro:

¹⁴ Relação de negócio embasada na racionalidade econômico-administrativas entre empresas do mesmo grupo empresarial e/ou empresa e mercado.

1) A regulação e autorização para o empresariamento da educação, conforme Plano Diretor da Reforma do Estado¹⁵, de 1995 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, com a flexibilização para a abertura de cursos e instituições de ensino superior como empresas com fins lucrativos:

2) A padronização do sistema de avaliação, por meio Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que permitiu que empresas de consultoria em educação ofereçam serviços especializados às IES de levantamento de questões ou tópicos mais exigidos nos exames, analisando e repassando a IES contratante relatórios de desempenhos sobre as principais dificuldades de aprendizagem dos alunos em relação a assuntos e disciplinas na IES contratante ou então, de modo amplo, no monitoramento eficaz e utilitário das avaliações governamentais¹⁶ e na gestão das IES privadas, mas também na formação superior, como o processo de trabalho dos gestores e trabalhadores docentes e de docentes e contratantes (na condição de clientes, consumidores e acadêmicos).

Os indicadores educacionais assumiram uma função peculiar: tornaram-se peças-chave para o jogo de diferenciação competitiva dos *players* no mercado de educação superior brasileiro, por meio de métricas de desempenho e controle de qualidade na venda de bens simbólicos. São “invólucros-competências”, pacotes de bens culturais que passaram por um processo de produção¹⁷, cujos fundamentos constituintes destes são observados com: a fabricação de bens culturais de consumo; uso da força de trabalho com a utilização de técnicas, ferramentas, energia física e mental e, a fetichização da mercadoria conhecimento, com valor de troca, reproduzível, distribuível nacionalmente, quiçá globalmente utilizando canais de educação a distância ou presencial (ementas, aulas, resumos, recortes bibliográficos, referências básicas curriculares [apostilas]) e amplamente comercializados. Daí resulta a lógica de produção e consumo: são replicáveis, simplificados e massificados.

¹⁵ De acordo com Bresser Pereira (1996, p. 6), idealizador do Plano Diretor de Reforma do Estado de 1995: “Deste modo o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano; para a democracia, na medida em que promovem cidadãos; e para uma distribuição de renda mais justa, que o mercado é incapaz de garantir, dada a oferta muito superior à demanda de mão-de-obra não-especializada. Como promotor desses serviços o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade”.

¹⁶ De acordo com a Hoper: “Ao longo de 20 anos apoiamos mais de 1.400 Instituições de Educação, auxiliando na melhoria da gestão, inovação, aprendizagem e performance de equipes, maximizando resultados e fortalecendo a qualidade acadêmica”. Disponível em: <https://www.hoper.com.br/>. Acesso em 06 de junho de 2019.

¹⁷ Utiliza-se o termo refletindo sobre os fundamentos constituintes da produção: a produção como processo de fabricação de bens de consumo; o trabalho e as técnicas e ferramentas utilizadas; a força de trabalho e a energia física e mental gasta e a fetichização da mercadoria conhecimento, com valor de troca, reproduzível, distribuível e comercializável.

Conforme Rodrigo Galindo, atual presidente da Kroton:

O marco regulatório tem se mostrado mais estável. Já tivemos momentos de instabilidade, mas hoje é estável, conhecemos a regra do jogo. Estamos num bom caminho. [Estabilidade] significa não ter mudanças regulatórias sistemáticas. Ter regras claras para avaliação de cursos, credenciamento, indicadores regulatórios. Esse tipo de questão gera impacto às instituições quando há muitas mudanças. Temos indicadores regulatórios que poderiam ser aperfeiçoados, já que são importantes e relevantes ao Brasil, um dos países mais desenvolvidos em indicadores oficiais no mundo.¹⁸

É pertinente observar as particularidades do modelo de gestão da Kroton, conforme Amorim (2017), ao periódico de negócios Revista Exame:

O modelo da Kroton, que vem sendo o novo parâmetro do setor, inclui mais professores por sala de aula e uma estrutura de cursos que permite, por exemplo, que alunos de diferentes graduações assistam juntos aulas que constem em vários currículos. Um forte braço de ensino à distância, com menos custos fixos com professores, também é um diferencial da Kroton, e é uma prioridade para os principais grupos de educação do país. A Kroton, o maior grupo de ensino do mundo, tem conseguido conciliar essa estrutura de custos enxuta com qualidade de ensino dentro da média de seus principais concorrentes.

Ressalta-se também a configuração de um Estado neoliberal, que defende a redução de direitos e garantias trabalhistas (contratos de trabalho com menos benefícios sociais), cuja justificativa para o entrave no crescimento econômico deve necessariamente passar pela reforma (precarização) dos direitos trabalhistas:

No termo de uma reviravolta simbólica baseada na naturalização dos esquemas do pensamento neoliberal, cuja dominação se impôs nos últimos vinte anos, graças ao trabalho de sapa dos *think tanks* conservadores e de seus aliados nos campos políticos e jornalísticos, a remodelagem das relações sociais e das práticas culturais das sociedades avançadas em conformidade com o padrão norte-americano, apoiado na pauperização do Estado, mercantilização dos bens públicos e generalização da insegurança social, é aceita atualmente com resignação como o desfecho obrigatório das evoluções nacionais quando não é celebrada com um entusiasmo subserviente que faz lembrar estranhamente a febre pela América que, há meio século, o plano Marshall tinha suscitado em uma Europa devastada (BOURDIEU, 2015, p. 20).

Como alternativa a tão propalada crise do capital, a corrente neoliberal adota como estratégia de reforma do Estado, a privatização dos serviços educacionais, por meio da mercantilização e financiamento público como resposta à referida questão social. Logo, o combate dos neoliberais ao serviço público, surge como um mercado das políticas sociais privatizadas pelo Estado.

¹⁸ Entrevista concedida à revista Educação Superior em 21 de junho de 2013, disponível em <http://www.revistaeducacao.com.br/educacao-e-ativo-para-aluno/>. Acesso em 05.06.2017

Com o aumento do número de IES privadas na educação superior brasileira, a educação assume a condição básica de mercadoria. Tal formato enquadra-se em um padrão de qualidade, de gestão (oferta do serviço) e de transparência (regulação estatal, relatórios de performance gerencial-financeiro emitidos periodicamente ao mercado financeiro), assumindo consequentemente função precípua de instrumentalidade do capital, sendo esta condição *sine qua non* para o fortalecimento de uma cultura empresarial privatista e liberalizante e o desabono da ação pública na política, nas formas de mediação e participação dos cidadãos, no amplo debate público, papel precípua do regime democrático, no próprio sentido de cidadania, ressignificado a mera função de consumidor de serviços educacionais.

O presente capítulo tem como objetivo discutir a problemática do empresariamento da educação superior, em específico o domínio do *management* com a racionalização administrativa no emprego de técnicas de gestão, com uso de estratégias e ideologias de dominação sobre o trabalho docente e a oferta de serviços educacionais pelas IES privadas, reunidas no processo de dominação denominada de fabricalização do trabalho docente.

A exposição deste capítulo está estruturada em quatro tópicos: 2.1 A racionalidade burocrática de Weber e a fabricalização; 2.2 O *White-collar* de Mills e a fabricalização; 2.3 A indústria cultural e a fabricalização; 2.4 O management e o novo espírito do capitalismo.

As influências, contextos e concepções dos teóricos citados foram apresentados no decorrer da exposição dos tópicos e constam no capítulo por meio das notas de rodapé, com intuito da aproximação analítico-crítico do pensamento destes com os questionamentos sociais atuais.

2.1 A racionalidade burocrática de Max Weber e a fabricalização

2.1.1 A epistemologia de Weber

A sociologia de Weber (1864 – 1920) opõe-se a abordagens que consideram o indivíduo apenas com mero produto socializado do meio. Ao seguir essa lógica, a sociedade assumiria papel central nos estudos sociológicos, relegando a importância da deliberação subjetiva e voluntária de cada indivíduo. Tal oposição pode ser observada na reflexão epistemológica de Weber sobre a ciência sociológica, a ação social e a delimitação do objeto de pesquisa:

O termo ‘sociologia’ está aberto a muitas interpretações diferentes. No contexto usado aqui significará aquela ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e dos seus efeitos. Por ‘ação’ se designará toda a conduta humana, cujos efeitos vinculem a esta

ação um sentido subjetivo. Tal comportamento pode ser mental ou exterior; poderá consistir de ação ou de omissão no agir. O termo ‘ação social’ será reservado à ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela (WEBER, 2002a, p. 11).

Weber ao delimitar o campo de atuação da sociologia posicionou-se contrariamente às escolas organicistas de pensamento¹⁹, ao criticar o holismo organicista e a integração de seus elementos como uma estrutura definida em um grande “sistema”. Nesse sentido, o referido pensador chama a atenção para as possibilidades das referidas correntes de desprezarem ou secundarizarem as relações de conflitos, poder e tensões na conduta social, questões centrais no pensamento weberiano.

Portanto, Weber criticou a mera sujeição do indivíduo ao cumprimento de um quadro valorativo-normativo-institucional da sociedade, omitindo, portanto, a capacidade individual de interpretar subjetivamente o exterior e de realizar ações que podem não representar necessariamente o que a sociedade propugna.

O pensamento weberiano, ao enfatizar a importância do indivíduo na análise da ação social, propõe como fundamento metodológico a compreensão interpretativa²⁰ e subjetiva da percepção das pessoas sobre suas ações sociais. De outra forma, as pessoas não são apenas seres sociais, enquadrados em uma classe produtiva, mas também seres capazes de racionalizar, interagir, aceitar ou questionar um conjunto de valores morais ou ideias e de ocupar diversos papéis sociais. O ato de racionalizar, decidir e a liberdade individual assume uma condição relativizadora, isto é, o método compreensivo procura reconhecer e destacar a importância das diferentes razões que levam à ação social. Por conseguinte, Weber opõe-se à previsibilidade comportamental do indivíduo, frente ao estímulo exterior, conforme defendem o pensamento positivista e behaviorista, assim como o estruturalismo e as estruturas determinísticas que insinuam a minimização da habilidade e iniciativa individual para atuar e interferir na realidade.

Ao cogitar analisar as diferentes razões para explicação de uma determinada ação social o pensamento weberiano propõe que se observe a realidade considerando diferentes construções possíveis e o porquê de determinada ocorrência ter efetivamente se tornado real.²¹

¹⁹ Toma-se, como exemplo, o pensamento romântico e conservador alemão do início do século XIX e pensamento francês de Auguste Comte e Émile Durkheim.

²⁰ Entender o sentido de um fenômeno não como método explicativo com base na elaboração de leis gerais de causa e efeito, nem a totalidade de um fenômeno, mas a conexões causais de um determinado fenômeno (WEBER, 2002a, p. 18).

²¹ Com base no conhecimento disponível, Weber elabora construções e mede: 1) o que então era conscientemente possível para as pessoas cuja ação era decisiva. 2) Em seguida, em confronto com o possível, aquilo que efetivamente aconteceu, para perguntar qual era a causa específica pela qual, de entre os múltiplos possíveis, precisamente esse tenha-se tornado real (JASPERS, 1977, p. 128).

Diante dessa perspectiva de observação e análise Max Weber utilizou um recurso metodológico denominado tipo ideal como meio de observar traços da ação social em diferentes contextos históricos, bem como a dimensão que tal fenômeno pode gerar na sociedade:

Trata-se de recurso metodológico para ensejar a orientação do cientista no interior da inesgotável variedade de fenômenos observáveis na vida social. Consiste em enfatizar determinados traços da realidade – por exemplo, aqueles que permitam caracterizar a conduta do burocrata profissional e a organização em que ele atua – até concebê-los na sua expressão mais pura e consequente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis (COHN, 2008, p. 8).

Ao desvendar o fenômeno e a sua ocorrência nos fatos por meio da história, Weber dava início ao processo de desvelamento do evento, não restringindo sua compreensão do fato ao que está posto no “real”, mas também ampliando o sentido e as dimensões do evento.²²

Nesse percurso do cientista social de desvendamento e desvelamento da realidade, Weber ressaltava que pela própria limitação e finitude do espírito humano, o objeto a ser pesquisado se apresenta como um fragmento limitado da compreensão científica, visto que dentre tantos fatos da realidade a serem pesquisados o cientista social identifica e pesquisa um determinado tema e/ou objeto.

Ao escolher o objeto que será pesquisado o pesquisador se depara com um novo dilema: é possível para o investigador social abster-se dos seus próprios valores na análise de uma determinada ação social? A resposta de Weber é que os valores devem ser: “(...) incorporados conscientemente à pesquisa e controlados através de procedimentos rigorosos de análise, caracterizados como ‘esquemas de explicação condicional’ (QUINTANEIRO et al, 2009, p. 109).

Ao considerar esse último aspecto, Weber argumentou que o agir científico não está destituído de valores, no entanto não se deve confundir tal assertiva a uma abordagem restritiva que defende que o cientista deve estabelecer um distanciamento com o objeto ou a coisificação da pesquisa social. Nesse sentido, o agir científico defendido por Weber baseou-se em: neutralidade axiológica, individualismo metodológico, a delimitação das fronteiras da ciência sociológica e do cientista social. Em consequência, ao elaborar os referidos sistemas conceituais, Max Weber foi alvo de polêmicas e críticas²³.

²² Ele próprio exprimiu o método que é essencial para isso: é preciso ver os possíveis para captar o real. No presente, o projeto do possível é o espaço no qual eu me asseguro daquilo que decido; sem possibilidade eu não tenho liberdade; sem ver o possível minha ação é cega, somente com o conhecimento do possível eu sei o que realmente eu faço (JASPERS, 1977, p. 127).

²³ (...) temos o Weber de Talcott Parsons, quase um ‘sociopsicólogo’, o Weber positivista de Adorno/Horkheimer, um apologista do *status quo*, o Weber fenomenológico de Alfred Schutz, e o Weber preso à ilusão objetivista de Lucien Goldman e Michel Löwy, *inter alia* (LAZARTE, 2001, p. 27).

Ao ponderar a parcialidade na relação entre sujeito e objeto, Weber sustentava que os eventos que se fazem interessantes passam pelo filtro da valoração subjetiva do observador, de outro modo o objeto a ser estudado manifesta-se “dentro e fora de nós, sob uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente” (WEBER, 2006b, p. 44).

Da pretensa objetividade e normatividade do agir científico, infere-se o risco do engendramento do dogmatismo na compreensão da realidade e, conseqüentemente na concepção da verdade. Assim como, numa situação oposta de forte inclinação política e/ou partidária sobre um determinada problemática social.

Souza (2008, p. 43) considera que Weber foi capaz de captar a “ambiguidade constitutiva” do racionalismo singular ocidental: “uma concepção liberal afirmativa e triunfalista; e uma concepção crítica desse mesmo racionalismo que procura mostrar sua unidimensionalidade e superficialidade”.

Weber ao reconhecer a inevitabilidade da racionalidade nas diferentes esferas da vida social era ciente de que o domínio da razão técnica, forjada pelo ethos burocrático, poderia repercutir na condução do Estado-Nação por técnicos, desatrelados da função política e do fomento à participação social.

2.1.2 A racionalidade burocrática: sentidos e repercussões

A característica propriamente decisiva da **fábrica moderna** não está nem nos instrumentos usados, nem no tipo de trabalho, e sim na apropriação da oficina, dos instrumentos, da fonte de energia e da matéria-prima na mão de uma única pessoa, o **empresário**. (WEBER, 2006, p. 46). Grifo nosso.

Conforme Sennett (2006, p. 29) Weber identificava nas formas da moderna organização social traços de uma fonte tipicamente militar, especialmente no que se refere às estruturas sociais e seus respectivos papéis, desempenhados como um conjunto articulado de funções, tais como peças de engrenagens, precisamente planejados.

Weber foi precursor nos estudos sobre relações de poder nas organizações, nas relações entre os indivíduos, a partir de compreensão dos fatos e das elaborações categoriais sobre:

autoridade, poder²⁴, dominação²⁵ e legitimidade, sendo a Burocracia um tipo de poder, estruturado sob base racional.

Durante o Século XX, a burocracia foi examinada empiricamente e criticada, destacando-se os estudos de Robert K. Merton, Philip Selznick e Michel Crozier, nos quais questionaram as disfuncionalidades do modelo burocrático, pela ineficiência administrativa no que se refere às estruturas e normas organizacionais em situações de imprevisibilidade e incertezas do ambiente de negócios. Como exemplo, cita-se a crítica de Crozier (1983) ao sistema universitário francês e o acesso à educação de qualidade, ocupado predominantemente pela elite francesa e a manutenção das castas tradicionais, sendo tal dominação contestada de modo veemente pelas novas camadas pequeno-burguesas na França, no decorrer da década de 1960, as quais criticavam o acesso ao sistema de ensino superior²⁶ e a qualidade da educação superior:

A contestação se levantaria naturalmente no seio de grupos que descobriam ser desprezados, a educação superior que constituía sua promoção social reduzindo-se à passagem por uma fábrica cultural que lhes dava apenas conhecimentos disparatados com possibilidades medíocres de carreira (CROZIER, 1983, p. 128-129).

Portanto, sinal presciente do modelo de educação em massa com qualidade relativizada, segmentada por classes de consumo.

Para Sennett (2006), as consequências da administração burocrática nas organizações podem ser identificadas sob dois prismas: a organização e os sujeitos constituintes desta. Sendo que a primeira Weber considerava, com sua estrutura piramidal burocrática, uma contribuição para a justiça social, visto que cada posto representaria o talento e a qualidade de cada indivíduo. Contudo, o próprio Weber via na estrutura burocrática o quanto esta poderia ser prejudicial à liberdade individual.

De acordo com Sennett (2006), a partir da década de 1970, com a chamada reestruturação produtiva do capital, as empresas estabeleceram novos parâmetros produtivos, baseados na adaptabilidade e flexibilidade organizacional. Com isso, a administração

²⁴ Compreende-se como: a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor a sua própria vontade mesmo contra a resistência e independentemente da base na qual esta oportunidade se fundamenta (WEBER, 2002a, p. 97).

²⁵ Entende-se: a oportunidade de ter um comando de um dado conteúdo específico, obedecido por um grupo de pessoas, (...) deve ser mais preciso e pode significar apenas a probabilidade de que o comando será obedecido (WEBER, 2002a, p. 97).

²⁶ O sistema universitário e a elite tecnocrática haviam completamente ignorado a chegada dessa enorme massa porque os únicos domínios que lhe eram realmente importantes, as Grandes Escolas, a seleção dos grandes concursos e a manutenção dos privilégios a elas ligados não eram atingidos por essa invasão (CROZIER, 1983, p. 127).

burocrática passou a ser revista pelo “excesso de formalidade” e visão “deliberadamente voltada para procedimentos internos, reduzindo com isso a interface com o ambiente externo”, conforme os ideólogos do *management* contemporâneo.

Sob o prisma das organizações empresariais, a “racionalidade” do modelo burocrático não foi capaz de atender aos novos ritmos de “geração de valor”²⁷ e acúmulo de capital, acentuados pela intensificação da competição interempresas e países e na diferenciação competitiva baseada na redução de custos e inovação. Consequentemente, o trabalho especializado, limitado pelo normalismo institucional e gestão autoreferida da burocracia foi gradativamente questionando pelos teóricos das organizações que apregoaram a necessidade de processos mais dinâmicos, adaptáveis a tendências e cenários complexos de competição e consumo, tais como a personalização no consumo de produtos e serviços e a busca de meios racionais que permitam a calculabilidade da produção de bens imateriais, como exemplo a mercadorização da educação, como produto cultural de massa, com aparência customizada.

No que diz respeito ao plano individual, a burocracia descreve a despersonalização de relacionamentos sociais, já que o caráter impessoal salienta o cargo e não o indivíduo em si. Ademais, diz respeito a uma pragmática de sujeição ao formalismo e à normalização institucional por parte do empregado, o que provoca limitação quanto ao discernimento de sua atividade dentro de um contexto mais amplo, além da inibição a processos de espontaneidade e criatividade.

Diante desse raciocínio, deduz-se que a formação do sujeito no contexto de uma racionalidade moderna fundada sob um paradigma burocrático tende à reprodução de um indivíduo com trivial capacidade de execução de tarefas ou atividades tecnocráticas. Logo, a formação humanística, o discernimento e encadeamento crítico de questões sociais, políticas, culturais e artísticas diminuem, em contraste a uma formação cultural que valoriza e amplia as dimensões de racionalização de linguagem e técnicas empresariais (tais como melhorar eficiência, controle do tempo, eficácia das ações – ação social com relação aos fins e valores) para diferentes esferas da vida.

Cabe ressaltar que, apesar da apologia administrativa que defende técnicas de gestão que “valorizam” atributos individuais e componentes subjetivos (criatividade, iniciativa e liderança, por exemplo), a racionalidade técnica, disciplinadora e ordenada sob uma base legal permanece como fundamento da administração contemporânea. Basta citar a legalização e funcionamento jurídico-institucional das empresas e os procedimentos administrativos de

²⁷ O sentido de valor empregado refere-se a uma perspectiva econômica de ganho material ou imaterial, tais como o valor da marca e capacidade de inovação da organização.

comercialização de produtos e/ou serviços; e nas relações de trabalho mediadas sob a tutela jurídica do Estado (a maior expressão do modelo racional-legal). Por conseguinte, a necessidade do controle do trabalho amparado sob uma base legal.

A administração burocrática permanece indispensável, sob a lógica do controle das massas. Seu fundamento está no exercício da dominação baseado no saber, que reside no conhecimento técnico e nos métodos econômicos na produção de bens. Logo, as organizações modeladas por fundamentos da administração burocrática podem se tornar ainda mais poderosas, considerando-se dois aspectos dinâmicos e adaptáveis: o domínio do conhecimento técnico e o domínio proveniente da prática administrativa, sendo este o “segredo profissional” (WEBER, 1976, p. 27).

Portanto, o empresário hoje ganhou novos contornos:

1) Quanto ao poder econômico: visto que muitas empresas recebem aporte financeiro provenientes de investidores e acionistas interessados na expansão de novos negócios e na expectativa de lucros; administram grandes corporações com atuação global, implementam estruturas produtivas que exigem recursos vultosos, o qual elimina ou restringe a possibilidade de novos entrantes no universo dos negócios;

2) Quanto ao poder técnico e profissional: o empresário hoje carrega consigo o “segredo profissional”, derivado de experiências e práticas de negócios em vários mercados; apropriou-se do segredo profissional de outros empresários por meio de aquisições e fusões de empresas do mesmo setor; não restringe o raio de alcance dos mercados a territórios nacionais, mas sim visa negócios globais: cultura, gestão, tecnologias, produtos, serviços e informações globais. O empresário hoje é global. Os serviços educacionais estão inseridos nesse fenômeno.

2.1.3 A racionalidade burocrática e a “profissionalização administrativa” das Instituições de Ensino Superior brasileiras

Há quem questione se nos países signatários do neoliberalismo existem investimentos em políticas sociais. A resposta desvela o contexto que vive a educação superior no Brasil.

A política educacional nacional acenou, no período de 2005 a 2012, com uma mudança em relação ao tratamento conferido ao ensino superior público, com a criação da chamada Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como objetivo aumentar a oferta de vagas para cursos de graduação e pós-graduação e redução das taxas de

evasão dos curso de graduação²⁸, através de financiamento de infraestrutura, contratação de professores e técnicos e reorganização da carreira dos trabalhadores federais, particularmente a reposição de professores. Por outro lado, tal política representou um aprofundamento da lógica produtivista, caracterizada pela competição por recursos entre instituições e docentes, pela métrica de desempenho e resultados. Além disso, o exercício da função docente em condição exclusiva nos dias atuais se dá pelo sucateamento dos recursos infraestruturais, comprometendo as relações de ensino, pesquisa e extensão; ocorrências de professores realizando atividades técnicas e de gestão sem remuneração (funções gratificadas); pesquisas com escassez de apoio financeiro institucional, mas que devem ser implementadas tendo em vista as exigências por produtividade em pesquisa e publicação em periódicos com classificação relevante (parâmetro *Qualis*) (MANCEBO, 2010; SILVA e SILVA JÚNIOR, 2010; SILVA JUNIOR, 2017).

Portanto, longe de reconhecer na universidade pública gratuita um papel central na formação acadêmica da maioria dos cidadãos: em 2018, das 8.450.755 matrículas de graduação presencial e a distância, 24,58% das matrículas foram realizadas em Instituições de Ensino Superior Públicas. Quando se observa o número de IES Públicas (federal, estadual e municipal), o dado revela que a lógica da educação superior é privatizante, isto é apenas 13,36% (299 instituições), em contraste com 86,64% ou 2238 IES Privadas.

A privatização da Educação Superior pode ser melhor compreendida quando são observados os processos sócio-históricos, políticos e econômicos ligados à questão social. Daí se constata que a ofensiva neoliberal não representa um processo superado no Brasil, como cogitado por alguns analistas que defendem que o Brasil viveu uma fase neodesenvolvimentista, mas de aprofundamento de ajustes fiscais, modeladas por teses e recomendações orientadas por interesses nacionais e organismos internacionais como Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, por exemplo. Em consequência, acentua-se a reforma do Estado, sob a lógica da privatização dos serviços sociais educacionais e a mercadorização como resposta à questão social.

É emblemática a “profissionalização administrativa” que passa as IES privadas incorporadas às corporações educacionais:

Todos os currículos foram padronizados entre as diferentes unidades e passamos a compartilhar alguns serviços comuns; Deixamos de ser uma empresa que tinha só um canal de distribuição, que era o campus, com só um produto - a graduação - e uma modalidade - a presencial; Quando entramos na Bolsa, aplicamos o mesmo conceito para sofisticar a distribuição, o portfólio de cursos, a metodologia e tecnologia, o

²⁸ Decreto Nº 6.096 de 24 de abril de 2007 que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais – Reuni.

material didático foi padronizado - José Augusto Teixeira, diretor de Planejamento e Relações com Investidores da Anhangüera Educacional, 2009 (UNIVERSIA, 2009).

Sob esse aspecto, torna-se necessário observar o sentido de técnica para Weber (2012, p. 38 - 39), bem como suas possíveis implicações no âmbito das IES privadas e do trabalho docente:

A “técnica” de uma ação significa a soma dos meios nela empregados, em oposição ao sentido ou fim pelo qual, em última instância se orienta (in concreto); a técnica “racional” significa uma aplicação de meios que consciente e planejadamente, está orientada pela experiência e pela reflexão, e, em seu máximo de racionalidade, pelo pensamento científico. (...) Sempre que se apresentar uma “questão técnica”, isso significa que existem dúvidas sobre os meios mais racionais. (...) Em comparação com outros (meios) que talvez ofereçam o mesmo grau de perfeição, segurança e durabilidade do resultado, esses meios têm de ser também os mais econômicos quanto ao esforço que exigem. (...) Do ponto de vista da “gestão econômica”, problemas “técnicos” significam o exame dos “custos” (WEBER, 2012, p. 38 - 39).

Sob o discurso apologético da eficiência empresarial, a chamada “profissionalização administrativa” reconhece e critica as técnicas de gestão, consideradas “amadoras”. Dentre as ações administrativas comuns da profissionalização das IES privadas, identificam-se: contratação de executivos, técnicos, comitê de gestão de negócios que aplicarão os conhecimentos conduzidos pela racionalidade econômico-financeira e especializados do mercado financeiro e da gestão empresarial (marketing, finanças e gestão de pessoas) com a sistematização e padronização de processos, valorização de redes de relacionamentos dentro e fora da IES privada e o engajamento dos professores.

Com relação à gestão do trabalhador docente, a busca de meios racionais, mais econômicos e a revisão de custos, com fins lucrativos é identificada pela perda gradativa do controle e autonomia dos meios de trabalho pelo docente. Sob esse aspecto, Weber (2011, p. 28) já observava esse fenômeno na Alemanha de sua época (1919):

Assim como acontece em outros setores de nossa vida, a universidade alemã se americaniza, sob importantes aspectos. Convenço-me de que essa **evolução chegará mesmo a atingir as disciplinas em que o trabalhador é proprietário pessoal de seus meios de trabalho – principalmente de sua biblioteca**. Por ora, o trabalhador de minha especialidade continua a ser, tranquilamente, seu próprio patrão, à semelhança do artesão de outrora, no quadro de seu mister próprio. Contudo, velozmente a evolução se processa (grifo nosso).

De fato, torna-se relevante compreender as formas de dominação no processo de gestão do trabalho nas IES privadas, advindas da administração burocrática e de novos discursos e práticas laborativos.

2.1.4 A racionalidade burocrática e a fabrilização do trabalho docente

Com base na exposição do pensamento de Weber, bem como pesquisa de campo realizada nas IES privadas na capital paraense, torna-se possível inferir as principais características da burocracia e correlacioná-las com o trabalhador docente, sob a lógica da dominação racional:

Quadro 1 - Características da burocracia e a correlação com o trabalho docente nas IES privadas – Magistério superior

Características da tipologia da Burocracia	Trabalho docente nas IES privadas
1- Atividades frequentes importantes aos objetivos da Organização burocrática são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais; rotinas e procedimentos padronizados)	Divisão do trabalho (Trabalhadores da linha de frente) – Rotina de Preenchimento de documentos: controle de frequências acadêmicas, notas, elaboração e correção de provas, elaboração e revisão de Planos de Ensino, elaboração de aulas conforme critérios estabelecidos pela IES
2 - A Autoridade ²⁹ de dar as ordens ao cumprimento dos objetivos é distribuído de forma estável	O ingresso no grupo de docentes pressupõe a livre seleção e critérios diversos para a sua permanência
3 - Medidas metódicas são tomadas para a “realização regular e contínua desses deveres e para a execução dos direitos correspondentes; somente as pessoas que têm qualificações previstas por um regulamento geral são empregadas”. (Completa previsibilidade do funcionamento)	Competência técnica: titulação (especialista, mestre e doutor), experiência profissional. O trabalho docente segue as prescrições advindas da IES
4 - A administração de um cargo moderno se baseia em “arquivos” baseados em rascunhos ou sua forma original; (Procedimentos padronizados)	Visão prescritiva e normativa relacionada ao conjunto de tarefas formais: reuniões, relatórios e atas
5 - “Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridades significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores”; (hierarquia de Autoridade)	Clara divisão de poder, pouca participação do docente nos processos de tomada de decisão e no controle da organização a qual trabalham. O Trabalhador docente remete-se / subordina-se diretamente à Coordenação acadêmica e indiretamente a direção institucional
6 - “A administração burocrática, pelo menos toda a administração especializada - que é caracteristicamente moderna - pressupõe habitualmente um treinamento especializado e completo”. (Profissionalização dos Participantes)	Treinamentos frequentes sobre procedimentos pedagógicos, administrativos e legais (portarias, decretos, deliberações governamentais e da própria IES Privada – qualificações técnicas incrementadas para a prestação do serviço
7 - Comunicação e relacionamento impessoais entre sujeitos da organização burocrática (<i>Sine ira et studio</i> , sem ódio e sem preconceito)	Relação social com contornos funcionais
8 - O cargo moderno é reduzido à assimilação de regras e procedimento normativos	A “profissionalização” docente passa pela assimilação de diversas regras institucionais
9 - Regime meritocrático	A permanência e/ou promoção na IES Privada está condicionada ao cumprimento satisfatório dos objetivos institucionais. Como exemplo: nível de satisfação do aluno referente às aulas e

²⁹ Significa a possibilidade de que um comando ou ordem seja obedecido (WEBER, 2002a, p. 55).

	professores; a escala salarial, a responsabilidade do cargo e o status social; a promoção depende de antiguidade, merecimento ou ambos
10 – Está sujeito a uma rigorosa e sistemática disciplina e controle no desempenho do cargo	Previsibilidade e controle sobre o trabalho docente com estabelecimento de prazos para encaminhamento de provas, lançamento de frequência, notas, envolvimento nos projetos pedagógicos institucionais, frequência docente, padronização de instrumentos avaliativos, conforme sistema de avaliação governamental

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Weber (2002b, p. 138 - 139) e de pesquisa de campo (2016-2017).

É possível afirmar que as atividades administrativas realizadas pelo trabalhador docente se restringem ao cumprimento de tarefas burocráticas?

A pesquisa de campo identificou que, independente do regime de trabalho, ou seja, do tempo contratado pelas IES privadas os professores passam por exigências institucionais que estão diretamente relacionadas à obediência às regras formais e a autoridade e comando do modelo de gestão do trabalho. No entanto, as concepções e práticas das gestões das IES privadas considera também outras técnicas racionais de controle e dominação.

Soma-se a essa indagação outros questionamentos que norteiam a ressignificação do trabalho docente no âmbito das IES privadas, cujo trabalho não se enquadra em atividades burocráticas:

1) Por que os trabalhadores docentes são incentivados/pressionados a desenvolverem um perfil empreendedor?

A retenção dos alunos deve ser vista como o encantamento dos clientes; o trabalhador docente assume a incumbência de utilizar o próprio *networking* (rede de contatos pessoais e profissionais), para fomentar a captação de recursos e de estabelecer parcerias comerciais com instituições públicas e privadas, com intuito de conseguir novas turmas, recursos e apoio às atividades e eventos acadêmicos

2) Por que os trabalhadores docentes são incitados a desenvolverem um perfil gerencialista?

Além da competência técnica, torna-se necessário adquirir uma “visão sistêmica da organização”, assumindo funções administrativas multifuncionais; propor soluções pedagógicas pragmáticas e utilitaristas que venham “agregar valor” ao negócio educacional. Digam-se novas ou aprimoradas fontes de ganho de capital; as IES privadas fazem questão de estimular um espírito competitivo entre os próprios docentes e cursos tomando-se como parâmetros, nível de satisfação entre turmas e alunos, criação de novas turmas e alcance de resultados pelos docentes, sob a métrica dos indicadores; Propala-se a “gestão democrática e

participativa” para discutir e aprovar temas e decisões sugeridas pela alta cúpula da administração institucional.

3) Quais os limites da iniciativa do trabalhador docente? A proatividade, o voluntarismo, a agregação de valor, a exigência de titulação e de publicação científica, em alguns casos sem a contrapartida do apoio financeiro da instituição, podem ser explicados fundamentalmente pela vocação docente? Mas também pela dominação e resignação do docente para permanecer vinculado às IES privadas

4) Como o trabalhador docente sofre as consequências do produtivismo?

Dentre as medidas, citam-se: reengenharia e/ou reestruturações como *downsizing*³⁰, padronizações culturais, produtivas e busca de “identidades obrigatórias”; a adoção de procedimentos de qualidade e produtividade no tempo certo sob risco de constar no relatório de produtividade individual.

Nessa ofensiva do capital, o discurso ideológico da meritocracia e de atributos empreendedores passaram a ser considerados como características fundamentais de diferenciação e ascensão profissional, um novo ethos empresarial. De outra maneira, o reconhecimento do trabalhador dentro da organização empresarial é enfaticamente condicionado pela capacidade deste de se adaptar rapidamente às mudanças organizacionais, de contribuir intelectualmente na geração de ideias em benefício do capital (cooptação do trabalhador) e, basicamente pela pró-atividade para se qualificar e socializar novos conhecimentos ao demais membros da empresa (*groupthinking*). Portanto, o discurso das organizações empresariais contemporâneas defende que a empregabilidade tem uma relação direta com competências técnicas e atributos comportamentais.

Pensar e discutir criticamente a categoria fabricalização não pressupõe a negação de Weber e seus problemas centrais de pesquisa sobre o capitalismo: o fenômeno da racionalização e da burocracia como forma de poder e dominação na vida social. Mas sim, reafirmar sua importância, sem deixar de realizar a crítica necessária para provocar novas reflexões sobre as problemáticas sociais que se apresentam fora do contexto histórico e social do referido pensador alemão.

Diante da exposição e reflexão conceitual em torno da racionalidade e da burocracia, torna-se possível depreender as seguintes particularidades do sentido de fabricalização:

Fabricalização: a premissa de valor é explícita e auto-reconhecida, opondo-se à neutralidade axiológica sem pressupostos valorativos. Reflete, assim como o tipo burocrático o

³⁰ Técnica administrativa que visa diferenciação competitiva e se apoia em redução de custo e pessoal.

desencantamento do mundo, pela crítica à racionalidade que aumenta a alienação, diferentemente de uma concepção libertária em torno do acesso à educação e do trabalho como educador. Tal categoria assume uma posição histórica, pois reconhece nas experiências fabris do capitalismo fontes técnicas e científicas estratégicas para o avanço do capital no processo de dominação (técnicas de qualificação gerencial e empreendedoras do trabalhador docente) e fetichização da materialidade do trabalho humano no campo da produção de conhecimento e suas representações (cultural, histórica, social, política e profissional) resumidas à coisificação do trabalho. Logo, a mercadoria-conhecimento é fragmentada e inócua a consciência de si mesmo enquanto sujeito pensante e constituinte de uma classe, ainda que se considere sua pluralidade e particularidades.

A lógica da mercadoria-conhecimento segue o seguinte roteiro comum na divisão de trabalho fabril: simplificar, tecnificar, reproduzir. Limita-se o conhecimento científico a conteúdos fragmentados e esquemáticos; retira-se conteúdos que demarquem suas relações históricas e conflituosas, concentra-se na aplicação das técnicas “foco na execução” (como processualidade do ambiente administrativo), “foco no cliente” (como processualidade das relações de comercialização e consumo), e reproduz-se às massas (acadêmicas).

Reforça-se que o pensamento de Max Weber enseja um processo de observação da ação social que apreende e compreende a realidade não somente como ela se apresenta, mas também pela possibilidade do estudo dos fenômenos de forma ampliada e/ou até mesmo superdimensionada (tipo ideal).

Equivoca-se ao considerar que a elaboração epistemológica de Weber por meio de tipologias traga demérito como método de observação social. Pensar a realidade ampliando suas dimensões, conforme defende Weber tem como propósito chamar a atenção para determinado aspecto da vida social “encoberto” dentre vários fenômenos. Ao destacar determinada categoria torna-se possível estudar suas interrelações, seus impactos e consequências. Toma-se como exemplo a tipologia da burocracia.

Logo, pode-se considerar que Weber ao elaborar uma tipologia da burocracia, não a apresentou como um ideólogo de um novo paradigma de gestão organizacional, mas sim um observador crítico de suas causas, o ritmo e a intensidade das mudanças nas organizações e nas demais esferas da vida social provocadas pelo fenômeno da racionalidade, particularmente na Alemanha.

Não se deve desconsiderar a produção de Weber como demarcação crítica frente ao movimento de racionalização da vida moderna e que ainda é capaz de apontar caminhos para a observação dos fenômenos atuais. Diga-se o fenômeno da profissionalização escolar como

constructo baseado em indicadores de desempenho para os alunos desde a tenra idade ao ensino superior; ou então a expansão das formas de dominação sobre os trabalhadores docentes que vendem suas energias físicas e intelectuais sob a lógica de uma educação de massa com baixa qualidade educacional (salas de aulas lotadas, disciplinas condensadas em web-aulas cuja função docente nos pólos replicadores se restringe ao papel de tutor que ajudará os alunos a responder eventuais dúvidas).

O pensamento weberiano revela-se necessário como quadro teórico, investigativo nas questões sociais emergentes no século XXI. A busca pela compreensão dessa realidade seria significativamente prejudicada se não considerasse a precisão categorial e as observações suscitadas por Weber sobre o capitalismo e os seus traços fundamentais, em destaque a dominação racional modelada pela administração burocrática.

Para alguns críticos, o esforço empreendido pelo nominalismo das categorias visa validar o conhecimento científico como uma construção hermética dos fenômenos concretos. Para Weber, a compreensão da realidade passa por uma rigorosa formulação e análise de categorias, bem como por uma clara distinção entre o registro dos fatos e avaliações meramente valorativas (neutralidade axiológica).

Sem dúvida, a separação entre fatos e neutralidade axiológica é um ideal, que leva à crítica cética sobre o pensador alemão. Mas, do exagero do princípio investigativo citado recai o cerne epistemológico da ciência social: para que serve a ciência social? E, a quem a ciência social serve? Contudo, se o pensamento de Weber se enquadrar somente com a segunda indagação (um pensamento burguês) estaremos fadados à incompreensão crítica e ampla das formas de dominação do capital e ao prejulgamento dogmático e unívoco de pensadores e seus seguidores. De outro modo, a ciência social e, particularmente a sociologia é o campo de conhecimento que observa e discute o contraditório, em torno de si mesma como ciência e sobre o objeto de investigação, tem lastro histórico, campos de ação, interesse e conflitos sociais do sistema político e econômico vigente e além deste, características primordiais no pensamento weberiano.

Salienta-se que não se pode afirmar que se presencia nas organizações uma fase pós-burocrática, pelo contrário, a burocracia se metamorfoseou em um complexo sistema de dominação racional dos indivíduos, a qual assumiu um papel nuclear no dinâmico processo de controle e justificação do poder pelas organizações, não se restringindo apenas ao controle dos grandes grupos de funcionários, mas também nos pequenos grupos informais gerenciáveis a partir dos avanços dos instrumentos tecnológicos e métodos de gestão econômica e de recursos humanos.

2.2 O *white-collar* de Mills e a fabricalização

O presente texto reflete sobre o pensamento de Charles Wright Mills (1916 – 1962) produzido no contexto estadunidense da Guerra fria, em destaque as décadas de 1940 e 1960, marcado pelo declínio da sociedade industrial americana e o fortalecimento do capitalismo monopolista, da implementação da “sociedade do bem-estar”, do esvaziamento dos movimentos sociais democráticos e radicais; no acirramento de perseguição política; da consolidação da sociedade de massa e a ascensão do *white-collar*, um grupo social de trabalhadores, provenientes do fenômeno da burocratização e complexidade das organizações empresariais, que originou uma nova classe média; no desencantamento da racionalidade como constructo da liberdade e igualdade social. Em consequência, o fortalecimento da elite e o “convencimento” ideológico da nova classe média estadunidense (MILLS, 1976).

Diante disso, examina-se a categoria fabricalização, a qual traduz, dentre as características o aprofundamento do processo de tangibilidade do valor na produção de bens simbólicos e a ideologia produtiva gerencial-empresarial, como meio de dominação do capital, em particular o papel do *manager* sobre os trabalhadores docentes das IES privadas e as formas derivadas de conhecimentos e habilidades.

2.2.1 Pensar o método e a ação: a imaginação sociológica e o artesão intelectual

Escrever, para mim, sempre significou, em primeiro lugar, um esforço para explicar o que uma coisa é, do modo como a vejo. Quando não há público que possa aceitar as ideias e agir de forma consequente de acordo com elas, ainda assim há que seguir adiante e tentar dizer por que isso ocorre (MILLS, 1985, p. 153 - 154).

No contexto da padronização do pensamento, da reclusão da intelectualidade crítica na esfera pública, da massificação das informações propaladas indiscriminadamente e levianamente, na crise de legitimidade das instituições e na desesperança política como espaço do debate público e crítico presentes atualmente, recorre-se a uma produção intelectual radical, sem disposição para concessões fáceis ao *status quo* político, social e acadêmico. Sua linguagem dispensa a “pose e concentra-se na clareza”³¹.

Entre buscar consensos a conflitos, Mills agiu como um intelectual provocativo que discutiu a conflitualidade e as ironias contidas nas contradições das relações de poder no bojo

³¹ “Para superar a prosa acadêmica, temos de superar a pose acadêmica” (MILLS, 1972, p. 235).

da estrutura social estadunidense, em evidência o poder das Instituições e a apatia individual. Por isso, o pensamento de Mills volta-se a pensar a autonomia do indivíduo na sociedade. Sua reflexão exorta a ação individual e a independência de pensamento diante do gigantismo e burocratização das instituições, de suas formas de poder, dominação e razão normativa-disciplinadora. Ele próprio não se eximia de sua função: era um *insider* falando para *outsiders*³².

Suas pesquisas concentraram-se em compreender as rápidas mudanças operadas na sociedade americana com o industrialismo e o pós-industrialismo³³, suas estruturas de poder, com “o predomínio de trabalhadores que manipula pessoas e símbolos, em detrimento de trabalhadores que manipula objetos” (MILLS, 1976, p. 86). Tais modificações foram discutidas pelo sociólogo estadunidense, a partir de três enfoques, a citar: as lideranças sindicais em *The New Men of Power* (1948), A nova classe média em *White Collar: The American Middle Classes* (1951) e a elite em *The Power Elite* (1956)³⁴:

O poder relaciona-se com quaisquer decisões tomadas pelo homem sobre as condições de sua vida, e sobre os acontecimentos que constituem a história de sua época. Ocorrem fatos que estão fora do alcance da decisão humana; as disposições sociais se modificam sem a orientação da decisão explícita. Mas na medida em que essas decisões são tomadas, o problema de quem é responsável por elas é o problema básico do poder. Na medida em que as decisões poderiam ser tomadas, mas não o são, o problema transforma-se em saber quem deixou de tomá-las (MILLS, 1965, p. 25).

Ao examinar a estrutura social estadunidense do século XX, Mills (1976) destaca em “A nova classe média” uma mudança substantiva nas relações de poder: saem de cena os pequenos empresários e agricultores – representantes do espírito empreendedor americano, indivíduos livres e proprietários dos instrumentos de trabalho, tradicionais membros da classe média; e entra em cena a burocratização das corporações empresariais, a centralização fundiária e empresarial, a diversificação das especialidades profissionais, do aprimoramento das técnicas de gestão e controle.

O típico americano da nova classe média passou a ser um profissional prestador de serviços, sem propriedade dos meios de trabalho e vinculado a um contrato de trabalho, o qual exigia desse que vendesse a força de trabalho, o contínuo aprimoramento de habilidades e de energia no decorrer da vida.

Logo, o indivíduo para Mills está inserido em um cenário, no qual raramente tem consciência histórica entre a sua vida e o curso da história, consequentemente: “[o homem

³² Designação de Celso de Castro na introdução de: Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios (MILLS, 2009, p. 10).

³³ Mills comumente nomeava essa nova fase no capitalismo como Quarta Fase (Antiguidade, Medieval, Período Moderno) ou “Era do Fato” (O domínio da informação sobre a atenção).

³⁴ Os dois últimos traduzidos para o português: A Nova Classe Média e A Elite do poder.

comum] não dispõe de qualidade intelectual básica para sentir o jogo que se processa entre os homens e a sociedade, a biografia e a história, o eu e o mundo” (MILLS, 1969, p. 10).

Até o início da década de 1960, o sociólogo estadunidense constatou e vivenciou em seu próprio território o endurecimento do *establishment* aos movimentos de resistência político-ideológica ao capitalismo americano em seus aspectos: expansionista (belicoso), concentrador (burocratização e gigantismo das instituições) e de padronização cultural:

Muitos perderam a fé na política: são os inacionários. Ocorre na verdade, que muitos perderam a fé nas crenças predominantes e não adquiriram novas convicções, deixando por isso de se preocupar com a política, sob qualquer forma. Não são radicais, nem liberais, nem conservadores, nem reacionários. São inacionários. Estão desligados da ação (MILLS, 1965, p. 26).

Nesse aspecto, cabe ao intelectual o papel relevante de desmistificar as justificativas ideológicas que naturalizam a iniquidade e/ou que distanciam o homem comum do jogo democrático, do papel enquanto cidadão de partícipe do debate público e da ação coletiva.

Para Mills (1985), o cientista social deve evidenciar os “julgamentos de valor”, conforme o tom depreciativo de alguns críticos: “Não se deve ocultar nada, mas avançar devagar e, sempre e repetidamente, tornar claro o espectro global de alternativas morais, antes de revelar a sua própria opção” (MILLS, 1985, p. 153). Embora, aquele ao reconhecer que não há ciência isenta, defendeu a relativização do método de investigação como prerrogativa para conhecer novas possibilidades de tratamento de um dado fenômeno social. O método não é hermético e rígido, pelo contrário é adaptável e modelado pelas circunstâncias da experiência empírica:

[O pensamento de Mills] é forma aprendida de sensibilidade: flexibilidade, mobilidade, receptividade com timbre racional. Seu exercício exige uma disciplina peculiar: encharca-se no tema, cultivar a imersão atenta, sem, contudo, perder a capacidade do analista, que é a de manter aquele distanciamento que permita entender a objetividade precisamente como respeito ao objeto (COHN, 2013, p. 16).

O autor discordava do pressuposto da objetividade científica e, essencialmente a inacessibilidade da linguagem científica. Sua maneira de fazer ciência social, porém evidenciou que tal incapacidade, não está relacionada apenas ao acesso à informação ou à habilidade da razão, mas também da qualidade do espírito para usar a informação e a razão com clareza e lucidez, visando conexões entre o eu e o mundo, para essa qualidade chamou-o de “imaginação sociológica” (MILLS, 1969, p. 11).

A imaginação sociológica requer do sujeito uma prática, cujas principais características estão na crítica à rigidez do pensamento, dos instrumentos de observação e da elaboração da análise social. O autor exemplificou-a através de duas categorias desenvolvidas no campo da estratificação, a citar: o *white-collar* (na obra *A nova classe média*) e elite (*A elite do poder*), sendo estas elaboradas por classificação cruzada, isto é, levaram em consideração pelo menos dois atributos ao mesmo tempo. Para isso, seu repertório analítico incluiu gráficos, tabelas, diagramas e matérias de periódicos, por exemplo.

O exercício intelectual requer do indivíduo um trabalho de artesão, destituído de teorias e métodos rígidos ou incompreensíveis. Ainda que para isso, Mills tenha recorrido a um tipo que seguia o contrafluxo da sociedade moderna, com sua divisão de tarefas e a especialização produtiva em dimensões mais detalhadas.

A imaginação sociológica e o artesão intelectual indicam dois atributos interligados: a expressão de manifestação livre da criatividade e produção. O trabalho, a cultura e o lazer são elementos inseparáveis da condição de trabalho do mesmo sujeito. O artesão intelectual é uma resposta à condição de trabalho e o significado do labor dos *White-collar*, pois aquele cria o próprio método no autodesenvolvimento da razão: “o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar” (MILLS, 2009, p. 22).

Pensar o oposto permitiu a Mills enxergar as sutilezas das relações de poder presentes no ofício de um intelectual, como exemplo um escritor profissional:

Se o escritor é contratado por uma “indústria de informação” seus objetivos gerais são, decerto determinados pelas decisões de outros, e não pela sua própria integridade. Mas a liberdade do chamado “independente” também é reduzida, quando ele se dirige ao mercado; se não o fizer sua liberdade não terá valor público. Entre o intelectual e seu público potencial estão as estruturas técnicas, econômicas e sociais que são propriedades de outros, e por esses outros operadas (MILLS, 1965, p. 153).

Ou um docente:

Embora em geral as grandes universidades ainda sejam os lugares mais livres para se trabalhar, as tendências que limitam a independência do intelectual também nelas se fazem sentir. O professor, no final das contas, é legalmente um empregado, sujeito a tudo que isso representa. Os fatores institucionais selecionam naturalmente os homens para essas universidades e influenciam a forma, a oportunidade e o assunto sobre o qual trabalharão (MILLS, 1965, p. 154).

Ao pensar o intelectual como um artesão, o sociólogo procurou criticar a resignação do sujeito à vida privada e o uso restrito da razão, moldada no pragmatismo das funções burocráticas e ou interesses de consumo.

2.2.2 A origem e a “profissionalização” dos *white-collars*

Com as lentes voltadas para a dinâmica social dos Estados Unidos, Mills observou modificações significativas nas ocupações, no emprego da população economicamente ativa, na oferta de trabalho, nas novas qualificações e habilidades laborativas.

Na circunstância analisada (especialmente as décadas de 1870 a 1940) os dados apresentados desvelaram uma importante mudança na estrutura social da classe média formada inicialmente de agricultores, homens de negócios, profissionais liberais, em suma de pessoas independentes para trabalhadores empregados que passaram a receber salários-mês, a destacar: gerentes, vendedores, empregados de escritório e profissionais liberais assalariados, sendo os professores um importante representante numérico e ocupacional do último grupo.

A expansão do capitalismo estadunidense foi abordada por Mills em *A nova classe média*, obra de 1951, a qual tratou como a racionalidade técnica, a concentração de poder e a formação de grandes corporações alteraram a dinâmica socioeconômica estadunidense (do industrialismo ao pós-industrialismo), com profundas modificações nas ocupações, no emprego da população economicamente ativa, na oferta de trabalho, nas novas qualificações e habilidades laborativas, cuja característica principal estava no “predomínio de trabalhadores que manipula pessoas e símbolos, em detrimento de trabalhadores que manipula objetos” (MILLS, 1976, p. 86).

Para Mills (1976) essa mudança foi provocada pelos “mecanismos industriais”: 1) o aumento da produtividade da maquinaria empregada na indústria com a fabricação em massa e a racionalidade tecnológica em grande escala da força de trabalho, as quais implicaram a redução no número de trabalhadores para os mesmos volumes de produção - menos trabalhadores e mais objetos em menos tempo. Além disso, alterou os tipos de qualificações; 2) o desenvolvimento da distribuição: com o crescimento do volume de produção, a estratégia empresarial voltou-se para atender a seguinte premissa - para quem serão vendidas as mercadorias disponíveis? O incipiente processo de mecanização e a racionalização tecnológica desse setor refletiram no aumento de pessoas empregadas com transporte, armazenamento, vendas, a integração de um sistema de comunicações e as organizações de crédito com financiamento; 3) Ampliação das funções burocráticas com coordenação, a partir do desenvolvimento de grandes empresas privadas (unidades econômicas, filiais) e públicas (sistema de controle e regulamentação), com suas rotinas e tarefas administrativas de planificação, coordenação, controle e prestadores de contas.

O aumento em porte e complexidade das organizações administrativas aprofundou a burocracia e a lógica de centralização como *modus operandi* da administração, visto que esta consolidou a profissionalização do demiurgo administrativo, composta pela elite administrativa, que vive e trabalha sob as regras da burocracia e são pertencentes da burocracia privada, pública e sindical, as quais mantêm intrincadas relações de interesse individuais e/ou corporativos entre hierarquias públicas e privadas.

Nessa profissionalização dos agentes de controle e dominação, destacam-se: os altos dirigentes (os “lá de cima”, membros da cúpula, são inacessíveis e respondem pela comunicação com acionistas e quadros superiores do governo. Exercem funções menos especializadas na estrutura organizacional, com atribuições que exigem habilidades “políticas”, de “propriedade” e de “caráter”); gerentes: ocupam funções de alto (gerente-geral, diretores) e médio escalão (chefes de departamentos), partícipes das decisões comerciais ou do processo de produção, são os incumbidos por adquirir uma visão detalhada do funcionamento da empresa, executam tarefas predeterminadas e racionalizadas. Suas qualificações são dirigidas ao controle das técnicas e das relações humanas (em maior medida); e o novo empresário: é o jovem instruído, reflete um novo espírito de competição dentro do sistema burocrático, o qual se aproxima dos dirigentes para acessar melhores posições e ganhar experiências, são inquietos, demonstram iniciativa, não almejam a mobilidade em uma hierarquia previamente organizada. Movimentam-se em ziguezague dentro e entre empregos privados e públicos:

Ao contrário do tipo clássico do homem de negócios, agindo num mundo que se abria como ostras sob um jato de vapor, o novo empresário age num mundo em que toda as pérolas já foram retiradas e cuidadosamente guardadas. O único meio que lhe resta para afirmar seu espírito de iniciativa é servir aos poderes existentes, na esperança de obter seu quinhão de êxito (MILLS, 1976, p. 114 – 115).

Nota-se que a ideologia do empresário presente no tipo “novo empresário” será ressignificada e reconhecida na literatura administrativa nas décadas seguintes, como atributos comportamentais meritórios de uma cultura empreendedorista nas organizações (intra-empresendedores), tornar-se-ão novo heróis:

Em geral, o *habitat* dessa nova espécie de empresário são as áreas ainda imprecisas e não-organizadas. Está perfeitamente à vontade nos “serviços” menos tangíveis – estudos de mercado e relações públicas, agências de propaganda, relações com os sindicatos, meios de comunicação de massas e indústrias de diversões. (...) Pode ser que, um dia, o novo empresário transforme essas atividades em rotina, mas enquanto isso não acontece ele controla seu funcionamento (MILLS, 1976, p. 114).

O novo empresário serve aos poderes existentes no jogo de aliança à firma (“conchavador profissional”) e acesso aos conhecimentos mais valiosos de cada organização, dito de outro modo este busca o acesso a um conjunto de experiências específicas de cada organização. Eles atuam como consultores organizacionais e/ou lobistas:

Os setores abertos ao novo empresário, que geralmente se confundem de várias maneiras, são as novas atividades ainda imprecisas: 1) ligações entre diversas burocracias comerciais e entre empresas e o Governo; 2) relações públicas ou a interpretação e justificação para o público da existência de novos poderes; 3) as novas indústrias criadas no último quarto de século, especialmente as que implicam a venda de serviços praticamente intangíveis, como a publicidade, por exemplo (MILLS, 1976, p. 114).

Além disso, a burocratização das empresas tornou possível a elaboração de métodos de administração que sistematizaram conhecimentos oriundos da experiência laborativa, centralizou as tomadas de decisão e, por fim redistribuiu tarefas com os conhecimentos apreendidos como tecnologias ou técnicas de trabalho.

No sistema burocrático, o novo empresário não se enquadra como um tipo burocrático com estrita obediência às regras existentes, aos limites formais e de autoridade. São estes que realizam a função de entrelaçamento de interesses entre organizações privadas, públicas e sindicatos. São considerados os “arrumadores do jogo”. Movimentam-se em diferentes tipos de organizações e utilizam a experiência profissional, as habilidades comunicativas e a rede de contatos para barganhar melhores posições e/ou vantagens à firma vinculada.

Se o capitalismo industrial se caracterizou, dentre os aspectos, pela formação do operariado, forjado à sombra da desposseção dos movimentos e conteúdo integrado do processo de trabalho, das ferramentas e produto do trabalho; foi com o capitalismo pós-industrial³⁵, no decorrer do século XX que a nova classe média (*white-collar*) perdeu sua independência no trabalho, na propriedade e nas ferramentas de trabalho. Foi com o *white-collar* que as empresas engendraram os profissionais de médio e alto escalão e ampliaram os métodos e técnicas de geração de valor financeiro aos bens intangíveis (início da cultura do *management*), incluindo-se os negócios educacionais.

Com base nisso, torna-se possível elencar os aspectos que representam o que Mills (1976) considerou como *white-collar* ou a nova classe média:

³⁵Termo usual que se apoia na expansão do capital para outros setores da economia, tais como comercialização e distribuição e a consequente absorção de força de trabalho. Tal expressão denota a saturação do setor industrial como fonte de geração, exploração e relevância econômica. No entanto, não se deve desconsiderar a intersetorialidade econômica presente no século XXI e as influências da administração industrial (ideológicas e suas as funções básicas de gestão, tais como: planejar, dirigir, controlar e executar) como fontes conceituais de maximização e otimização do lucro.

Camada social heterogêneo, ampla e verticalizada que compõe a classe média estadunidense, formada de trabalhadores dependentes, os quais não têm nenhum vínculo financeiro com os meios de produção, nem direito sobre o produto da propriedade. Vivem do recebimento de salários-mês. O poder que existe é atribuído por outros, são auxiliares de autoridade; suas funções exigem que operem com símbolos e pessoas e realizam funções administrativas e comerciais, formação e serviços técnicos especializados; suas habilidades assemelham-se quanto à forma e à mentalidade exigidas, às de muito operários; a maioria dos cargos permite a roupa de passeio. A distinção de prestígio está na remuneração, conteúdo do trabalho e no uso de roupas de passeio para trabalhar; não têm profundas esperanças na independência que confere a propriedade.

O termo *white-collar* retrata a contradição da nova classe média estadunidense: sua distinção está na exterioridade, no prestígio da maneira de se vestir, nos tipos e conteúdo de trabalho; sua ambivalência está na perda de autoridade e poder sobre a própria condução do trabalho, a propriedade das ferramentas e técnicas do que se produz. Empurra-se para o estrato social abaixo o macacão operário, indigno, impessoal, padronizado alusivo à produção em série, pela roupa de passeio adquirida pelo próprio trabalhador, sinal de distinção em relação aos operários. A nova classe média almeja a conquista de status e prestígio. Nisso, cabe também o êxito da manipulação pela elite.

Mills (1976) delinea sua argumentação para demonstrar que o demiurgo administrativo caminha para três tendências relacionadas ao sentido e forma: I) as funções administrativas de baixo a cima da hierarquia organizacional vinham passando por um processo de racionalização e sistematização do trabalho; II) O fetiche das empresas e escritórios: transferência de atributos humanos às empresas, tendo estas assumido a forma de um organismo. Os princípios e virtudes do empresário-gerente sacralizaram-se em forma de princípios da própria empresa. A empresa passa a ter uma identidade; III) A integração das formas de poder: a divisão do trabalho passa a atribuir responsabilidades, descentralização do poder e formas de autoridade, as quais são administradas no campo das consciências, não mais na personificação de um único agente de controle, mas na integração de vários agentes com diferentes níveis de envolvimento na hierarquia organizacional. A autoridade explícita reveste-se de autoridade implícita, a manipulação de consciências:

Assim como o operário não é mais o dono da máquina, mas é controlado por ela, o homem da classe média não é mais o dono da empresa, mas é controlado por ela. Os vícios e as virtudes do antigo empresário foram transferidos para a empresa (MILLS, 1976, p. 127).

Ao incorporar técnicas e conhecimentos científicos provenientes das humanidades, dentre elas a psicologia (como exemplo estudos sobre traços de personalidade, caráter, liderança e motivação) e sociologia (cultura, estrutura social, mobilidade, poder), o assentimento à autoridade ganhou novos contornos estratégicos: o jogo ideológico se profissionalizou com a adoção de *score* ou qualitativos nas formas de recrutamento e seleção, na avaliação de produtividade, nas promoções e permanência do trabalhador, na valorização de atributos comportamentais que defendem um perfil engajado e competitivo.

Ao que tudo indica, o *white-collar* representa a perda de propriedades, da independência profissional e integrada do processo de trabalho. Todavia, sua força argumentativa está na manipulação da consciência do *white-collar*, no estranhamento e gradativa perda da capacidade de compreender o avanço irrefreável do capital por novas formas de geração de valor.

O avanço das grandes corporações estadunidenses, da expansão tecno-científica, bem como a massificação do consumo e cultura trouxeram marcas indelévels ao papel e importância do sujeito intelectual. Nesse aspecto, o pensamento de Mills (1969) propõe um tipo de intelectual, capaz de fazer frente à mercadorização e padronização do pensamento, o qual ele nomeou de artesão intelectual.

Para Mills (1969) o artesão intelectual representa o tipo sociológico orientado pela ação individual cética e crítica diante da estrutura social que se volta ao utilitarismo, pragmatismo e perseguição egoística dos próprios interesses. Por essa razão, o autor reflete o papel e a importância de sujeitos públicos capazes de se contrapor e concatenar os anseios individuais ao interesse comum, de refletir sobre a cidadania e a independência intelectual com base na própria história de vida e do contexto, do qual faz parte. De estabelecer formas de inserção social, resistência e de recolhimento criativo.

Com base na exposição das ideias de Wright Mills e nas características do processo de fabrilização do trabalho docente, apresentam-se os seguintes aspectos no quadro a seguir:

Quadro 2 - Características dos tipos artesão intelectual e fabricalização intelectual

Dimensões	O artesão intelectual	Fabricalização intelectual
O Sujeito	Sujeito público. É o centro de si mesmo: confiante e cético; “a mente que enfrenta, por si mesma, os problemas do homem e da sociedade”	Sujeito para o mercado. Volta-se para a carreira; busca soluções para o mercado e a carreira
Observação	Biografia, cenário histórico mais amplo, experiências pessoais e profissionais, desenvolve hábitos de auto-reflexão	Análise histórica fragmentada, experiência pessoal e pública reduzidas, “foco no trabalho”; apatia política
Método	Despretensioso; cada indivíduo seja o seu próprio metodologista Âmbito de pesquisa se relaciona com estruturas mais amplas, influência mútua entre estruturas	Pesquisa empírica-pragmática, previsível e mecânica; Fetiche do método e da técnica Âmbito de pesquisa pequeno
Pretensões	Humanista (questões públicas) Enfrenta as grandes questões e problemas sociais: resistência, subversão	Produtivas e profissionais (questões privadas) Preocupações com as órbitas privadas que vivem; âmbito das relações imediatas: reprodução, melhoramento contínuo
O profissional	Conexão com a sociedade	Conexão com consumidores
Atuação intelectual	Intelectual público; reflete e debate o papel como cidadão	Intelectual especialista, inserção social restrita à atuação profissional
O sentido de razão	Razão substantiva: movimento social Liberdade e independência intelectual	Razão tecnicista: âmbito de especialista, tecnocrata, consultor. Performatividade. A sociedade transformada em um aparato de produção de empreendedores e gerentes
Ethos	Reduzir as iniquidades	Ter qualidade de vida
Categorias	Contraposição ao <i>White-collar</i> : Estrutura baseada na ocupação	Fabricalização: baseado na gestão, ideologia e processo de trabalho

Fonte: Elaborado e adaptado pelo autor a partir de Mills (2009, p. 138-139) e de pesquisa de campo (2016-2017).

A respeito da expressão fabricalização ressalva-se que esta não está restrita a um setor econômico industrial, tampouco à produção de bens físicos, mas também ao processo e organização do trabalho, nas técnicas de produção de bens imateriais e ao aparato ideológico que orienta os envolvidos ao engajamento e justifica sua permanência ao jogo competitivo do emprego e do negócio.

A categoria fabricalização não é um estereótipo é um tipo. Seu sentido não é preconcebido, automático ou meramente depreciativo. Parte-se das modificações no interior das organizações empresariais educacionais e o domínio do capital, seus fundamentos conceituais, ideológicos e as formas de ação e resistências do trabalhador docente. Perpassa classificações setoriais tradicionais, questiona a revisão de categorias e aproxima a expressão usual como categoria sociológica.

2.3 A indústria cultural e a fabricalização

A presente discussão apreciará como a Teoria Crítica, sob a voz de Theodor Adorno (1903-1960) pode suscitar a investigação científica crítica a respeito do domínio do capital no campo da educação e cultura mediante as organizações empresariais no século XXI. Toma-se como parâmetro reflexivo o método dialético e o debate suscitado por Adorno nos campos da educação e cultura para analisar o domínio do management e a lógica da fabricalização na educação superior, como problemática caracterizada pela progressividade dos princípios burgueses, a destacar: subordinação de conhecimentos científicos, técnicos acadêmicos à lógica da mercadorização dos bens culturais, do lucro e livre troca e a racionalização progressiva da produção cultural e seus efeitos sobre o domínio do capital e o processo de gestão do trabalho pelos managers das referidas instituições.

2.3.1 O pensamento de Theodor Adorno

Theodor Adorno em 1968 ao ministrar curso sobre Introdução às Ciências Sociais, ao público de acadêmicos iniciantes e demais interessados salientou como sua produção acadêmica estava relacionada à reflexão crítica da sociologia como ciência, o processo de investigação social e, em destaque à resistência às influências positivistas, em suas origens e limitações epistemológicas na investigação e análise sociológicas e no processo de mediação com outras áreas de conhecimento, tais como a filosofia e as ciências particulares: economia, psicologia e psicanálise, literatura e comunicação.

A sociologia de Adorno oferece ao leitor os problemas relevantes no bojo da expansão técnica e administrativa na cultura no século XX, em destaque o contexto industrial estadunidense e o respectivo desvelamento, tampouco soluções imediatas e não mediadas. Nesse sentido, propõe-se com o texto em questão o exame crítico entre os campos da sociologia e administração e suas correspondências com contexto atual do fenômeno da indústria cultural e a educação superior privada brasileira.

A crítica de Adorno não se restringe a oposição ao pragmatismo científico da Sociologia. Suas críticas ao capitalismo e a administração dirigem-se aos seguintes aspectos: 1) a ciência pura e desistoricizada; 2) O empirismo e praticismo científico; 3) o pensamento acadêmico tecnocrático e escolarizado 4) O positivismo.

Adorno chama a atenção para a ausência de homogeneidade na Sociologia. Tal particularidade, ressalta a distinção desta em relação a medicina, ciência natural e exatas a até

na ciência jurídica, as quais podem argumentar que estas apresentam continuidade, ainda que tal interesse tenha sido almejado por Auguste Comte, o qual defendia que a ciência da sociedade deveria representar em: “confiabilidade absoluta, transparência racional e fundamentação unívoca dos fatos rigorosamente observados” (ADORNO, 2008, p. 58). Mas também, no uso da racionalidade para a emancipação e o distanciamento à especulação metafísica e credos religiosos, na isenção e objetividade na descoberta das leis determináveis que regem a sociedade como objeto (HORKHEIMER e ADORNO, 1978).

Contudo, Adorno (1978; 2008) observa que a sociologia apresenta uma configuração difusa e peculiar da ciência natural, a raiz das próprias contradições enquanto ciência: a mediação sujeito e objeto se confunde, não se fecha em si mesma em uma fórmula ou gradualismo, em uma lógica formal e racional ou na “pureza” tecno-científica. Isto não quer dizer que a inviabiliza como ciência. Mas sim, denota o duplo caráter no processo de apreensão dos fenômenos sociais presentes na relação indivíduo e sociedade.

Com isso, o pensador alemão enfatiza que a sociologia desde sua origem contempla em seu conteúdo a premissa da dominação racional no âmbito da sociedade e a conservação do equilíbrio e estabilidade social, através de sua ampliação e autoaperfeiçoamento (ADORNO, 2008, p. 64-65).

Conforme Adorno (2008), tal fato pode ser observado no pensamento de Comte, criador da Sociologia, e a análise social pautada em ordem (perspectiva estática) e progresso (perspectiva dinâmica), sob o enfoque do espírito dominante em suas representações teológica, metafísica, técnica e científica. Distinções estas mecânicas, rígidas e funcionais à sociedade burguesa.

Adorno considera que a sociologia, deve ocupar-se com o que é essencial, entenda-se não as questões principais oficiais ou grandes temas, mas o efêmero, imperceptível, irracional, subjetivo (sociopsicológicas) em alusão a dignidade e emancipação humana:

“É possível que, em certas circunstâncias, ocupar-se exatamente com fenômenos supostamente secundários e opacos pode conduzir a conhecimentos sociais extraordinariamente relevantes” (ADORNO, 2008, p. 74).

O pensamento de Adorno se concatena às questões de sua época, como exemplo a reforma universitária proposta no âmbito alemão no final da década de 1960, cujas particularidades enfatizavam a formação curricular tecnocrática para o mercado de trabalho e a

escolarização da universidade³⁶ pela formatação de novas disciplinas e especialidades, sem logicamente a devida vinculação destas à totalidade e a estrutura social: “É assim que se gera a aparência de uma sociedade constituída como a soma de ‘regiões’: as classes sociais, os Estados, o planejamento social, os grupos, as organizações, a dinâmica e o controle social, etc” (HORKHEIMER e ADORNO, 1978, p.19). Em suma, nos moldes do *streamlining*, na arbitrária divisão científica do trabalho e da ciência, no culto à racionalidade normatizada e disciplinadora, traduzida na “modernização progressista” por meio do fomento ao consumo de bens físicos e culturais.

A referida crítica de Adorno pode ser exemplificada atualmente com os chamados *experts* ou consultores em sociologia, administração e demais áreas do conhecimento sob uma base ética e prerrogativa da concertação social (pragmática e privatista): *accountability* (ética do senso de responsabilidade dos colaboradores para o alcance de resultados e transparência de suas ações), gestão social, terceiro setor e sindical (ética da organização para a negociação e prestação de serviços sociais), gestão de carreira, liderança, *coach* e empreendedorismo (ética profissional). Em síntese, um novo arcabouço ideológico para justificar: a expansão do capital para novos mercados (ambiental e social), o declínio do Estado como instrumento de mediação entre classes e o ataque a formas tradicionais de emprego, cita-se o funcionalismo público e seus “excessos de privilégios ou direitos”, assim como a justificativa individual para o “fracasso” ou falta de perspectivas empregatícias.

E, por fim Adorno dirige críticas ao positivismo, pois segundo o autor tal pensamento reserva papel secundário à teoria, sua primazia está aos dados de observação, na orientação pragmática, positiva e afirmativa. Do mesmo modo, a elaboração de conceito, sem rastro histórico, limitado ao simples nominalismo e função classificatória e designativa de objeto. Portanto, restrita à exatidão científica típica da sociologia pura e formal ou *Realsoziologie*. A pretensa validade e legitimidade do positivismo encontram-se no rigor do método e controle do objeto, nos clichês impostos e rígidos. Por isso, o autor defende que é necessário vincular o conceito à sua natureza dialética, intrinsecamente vinculada ao todo social e ao conhecimento teórico de suas relações:

³⁶A escolarização da Universidade pode ser contextualizada pela ressalva feita por Adorno aos discentes matriculados no curso por ele ministrado e a opção entre repassar conteúdo para o exame da disciplina ou como instrumento reflexivo de emancipação crítica. Em linguagem hodierna: estudar para conseguir o título e/ou um trabalho: “Penso que se elaborássemos uma sequência rigorosa de estudo nessa disciplina e impuséssemos aos senhores, certamente isso facilitaria muitas coisas, levando aqueles que pensam, sobretudo nos exames. Contudo, de outro lado, por esse intermédio se inocularia também nessa disciplina nova e, por isso mesmo, ainda relativamente livre, um momento de escolarização, de normatização, que, a meu ver, contraria justamente o que os senhores esperariam aprender (ADORNO, 2008).

Explicar a realidade significa sempre romper o círculo da duplicação. Crítica não significa, neste caso, subjetivismo mas confronto da coisa com o seu próprio conceito. O dado só se oferece a uma visão que o considere sob o aspecto de um verdadeiro interesse, seja de uma sociedade livre, de um Estado justo ou do desenvolvimento da humanidade. E quem não compara as coisas humanas com o que elas querem significar, vê-as não só de uma forma superficial mas definitivamente falsa (HORKHEIMER e ADORNO, 1978, p. 21).

Em síntese, o objeto não deve ser apenas interpretado pelo que se apresenta na realidade, igualmente deve ser pensada sobre novas possibilidades de liberdade, justiça e desenvolvimento de uma nação.

2.3.2 A indústria cultural e o domínio do *management* na educação superior brasileira

Adorno (1986) em “Capitalismo tardio ou sociedade industrial” levanta a problemática das classificações, modificações e críticas ao capitalismo, no contexto dos Estados capitalista e não capitalistas, como vigentes em sua época ou de modo sucinto, saber se Marx está obsoleto. Dentre as questões ganharam relevo o embate teórico quanto à nomeação capitalismo tardio, expressão utilizada pelos neomarxistas à luz do pensamento de Ernest Mandel, ou sociedade industrial, destaque dado à expansão e dominação técnica.

Por exigência econômica, essas modificações do capitalismo se expandem para a produção material, a administração, incluindo-se o Estado, para a distribuição e a cultura. Constituindo-se um sistema de capitalismo total:

Para além de tudo o que à época de Marx era previsível, as necessidades, que já o eram potencialmente, acabaram se transformando completamente em funções do aparelho de produção, e não vice-versa. São totalmente dirigidas (ADORNO, 1986, p. 68).

Dentre os critérios que compõe o embate acerca da nomenclatura e críticas ao pensamento de Marx no capitalismo do século XX citam-se: a determinação técnica e a teoria de classe. Adorno (1986) salienta que os avanços técnicos contribuíram para o incremento quantitativo de bens de consumo o que beneficiou membros dos países desenvolvidos e, conseqüentemente repercutiu no padrão de vida e consciência. Assim como, as relações de produção apresentaram-se mais flexíveis do que Marx refletira.

No que diz respeito a teoria de classe distingue-se duas elaborações: a primeira, remete-se a ideia de estratificação social, baseada em análise factual através de levantamento de informações individuais sobre escolaridade, padrão de vida e renda; com base em Marx, a segunda proposição considera o levantamento de fatos, mas também o exame teórico das leis

estruturais e as modificações no interior da sociedade, tendo como ponto reflexivo as contradições presentes no controle do processo de produção. Para Adorno (1986, p. 63), “uma controvérsia interpretativa” entre ambas e a “univocidade científica” descrita na primeira, mas também presente na teoria dialética na experiência de poder institucionalizado com o bloco socialista e o fetichismo dos fatos e leis estruturais, com a sistematização de nomenclaturas, dogmas e generalidades.

Logo, a teoria dialética intenciona servir como meio de refletir além do sistema de poder, com liberdade metodológica para elaborar conceitos críticos que levem em consideração o peso da estrutura e as relações entre o pensamento fático, a pesquisa empírica.

Quanto às críticas ao pensamento de Marx, cita-se o papel do proletariado no tocante ao salto qualitativo de integração e organização de classe adquiridos pela consciência social; e a teoria da mais valia, confrontada com a autonomização técnica e a consequente redução de trabalhadores industriais.

Diferentemente, do determinismo tecnocrático, como sugere o termo “sociedade industrial”, em alusão a “evolução” das forças produtivas. Adorno (1986) destaca que as contradições e miséria de classe mantêm-se sob a forma de dominação através do processo econômico e dos interesses de lucro, dos trabalhadores de “chão de fábrica” aos burocratas, com a falta de liberdade, a dependência instrumental (forças produtivas), a heteronomia na vida e controle da dominação econômica, da concentração econômica, administrativa e técnica e a violência contra a natureza: “Para além de tudo o que a época de Marx era previsível, as necessidades, que já o eram potencialmente, acabaram se transformando completamente em funções do aparelho de produção, e não vice-versa” (ADORNO, 1986, p.68).

Diante desse quadro de involução do sistema, soma-se a unidade de forças produtivas e relações de produção, constituindo-se na totalidade autonomizada das relações humanas, e a prerrogativa da desvinculação do trabalho de pessoas e de sua constituição em classe, segundo a diluição dos limites administrados nos processos de troca com a produção material, distribuição e consumo. Para essa integração entre produtores e consumidores o autor indaga sobre seus antagonismos e beneficiários (ADORNO, 1986).

A racionalidade instrumental que permeia o mundo administrado e o ideal de progresso econômico foi também discutido por Adorno em Educação e emancipação (2006), tendo como objetivo em seus ensaios orientar o sujeito a reaproximar a educação de seu cunho ético valorativo. Tal esforço visou identificar as razões que levaram a Alemanha, país desenvolvido e culto, a admitir e implementar o nazismo, cuja síntese do passado totalitarista alemão foi expressa com a seguinte proposição: “Que *Auschiwtz* não se repita”.

Com base nessa premissa, Adorno discute sobre os avanços da racionalização na vida social, porém distante de uma abordagem condescendente. Mas sim, examina o regresso social contestando a “progressividade dos princípios burgueses” (ADORNO, 2006, p. 32), no contexto do século XX e das sociedades alemã e estadunidense: o domínio do capital e a lei da troca, a produção em massa, a expansão da cultura industrial simbolizadas pela racionalização da linha de produção fordista e, sobretudo a educação como prerrogativa de apreensão objetiva da verdade, confinada a reprodução de fatos sem a mediação do sujeito, em detrimento de um enfoque subjetivo do plano das representações, da imaginação ou do aperfeiçoamento moral.

Para tal abordagem, Adorno recorre ao campo da cultura e suas diversas representações e fontes de reprodução, tais como: a música, televisão, literatura, cinema, rádio e demais fontes de informação, os quais subordinados ao princípio da troca e do lucro adquirem a condição de produção cultural com fins de reprodução ideológica como dominação burguesa.

Torna-se necessário, conforme Adorno provocar o debate e alterar o “destino” individual e da vida social. Para isso, Adorno sugere que a educação deve assumir papel nuclear no processo de emancipação e esclarecimento humano, deve-se “elaborar o passado” (ADORNO, 2006, p. 29).

Adorno (2006) argumenta a importância de se resgatar a conexão com a história, ainda que seja traumática e represente um grave atentado à humanidade, tais lembranças traumáticas, impelem o sujeito a auto-reflexão crítica com as experiências concretas. Assim sendo, apagar o passado é omitir que este ainda permaneça vivo. O passado não escapa de si e do coletivo, mas ao investigar suas causas almeja-se o domínio do próprio eu, no exercício de sua autonomia subjetiva.

Dar-se conta é o esforço de esclarecimento do “fracasso social do eu” (ADORNO, 2006, p. 32), capaz do acesso reflexivo na relação com o outro e formas conscientes ou não de dominação ou violência. Por isso, o antissemitismo, em essência, não é a discriminação aos judeus, mas a “completa incapacidade de fazer experiências, por ser inteiramente inacessível” (ADORNO, 2006, p. 48), sob o risco de tornar-se ou ser adepto de “personalidade autoritária”, como o regime nazista: “Junto ao esquecimento do que mal acabou de acontecer ressoa a raiva pelo fato de que, como todos sabem, antes de convencer os outros é preciso convencer a si próprio” (ADORNO, 2006, p. 34).

Dentre as causas que levam a um comportamento indiferente, destacam-se: I) a Lei objetiva do desenvolvimento e a progressividade dos princípios burgueses com a lei de troca, recorrendo-se à corrida pela eficiência produtiva da ordem econômica e da organização econômica e a promessa de progresso econômico e reprodução da vida social com renda e

consumo às pessoas, porém sob condições de impotência e não-emancipação. Refere-se ao ímpeto da ideologia dominante em apagar o passado (consciência histórica): a memória, aprendizagem e experiências acumuladas. Pensar *Auschwitz* é carregar um “complexo de culpa”, conforme propugna os adeptos de esquecê-la. Evidentemente, tais resquícios históricos gradativamente devem ser apagados da sociedade até permanecer meramente na memória dos que foram abalados ao ponto de, posteriormente levantar dúvidas sobre a veracidade dos fatos e de um “passado não dominado” (ADORNO, 2006, p. 40).

Em substituição à consternação do passado, os pressupostos objetivos produzidos pela ordem econômica e as organizações remetem a dedicar a vida à ocupação, submeter-se ao existente e inchar-se do presente, em suas diversas manifestações de esgotamento, diga-se como exemplo as metas de trabalho, as exigências de adaptação com tempo de aquisição de aprendizagem e experiência profissional, a adaptação à vida prática, realista e ao “potencial totalitário” (ADORNO, 2006, p. 43).

Outro aspecto que justifica tal indiferença refere-se ao que Adorno chamou de “narcisismo coletivo, ou, para falar simplesmente: orgulho nacional” (ADORNO, 2006, p. 39). Com promessas entusiastas de recuperação da satisfação e unidade nacional, o nazismo notabilizou-se pela exacerbação do discurso do progresso econômico e o atendimento aos interesses pessoais imediatos e do morticínio frente aos diferentes e divergentes, regidos pela economia armamentista e a visão mesquinha de recuperação de posição do banquete servido à mesa imperialista. Sinal presciente da intensificação da racionalização econômica e tecnológica, omissos de conteúdo ético em suas ações e tratada em sua dimensão estritamente objetiva e instrumental, conforme o ideário nazista de *pax romana*, a divindade imperial hitlerista e a pacificação pela destruição do inimigo.

No bojo das obrigações individuais citadas inclui-se a adaptação à forma de organização política, o qual enfraquece e classifica a democracia com uma dentre outras opções de organização política (monarquia, comunismo ou fascismo) e permite a sobrevivência de tendências fascistas no seio social. Além disso, inibe a participação do sujeito no processo político como expressão de emancipação: “Na linguagem da filosofia poderíamos dizer que na estranheza do povo em relação à democracia se reflete a alienação da sociedade em relação a si mesma” (ADORNO, 2006, p. 36).

A manipulação ideológica e o indiferentismo egoísta sedimentam o caráter manipulador, incapaz de sentir com as experiências humanas a necessidade desinteressada de cultivá-las, sem o subterfúgio de aproximação das redes de autoridade e poder. O sujeito renega sua capacidade de contestação política e emancipatória (consciência crítica), desloca o “amor” destinado às

peessoas a meios, objetos, tecnologias e admite a violência irrestrita como arquétipo educativo e punitivo à disposição da vida em sociedade (do Estado à família) e adota como premissa de cientificidade a lei da escassez econômica e o evolucionismo autopreservacionista. Para tal comportamento o pensador alemão denomina de “consciência coisificada” (ADORNO, 2006, p. 130):

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém, ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de *welladjustedpeople*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior (ADORNO, 2006, p. 143).

Todavia, cabe a menção de que Adorno ao refletir sobre a educação e alguns conceitos, tais como: individualismo, educação, racionalidade, realismo, dentre outros não deixa de reconhecer sua relevância na sociedade contemporânea, mas tece críticas à “pressão do mundo administrado”, em referência a própria organização do mundo e a ideologia dominante, no obscurecimento da consciência e na estreiteza de seus objetivos. Por isso, a provocativa indagação, conforme Adorno (2006, p. 139): “Para onde a educação deve conduzir?”

De modo concreto, a condução do ensino superior no Brasil tem sido marcada pela expansão de IES privadas e formação de conglomerados educacionais:

Tabela 1- Número de instituições de educação superior por organização acadêmica e categoria administrativa - Brasil - 2003-2018

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	1.859	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	2.013	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	-
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	-
2014	2368	111	84	11	136	136	1850	40	-
2015	2364	107	88	9	140	139	1841	40	-
2016	2407	108	89	10	156	138	1866	40	-

2017	2448	106	93	8	181	142	1878	40	-
2018	2537	107	92	13	217	139	1929	40	-

Fonte: Mec/Inep. Tabela elaborada por Inep/Deed

A partir dos dados do referido Censo, pode-se inferir que o número de IES Públicas em 2017 representou apenas 11,78% (ou 299 IES Públicas entre: Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Institutos Federais), um sinal eloquente do empresariamento da educação superior. Ainda que se ressalte que em 2003 o percentual era menor: 207 IES Públicas, portanto 11,13% do total de Instituições de Ensino Superior. De fato, o número de Instituições públicas não expandiu no mesmo ritmo das privadas. Em 2012, a expansão empresarial consolidou-se com a configuração e formação de conglomerados educacionais, com alterações no porte dessas IES privadas e no arranjo competitivo do mercado.

Conforme dados dos maiores grupos educacionais privados no Brasil no ano de 2017, é possível observar o dinamismo competitivo e a tendência à oligopolização do negócio da educação superior no Brasil, assim como refletir sobre suas alterações mais recentes:

Quadro 3 - Maiores grupos educacionais privados com fins lucrativos do Brasil - 2017

IES	Nº de alunos	Receita líquida	Participação de mercado	Instituições integrantes
Kroton	841 mil	R\$ 5,54 bilhão	16,3%	Anhanguera, Rede LFG, Universidade Norte do Paraná (Unopar), Faculdades Pitágoras, Unic (Universidade de Cuiabá), Unime (Universidade Metropolitana de Educação e Cultura), Fama, Uniderp
Estácio	220 mil	R\$ 3,38 bilhão	7,2%	Marca Estácio presente nos 26 estados e Distrito Federal e Uniseb
Laureate International Universities	271 mil	R\$ 2,53 bilhões	3,8%	Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). BSP - Business School São Paulo; CEDEPE Business School; Centro Universitário do Norte (UniNorte); Centro Universitário IBMR; Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter); Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS); Faculdade dos Guararapes (FG); Faculdade Internacional da Paraíba (UNPB); Universidade Anhembi Morumbi; Universidade Potiguar (UnP); e Universidade Salvador (UNIFACS).
Unip	417 mil	R\$ 2,41 bilhão	6,6%	Unip, Colégios Objetivo
Ser Educacional	143 mil	R\$ 1,23 bilhão	3,9%	Uninassau, Faculdade Uninassau, Uninabuco, Univeritas
Anima	85 mil	R\$ 981 milhões	1,2%	São Judas, UniBH

Adtalem Global Education	54,6 mil	R\$ 899,51 milhões	0,7	Damasio, Ibmecc, Wyden
Universidade Cruzeiro do Sul	149 mil	R\$ 850 milhões	1,3%	Universidade Cruzeiro do Sul e Unicid
Uninove	138 mil	R\$ 749 milhões	2,3%	Uninove
Unicesumar	79,5 mil	R\$ 449 milhões	0,95%	Universidade Veiga de Almeida e Centro Universitário Jorge Amado
Outras instituições	5,6 milhões	R\$ 30,9 bilhões	55,7%	-
Total do setor privado	8 milhões	R\$ 54,5 bilhões	100%	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos sites das IES privadas citadas e periódicos Exame, Valor e Folha de São Paulo.

O fenômeno de consolidação de mercado por meio da formação de conglomerados empresariais pode ser exemplificado, tomando-se como parâmetro os dois maiores grupos de ensino privados em 2017: em julho de 2014, o CADE³⁷ aprovou a fusão do grupo Anhanguera e Kroton, criando o maior grupo educacional do mundo, com valor de mercado inicial de 24,48 bilhões em 2014.

Atualmente, tal setor passa pela reestruturação financeira geradas pelas alterações nas regras de acesso ao crédito e repasse dos recursos públicos as IES. Como exemplo da dependência do recurso público, cita-se a Kroton que reduziu 60% dos contratos de matrícula estudantil que eram vinculadas ao FIES para 28%, em 2018 (AMORIM, 2018).

Como alternativa à manutenção ou aumento de receitas, as IES privadas vêm investindo em Educação a Distância (EaD), concessão de créditos intermediados pela própria IES, eficiência operacional e em custos e aquisição de outros negócios, a citar: startups desenvolvedoras de aplicativos na educação (*edtechs*), em destaque a Kroton na expansão de suas operações empresariais na educação básica no Brasil, com a Somos Educação.³⁸

Em outubro de 2019, a marca Kroton mudou “de nome, de foco, de organização, e de governança. Torna-se uma holding chamada Cogna Educação” (MOURA, 2019).

Com a modificação a empresa se dividiu em quatro marcas: 1) Kroton: representa as IES do grupo no ensino superior; 2) Saber: atuará no ensino básico com a oferta de cursos de línguas e fornecimento de material didático ao governo pelo Programa Nacional do Livro e do

³⁷ Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

³⁸ Revista Ensino Superior. Kroton compra startups de educação. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/kroton-startups-educacao/>. Acesso em 05.08.2019.

Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC); 3) Somos: atua na educação básica e prestará serviço de gestão para escolas e; 4) Platos: atuará no ensino superior e prestará serviço de gestão às demais IES privadas (MOURA, 2019).

Conforme essa mudança na estratégia da referida corporação educacional a Cogna mantém a oferta de cursos diretamente a consumidores (*business-to-consumer* – B2C) na educação superior e passa a atuar na educação básica. Além disso, prestará serviço a outras empresas de educação básica e superior (*Business-to-business* – B2B). Com isso, pretende utilizar tais relações para buscar novas fontes de lucro e consolidar sua influência e domínio no mercado de educação no Brasil.

Cabe pontuar que no mercado de ensino superior no Brasil, 63,2% é constituído por IES privadas de pequeno porte, tendo em vista possuírem até 3 mil matrículas (SEMESP, 2019)³⁹.

Outra mudança recente refere-se à alteração da marca Estácio para Yduquus, com o objetivo de diversificar a marca para outros segmentos de educação. Para tal fim, vem adotando como estratégia a aquisição de IES e consolidação do grupo no interior paulista e nas regiões Norte e Nordeste, tal como se evidencia com a compra do Centro Universitário Toledo – Unitoledo (Araçatuba-SP) no valor de R\$ 102,5 milhões e do *Adtalem* Educacional do Brasil, filial da *Adtalem Global Education* por R\$ 1,9 bilhão, proprietária por exemplo da FACI Widen em Belém do Pará.

Dentre as características do processo de aquisição ou fusão empresarial ratifica-se, a partir da alusão ao setor educacional que houve ganho dos conglomerados com a economia de escala, advinda da máxima utilização dos fatores produtivos (capital, trabalhadores, tecnologias, conhecimentos e organização empresarial), envolvidos no processo, objetivando a redução de custo e consequentemente a eficiência operacional.

A especificidade da privatização da educação superior na atualidade deve ser buscada nas estratégias do Estado de privatização dos serviços públicos, que se destinam, em boa parte, a transferir recursos que até então eram destinados, prioritariamente, à reprodução da força de trabalho para aumentar a competitividade empresariais, em decorrência dos imperativos para a superação da crise do capitalismo monopolista (NEVES e FERNANDES, 2002, p.28).

Cabe mencionar que ao terceirizar a responsabilidade estatal do acesso e gratuidade do ensino superior como política pública, o Estado inevitavelmente sujeita-se a reconhecer que a

³⁹ De acordo com Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP). No lançamento do Mapa do Ensino Superior 2019. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/imprensa/semesp-mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2019/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

Instituição de ensino superior pública é dispendiosa para o propósito quantitativo de formação e oferta ao mercado de cidadãos com diploma.

Outra problemática refere-se ao apetite econômico do expansionismo de capital das IES privadas, com a abertura de capital ao mercado de ações na Bolsa de Valores e a especulação e expectativa financeira de maiores ganhos com os papéis desses negócios. A saída é continuar crescendo em receita com o aumento de matrículas (participação no mercado), elevação do ticket médio (consumo médio por aluno), com o aumento de mensalidades, vendas de cursos da capacitação e de materiais; e, redução de custos com o referido serviço educacional. Para isso, o Estado exerce a fiscalização da atividade econômica e dos níveis de concorrência com o CADE e de modo desvinculado da autarquia mencionada o governo atua com a política nacional de educação, por meio do MEC. Dentre as atribuições, destacam-se⁴⁰: avaliação, informação e pesquisa educacional, pesquisa e extensão universitária e magistério.

Daí surge a contradição da reforma universitária da década de 1990: a exploração e dominação do mercado de serviços educacionais e a qualidade na oferta desses serviços. Para onde a educação deve conduzir?

Adorno (2006) não fecha a resposta, mas acompanha o movimento dinâmico da racionalização instrumental em seu movimento histórico, na ampliação do acesso à educação formal; no interesse quantitativo do Estado como propaganda política; nas limitações da educação no que concerne a elaboração e estudo de conceitos restritos a pensar situações concretas e funcionais ao sistema, que levam ao tolhimento da espontaneidade, imaginação e criatividade para além daquelas possibilidades da acumulação do capital; nas concepções e experiências concretas e traumáticas com o individualismo autoritário; na fetichização tecnológica do conhecimento que prefere a condição uniformizadora a impulsionar a ruptura crítica incompatível a opressão e personalidade autoritária.

Diante das questões suscitadas há uma orientação fundamental que percorre o seu pensamento sociológico: pensar a desbarbarização, constituindo-se pelo sujeito apto a exercer a experiência da autonomia, emancipação da própria consciência e partícipe da organização política.

⁴⁰ Ministério da Educação. História. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171. Acesso em 05.08.2019

2.3.3 O *management* e a fabrilização do trabalho docente

Adorno em “A indústria Cultural”, texto de 1947, examinou a expansão do capitalismo nos meios de comunicação e da cultura, tal qual o rádio, televisão, cinema, jornais e a perda pretensa esforço inicial de uma vinculação ao conceito de arte, em referência à liberdade criativa e de pensamento. Para o autor, até essa relação conceitual foi gradativamente se perdendo e assumindo a feição de produto, com fins comerciais e ideológicos de diversão, distração e controle da consciência individual.

O produto cultural passa a ser pensado como um negócio, tal como o industrial que dispõe de um processo de produção, uma complexa divisão de tarefas, aparato técnico específicos, métodos de standardização e reprodução técnica da elaboração de conteúdo, construção de narrativas, ilustração de conflitos e dificuldades, do bom ou mal e o desfecho com a mensagem moral e a música leve de fundo. Uma catarse de clichês (ADORNO, 2002).

Adorno (2002) menciona que o aparato técnico e as fórmulas de sucesso são cuidadosamente elaboradas para que o trabalhador em seu tempo livre possa recompor-se do desgaste do trabalho e manter-se próximo ao mundo cotidiano e insubordinado, consumo em estado de distração.

Com base nessa expressão da simplicidade, a Indústria cultural reduz a tensão inconformista, criativa e crítica da consciência e domina pelo monopólio de ideias, desejos de consumo e individualismo meritocrático:

O denominador de “cultura” já contém, virtualmente, a tomada de posse, o enquadramento, a classificação que a cultura assume no reino da administração. Só a ‘administração’ industrializada, radical e consequente é plenamente adequada a esse conceito de cultura. (ADORNO, 2002, p. 22)

Por trás do “mito do sucesso” alcançado pelo próprio esforço, competição pelas poucas oportunidades, está a ideologia que engendra a racionalidade da própria dominação e transforma em produto a fórmula de sucesso em livros, filmes e cursos para se tornar rico, a experiência subjetiva se torna um fetiche.

Com base na exposição do pensamento adorniano reflete-se sobre a educação emancipadora e crítica no processo e práticas de trabalho dos managers das IES privadas pesquisadas na capital paraense, dentre os aspectos observados as mudanças e limites identificados para sua assimilação:

“Na minha época era mais difícil”, afirma a coordenadora de curso de uma IES privada, de aproximadamente 40 anos de idade, e complementa referindo-se aos discentes que a

procuraram em sua mesa de trabalho. “Vocês não querem estudar, quando chega no final do semestre vocês ainda pedem trabalho pra passar na disciplina”, referindo-se a uma nova chance pedida pelos discentes para alcançarem a média da disciplina. Em tom mais informal responderam: “Pô, Tatiane⁴¹ dá uma chance?”

Outro coordenador de curso em outra IES repetia o tom para duas acadêmicas, enquanto assinava uma pilha de requerimentos de outros discentes:

Coordenador de curso: “Vocês querem mais prazo para entregar o artigo (referente ao trabalho de conclusão de curso)? Impossível não tem mais prazo”. As discentes argumentaram que tiveram problemas pessoais. “Entendo, mas seguimos um cronograma... Vocês vão ter que se formar no próximo semestre”. Em tom contemporizador: “Olha faz o seguinte esfria a cabeça, conversa com o orientador, procura fazer com calma e cuidado com os prazos. Preciso ir. Vou entrar em sala agora”.

Em seguida, o coordenador se retira da mesa de trabalho, caminha em direção a sala de aula e dirigiu-se a mim em tom de voz mais baixo:

Coordenador de curso: Todo final de semestre é isso. Aliás, com a exceção de que o controle hoje é feito via sistema pela matriz (em outro Estado).

Pesquisador: Qual controle, professor?

Coordenador de curso: Plano de Ensino, avaliações, calendário, frequência. Minha função hoje é fluir o processo: cobrar o cumprimento de prazos, assinatura de requerimentos e atendimento acadêmico.

Pesquisador: e quais são os tipos de atendimento?

Coordenador de curso: dúvidas sobre o TCC⁴², acadêmicos pedindo flexibilidade na avaliação de disciplina com provas e trabalhos”. Nesse momento do diálogo, o coordenador trata com outro docente sobre o término do calendário acadêmico e últimas avaliações do semestre. Em seguida, o coordenador já próximo à sala de aula:

Pesquisador: E como o senhor lida?

Coordenador de curso: “Fazemos o que é possível... Como diz o chefe: ‘não é preciso arrancar cabelo (sic) para fazer um curso superior’.

Outro coordenador de outra IES complementa o relato dos coordenadores acima:

Hoje me dedico integralmente à docência. Estou na coordenação de curso por necessidade de complementação de renda. É muito trabalho e a pressão é grande pela manutenção e criação de novas turmas. Vivo fazendo anotações para não esquecer nada. Tudo precisa caminhar dentro dos prazos e do padrão da Instituição.

Sobre os “prazos e padrão da Instituição” observaram-se em diferentes IES símbolos do padrão da Instituição com referência a qualidade do ensino em alusão ao conceito do curso

⁴¹Em respeito ao anonimato, os nomes dos professores e coordenadores pesquisados foram preservados, substituindo-os por nomes fictícios, mantendo somente os relatos e opiniões emitidas.

⁴² O Trabalho de conclusão de curso (TCC) engloba diferentes trabalhos que podem ser apresentados ao final do curso. Dentre as práticas comuns adotadas pelas IES privadas pesquisadas, citam-se: monografia, plano de negócios e artigo acadêmico.

atribuído pelo MEC, troféus em premiações de marketing organizados por veículos de comunicação local, como exemplo *Top of mind* ou referências a eventos, prêmios, *banners* e cartazes que denotam que a IES possui educação “empreendedora” e/ou “inovadora”, com o “foco no mercado de trabalho” e “desenvolvimento local”.

Tais meios de comunicação podem ser encontrados nos sites, murais, banners afixados nos principais corredores das IES, os quais foram observados nos diálogos entre discentes quando estavam reunidos em áreas de socialização, como exemplo: lanchonetes, reprografia, biblioteca ou bancos distribuídos nos corredores das IES:

Pensei que não ia passar aqui. Tava um tempo parado. Mas me ligaram disseram que eu tinha conseguido um desconto na mensalidade e resolvi me matricular. Mesmo assim tá pesado pra pagar. Conversei com uma colega e ela me disse que lá (disse o nome da IES) é mais barato e a maioria sai de lá com emprego (conversa entre acadêmicos na reprografia próxima a uma IES privada).

Contudo, houve também dentre as IES privadas pesquisadas, aquelas que se negaram a conceder qualquer tipo de entrevista ou autorização para a pesquisa de campo e até outras que se recusaram em receber o ofício de solicitação da pesquisa. Como exemplo, o seguinte questionamento de um coordenador de curso, responsável por me receber em nome da IES:

Olá, no que posso ser útil? Apresentei-me e comentei sobre a pesquisa de campo...
 - Professor, como o senhor conseguiu passar a catraca? Respondi: Apresentei a habilitação (com os dados pessoais) e a recepção registrou a minha entrada. Disse-me onde ficava a sala das coordenações e direção. Ao chegar, novamente me identifiquei a recepcionista e solicitei permissão para tratar sobre a pesquisa.
 Em seguida, comentei novamente sobre a pesquisa e o público pesquisado, mostrando-lhe o ofício de encaminhamento do Programa de pós-graduação, o qual me respondeu:
 - Já realizamos esse tipo de pesquisa internamente. Temos um levantamento minucioso. E não podemos fornecer os dados por política da empresa.
 Apesar de insistir que o questionário de pesquisa poderia conter variáveis não pesquisadas pela IES que poderia contribuir para compreendermos sobre a atividade docente na atualidade. Então, o coordenador de curso e relações públicas da IES, devolvendo-me o ofício, limitou-se a responder:
 “O nosso (levantamento) é bem completo...” como num enlace amistoso de sua pergunta inicial, o responsável pela relação institucional encerra o “atendimento”:
 “Quando concluir (o doutorado) traga o seu currículo”.

Da fina cordialidade indiferente e do controle métrico da linguagem padrão, exclui-se o diálogo e a mediação acadêmica, incapaz de despertar a reflexão sobre qualidade e desenvolvimento educacional.

A academia privada se metamorfoseou em um segredo empresarial que esconde sua fórmula do sucesso e retira-se do debate público sobre a visão de educação emancipadora e

crítica, mas pode permitir que se passe a catraca se a proposição do debate remeter a perspectiva de ganhos.

2.4 A ciência dos *managers* e o novo espírito do capitalismo

“É inacreditável o quanto você não sabe sobre o jogo que jogou a sua vida toda!”. (personagem Mickey Mantle, economista e consultor de performance no filme O homem que mudou o jogo [em inglês, *Moneyball*]).

Quanto vale uma nota no Enade para sua instituição? (Hoper Educação, *Think tank* especializada em Educação Superior).

Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009) analisaram em *O novo espírito do capitalismo* como os traços ideológicos, as formas de representação da empresa e do processo econômico pretendem dar um novo sentido ao trabalho na empresa. Para tanto, os autores em questão examinaram, comparativamente a produção bibliográfica do estudo das organizações ou como estes preferem nomear “bibliografia dos corpora”, os quais investigaram os temas mais recorrentes, as principais problemáticas administrativas levantadas e suas representações das normas do passado (“obsoletas”) e as soluções apresentadas.

Os autores pretenderam, dessa forma tornar evidente as mudanças ideológicas adotadas no capitalismo ao longo do século XX, cujo poder de mobilização mostrou-se suficientemente convincente para a acumulação do capital e manutenção de interesse coletivo dos capitalistas e operadores do mercado.

Boltanski e Chiapello (2009, p.33) consideram ideologia como um “conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade”. Tal sentido, apoia-se na obra do antropólogo francês Louis Dumont. Sob essa lógica, os autores partem de uma análise pragmática acerca das formas de engajamento, as justificativas e o sentido atribuído pelas pessoas em relação à ação. Tais aspectos constituem o bojo da *teoria das provas* de Luc Boltanski.

A partir dessa sistematização, os autores em questão classificaram as referidas produções ideológicas em três etapas, conforme sua temporalidade e principais aspectos-chave ou espíritos do capitalismo (tipos), a citar: 1º espírito do capitalismo (a partir dos anos 1930): voltou-se ao elogio do trabalho administrativo, a valorização da competência e destaque à educação; 2º espírito do capitalismo (a partir dos anos 1960): tratou sobre a motivação dos executivos e atração de indivíduos da elite ao âmbito empresarial e o 3º espírito do capitalismo (a partir dos anos 1990): aborda sobre o discurso flexível da autogestão, autocontrole e adaptabilidade a

mudanças no mundo do trabalho, em particular a instabilidade empregatícia passou a atingir os cargos dos executivos.

Em comum, conforme os autores, as publicações empresariais examinadas tratam de modo prescritivo as formas de obtenção de lucro, fazem recomendações aos gerentes e utilizam tom moral do que deve ser e fazer. Sob outra perspectiva, as publicações procuram responder a pergunta: como dar sentido ao trabalho?

Inevitavelmente, ao desvelar os espíritos do capitalismo presentes nas publicações empresariais, os autores recorrem à categoria ideologia utilizada por Marx. Contudo, consideram-na insuficiente se restringirem o seu sentido a ilusão e embuste,

Conforme os autores, o espírito do capitalismo refere-se, em princípio:

(...) a capacidade de permear o conjunto das representações mentais próprias de determinada época, de infiltrar-se nos discursos políticos e sindicais, de fornecer representações legítimas e esquemas de pensamento a jornalistas e pesquisadores, de tal modo que sua presença é ao mesmo tempo difusa e geral (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 83-84).

A obra destaca o aprimoramento, ao longo do século XX, das formas de controle e dominação pela produção teórica em Administração, pontuando-se o aumento do porte e burocratização das empresas. Nesse aspecto, desde a década de 1960 deu-se início a uma técnica de gestão denominada de Administração por objetivos (APO), cujo prisma voltou-se para a avaliação da consecução do trabalho e alcance de metas e resultados. Com isso, disseminou-se no campo das organizações o discurso da menor relevância à processualidade do trabalho, em detrimento do resultado do trabalho. Ao examinar atentamente tal pressuposto, constata-se que a referida técnica aprimora as formas de controle nas empresas ao conceder aparente autonomia na execução do trabalho, pois desloca o controle do processo de trabalho para a performance em si (eficácia) e aprimora os métodos e técnicas elaborados pelos trabalhadores (eficiência), daí se explica a aparente autonomia no processo de trabalho. Tal aspecto, conforme os autores, tem influência no contexto de crítica social representado pelo movimento estudantil de 1968⁴³, cuja particularidade foi a participação de jovens e portadores de diplomas universitários que recusavam o que consideravam a “proletarização” de suas atividades, reivindicando, dentre alguns aspectos, um ambiente de trabalho mais autônomo, criativo e com garantias de emprego e carreira. Portanto, a elevação da escolaridade também foi acompanhada de novas aspirações

⁴³Boltanski e Chiapello (2009, p. 210) destacam que parcela representativa do patronato considerou o movimento estudantil de 1968 com uma “crise nos termos da crítica estética”, isto é, uma revolta contra condições opressoras no trabalho e as formas de autoridade rígidas e centralizadoras, exageradas e vazias no sentido prático.

na carreira e tensões quanto à satisfação e qualidade de vida e a racionalização e divisão do trabalho, modeladas até aquele momento por ideias tayloristas (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 203).

Por outro lado, a literatura em gestão ao reportar-se sobre os conflitos de autoridade e de contestação a hierarquias e ritmos de produção adotaram como estratégia o dualismo discursivo apregoado pela necessidade de substituição de teorias e práticas gerenciais obsoletas, tal como o combate (retórico e aversivo) à burocracia, assim como assimilaram críticas que enfatizavam o processo permanente de qualificação e capacitação para o trabalho, como requisito de êxito na carreira e de autorrealização.

Com isso, a meritocracia destacou-se como técnica de gestão eficaz que realça a representação individualizante do trabalho (a carreira como representação competitiva entre trabalhadores), a disciplina e obediência aos gestores, a justificativa das desigualdades entre os próprios trabalhadores, os melhores salários, prêmios e distinções hierárquicas e de autoridade. Desse modo, a literatura em gestão constrói o imaginário de reconhecimento social adquirido pelo trabalhador que ascendeu na hierarquia da empresa e passou a exercer funções.

Em consequência, tal desarticulação dos trabalhadores enfraqueceu representações coletivas que defendem propostas equitativas e de justiça social, como exemplo o movimento sindical.

O 2º espírito do capitalismo também foi marcado pelas dificuldades de gestão com o gigantismo empresarial, a burocratização patrimonial, centralização administrativa e resistências de executivos à pouca liberdade na tomada de decisão e deliberação dos planos de expansão da organização.

A partir da década de 1990, com o acirramento da competição entre empresas, as publicações em gestão passaram a chamar a atenção da necessidade de adaptação competitiva e decisões rápidas, imbuídas de uma busca de diferenciação por meio da inovação e empreendedorismo de pessoas e empresas: “o verdadeiro patrão é o cliente!”.

As novas justificativas ideológicas procuraram responder a busca de novos métodos de obtenção de lucro, seja por incrementos tecnológicos e técnicas administrativas, seja pela adoção de medidas políticas que de modo prático reduziram direitos que assistiam aos trabalhadores. Visavam, com isso, rever os gastos, com o uso de discurso eficaz para arregimentar e orientar os gerentes e novas representações do espírito capitalista para o período em questão. Trata-se de uma tentativa de responder a críticas dirigidas ao capitalismo com a perda de garantias no emprego: como dar sentido à empresa?

No século XXI, auxiliados pelas tecnologias de informação e comunicação tornou-se possível o emprego da comunicação e reprodução de informação padronizada como resultado de uma nova mercadoria produzida. O referido século notabiliza-se por criar novas fábricas de informação: desde os produtores individuais (*digital influencers*), como exemplo *youtubers/vlogger*⁴⁴ ou modelos institucionais como as IES privadas, com suas plataformas de educação a distância. Nesse caso, os produtores de conteúdo são contratados e vendem produtos informacionais à Instituição que passa a deter a propriedade do produto. Em alguns casos, a liberdade e autonomia de produção do conteúdo restringem-se à elaboração do tema.

No âmbito das IES privadas pesquisadas, destaca-se a adoção de práticas mais sofisticadas de gerenciamento de resultados, com o uso de softwares especializados em gestão e de managers com competências específicas em gestão educacional e empresarial. A ordem, portanto, é identificar novas oportunidades de negócios (premissa empreendedora) no campo educacional e explorá-las.

As instituições educacionais não propalam apenas o discurso empreendedor. As competências gerenciais são tão importantes aos negócios quanto à cultura empreendedorista. Uma complementa a outra. A última volta-se para geração de receitas por meio de inovações (como um típico jogo de “destruição criativa” schumpeteriano); a segunda aprimora o processo de gestão. Por essa razão, que não se deve reduzir o fenômeno em questão a uma profissionalização administrativa de cunho gerencial ou empreendedor. Mas sim, ao domínio do management no mercado educacional, agregando fundamentos da economia e gestão em busca de meios mais rentáveis na oferta de educação como mercadoria, no aprimoramento do processo de gestão (acumulação permanente)⁴⁵ e sua consequente distribuição mercadológica, explorando o mercado educacional com a expansão ou revitalização de instalações (*brownfields*), além da abertura de novas unidades (*greenfields*) (acumulação ampliada)⁴⁶.

A educação superior se tornou um campo fundamentalmente da disputa por ganhos econômicos pelas corporações educacionais e a expectativa de empregabilidade dos novos profissionais formados. O termo empregabilidade refere-se aos aspectos comportamentais e técnicos necessários para adquirir conhecimentos e uma oportunidade de trabalho. Enaltece-se o indivíduo capaz de superar as adversidades por si só e atenuam-se as barreiras estruturais e

⁴⁴ Um tipo de indivíduo que publica textos, imagens e vídeos na internet.

⁴⁵ Vide Estácio demite 1,2 mil docentes em dezembro de 2017, com objetivo de melhorar as margens de rentabilidade, disponível em <http://www.revistaeducacao.com.br/educacao-e-ativo-para-aluno/>

⁴⁶ Vide a expansão da Kroton no ramo de Educação Básica, disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2017/10/kroton-ja-tem-na-mira-16-ativos-em-educacao-basica-sendo-3-em-fase-avancada-de-negociacao.html>

culturais para o acesso no mercado de trabalho. As campanhas publicitárias são um bom exemplo desse espírito *self made man* no Brasil: “Faça um curso superior e se posicione melhor no mercado!”; “Garanta seu futuro!”; “Professores atuantes no mercado de trabalho”; “formação de qualidade para você vencer”.

É curioso observar uma campanha publicitária de uma IES, cujo garoto-propaganda é o técnico da seleção brasileira de futebol masculino. No país do futebol, a mensagem publicitária repercute a busca de um ícone moral fora do campo da educação como referência explícita ao público consumidor. A educação superior foi secundarizada ao plano do consumo e personagens do entretenimento são seus principais heróis.

No Brasil, a cultura do *management* ganhou novos contornos com a abertura econômica realizada na década de 1990, a qual ficou conhecida como o movimento gerencialista, que visava a desburocratização organizacional e melhoria de competitividade das empresas privadas, bem como na oferta do serviço público pela administração pública, movimento conhecido como *New Public Management*.

Esse novo prescricionismo voltado para competitividade baseou-se em reengenharia, movimento da qualidade inspirada no toyotismo, novos vínculos de trabalho (terceirização), envolvimento e participação dos trabalhadores assalariados, chamados de colaboradores e membros da equipe:

Quadro 4 - A década de 1990 no Brasil: a cultura do *management* e a disciplinarização produtiva

Período	Eventos e práticas empresariais	Objetivos
1990	Abertura econômica (Governo Fernando Collor)	O “estímulo à competitividade” brasileira
Década 1990	Reengenharia (começar de novo) de Michael Hammer e James Champy	“Atividades orientadas para tarefas estão obsoletas. As empresas precisam organizar o seu trabalho em torno de processos” ⁴⁷
Década 1990	<i>Downsizing</i> (Enxugamento)/ <i>Rightsizing</i> (Tamanho certo)	Racionalização da burocracia das empresas; horizontalização das empresas, redução de custos;
1991	A Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), que adotou integralmente os critérios do prêmio de qualidade norteamericano Malcolm Baldrige.	Programa de Qualidade: melhoria contínua e envolvimento dos trabalhadores; Círculos de Qualidade (CQ); Benchmarking
Década 1990	“Competindo pelo futuro” de C.K. Prahalad e Gary Hamel	“Competências essenciais” das empresas
1992	“ <i>Balanced Scorecard</i> ” de Robert Kaplan e David Norton	Medição de desempenho de indicadores financeiros e não-financeiros
1990	“A Quinta Disciplina” de Peter Senge	Administração Participativa: “Supere as velhas divisões do trabalho” de Adam Smith

⁴⁷Hammer, Michael. Reengenharia: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerencia, 1994, p. 18.

	Natureza dinâmica dos contratos de trabalho	Terceirização (<i>outsourcing</i>),
Década de 1990	<i>Outplacement</i> (Empregabilidade)	Pressupõe a falta de qualificação do trabalhador diante das incertezas do emprego. O sujeito deve buscar estratégias de recolocação
1995	Nova Administração Pública ou <i>New Public Management</i>	Reforma do Aparelho do Estado adoção de ferramentas de gestão provenientes da Administração privada. Pauta-se em metas, controle por resultados, orientação para o serviço público, participação social e transparência

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de Hamel (1995), Hammer (1997), Kaplan e Norton (1997), Senge (2006), Drucker (2003).

Cabe aos *managers* papel importante no controle dos métodos e técnicas de indicadores institucionais junto à regulação estatal, a viabilização de estratégias para aquisição de novas tecnologias de trabalho, controle dos padrões de qualidade dos indicadores institucionais, tais como verificação de assimilação do conteúdo e satisfação dos clientes (alunos).

Toma-se como exemplo a cultura da “horizontalização” das relações, a qual os agentes responsáveis pela fiscalização e controle da produtividade aproximam-se dos demais trabalhadores, abdicando do modo ostentatório da posição de dominante que ocupa para se colocar acessível aquele que se dirige com intuito de estabelecer relações informais e menos evidente às relações de autoridade e comando:

Uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico – poetas nas sociedades arcaicas, profetas, homens políticos – consiste assim em por o senso comum do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele (BOURDIEU, 2011, p. 143).

No âmbito de atuação dos *managers*, almeja-se aprimorar o sistema de controle tecnocrático e administrativo, inculcar no sujeito que o pragmatismo do pensamento e do agir são justificados pela imposição do mercado. As sobrevivências das organizações, do vínculo empregatício, do consumo, do lazer e cultura ajustam-se a essa premissa. Logo, imbuir-se do valor do mercado é deparar-se com as exigências de desempenho sobre si mesmo e os limites humanos da capacidade física e mental de corresponder ao que se considera metas alcançáveis ou critérios de exigência e intensidade que são utilizados para definir quando, por exemplo o trabalho docente é considerado de boa ou má qualidade.

A formação humanística, o discernimento e encadeamento crítico de questões sociais, políticas, culturais e artísticas diminuem, em contraste a uma formação cultural que valoriza e amplia as dimensões de alcance de terminologias empresariais (tais como melhorar eficiência, controle do tempo, eficácia das ações para diferentes esferas da vida, em suma a disseminação ideológica do discurso empreendedor e empresarial, os quais reproduzem e sedimentam o uso

da linguagem e do campo empresarial na vida social, do dogmatismo do pensamento, da lógica de custos e do processo de estreiteza do trabalho e da vida, da fabricalização do pensamento, do trabalho e do ser.

Engana-se, porém que a fabricalização do trabalho docente se restrinja a busca dos *managers* das IES privadas por eficiência e eficácia organizacional nos processos de gestão e trabalho. Esse processo de dominação ganha dimensão de precarização e os respectivos contornos estruturais da mão visível do Estado neoliberal.

3 – A ORDEM NEOLIBERAL E O PROGRESSO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Desde a década de 1990, o Estado brasileiro vem passando por significativas mudanças com a implantação de reformas neoliberais, tais como as observadas na educação superior, quanto à expansão na oferta e acesso ao serviço educacional privado, sob prerrogativas de políticas de liberalização mercantil com a privatização e, em seguida a autorização, implantação e aumento, em número e domínio de instituições de ensino superior privadas; financeirização com a abertura e aporte de capital financeiro-especulativo e; mercadorização sob a lógica de gerenciamento de custo e produção e massificação de serviços educacionais.

A racionalidade do capitalismo neoliberal na educação superior brasileira perpassa, consequentemente pela revisão das formas de entendimento sobre o papel da educação superior, os ajustes nas políticas educacionais, as estratégias e ideologias de expansão dos serviços educacionais privados.

Ao abordar sobre o Estado objetivou-se discutir o papel deste na elaboração de políticas sobre educação superior e suas repercussões no conjunto das modificações adotadas com a mudança regulatória e condicionantes de controle para a implementação, manutenção expansão do sistema de ensino superior brasileiro. Diante disso, abordou-se sobre o Estado neoliberal, especificamente as políticas educacionais, a partir da teorização político-econômica, cujos fundamentos, origens e características, contribuem para a análise das particularidades no processo de reformas, reprodução e dominação capitalista no campo dos serviços educacionais e do trabalho docente.

Diante disso, torna-se necessário recuperar concepções que tratam sobre as mudanças relacionadas ao Estado e a sociedade, como o conjunto de mudanças implantadas nas políticas de educação superior brasileira estão inseridas no espectro político, econômico, cultural e estrutural mais amplo e complexo, cujas implicações impõe e reforçam um “estatuto” de país com perfil consumidor e dependente: consumidor de produtos culturais e tecnológicos importados e produtor de força de trabalho barata, semiquificada e dependente tecnologicamente.

Com a ordem ultraliberal encontra-se o êxito dos teóricos e signatários da racionalidade pragmática, economicista e individualista que se voltam às necessidades de mercado e progresso econômico conservador; massificação/flexibilização quantitativa de cursos, vagas e da qualidade com a ideologia do pensamento de mercado, orientados pelo individualismo atomizado e narcisista. Dessas mudanças desvela-se a fabricalização e as contradições do progresso da educação superior e do trabalho docente.

A exposição do tema está estruturada em três tópicos: 1. O Estado neoliberal: da teorização político-econômica ao aparelhamento da violência legítima; 2. A ordem neoliberal e o progresso (do empresariamento) da educação superior no Brasil; 3. O ensino superior privado no Pará: rumo à fabricalização da educação.

3.1 O Estado neoliberal: fundamentos do pensamento político-econômica liberal

Neste capítulo discutiram-se os fundamentos do pensamento político-econômico neoliberal. Porém, retomaram-se alguns pontos indispensáveis dessa questão, de modo que trouxesse esclarecimentos sobre o papel do Estado no processo de dominação do capital, nas relações de poder e nas concepções sobre classe e estratificação social.

Com base nas referências teóricas sobre as categorias citadas partiu-se para análise de ideologias presentes no pensamento liberal, as quais insinuam um cunho universalista de suas ideias o que concretamente se reveste em domínio burguês, com a segregação de direitos e participação política das camadas populares e trabalhadores. E, por fim o domínio do mercado com a centralidade da vida social.

Outro aspecto contemplado no referido capítulo trata sobre a revisão sociológica dos processos históricos, políticos e administrativos que possibilitaram a implantação do neoliberalismo no contexto internacional e brasileiro e as repercussões políticas e micropolíticas da educação superior no Brasil.

3.1.1 Marx: Estado, interesses e conflitualidade de classes

Karl Marx (1818 – 1883) apresenta contribuições à discussão por se se distanciar radicalmente da produção intelectual estritamente voltada a pensar a conservação da ordem, do controle social e a função do Estado, sob o domínio da elite capitalista e a influência desta na composição e deliberação do Estado.

No contexto da sociologia clássica, a discussão de classe em Karl Marx teceu críticas às contradições do trabalho e as formas de exploração, trouxe à tona a dimensão da tensão entre interesses contraditórios e dependentes: de um lado os operários e a preservação do sujeito, no espaço do trabalho como expressão coletiva na sua dimensão política, psíquica, social e fisiológica; do outro lado, os capitalistas, proprietários do processo e produto do trabalho e do excedente na extração do valor econômico.

No decurso do século XX vários estudos foram realizados no setor industrial, procurando observar como a aplicação de técnicas repercutiram na produtividade e em maiores ganhos de capital (extração da mais-valia), seja sob o viés de um melhoramento do próprio processo produtivo, seja sob a ótica da crítica às consequências psicossociais à adoção das referidas técnicas. Contudo, torna-se relevante observar como as referidas técnicas fabris foram e continuam sendo implementadas e adaptadas nos demais setores econômicos.

Essas modificações provocadas pela crise de acumulação com o pacto fordista-keynesiano e a reestruturação produtiva do capital, a partir da década de 1970 tiveram impactos na absorção pelo setor de serviços (terciário) um significativo contingente de trabalhadores em diferentes níveis de escolaridade.

Além de que, marcou maior interligação entre os setores tradicionais (primário, secundário e terciário), o que deu origem a termos como: agroindústria, indústria de serviços e os serviços industriais) e as novas técnicas de valorização do capital e exploração, que mobilizaram um repertório de alterações nas formas de gestão e o domínio empresarial, nas repactuações governamentais com a adoção de políticas econômicas que dinamização e aumento da acumulação de capital, com impactos desde o operário fabril ao trabalhador do conhecimento, um professor, por exemplo e nas formas de organização e mobilização políticas destes:

Que é uma classe? A resposta a esta pergunta se depreende em seguida à que demos a esta outra: que é que converte os operários assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, em fatores das três grandes classes sociais? É à primeira vista, a identidade de suas rendas e fontes de renda. Trata-se de três grandes grupos sociais, cujos componentes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de um salário, do lucro e da renda do solo, ou seja, da exploração de sua força de trabalho, de seu capital ou de sua propriedade territorial (MARX, 1980, p. 100).

Curiosamente, não há em Marx uma produção específica sobre o conceito de classe. Mas sim, a descoberta do proletariado como força política revolucionária que impulsionou Marx ao estudo da estrutura econômica das sociedades modernas e da luta de classes (BOTTOMORE, 2001).

Todavia, a “ausência” do conceito não se traduz em omissão na discussão em questão. A reflexão sobre classe está presente no exame do processo histórico, na emergência das tensões sociais e nos conflitos políticos e ideológicos e no desenvolvimento por Marx do método materialista histórico e dialético.

Essa chave crítica e interpretativa é identificada em Marx em “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” (2011) ao discutir sobre a ascensão burguesa na França e a manutenção do poder

respaldando-se na busca de legitimação por meio da força e eficácia de seu ordenamento jurídico e da composição ideológica para fins de conformação de classe e; uma burocracia estatal que permitiu o controle social. Portanto, uma revolução burguesa tencionada pelo conflito entre classes, com o uso de diferentes instrumentos de força e repressão física e jurídica para estabelecer a ordem burguesa e uma nova composição societária desigual e excludente.

Marx (2011) desvela, a partir da conjuntura política oitocentista francesa que a narrativa apresentada não se limitou a uma época, a uma análise conjuntural, mas sim a partir da realidade concreta criticou a mistificação da atuação estatal e do personalismo (bonapartista com o golpe de Estado por Napoleão Bonaparte no episódio conhecido como “18 de brumário”), as formas de dominação burguesa e a constituição forjada da cidadania francesa, com a defesa de princípios constitucionais que reconheciam no indivíduo o acesso à tutela estatal.

Sob esse enredo sociológico a obra em questão reflete a luta de classes, no contexto histórico-político de 1848 a 1851 na França, mas também recorrente no sistema capitalista, e as suas diversas representações de classe, interesses políticos, ideológicos e econômicos envolvidos, a explicitar: a aristocracia remanescente da monarquia, variadas composições dentro da classe burguesa, cujo elo baseou-se na oposição ao regime monárquico de Luis Felipe e seus vestígios feudais e, no nacionalismo francês diante das desvantagens do Tratado de Viena imposto pela derrota napoleônica; a repressão e exclusão de camponeses e proletariado no decorrer do processo de instauração de uma república burguesa modelada pelos ideais contraditórios de *liberté, égalité, fraternité*, ainda que marcados por golpes de estado, estado de sítio e o despotismo de Luís Bonaparte, ressalta-se sobrinho de Napoleão.

Para Marx (2011), a ascensão de Luís Bonaparte não deve ser interpretada como um esforço isolado ou extraordinário pela conquista de poder (na versão de Victor Hugo) ou apresentando o golpe de estado como construção histórica objetiva, proveniente de uma lógica evolutiva precedente, contribuindo para a construção ideológica e apologética do herói do golpe do estado (Proudhon), mas sim de uma arena político-social caracterizada pela conflitualidade de interesses entre classes, tendo o Estado um papel de legitimador da dominação e controle social. Logo, sob a égide do capital ou da sociedade moderna burguesa, os ideais iluministas supracitados que embasaram a revolução francesa no século anterior e que foram disseminados no seio social, atestados por expressões tais como: liberdade pessoal, liberdade de imprensa, de expressão, de associação, de reunião, de ensino e religião. Tiveram com a ascensão burguesa ao poder destino funesto, com a perseguição, banimento e mortes sob o pretexto da manutenção da ordem e da segurança pública.

Além do proeminente discurso mítico e heroico do líder de estado como estratégia de dominação político-social das classes na França, observou-se principalmente o engendramento republicano de um arcabouço jurídico favorável a constituição e dominação da sociedade moderna pela burguesia.

Contudo, cabe ressaltar que a tônica revolucionária observada com as classes proletária e burguesa em defesa da queda do regime monárquico se desfez rapidamente após a destituição da coroa e a partilha de interesses entre as classes dominantes, diga-se a classe burguesa (pequenos burgueses a alta burguesia).

Marx (2011) aborda também sobre as tramas de Luís Bonaparte para justificar a permanência no poder. Sua justificativa baseou-se no principal argumento: a manutenção de um estado de medo em razão do risco iminente do caos social com a implantação do socialismo por vias legais e “ilegais” (como o golpe de estado) na França. Com base na reprodução do referido discurso, o bonapartismo adquiriu contraditoriamente o seu ápice e a decretação do seu declínio.

Convém destacar que para Marx a classe burguesa francesa, principal interessada na repressão do Estado aos movimentos sociais com influências ou não socialistas esquivou-se da crítica e oposição à truculência estatal em suas diferentes representações: estrutura de poder visivelmente desfavorável à classe operária e demais trabalhadores; a violência física, pelo uso do “poder de polícia” e da legitimidade do Estado para impedir qualquer desacato a ordem pública, nem que para isso tenha sido necessário tirar a vida dos que se opuseram; a violência moral e constitucional do Estado burguês francês ao criar um ordenamento jurídico que reconhecia a liberdade como um princípio constitucional da cidadania francesa, mas que de fato estava tolhida às amarras e condicionantes do Estado: uma liberdade permanentemente assistida para não colocar em risco a “tranquilidade pública”.

O autor argumenta que o clima de hostilidade e centralização político-administrativa identificada no personalismo de Luís Bonaparte não significou o mero interesse individual pelo poder. Mas sim, uma estrutura de classe que se capitula diante da sustentação do jogo político, em defesa dos próprios interesses.

Nesse sentido, a estratégia política analisada por Marx procurou demonstrar que a revolução burguesa na França expôs o papel do Estado enquanto essência de poder que consiste no uso da força na manutenção da ordem, como esbravejou o personagem burguês.: “Antes um fim com terror do que um terror sem fim!” (MARX, 2011, p. 128).

Marx esclarece que a revolução burguesa na França ao assumir o poder respaldou-se na busca de legitimação por meio de seu ordenamento jurídico, composição ideológica para fins

de conformação de classe e uma burocracia estatal que permitiu o controle social. Portanto, uma revolução que transformou na ordem de uma nova composição societária.

Tais dimensões do Estado podem ser encontradas no contexto brasileiro atual, por exemplo ao observar como a política brasileira reduziu-se a um pragmatismo e utilitarismo dos representantes políticos da sociedade: além das funções legislativas e executivas das quais os eleitos são incumbidos chama a atenção o exercício do papel de lobista em causa própria (como as concessões de meios de comunicação para si mesmo ou parentes) ou no atendimento de interesses dos grupos financiadores para a eleição do candidato em questão, sendo que em alguns casos, as duas funções não são separadas.

Outro aspecto refere-se à sobreposição do poder executivo ao assumir o papel de legislador fazendo do uso excepcional de medidas provisórias um instrumento político-jurídico comum entre os presidentes, desde a redemocratização no país.

O bonapartismo pode ser observado também pelo uso das camadas populares como meio de manobra, clamor e mitificação ao culto heroico dos representantes políticos e de estratégia populista. Sobre o bonapartismo ao molde brasileiro, Antunes (2005, p. 8) considera: “nos projetos bonapartistas os interesses gerais da ordem são sempre prevalecentes, mesmo quando, em alguns aspectos contingenciais, os setores dominantes são atingidos”.

Marx e Engels (2010), em “O Manifesto do partido comunista” (1848), sustentam que a burguesia, não aboliu a relação de conflitualidade presentes no sistema de classes, pelo contrário a intensificou com novas condições de opressão, exploração e contradição na relação capital e trabalho. Tal contradição é observada quando a burguesia⁴⁸ reduz a relação social de produção à mera produção de mercadoria⁴⁹. Tal contradição não se restringe ao operário, mas também aos demais agentes sociais:

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados (MARX e ENGELS, 2010, p. 42).

O Manifesto do partido comunista constitui o início da análise de classes marxista e, de modo mais evidente, os autores concentraram-se na luta de classes, como aspecto central do processo histórico capitalista e da vida social. Nessa obra, Marx e Engels observaram os

⁴⁸ Conforme Engels em edição de 1888 do Manifesto comunista, por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (MARX e ENGELS, 2010, p. 40).

⁴⁹ A força de trabalho é a mercadoria que possui propriedade única de ser capaz de criar valor, constituindo, por isso o ingrediente essencial da produção capitalista (BOTTOMORE, 2001, p. 227).

mecanismos dessa luta, os construtos ideológicos, os conflitos inerentes e estruturais no processo de produção e de exploração do capital, a linguagem e o esforço de conscientização proletária (MILIBAND, 1999; FERNANDES, 2011).

Por essa razão Marx (2011) argumenta que as tensões entre classes são inerentes ao capitalismo e as ameaças e progressivos ataques ao proletariado são a maior expressão da dominação classista burguesa, mesmo que tais demonstrações de força tenham repercutido até mesmo entre os que compõem a classe burguesa, como exemplo pequenos proprietários burgueses, excluídos da composição política do Estado. Como afirmaram Marx e Engels (2010, p. 42) em o “Manifesto comunista”: “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

Ao buscar o sentido crítico, a análise marxista reafirma o afastamento da corrente de pensamento positivista e seu postulado de neutralidade axiológica, refutando-os com base na historicidade e fonte social representada fundamentalmente pelas classes sociais, sob a ótica do proletariado. Portanto, não nega as perspectivas históricas, sociais e de luta de classes.

A crítica marxiana insere-se em uma concepção ontológica de desvelamento e ação. A relação sujeito/objeto não é uma relação de externalidade, neutralidade ou baseada em uma objetividade ou abstração teórica. É uma relação de implicação do sujeito ao objeto, no agir revolucionário. Nesse sentido, a objetividade do conhecimento pode ser encontrada na instância da prática social e histórica (MARX, 2003).

Marx (2003) defendia a concepção materialista com a primazia do ser sobre a consciência, por isso a crítica deste ao dogmatismo dos postulados abstratos e anacrônicos e defesa de pressupostos reais, concretos pela via empírica.

No entanto, o processo de desvelamento do real não se dá pela simples ação ou verificação empírica. Mas pelo processo histórico e social da vida do ser consciente partícipe e inserido em um determinado meio social, o que pode ser melhor compreendido quando se examina o modo de produção e os pressupostos concretos em torno dessa categoria, através dos trabalho e cooperação, organizadas mediante a divisão social do trabalho e suas derivações, por exemplo: trabalho material e intelectual; divisão entre campo e cidade; trabalho industrial e comercial. Tais divisões evidenciam a complexidade e as especializações do trabalho, mas também tendem a diminuir a aderência política e social das diferentes categorias de trabalhadores em torno da centralidade da categoria trabalho.

Como alternativa à passivização do ser, Marx (2010, p. 69) evoca os trabalhadores a busca de unidade e ação coletiva como atividade consciente e que se volta para a consecução de uma finalidade: “proletários de todos os países uni-vos!”.

Com base na exposição do pensador alemão, infere-se que os ideais republicanos e democráticos de representatividade e participação social modeladas pelo Estado liberal sob feição burguesa assumem o papel de meras convenções sociais, que alteram minimamente as oportunidades quanto à mobilidade social, acesso às mudanças na estrutura, representatividade política e tomadas de decisão na sociedade.

A revolução burguesa alcançou a hegemonia na sociedade atual ao conseguir atomizar os indivíduos na busca dos interesses egoísticos de acúmulo material em detrimento dos interesses coletivos e do bem-estar comum. Não é coincidência, portanto o esforço midiático dos meios de comunicação empresariais e estatal em reduzir a luta de classes a um jargão marxista superado e deslocado na história política do século XX. Como toda democracia burguesa as classes existem, mas se diferenciam fundamentalmente pelo nível de renda e capacidade de consumo. Indubitavelmente, para Marx o sentido de classe não se resume a estratificação social e nichos de mercado.

Para Thompson (1987) classe é fundamentalmente um fenômeno histórico, que reúne uma série de eventos e experiências comuns e partilhadas, cuja ocorrência é demonstrada nas relações humanas, entre pessoas e contextos reais, em articulação da identidade e interesses entre si e, em oposição a outros homens com interesses diferentes dos seus.

Para Miliband (1999) a análise de classe está relacionada a luta empreendida de cima para baixo, com o uso de controle, disciplina e autoridade administrativa a fim de possibilitar a extração da mais-valia aos produtores, sendo inclusive respaldada pelo poder repressivo do Estado.

Conforme Wright (2015) classe consiste em uma causa social generalizada, tendo a exploração e a luta de classes como característica-chave. Por isso, chama a atenção para a articulação com a formação de atores coletivos organizados e a compreensão de pessoas dentro de classe de seus interesses.

Nesse sentido, o conceito de classe, em uma perspectiva marxista, indica uma historicidade, uma relação social desigual, no bojo da organização econômico-administrativa e da estruturação social, tendo na exploração dos produtores um aspecto fulcral. Por isso, tal desigualdade entre grupos sociais enseja a conflitualidade de interesses e a utilização, pela classe dominante de diferentes mecanismos justificadores da exploração, afim de desarticular, a construção de interesses comuns da classe dominada (grupo social explorado).

Portanto, ao considerar a perspectiva marxista, retomam-se suas influências teórico-reflexivas marcadas pela historicidade. Assim sendo, componentes sociais específicos da análise social (capitalismo industrial, operariado, classe, trabalho produtivo) estão presentes na

análise de Marx e pensadores marxistas, mas ainda capaz de suscitar questionamentos, comparações e explicações que evidenciam a expansão do capitalismo com uso de estratégias e formas de controle social, cuja essência e objetivo de tais ações estão na manutenção, aprimoramento e obliteração das formas de controle e exploração. Pontuando-se a dinamicidade das referidas ações do capitalismo, a partir da denúncia e investigação social.

3.1.2 O pensamento liberal, a estratificação e a justiça social

Se com o referencial marxista a produção teórico-intelectual busca desvelar as formas de desigualdade e de negatividade do trabalho no capitalismo, surge o questionamento como se dá a ideologia da justificação da desigualdade? Como modelo dessa construção argumentativa, ainda reproduzido na atualidade, destaca-se o artigo "Alguns princípios de estratificação" de Davis, K, e Moore, W., publicado originalmente em 1942 nos Estados Unidos, o qual nos propõe refletir sobre a divisão do trabalho e a distribuição do trabalho na estratificação em um sistema social.

Os professores de Harvard partiram da pressuposição de que não há sociedade sem classes ou não-estratificada, os quais delinearão como questão explicativa-chave que a hierarquização da sociedade deve se basear na distribuição de prestígios. Portanto, deixaram em segundo plano o conflito de classes e adotaram uma perspectiva centrada nas posições ocupadas pelos indivíduos, pois de acordo com os autores esta última antecede a discussão sobre a própria mobilidade social em busca de posições e prestígio.

Conforme os autores a estratificação atende a uma necessidade funcional da “sociedade” de “(...) situar e motivar os indivíduos na estrutura social” e complementa: “instilando nos indivíduos adequados o desejo de preencher certas posições e, uma vez nelas, o desejo de executar os deveres que lhe estão ligados” (DAVIS e MOORE, 1976, p. 115). Tal necessidade inserida em uma lógica de competição.

Deste modo, a desigualdade social seria inerente à própria divisão do trabalho, pois os mais qualificados ocupariam as posições mais importantes. E para mantê-los nas melhores posições, seria necessário um sistema de compensação diferenciada e desigual de direitos associados à posição, tais como acesso à “subsistência e conforto; lazer e prestígio”.

Davis e Moore, (1976) consideraram que a desigualdade das posições é justificada por meio de dois fatores: a) tem maior importância para a sociedade (importância funcional diferencial), portanto recompensar suficientemente para que as posições “menos importantes” não concorram com as “mais importantes”; b) exigem maior treinamento ou talento (escassez

diferencial de pessoal) citaram como exemplo a educação médica que exige um alto investimento de trabalho e recursos financeiros para alcançar a posição de doutor.

O texto traz um conjunto de “princípios” e argumentos que dão base e ressonância ideológica a discursos e práticas sociais e organizacionais presentes na atualidade, como exemplo: a ênfase no individualismo e americanização cultural, observados no espírito “*self made man*” e, mais recentemente “*self made woman*”, reproduzidos com a meritocracia e o “espírito empreendedor”.

Outro aspecto destacado refere-se às principais funções societárias e a estratificação, os quais exercem o papel de promover a unidade e atuação dos membros no sistema (DAVIS e MOORE, 1976): a) religião - estabelecem valores que capacita os sujeitos a operarem no sistema como parte da comunicação e pressão moral (internalização do código de conduta moral); b) governo - para os autores, modela-se à definição weberiana de Estado, os quais consideram o governo o monopólio da força legal e do controle sobre todos os indivíduos dentro do seu território. Com a manutenção da ordem social e da norma sob o sistema de propriedade privada; riqueza, propriedade e trabalho (não é a renda a causa de poder e prestígio, mas sim a posição diferenciada e escassa); c) riqueza, propriedade e trabalho - recompensa-se desigualmente como meio de controlar o acesso das pessoas.

Indiretamente presente no texto, a americanização cultural com suas formas de dominação e “universalização” cultural, apresentam impactos na estruturação e motivação da sociedade como fundamentos que compõem a ordem e reprodução social, cujas categorias justificadoras das desigualdades sociais podem ser identificadas no vocabulário do mercado de trabalho brasileiro, dentre eles destacam-se: competências e habilidades, empregabilidade, empreendedores e, mais recentemente trabalhabilidade. Somado a isso, a atomização do trabalhador encoberto pelo enaltecimento egocêntrico do prestígio, do reconhecimento social e recompensa econômica.

Em síntese, desloca-se o termo trabalho e sua dimensão negativa e adota-se a “carreira” como ideologia do capitalismo: “justifica-se” o sucesso ou fracasso; reproduz-se o discurso gerencial e empresarial; a meritocracia e o empreendedorismo são a expressão da racionalização da vida social e da aurora criada para a coesão de interesses de diferentes indivíduos e grupos sociais. Esse prenúncio de luz se traduz no sucesso de alguns e na expectativa de muitos; na concentração de renda e dos meios de produção, na “naturalização” da desigualdade e da exploração, na expansão técnico-científica sob a égide pragmatismo e utilitarismo do lucro e do mercado (dos que podem pagar ou receber subsídio para o consumo), no reducionismo e padronização das informações dos diferentes meios de comunicação nacional e global, na

modelação e limitação da vida social em suas diferentes esferas (pessoal, familiar, profissional, por exemplo) em sua dimensão de mercado e renda (mercado de trabalho, mercado profissional, mercado de consumo – de nicho e de massa, mercado fornecedor, mercado cultural), no hiato entre a disciplina da informação e conhecimento e o trabalho como campo de contradição, de sociabilidade e desenvolvimento intelectual, criativo e crítico.

Por isso, a relevância da atualização da discussão sobre Estado e classes sociais, com a contínua busca da dominação de classe burguesa. Ao considerar o contexto hodierno, avalia-se que os princípios iluministas que ensinaram ideias e movimentos sociais adquiriram com o domínio burguês um viés neoliberal: acrescenta-se a liberdade individualista, privatista e mercadológica (típicos do liberalismo político e econômico), a liberdade consumista e hedonista, a desigualdade justificada pelos dons naturais e o mérito e a fraternidade pela caridade gerenciada por organizações privadas (fundações e institutos que desenvolvem profissionalmente “ações sociais” com isenção de tributos ou uso de fundos públicos).

Tais dimensões de classes e formas de dominação social podem ser encontradas no contexto brasileiro atual, no dinâmico mercado da educação superior, uma onda recente de fusões e aquisições os quais deram origem a corporações educacionais com aporte de fundos de investimentos e que assumem o protagonismo e a função de instrumentalidade do capital e de reprodução do capital, tendo em vista a formação de sujeitos utilitaristas e pragmáticos que atuarão no mercado enquanto reprodutores e geradores de valor. Naturaliza-se o discurso de que a educação deve enfatizar o empreendedorismo, o “fazer por si mesmo” (*self-made men*), a cultura individualista e consumista, nesse caso paga-se para aquisição de novas mercadorias (“competências técnicas”), formações deslocadas de interesses coletivos ou humanísticos. Portanto, uma forma sofisticada de hegemonia burguesa: pensar e reproduzir valores e práticas burgueses. No ideológico trabalho de incluir mercadológica, em diminuição a inclusão efetiva de direitos políticos e civis.

Norberto Bobbio (1909 – 2004) em “Estado, governo, sociedade” (1987), abordou sobre a relação antitética entre Estado e sociedade civil e não se restringiu a uma simplificada apresentação de enunciados de um labirinto de campos de conhecimentos (Filosofia política, Direito, Ciência política e Sociologia política), de classificações (formas, meios, tipos) e de modos de pensamento (conservacionista ou revolucionário), argumentos hábeis em revelar a compreensão (ainda que valorativa) da trilha e apontar indicações para a indagação: o que é o Estado?

A proposição discursiva e argumentativa do autor baseou-se em três questões centrais, a citar: as searas de conhecimento e suas interpretações sobre o Estado; a origem do Estado e os seus aspectos fundantes; O Estado atual (ideal).

O pensador italiano procurou sistematizar os estudos sobre o Estado, recorrendo a diferentes problemáticas levantadas e os modos de pensar racionalmente: a filosofia política e o modelo ideal de governo; o Direito e a implantação de uma doutrina jurídica, justificadora do poder pelo governante (validade ideal); a Ciência Política como expressão racional, empírica e “avalorativa” ao fenômeno pesquisado; a sociologia jurídica e a validade empírica das normas, com destaque as correntes conservacionistas (funcionalismo e enfoque sistêmico) e o pensamento revolucionário (marxista). Esse referencial apresentado tornou possível a compreensão dos antagonismos e semelhanças, bem como as valorações ideológicas (no sentido marxiano) do autor.

Para Bobbio (1987), o estudo sobre o Estado não deveria se concentrar na discussão lexical da origem do termo, tampouco na distinção entre Estado Moderno e sistemas políticos precedentes, mas sim observar nos aspectos que compõem o ordenamento político, o que permaneceu e quais foram as mudanças.

Dentre as características análogas e as que se particularizam na idade moderna, destacam-se respectivamente: ordenamentos políticos e das magistraturas da Grécia, no contexto de Aristóteles; o poder das instituições romanas e o tratamento jurídico a situações práticas, relacionadas à tribunato, magistraturas, censura, fatos posteriormente examinados por relevantes teóricos, para o aprimoramento do ordenamento político (Estado) moderno (Maquiavel, Montesquieu e Rousseau); nos séculos do medievo ocorreram as formulações sobre o poder da soberania (ditar leis sem autorização e as discussões sobre rei e tirano). Enfim, fundamentos jurídicos que influenciaram as doutrinas contratualistas na idade moderna; quanto às mudanças observaram-se: a monopolização por parte do poder público na produção de leis; a formação de um aparato administrativo no provimento de serviços públicos; uso legítimo e exclusivo da força (*extrema ratio*) e a separação das esferas de competências entre Estado, a *vis coactiva* (laico) e Igreja, a *vis directiva*.

Contudo, o referido autor ressaltou a necessidade de compreender o nascimento do Estado, enquanto fenômeno histórico distintivo de agrupamento social, por meio de ordenamento político. Nesse sentido, o escritor em questão destacou o surgimento da *societas civilis*, o cidadão ou civilizado formado pela dissolução da sociedade com laços de parentesco ou de comunas coletivas. Cabe enfatizar as referências pejorativas de teóricos modernos e contemporâneos a essas formas de organização social consideradas primitivas, bárbaras e

selvagens. Logo, a vinculação ao Estado não significa apenas segurança interna e externa do sujeito que se torna cidadão, mas também uma construção discursiva (para Marx, ideológica) de dominação, justificada pelo cunho evolucionista.

Outro aspecto refere-se ao Estado atual. O “sistema político” acepção alternativa, conforme Bobbio (1987) ao desgastado nome Estado (seja pela deificação, seja pela demonização) tem em comum a referência do fenômeno do poder, sua distribuição, organização e exercício. Com base nesse raciocínio o referido autor deduz que o conceito de poder está ligado ao conceito de liberdade: “o poder de A implica a não-liberdade de B”, “A liberdade de A implica o não poder de B”. Tal assertiva seria legítima se considerasse que o sujeito (cidadão) está em condição equiparada ao Estado na relação entre sujeitos. Diga-se o desigual acesso ao Estado considerando-se as classes sociais. Não é o caso.

Portanto, Bobbio (1987) defende a tese de que o Estado é a representação de um tipo, que em essência é aquele que tem o sumo poder político e a autoridade, visto que detém e monopoliza o uso legítimo da força jurídica e física. Sua legitimidade assenta-se na eficácia do ordenamento jurídico assegurada pelas tratativas nacional e internacional (modelo racional-legal). Em contrapartida, por meio de um “contrato social”, a sociedade civil garantiria a preservação das liberdades: religiosa (libertação do monopólio ideológico da Igreja) e econômica (livre posse, transmissão de bens e na propriedade privada), fundamentos do tipo ideal do Estado liberal.

Na concepção de Bobbio (1987), o Estado não se encontra em um estágio final, tendo em vista que um elevado nível de especialização funcional das sociedades complexas e de maiores demandas pelas liberdades do Estado democrático exigirão um ordenamento político mínimo capaz de manter a segurança do arcabouço jurídico e as garantias das liberdades individuais. Daí resulta, para o pensador italiano que a justiça deve ser o ideal almejado, a qual pode ser alcançado com o aprimoramento da atuação pública e de estágios de amadurecimento político-social da sociedade civil. Discorda-se do autor: a injustiça não é a causa da desigualdade. A desigualdade entre classes agrava a injustiça. Em síntese, a crise do capitalismo não é só uma crise de Estado e/ou de injustiça, é uma crise do próprio sistema que reforça e naturaliza a desigualdade.

O Estado moderno expandiu-se enquanto: tecnificação jurídica; ideologia de dominação (profícuo referencial teórico sob a ótica do governante, do dominador); e formas mais sofisticadas de controle, modelação social e aprimoramento do sistema (pequenas mudanças de ajustamento às demandas sociais), tais como modelo de governança e gerenciamento de resultados de políticas públicas; o cidadão passou a ser o “usuário-cidadão”, em alusão ao

cliente ou consumidor; transparência e informação como pragmática de exercício de cidadania, sem, no entanto alterar significativamente a relação de sujeição do Estado em relação aos cidadãos, mas o reforço da relação contrária: o cidadão em sujeição ao Estado.

No Brasil, a crise atual do Estado exige uma solução bobbiana, diriam os defensores de suas ideias. Alegariam também que se trata de uma crise de governo (gestão) pela necessidade de atender diferentes demandas sociais da sociedade democrática e o aumento dos gastos sociais; A solução seria implementar reformas institucionais no aparelho administrativo com intuito de combater às práticas nepotistas e corruptivas do sistema político (injustiças), respaldadas por um rigoroso cumprimento do ordenamento jurídico; um “pacto social” (contrato social) que fortaleça a atuação da sociedade civil (terceirização e gestão social); na cidadania associada ao controle da qualidade dos serviços públicos. Seria o Estado neoliberal o porta-voz da democracia?

3.2 - Neoliberalismo: do caminho de dominação ao domínio de Estado

Friedrich Hayek (1899 – 1992), economista e teórico social austríaco, publicou em 1944, “O Caminho da servidão” (2010), obra que origina e fundamenta o pensamento (neo)liberal do século XX. Conforme o autor, a prosperidade econômica e social está pautada na vitalidade da concorrência em seu sentido amplo, o que justifica o emprego de estratégias e políticas, nos âmbitos macroe microeconômico, que visam eliminar e/ou minimizar os mecanismos de mercado pelo Estado, o qual permite a liberdade na disputa concorrencial e econômica de cidadãos e negócios.

A origem do neoliberalismo remonta ao ano de 1947 em reunião em *Mont Saint Pélerin*, na Suíça que reuniu sob a liderança de Friedrich Hayek, economista e teórico social austríaco, relacionado à Escola austríaca; Milton Friedman, economista americano, ligado a Escola de Chicago, o filósofo Karl Popper, dentre outros. (HARVEY, 2014) que se opunham ao Estado de Bem-estar ou Estado Providência como o vigente de Maynard Keynes e a política norte-americana do *New Deal*.

Concomitante à defesa do pensamento neoliberal, o capitalismo consolidou-se nas décadas de 1950 e 1960 com a adoção de um programa de Estado marcado por diferentes níveis de intervenção econômica anticíclica e de redistribuição social nos países da Europa ocidental e Estados Unidos. Nesse sentido, o Estado de bem-estar social ou *Welfare State*, convencionalmente nomeados, caracterizou-se pela combinação de políticas sociais e mediação entre a classe patronal e empregados, com a participação de sindicatos, o que possibilitou taxas

estáveis de lucros e investimentos, sob inspiração do economista Maynard Keynes (HARVEY, 2010).

A partir de 1973 o modelo econômico em questão entrou em recessão, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação (estagflação), o que levou a crise fiscal do Estado e acarretou em críticas a esse modelo e a ascensão do neoliberalismo primeiramente no Chile em 1973, na ditadura de Augusto Pinochet, no Reino Unido em 1979, no governo de Margaret Thatcher (1979 – 1990) e, em 1981 nos Estados Unidos com o governo de Ronald Reagan (1981 - 1989), expandindo-se para a América latina, leste europeu com o fim do regime soviético e o continente africano.

As reformas neoliberais adotadas nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) guiaram-se em três aspectos: 1) contenção da inflação, por meio da deflação; 2) contenção dos salários e; 3) crescimento das taxas de desemprego (e aumento de desigualdade com um exército industrial de reserva); 4) reforma fiscal que incentivasse a redução de impostos sobre o capital e fortunas. No entanto, a recuperação dos lucros não repercutiu na recuperação de investimentos produtivos, no crescimento econômico dos países da OCDE, mas sim na ampliação da especulação financeira (operações parasitárias), o que implicou o aumento dos gastos com desempregados e a população de aposentados; 5) Retirada do Estado na regulação econômica, nos investimentos estatais na produção, na desregulação do trabalho e dos direitos sociais com a privatização (ANDERSON, 2012; HARVEY, 2014).

O “êxito” do neoliberalismo provocou uma drástica mudança cultural na década de 1990 na Europa ocidental e o enfraquecimento do movimento operário sindical tradicional e as novas formas de organização do capital, o que trouxe consigo a crescente política de desigualdade, hostilidade e a violência étnica, um processo de “barbarização da vida societária” (NETTO, 2012, p. 32).

No concerne a dinâmica e mudanças na constituição das forças produtivas Therborn (1994) esclarece alguns desdobramentos do capitalismo no século XX. Dentre alguns aspectos, o autor destaca:

1) o capitalismo constitui uma superestrutura ideológica e política. Nesse sentido, discute o papel da representatividade política e a eleição de mandatários da nação, com legitimidade das urnas, mas subserviente ao dirigismo do ministro da Economia.

2) o desenvolvimento das forças produtivas estabeleceu uma nova relação entre Estado e empresas. Tratou-se de uma expansão em diferentes graus dos Estados com a política de bem-estar (em diferentes matizes) e do comércio mundial, sob a égide, até o final da década de 1960

do processo de industrialização, com a reconstrução da economia de países europeus, em destaque a Alemanha e Ásia com o Japão, sob o domínio político, militar e econômico dos Estados Unidos.

A partir da década de 1970, deu-se início nos países de capitalismo avançado um processo de desindustrialização e expansão dos serviços privados, com a constituição de empresas menores e dependentes do mercado e de clientes. Dentre as razões que explicam tal processo, citam-se novas modalidades de produção mais flexível às demandas de mercado e consumo, com novas formas de gerenciamento empresarial e a introdução de tecnologias microeletrônica e computadorizada e capacitação da força de trabalho, o que alterou as relações de força das empresas individuais e poder do mercado (HARVEY, 2010).

3) A expansão dos mercados financeiros internacionais que movimentam diariamente recursos maiores que o PIB anual de países (fonte), os quais dependem do “aval” e “confiança” do mercado para implementação pelo Estados nacionais de políticas estatais, dentre elas a política social, gradativamente privatizada e marginalizada.

A Martins *et al.* (1999) em a “Terceira via” nos propõe refletir em essência sobre o exercício do poder político e a democracia. Parte-se do contexto histórico da queda do muro de Berlim e toda a repercussão política, ideológica e psicológica que tal fato histórico representou para o movimento de esquerda, em especial o da Europa e, conseqüentemente a dominação político-ideológica do pensamento liberal sob uma nova roupagem (neoliberalismo).

No entanto, mesmo diante da aparente proeminência do discurso neoliberal na Europa, observou-se a conquista expressiva de governos denominados de esquerda no velho continente, na década de 1990.

Tal fenômeno político foi possível, a partir da proposta de renovação do movimento de esquerda, no âmbito do regime capitalista. No contexto inglês cunhou-se o termo terceira via para representar a referida volta da esquerda ao poder.

Contudo, cabe ressaltar que o movimento de renovação da esquerda não é unívoco, portanto não se pode enquadrar apenas no título Terceira via, mas exige segundo os autores uma reflexão mais ampla sobre o exercício do poder e a democracia, compreendidos não apenas pelo mero exercício do poder, pelo reformismo, excessos utilitaristas, pelo pragmatismo e totalitarismo mercantilizante, referenciados pelos liberais. Tampouco deve se basear em visão dogmática e absolutismo de valores, em alusão aos comunistas.

A esquerda do futuro deve partir de uma reorganização política capaz de gerar a cidadania ativa, reconhecida pela efetiva participação democrática, com o voto e as intervenções críticas nas discussões político-sociais e o exercício do contraditório.

No plano da elaboração do sentido de democracia na contemporaneidade portuguesa, quiçá dos demais Estados-Nação, os referenciais reputados pelos autores encontram-se: em uma concepção liberal-contratualista pela via da ordenação política, econômica e mercadológica, a meritocracia da escolha dos representantes e um Estado laico, assim como a concepção da Declaração dos Direitos do Homem que transcende o Estado-Nação e amplia a generalidade do sentido de democracia enquanto concepção, até os princípios iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade.

Montaño (2002) discute sobre a ofensiva da doutrina neoliberal para a desconstrução do pensamento keynesiano no Estado (1º setor) no que concerne à: eficiência, eficácia e efetividade das políticas sociais estatais, de outro modo questiona a qualidade da oferta dos serviços públicos, o público alvo das políticas sociais e a legitimidade de tais ações para o desenvolvimento social.

Como alternativa à crise do capital, o autor considera que a corrente neoliberal adota como estratégia de reforma do Estado, a privatização dos serviços sociais, por meio da remercantilização e re-filantropização como resposta à questão social. Logo, o descenso do Estado e ascensão do mercado enquanto regulador e legitimador das políticas sociais.

O chamado Terceiro Setor, representado pela sociedade civil assume a função de instrumentalidade do grande capital, sendo esta condição *sine qua non* para o desmembramento e desarticulação da esfera estatal, e conseqüentemente das suas representações: políticas, ideológicas, das formas de gestão de recursos e oferta de serviços sociais, no amplo debate público, na mediação participativa dos cidadãos, no próprio sentido de cidadania (usuário-cidadão) reduzido apenas à função de consumidor.

A compreensão do chamado Terceiro Setor deve partir do exame de sua perspectiva sócio-histórica e de suas dimensões intersetoriais e intrasetoriais, sendo assim tornar-se-á possível desvelar as incursões do capital sobre o social e o Estado, observadas pelas profundas alterações dos padrões de sociabilidade e das relações sociais modelados pelo vocabulário da racionalidade utilitarista e pragmática.

Em vista disso, a função social no contexto neoliberal é meramente paliativa, não corrige a condição de crise estrutural do capital, de exclusão social do cidadão (dimensão política, cultural e crítica diante do sistema capitalista). Pelo contrário, aprofunda-as. Portanto, a função social do Terceiro Setor é ser um instrumento de reprodução da desigualdade social, da internalização da culpa do próprio indivíduo para a “auto-exclusão” social e do “desconserto” da crítica acerca de um pretenso interesse humanista com o outro.

Por outro lado, a neoliberalização político-econômica provocou diferentes mudanças no processo de implantação e reformas organizacionais nos países periféricos e em desenvolvimento. Na América Latina as reformas neoliberais iniciaram-se na década de 1970 e se aprofundaram na década de 1990. Tais modificações podem ser exemplificadas em quatro países: Chile, México, Argentina e Brasil

De acordo com Toledo (1997) a política econômica neoliberal tem dois componentes principais, a destacar: o ajuste objetivou reduzir os déficits públicos, equilibrar a conta corrente da balança de pagamentos e controlar a inflação; e a reforma estrutural através da eliminação do protecionismo interno, a desregulação e a privatização.

Dentre algumas especificidades da reestruturação produtiva na América Latina destacam-se, conforme Toledo (1997):

1) As pequenas e médias empresas na região apresentavam em geral baixo nível tecnológico, formas arbitrárias de organização do trabalho, não se organizavam em distritos industriais, eram poucos exportadoras, pouco competitivas, produzem com baixa qualidade e produtividade e têm um tempo de vida média curto.

2) Dentre as estratégias de reestruturação citam-se Argentina e Chile que adotaram um “cambio tecnológico duro” (mudança tecnológica firme), isto é, no investimento principalmente em tecnologia; outros países como México e em parte Brasil) adotaram o “cambio organizacional” (mudança organizacional).

Outro aspecto importante refere-se ao perfil da força de trabalho, caracterizada pelo: baixo nível educacional, pouco capacitada e especializada em algumas máquinas e predominantemente masculina. No entanto, a mudança realmente importante no mercado de trabalho ocorreu com o crescimento do setor informal a partir da década de 1980 e o surgimento de um novo perfil de trabalhador polivalente com qualificações amplas (TOLEDO, 1997).

Toledo (1997) abordou sobre algumas especificidades quanto ao processo de reestruturação produtiva e flexibilização em países latino-americanos. Dentre alguns, citam-se o Chile, México, Argentina e Brasil:

Quanto ao Chile, a ditadura reformou o código do trabalho impondo restrições aos sindicatos e permitindo maior flexibilidade laboral. Nos anos 80 o crescimento industrial não parou com as inovações tecnológicas, porém com baixos salários e a intensificação do trabalho. As formas de gestão que predominam são tradicionais e verticais.

No México entre 1984 e 1992 a flexibilidade do trabalho foi imposta através de mudanças nos Contratos Coletivos de Trabalho em muitas empresas grandes. Foi marcada pela unilateralidade e por enfrentamentos com os sindicatos. As propostas de desregulação e

unilateralidade empresarial tiveram apoio do Estado, que se incumbia de intermediar as discussões com os sindicatos.

Dentre alguns aspectos observados com a flexibilidade do trabalho neste país enumeram-se: a flexibilização concentrou-se nas grandes empresas, significando maior unilateralidade para as gerências e em uma minoria de empresas a interlocução com os sindicatos; os convênios de bônus por produtividade são concedidos como mecanismo de manobra, objetivando cooptar e controlar os trabalhadores, contudo tais bônus são pouco representativos nos salários dos trabalhadores.

Já na Argentina a partir dos anos 1980 a economia decaiu e as primeiras políticas neoliberais civis encontram resistência do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Há uma clara ação do Estado para a implementação de medidas de flexibilização das relações de trabalho. Dentre as mais relevantes destacam-se: a lei de convertibilidade que vincula os aumentos salariais com os de produtividade; a descentralização da negociação coletiva (contra os contratos tradicionais por categorias [rama]).

No Brasil: as relações trabalhistas historicamente são flexíveis, marcadas por culturas gerenciais autoritárias.

O que se observa é que o conceito de flexibilidade oculta a derrota que vem sofrendo a classe (trabalhadora) desde os anos 1970 com a insegurança no emprego e salário, a intensificação das jornadas de trabalho e o debilitamento de instituições reguladoras e sindicatos.

Ao discorrer sobre o neoliberalismo na América latina, Atilio Borón, sociólogo argentino, o fez por meio de uma reflexão sobre a democracia na sociedade capitalista. Desse modo, coloca o regime político no centro do debate, comparativamente à política econômica. Para isso, o autor discute a restauração do processo democrático de vários países latino americanos no final da década de 1980, observando o seu significado no bojo das estruturas de dominação do sistema capitalista; os ajustes neoliberais e as consequências para a cidadania; as principais estratégias e ideologias de hegemonia.

Borón (2012) ressalva que a restauração do regime democrático na América latina no começo dos anos 1980 não pode se limitar à instauração da ordem política, pela normalização de instituições públicas, tampouco é exercida de maneira linear e progressiva. A democracia precisa se efetiva para além do aparelhamento estatal e do sufrágio universal. Caso contrário, tal regime circunscreve-se a “(...) um sistema de jogo que faz abstração de seus conteúdos éticos e da natureza profunda dos antagonismos sociais e que apenas coloca problemas de

governabilidade e eficácia administrativa” (BORÓN, 2012, p. 65). Logo, o autor defende a urgência do debate sobre o significado da democracia no contexto neoliberal.

Em todo caso, não é irrelevante assinalar que a implantação da democracia em várias sociedades é resultado de um longo processo de desenvolvimento teórico e histórico de luta de classes, revoluções, contra-revoluções, repressões e mortes:

Atendo-nos à experiência histórica brasileira, poderíamos dizer que foi muitíssimo mais simples conseguir a abolição da escravidão e produzir a queda do império do que alcançar a democracia burguesa (BORÓN, 2012, p. 65).

Sendo assim, ao tratar sobre a democracia, o autor distancia-se de uma simples abordagem abstrata e genérica e salienta a particularidade conjuntural e estrutural e a dinâmica do capitalismo latino-americano, em destaque o Brasil, diante de um quadro de recessão econômica, miséria social e estrutura de dominação classista que inibe a participação popular e impõe rígidos limites de representação e participação à democracia burguesa.

Para Borón (2012) A versão contemporânea da democracia, sob o âmbito neoliberal, vai ao encontro de concepções schumpeterianas, os quais reduzem a democracia a uma função instrumental e economicista sob marcos formais, e evidentemente afasta do processo de democratização, a vinculação das políticas a abordagem ética norteada pela igualdade dos cidadãos, como proposta de justiça social e liberdade efetiva dos cidadãos.

Nesse aspecto, o autor contrapõe o que ele considera como mera democracia formal, a qual se refere ao fetichismo do Estado burguês com o processo de implantação e consolidação nas esferas de funcionamento e ordem das instituições públicas e de representação do governo, uma “artificial muralha entre sociedade, economia e política” (BORÓN, 2012, p. 67), na redução da relevância política à dinâmica de readequação ao movimento do capital, o que ele considera uma concepção de democracia “minimalista” ou princípios constitutivos de “capitalismos democráticos” (BORÓN, 2012, p. 69). Nesse sentido, a redemocratização minimalista ao voltar a atenção para eleições, partidos e regime político, desloca à margem a questão social, o qual pode ser identificado pelo desinteresse desse tipo de democracia com a pauta de exclusão social, extrema pobreza, marginalidades social, decadência urbana e rural.

Borón (2012, p. 68) ressalta que as experiências capitalistas na América latina apresentaram como objetivo “consolidar o modo de produção capitalista, não a democracia”. E acrescenta que esse parâmetro democrático excludente tem origem no pensamento de Locke ao associar a liberdade e democracia aos sujeitos vinculados às classes proprietárias, um sinal presciente da restritiva lógica darwiniana de mercado que embasa a cultura e a democracia

burguesa. Sob esse aspecto, Borón (2012) critica o capitalismo democrático que coloca o lucro sem interferências extra-econômicas como dogma de política de estado, e reconhece nessa premissa a reprodução estrutural da desigualdade, desde o sistema de tributação que incide maiores taxas sobre consumo em comparação às fortunas e propriedades, assim como na privatização dos serviços públicos, com a restrição do acesso pela capacidade do usuário de compra pelo uso dos serviços de saúde e educação, por exemplo.

As inconsistências e insuficiências concretas da democracia no contexto do capitalismo do século XX permearam às críticas socialista cujas reivindicações por igualitarismo despojava o capitalismo em sua composição societal estruturalmente injusta de práticas classistas e autoritárias. Nesse sentido, a igualdade e a democracia como concepção expansiva e participativa são inconcebíveis sob esse sistema (BORÓN, 1995, p. 76).

Por outro lado, o neoliberalismo, por meio das organizações guardiães dos interesses, principalmente estadunidenses, aponta no Estado a culpa pela crise estrutural do sistema. Sob a hegemonia ideológica de tais aparelhos representados perniciosamente pela hegemonia ideológica de autoincriminação do Estado pelo burocratismo de suas estruturas, legislações e entraves protecionistas ao trabalhador, corrupção, desperdício e ineficiência dos gastos, os quais apontam como solução à crise estrutural do capitalismo o emprego de medidas para o aumento da competitividade e reestruturação das formas de acumulação do capital, com a desregulação do mercado, negócios, trabalho e impostos, privatizações.

A incriminação do Estado passa também pelo dualismo entre o público e o privado

Borón (2004) discorre sobre o êxito ideológico-cultural da doutrina neoliberal, mas precisamente da ofensiva econômica e política do grande capital, formada por poderosos grupos financeiros e empresas transnacionais, que possuem domínio de mercados e de estados nações, considerados os “novos leviatãs”.

Sob a égide neoliberal a ordem democrática adquire feição instrumental e tecnicista, o qual expõe a prevalência do mercado sobre a ordem política, o interesse nacional, inclua-se a representação e participação de seus cidadãos e os direitos sociais. Contudo, sob essa base política assevera-se a consolidação de uma estrutura global de dominação que monopoliza não apenas a oferta e consumo de produtos em nível global, mas também estabelece e orienta as políticas nacionais em matéria de legislação social e ambiental, logo uma demonstração de reestruturação produtiva, ideológica, política e econômica sob o signo da globalização e do Consenso de Washington.

Para Borón (2004) o triunfo neoliberal assenta-se particularmente nos campos ideológicos e culturais do que o econômico, sendo este um paradoxo indicativo da irrefreável

reestruturação do capitalismo sob as diretivas e poder do mercado e rebaixamento do estado contemporâneo, os quais são compreendidos sumariamente pelas seguintes dimensões:

1) tendência à mercantilização de direitos e históricas conquistas populares, substituídas e reduzidas pelo fornecimento de “bens” e “serviços” ofertados pelo mercado. Dentre alguns destacam-se: educação, saúde e seguridade social;

2) Ofensiva ideológica favorável ao mercado e depreciação do estado associado ao atraso, ineficiente, corrupto e oneroso;

3) Criação no “senso comum” e de amplos setores das sociedades da crença neoliberal, como alternativa política e ideológica única.

Sendo assim, a “justificativa” para a exploração de trabalhadores, exclusão social e demais iniquidades sociais exigem uma laboriosa operação de ideólogos neoliberais que suscitam, massificam e naturalizam as reformas e ajustes políticos - econômicos, em favor do mercado, como medidas para o bem de todos.

O progresso do neoliberalismo não foi nem deve ser substantivo e concretamente vivido pelos países periféricos signatários, a partir da ênfase de diferentes formas de organização e representação política coletiva e tutelada por direitos sociais e de classe, do espaço público que fomenta o reconhecimento poder social e de sua autonomia, da inclusão de classe, educação e etnia, do sentido de justiça que perpassa debates e ações para enfrentamento de iniquidades, da participação democrática.

Não se deve desconsiderar que as reformas e retórica neoliberais propagandeadas por *think tanks* e demais séquitos abarcam a reestruturação do capitalismo na ordem social, cultural, ideológica, política, econômica e também mudanças nos âmbitos científico-tecnológico e administrativo. Logo, o progresso econômico do neoliberalismo é marcado pelo corte da cidadania e concentrado nos poucos ganhadores da elite burguesa nacional e internacional que de modo arbil e hábil faz uso de diferentes meios de *mass media* para massificar “fatos” do sucesso do sistema (o tipo *self made men*) e, sobretudo ressalvas (ameaça socialista e comunista) para a defesa conservadora de reformas no sistema e manutenção de privilégios de ganhos e dominação, todas majoritariamente em benefícios próprios.

O conservadorismo elitista coaduna com o encolhimento e, em alguns casos, com o raquitismo do estado, tal qual “malogradas” experiências em países da América Latina que provocaram o aumento da desigualdade e pobreza, mas também na fragilidade nacional diante das sucessivas exigências e obrigações junto aos organismos internacionais e manifestações apologistas de fidelidade ao neoliberalismo, da dependência colonial à metrópole.

Paradoxalmente, Borón (2004) ao tratar sobre o “capitalismo democrático” sublinha o risco de fetichizar a expressão a uma construção social estrita e derivada da burguesia, mas ressalva o movimento dominante antidemocrático ou “liberalismo pós-democrático” (THERBORN, 2004, p. 84) que oblitera o funcionamento e a expansão da participação popular.

As práticas e efeitos da política neoliberal não se generalizaram de modo uniforme, dentre as múltiplas determinações dessa afirmação, destacam-se as particularidades econômicas dos países signatários, mas principalmente a relação de poder e dominação de cada país no contexto global, tais como as medidas adotadas no Reino Unido no governo de Thatcher ou nos Estados Unidos com Reagan. Logicamente, tais reformas não se restringiram ao simples cumprimento de medidas liberalizantes, mas na configuração e adesão a uma nova ordem global de dominação, de um novo imperialismo ou do ideário neoliberal totalizante e totalitário (SADER et al., 2012).

3.2.1 O novo (imperialismo) liberal

David Harvey (2014) em “O neoliberalismo” discorre com base nas origens político-econômicas, as características e expansão do neoliberalismo. Para isso, argumenta que as transformações na história social e econômica exigiram dos neoliberais a elaboração teórica e ideológica capaz de permear valores, o cotidiano, esperanças e o senso comum. Nisso, é inegável a força ideológica e o êxito do neoliberalismo.

O autor enfatiza que o neoliberalismo apoia-se nos irretocáveis ideais políticos de liberdade e dignidade humana bem-estar humano por meio do atendimento das necessidades individuais a partir das relações de mercado, a cultura do consumo e do empreendedorismo, na defesa sólida de direitos de propriedade privada, livre mercado e livre comércio (HARVEY, 2014).

Se no campo ideológico afiguram-se ideais político-filosóficos irrepreensíveis, no campo prático das políticas econômicas assevera-se a lógica de reestruturação nos arranjos institucionais estatais a partir de um revigorado e sofisticado sistema global de dominação cultural, econômica, jurídica e militar com o objetivo de espoliação econômica dos países periféricos (o novo imperialismo). Ressalta-se que o processo de neoliberalização envolve a reorganização de poderes e estruturas institucionais com vista a estabelecer no Estado o papel de garantir a acumulação lucrativa do capital por capitalistas domésticos e internacionais e a relevância das relações contratuais de mercado, como a que decorre com a disseminação de tecnologias de informação que fazem a minuciosa prospecção, acúmulo e análise de gostos para

fins de mercado e consumo, o que também contribui para a reprodução de valores e de uma ética para o mercado.

De todo modo, o processo de neoliberalização não foi uniforme entre os países, desde a primeira experiência no Chile com o ditador Pinochet na década de 1970 até a capitulação e implantação neoliberal no Iraque em 2004 com o uso de armas pelos Estados Unidos, o que há em comum é o processo de desenvolvimento desigual e de restauração do poder das elites capitalistas (banqueiros de investimentos, grandes acionistas, grandes corporações), por meio de diferentes expedientes para estabelecer uma configuração de justificação, legitimação e dominação capitalista. Por essa razão, a defesa da liberdade apreendida sob a ode neoliberal reflete os anseios da propriedade privada, das corporações multinacionais, do capital financeiro e do processo de dominação na disputa entre classes e países.

Harvey (2014) aponta que a expansão do neoliberalismo envolveu o processo de legitimação democrática ou de construção do consentimento político e do senso comum, diferentemente do engajamento crítico e inclusão social das massas. Nesse sentido, a estratégia neoliberal utilizou vários canais de propagação e cooptação das massas: universidades, escolas, igrejas e associações. Todas congregavam em ideias e valores tradicionais pautados na liberdade individual.

Harvey (2014) destaca que a retórica neoliberal buscou responder, ao longo do século XX, às contestações sociais, em destaque o movimento estudantil de 1968, o qual representou um movimento de oposição ao Estado intervencionista, opressor e beligerante, ao poderio das grandes corporações e o impulso ao consumismo, mas também associou na pauta de contestou pela revisão de direitos civis questões de sexualidade, reprodução e gênero.

Diante das novas circunstâncias de sentimento antiestado e anticorporativo, a classe capitalista e as corporações responderam nas décadas seguintes com: o apoio e a defesa de reformas especificamente contra a “incapacidade do Estado” em resguardar a liberdade individual (narcisista), com consumismo diferenciado (customizado, nicho de mercado) e exploração da sexualidade e do ego, a defesa das corporações e dos negócios norte-americanos.

Essa luta de classes pode ser atestada com o *lobby* da Câmara de comércio e da Federação da Indústria dos Estados Unidos com o dispêndio de recursos com Universidades, intelectuais, fundações, “banco de ideias”, o qual destaca a influência de universidades na formação de “administradores do sistema”, tais como os “*The Chicago boys*” (economistas treinados na Universidade de Chicago) e órgãos internacionais (Banco Mundial e FMI) como reprodutores dos conhecimentos e técnicas de orientação neoliberal, para a elaboração de argumentos técnicos e empíricos para pressionar o Congresso por reformas econômicas e

políticas e ratificar a importância das mudanças e a preservação do poderio das grandes corporações na economia norte-americana.

A construção do consenso passou também pela reestruturação capitalista e desindustrialização norte-americana, em destaque Nova York da década de 1970, a qual passou por estagnação econômica, o que acarretou no aumento do desemprego e crise fiscal. Como plano de salvação, a cidade deveria atender e proteger os interesses dos banqueiros de investimentos com a isenção de impostos e submissão ao capitalismo financeiro e teriam como contrapartida novas incursões econômicas na cidade. Por outro lado, a desinflação seria controlada com a maior concentração de renda, riqueza e poder, em benefício das elites.

A administração da cidade de Nova York ganhou espírito empreendedor, substituindo gradativamente o bem-estar social pelo bem-estar corporativo, com parcerias público-privadas e a competição com as demais unidades da federação. A produção cultural da cidade notabilizou-se pela diversificação e experimentação cultural, incluindo estratégias corporativistas de restauração urbanística (*I love New York*), igualmente nesse contexto abriu caminho para a expulsão de moradores pobres para construção de novos empreendimentos imobiliários; defrontou-se com desemprego e marginalização, dependência química e epidemia de aids⁵⁰, indícios da violência material e simbólica local que se ampliou a nível nacional a partir da década de 1980.

No que concernem as medidas neoliberais aplicadas em diferentes países tem como receituário a estrita regulação do mercado de trabalho, com o enfraquecimento de sindicatos, direito de greve, revisão dos direitos trabalhistas, privatização dos ativos públicos, privatização da seguridade social, saúde e educação, alternativas neoliberais mais eficientes, com custos menores e o estímulo à competição.

Com o agravamento da crise de acumulação mundial na década de 1970, iniciada nos países centrais e ampliada nas décadas seguintes aos países periféricos, observaram-se mudanças na ordem burguesa quanto à configuração de novas formas de acumulação capitalista no interior dos processos de produção e na base de organização do poder político e econômica dos estados-nação.

A política neoliberal para os países periféricos tem se pautado no processo de privatização dos bens e serviços produzidos pelo Estado, na abertura comercial e importação de bens e serviços, na desregulação financeira e desregulamentação das relações de trabalho,

⁵⁰Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immuno deficiency Syndrome*).

terceirização e o norteamento ideológico que considera o mercado o centro do bem-estar da sociedade contemporânea.

O neoliberalismo foi apresentado como solução política, econômica, cultural e ideológica à crise de acumulação do capital, da justificativa da violência sobre as camadas populares que mascara a cultura dominante e suas variantes colonial-escravocrata, oligárquica-plutocrática, patrimonialista que a tudo visa reduzir pela borracha da primazia individual dos mais aptos e a linha de chegada meritocrática, como a teoria do capital humano e suas derivações: *coach*, sociedade do conhecimento, empreendedorismo; pela crise da razão mutilada em saberes e teorias que se apoiam no descrédito da verdade e objetividade, na fratura social e exacerbação do individualismo, na objeção a narrativas estruturais e processuais que relacionam o quadro de violência a uma relação espaço e tempo amplo e histórico. Estas devem ser superadas pela alegação de que não passam de traumas subjetivos e localizados, elementos que se agregam no que se convencionou nomear de pós-modernismo. Com isso, as mudanças e a recorrência de crises no capitalismo são explicadas pelos representantes do discurso oficial e aqueles que têm direito a opinar nos grandes meios de comunicação como questões conjunturais sem lastro da essência do próprio sistema.

Apple (2005) aborda sobre a experiência da política neoliberal no âmbito dos estudos de Currículo no sistema educacional nos Estados Unidos e alerta para a ameaça da expansão desse modelo para outros países, dentre eles o Brasil, com o emprego de ideologias e reformas de feição progressista, que visam criar um senso comum de desconfiança e desmantelamento dos bens e serviços públicos, bem como suscitar a oposição entre o sentido de coletividade e naturalizar a defesa do individualismo, na depreciação ética e administrativa dos bens e serviços públicos e a adoção de gerencialismo qualificado de cunho empresarial, com críticas econômicas dirigidas e orientadas em redução de custo, eficiência do trabalho de técnicos e docentes, rendimento dos alunos e produtividade das instituições educacionais, os quais implicam a alteração do papel do Estado como regulador e controlador dos serviços privatizados.

O autor destaca que as mudanças implementadas se basearam em mudanças apoiadas, por ambos os partidos políticos, e demais representantes da sociedade de um movimento neoconservador e neoliberal nos Estados Unidos, de uma aliança feita entre empresários, intelectuais conservadores e políticos, o qual tem como agenda fornecer solução a crise fiscal do Estado e a necessidade do aumento de competitividade da economia nacional frente a competição internacional, com a retomada do crescimento econômico, disciplina

empreendedora e o lucro, assim como formular políticas sociais e educacionais com esse propósito (APPLE, 1994).

O autor destaca algumas propostas que ilustram tal expansão no campo da educação nos Estados Unidos, dentre as mudanças adotadas, citam-se: a implantação, na década de 1990, nos currículos escolares de crianças a partir de 5 anos aos estudantes universitários, de um programa de educação para o emprego, com intuito de aproximar o conhecimento escolar ao mercado de trabalho, da cultura empresarial e economia do livre mercado (APPLE, 1995).

Outra medida foi a lei federal implementada em 2002, pela gestão Bush, popularmente conhecida como *No Children Left Behind* (nenhuma criança será deixada para trás), cujos aspectos principais da lei referem-se à política de privatização e mercantilização dos serviços públicos, modelados pelo gerencialismo do Estado na administração e aplicação de testes como parâmetro de avaliação e padronização do “progresso escolar”. Aos pais dos alunos foi estabelecida uma distorcida convocação de responsabilidade no acompanhamento e participação da rotina escolar, sem o devido processo de integração e sensibilização dos pais na democracia participativa, solidária e compartilhada.

Contudo, tal mudança afasta as políticas educacionais do debate público, limita tal participação a operacionalização dos pais e o senso comum ao papel de controle (*controller*) de desempenho escolar a reproduzir o espírito competitivo, de controle de produção (produtos culturais) e desarticulação de vínculos coletivos, típicos de uma relação de consumo, como exemplo a disponibilidade e transparência de informações do boletim escolar destes; no uso de *score* de mensuração comparativa de desempenho de formação e produtividade de professores (competências e habilidades), incluindo-se os currículos e a reciclagem profissional; do rendimento da escola e o controle de Currículo, com utilização de instrumentos de padronização de qualidade, para “levantar o padrão”, cumprimento de objetivos e alcance de marcas de referência (*benchmark*) (APPLE, 1995; APPLE, 2005).

Esses critérios são determinantes para o enquadramento de cada instituição escolar no uso flexível ou não dos recursos públicos destinados a cada escola, os quais estão condicionados pelo nível de adesão e cumprimento das metas e resultados alcançados pela referida instituição. Em resumo, as escolas reprovadas na adoção do método de gestão podem perder, após uma escala de intervenções de especialistas em educação de outra escola ou do Estado o controle da administração e passar a ser administrado por companhia privada; já a escola aprovada na avaliação do Estado adquire liberdade de escolhas na aplicação de recursos e de planejamento e práticas pedagógicas.

As escolhas alinhadas baseiam-se em modelo de gerenciamento que trata a adoção da política escolar em cada instituição como uma mera obrigação no cumprimento de responsabilidades, de adaptação de modelos de gerenciamento de negócios e relação de consumo de produtos culturais, orientadas à redução de custos, alcance de eficiência e resultados financeiros (*bottom lines*), aliás com simplificada contextualização, historicidade e democratização de particularidades e problemáticas locais, como a compreensão do capital social, econômico e cultural dos alunos, pais, professores, a segregação de grupos, tais como: étnico-raciais, afro-americanos, hispânicos, dentre outros, bem como diferenças sexistas, econômicas, religiosas, nas dificuldades de aprendizagem, na relação professor e aluno.

Por essa razão, tais reformas na educação limitam-se à estratégia de hegemonia e reprodução da dominação da direita conservadora, pautadas na lógica de mercado, engendradas com a: despolitização e saturação das instituições públicas; a mercantilização da educação orientadas pela visão economicista e utilitarista como resposta à escassez de recursos; a abertura à financiamentos à educação privada; certificação e lastro de confiança com a cultura de auditorias em diferentes espectros (financeiro, tecnológico, recursos humanos, qualidade, etc); a racionalização e standardização do trabalho, da forma e conteúdo pedagógicos; competição entre indivíduos e instituições escolares por prestígio e recursos; cultura de enquadramento a processos de trabalho e qualidade e punição com a responsabilização individual (tabela de indicadores) e a ênfase nos currículos universitários de capital “conhecimento técnico/administrativo”, tipo particular de capital cultural de alto status, capaz de suprir empresas e negócios com aumento de produtividade, maximização de lucro, expansão econômica e controle cultural. Em resumo, na reificação com a transformação de capital cultural em capital econômico (supremacia do controle de equipamentos, mercados, patentes e processo de trabalho) (APPLE, 2005).

No bojo do processo de modernização conservadora e de reprodução ideológica, Apple (2005) destaca a classe média gerencial e profissional, como representação e justificativa do novo gerenciamento classista na estrutura social. Nesse sentido, acessar as melhores posições sociais e prestígio decorrem de mérito individual, dos próprios esforços e talentos, da competência de sujeitos “certificados” pelo percurso escolar.

A classe em questão ao alcançar o sucesso, passa a elaborar para si e para os filhos um conjunto de estratégias de manutenção e mobilidade de acesso a posições sociais e de capital, em um empreendimento dinâmico de reestratificação, que os autoriza e legitima a dominação por meio das “aptidões e habilidades” competitivas e nos próprios interesses (*self - interest*) para o exercício das funções administrativas e burocráticas da modernização social privativa e

economicista do sistema, lógica encontrada desde de a divisão do trabalho, da especialização das profissões e oferta de bens e serviços educacionais, por exemplo (APPLE, 2005).

Apple (2005) reitera a necessidade de ampliar o debate político e as práticas educativas, de fortalecer a democracia participativa, o direito das pessoas e contraditório das ideias, de uma ética que não transforme o ser humano em mero consumidor e/ou um competidor, na degradação do caráter.

3.3 A ordem e o progresso do empresariamento na educação superior no Brasil

Nada mais contraditório na teoria política brasileira do que refletir sobre o desenvolvimento social e econômico brasileiro, a partir da implantação da Constituição Federal de 1988, cujo teor trazia o reconhecimento de direitos sociais, a igualdade de direitos entre gêneros e os direitos e garantias individuais de representação e participação social, como o direito ao voto e ratificava a estruturação institucional separada entre poderes, cláusulas pétreas da referida Carta Magna. Anseios e direitos sociais de uma nova história democrática, paulatinamente ajustados com o passar da euforia da “unidade nacional” e da crença popular de que a redemocratização política e a institucionalização de “novos” blocos de poder naturalmente deixariam o passado político oligárquico, em sua ordem estatal e, socialmente excludente, em sua ordem econômica. Tinha-se assim, um novo horizonte de hegemonia burguesa e a incorporação de novas regras do jogo com a adoção de reformas neoliberais.

Ao analisar em perspectiva, no decorrer dessas três décadas de regime democrático brasileiro, depreende-se que, de modo radical ou moderado, que os sucessivos presidentes do governo federal se orientaram ou foram conduzidos em grande parte, por reformas políticas, econômicas e ideológicas neoliberais. Grande incongruência ao se considerar o quadro histórico de desigualdade social no país, a exclusão das massas no processo de participação e decisão políticas, a manutenção de oligarquias políticas pouco afeitas a práticas de redistribuição de riquezas como reforma agrária e urbana, por exemplo, ou então com a tributação das fortunas e dos maiores rendimentos. Enfim, na perda gradativa de conquistas e direitos sociais, resultado de longo processo de lutas e resistências políticas.

A antítese entre democracia e neoliberalismo expõe o papel das classes dominantes que utilizam o aparelho do Estado, seja para a concessão de mudanças mínimas na participação, representação e direitos sociais a camadas populares, seja para nortear a diversificação na acumulação capitalista privada e garantia de privilégios, sinal de pífias mudanças na estrutura social e de grave histórico social de injustiça, violência e desigualdade social. O Brasil é o “país

do futuro”, com as mazelas sociais e estruturais do passado. A classe dominante ao forjar nessas três últimas décadas o voo à nova ordem global mantém a conhecida estratégia resumida na fala do ex-ministro Delfim que afirmava na década de 1970 querer “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”, síntese do pensamento político dominante.

No Brasil, o Estado mínimo assumiu duplo sentido: o primeiro, remonta ao passado que antecede a redemocratização, enquanto política de estado é uma característica socioestrutural mínima em cidadania, justiça e igualdade social e estratégia de transformação social, resumida em um jargão econômico, um grave *déficit* social e; o segundo, com o declínio na década de 1980 do modelo de substituição de importação pautado no nacional-desenvolvimentismo e adoção do neoliberalismo na década seguinte como modelo de reestruturação econômica e de política social privatista, seletiva e conservadora da ordem elitista.

O cenário histórico de recomposição política e econômica global da década de 1990 foi marcada por mudanças: reorganização político-econômica, globalização, elaboração de um quadro ideológico em defesa da hegemonia estadunidense, nova base técnica e novas formas de produção, Divisão internacional do trabalho:

a) Reorganização político-econômica: fim da URSS⁵¹ e abertura de mercado dos países do leste europeu e ascensão da Rússia e China como lideranças na hegemonia geopolítica e econômica mundial; consolidação e aumento da influência política e econômica da União Europeia (Tratado de Maastricht em 1993), com destaque para Alemanha; a reorganização político-econômica e cultural da hegemonia norte-americana via formação de blocos comerciais (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio- NAFTA, Cooperação Econômica Ásia-Pacífico – APEC); organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o “Consenso de Washington”; indústria cultural, poderio bélico, com expediente nas Guerras do Golfo (1991), Afeganistão (2001) e Iraque (2003).

b) A globalização representa um conjunto de transformações políticas, culturais, econômicas, sociais, tecnológicas, de produção e consumo flexíveis em nível mundial, distinguindo-se pela emergência de um novo padrão de acumulação baseado no capitalismo financeiro (LEITE, 2003).

c) elaboração de um quadro ideológico em defesa da hegemonia estadunidense do fim da história (e das classes sociais) com o triunfo das ideologias da liberdade de mercado não planejado e a democracia ocidental liberal capitalista (FUKUYAMA, 1992); valorização de cultura corporativista com orientação gerencialista em (DRUCKER e empreendedorista

⁵¹União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

(SCHUMPETER (1961), FILION (2000), PINCHOT (1989), respectivamente que justifica as crises do capitalismo como oportunidades dentro do próprio sistema para seleção de empresas mais aptas e oportunidade para o surgimento de novas empresas, setores e negócios. Na visão schumpeteriana trata-se da “destruição criadora” (SCHUMPETER, 1961) (seriam meras crises conjunturais); a defesa de uma cultura organizacional do tipo “horizontalizada”, menos formal, que valoriza atributos comportamentais ligados à iniciativa e criatividade para o trabalho.

d) Nova base técnica e novas formas de produção com a microeletrônica, informatização, a produção flexível no processo produtivo; no tocante as novas formas de organização do trabalho e da produção destacam-se o emprego de tecnologias e de ciência que acarretaram (CASTELLS, 2005; HARVEY, 2010).

e) Divisão internacional do trabalho e mercado de trabalho: alterações qualitativas e quantitativas nas relações sociais, na organização do processo de trabalho, quanto ao conteúdo e complexidade do trabalho, e a utilização de técnicas e métodos de gestão de trabalho, nas condições de trabalho, no sentido do trabalho, as experiências, qualificações e profissionalização, exigências de nova sociabilidade (LEITE, 1994; POCHMANN, 2001).

Uma vez apresentados os principais aspectos que marcaram as modificações na recomposição das formas de acumulação do capital em nível mundial, na década de 1990, torna-se relevante discutir o processo de neoliberalização no contexto brasileiro. Para isso, considerou analisá-lo a partir do delineamento histórico por governos presidenciais as mudanças políticas, econômicas, administrativas, sociais e culturais, a partir de três questões: 1) os Ajustes neoliberais e o gerencialismo estatal 2) Política educacional e o empresariamento na educação superior e, 3) reformas trabalhistas e a precarização do trabalho docente.

3.3.1 Governo Collor de Mello: *welcome to the game*

As origens remontam ao governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), cujo lema de governo foi “integrando o Brasil no Primeiro Mundo” (*global player*). Indicava a pretensão ideológica de uma “integração competitiva”, articulada com os setores tradicionais e conservadores da política nacional, instrumentalizada pelo massivo apoio midiático dos grandes meios de comunicação nacional e enxerto publicitário que propugnava a ideia do Brasil moderno pelo combate ao estado desenvolvimentista, o bem público e o serviço público. Considerados ineficientes e onerosos, pois agravadas pela crise fiscal do Estado e o ambiente macroeconômico hiperinflacionário que apontava um caminho irremediável de liberalização econômica e a urgência de reformas administrativas de redução do Estado com a venda de

patrimônio, redução de ministérios, demissão de servidores públicos. Incipiente processo de privatização de estatais, mercado como pilar organizador do desenvolvimento econômico pela iniciativa privada nacional, ampla abertura econômica às importações e atração de multinacionais; combate ao estatismo desenvolvimentista, redução do funcionalismo público, renegociação da dívida e moratória junto ao FMI, criação do Mercosul (1991) e ampliação de transações econômicas regionais de empresas nacionais e multinacionais no referido bloco comercial (SALLUM JR e CASAROE, 2011). A educação ficou em plano secundário (SILVA JÚNIOR, 2003) adicionado a instabilidade política do mandato e o impeachment.

Com o intuito de aumentar a competitividade da indústria nacional, o governo Collor Lançou o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade em novembro de 1991, somada a política de abertura econômica como solução para a modernização tecnológica, além disso a referida ação pública mostrou-se ineficaz pela escassez de recursos e o ambiente macroeconômico brasileiro inflacionário pouco favorável a investimentos do empresariado, além de erros de diagnóstico e planejamento (DAROS, 1997).

Contudo, torna-se relevante mencionar que a inserção da cultura da qualidade sob a influência do toyotismo tem sua origem no Brasil na década de 1970. A implantação dos Círculos de Controle de Qualidade que consistia na reunião de grupos de trabalhadores para discutir e apresentar soluções às problemáticas vivenciadas no trabalho, na melhoria de processos e produtos, redução de custos e maximização de lucros o que permite às empresas a assimilação de experiências e conhecimentos práticos do trabalho (conhecimento tácito), portanto um diferencial de acumulação do capital em comparação ao taylorismo (SALERNO, 1985; OLIVEIRA, 2004; ANTUNES, 2002).

No governo Itamar Franco (1992 – 1995) a liberalização econômica avançou na desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e abertura do livre fluxo internacional de capitais. A internacionalização de títulos públicos, repactuação da dívida pública com a conversão e securitização em novos títulos públicos, medidas que interessam ao capitalismo financeiro-especulativo internacional⁵², indício da debilidade financeira e subordinação alheia à mundialização financeira. No conjunto desse processo liberalizante inclui-se a criação do Plano Real, programa de reforma macroeconômica guiada pela política de controle fiscal e estabilização inflacionária. Contudo, o ingresso no centro dinâmico global exigiu a cobrança de pedágio para o acesso subordinado à onda de globalização capitalista (POCHMANN, 2017).

⁵² E que estão, por exemplo na origem da crise de hipotecas de *subprime* de 2007-2008 nos Estados Unidos.

Para o referido ingresso, o Brasil na condição país dependente e endividado precisaria assimilar a matriz neoliberal e materializá-las em ações governamentais, em estreita sintonia aos *policymakers*, universidades e organismos financeiros internacionais de domínio estadunidense, o FMI, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC)⁵³, que condicionavam recomendações como liberalização comercial, livre circulação de capitais, direito de propriedade intelectual e, particularmente a oferta de serviços educacionais por empresas privadas. É relevante observar como transcorreu a relação entre Estado, capital financeiro e corporações empresariais e a partir da educação superior refletir sobre as perspectivas da reestruturação do trabalho e implicações da reestruturação produtiva do capital e do processo de neoliberalização na educação superior.

Cabe mencionar Sguissardi (2005; 2009; 2015) na reflexão minuciosa feita sobre as recomendações do Banco Mundial a respeito da oferta (serviço) de educação superior em países periféricos e em desenvolvimento:

O Banco Mundial e Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) exercem influência global no processo de neoliberalização dos países periféricos e emergentes. Nesse aspecto, esse poder foi observado no âmbito da educação, por meio de recomendações apresentadas como “tendências” internacionais de uma nova política de oferta de serviços educacionais, a qual propugna que a referida expansão deve se voltar pela fomento e oferta das mantenedoras privadas, via formas e conteúdos econômicos-administrativos eficientes e otimizados.

A oferta de serviços educacionais flexíveis acopla-se à reestruturação produtiva do capital e a neoliberalização político-econômica iniciados na década de 1970, os quais representaram respectivamente os declínios do fordismo como sistema de produção e oferta de produtos e o Estado de Bem-Estar em países desenvolvidos, como modelo de mediação da relação entre classes e no binômio industrial capital e trabalho operário (HARVEY, 2010).

O Banco Mundial publicou três documentos balizadores da política neoliberal voltada ao ensino superior. *Financing education in developing countries – An exploration of policy options*, de 1986; *Higher education: the lessons of experience*, de 1994 e; *The financing and management of higher education – A status report on worldwide reforms*, de 1998 (SGUISSARDI, 2005; 2009; 2015).

No que concerne às recomendações do Banco Mundial aos países periféricos que refletem limitados recursos públicos e déficit público estavam ao longo de suas publicações e

⁵³ Substituiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT criado em 1947.

orientações⁵⁴ reunidas em quatro orientações estratégicas: 1) A defesa do maior retorno individual e social com a educação básica em comparação ao ensino superior (baseado em experiências práticas e mensuração por taxas de desenvolvimento econômico e social); critica o “modelo europeu” de ensino e pesquisa (universidades neo-humboldtiana) e defende o ensino superior voltado ao ensino (universidade de ensino), a expansão pela via privada (diferenciação institucional); 2) A diversificação das fontes de financiamento e captação de recursos, oferta de serviços educacionais vocacionados às mudanças de mercado, fim da gratuidade e o pagamento de matrículas e mensalidades pelos alunos de IES públicas. Os recursos públicos devem ser destinados a criação de um mercado de crédito para educação com bolsas seletivas; 3) redefinição das funções de governo o que significa menos recursos financeiros e mais controle com fiscalização e avaliação). As IES públicas devem buscar fontes externas para a própria manutenção; 4) prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade com ações estatais voltadas a credenciamento, fiscalização e avaliação das IES e toma como parâmetro a heterogeneidade das IES (atenderia a “demanda social” com distintas missões, funções e modalidades de desempenho) e a relação custo/benefício (SGUISSARDI, 2005; 2009; 2015). Documentos e recomendações que embasaram as reformas da educação no Brasil, desde a década de 1990 até hoje.

Nas palavras de Bourdieu e Wacquant (2015) trata-se de “artimanhas da razão imperialista” por meio do imperialismo cultural, reproduzidos por diferentes meios institucionais e publicações, a citar: congressos, livros, revistas, assim como por organismos internacionais e fundações de filantropia e pesquisa. A circulação dessas informações “científico-acadêmicas” recortadas conservam “veracidade” e “legitimidade”. Daí decorre seu êxito como estratégia e prática de dominação marcadas pela neutralização do contexto histórico (falso corte) e da particularidade social da sociedade (falsa universalização). Daí resulta a indagação crítica que os autores suscitam: onde se originam essas informações?

Esse desenraizamento provoca, aos poucos, a circulação de produtos culturais planetarizados, mundializados transformados em lugares-comuns, a gênese pura do trabalho de teorização, em um “dogmatismo” cientificista chancelado por países dominantes ou organismos internacionais, Intrusões etnocêntricas (princípios de visão e divisão codificados ou praticados entre o dualismo simplificador do tipo nós e os outros).

⁵⁴O Banco Mundial publicou três documentos balizadores da política neoliberal voltada ao ensino superior. *Financing education in developing countries – An exploration of policy options*, de 1986; *Higher education: the lessons of experience*, de 1994 e; *The financing and management of higher education – A status report on worldwide reforms*, de 1998 (SGUISSARDI, 2005; 2009; 2015).

Do mesmo modo ao refletir sobre a educação superior no Brasil identificam-se empresas educacionais que apresentam no próprio nome da instituição o estrangeirismo e carregam a americanização (cultural, empresarial, ideológica) nas suas práticas e conteúdos educacionais, como exemplo a internacionalização da atividade editorial universitária, intercâmbios, vocabulário estrangeiro como signo de comunicação científico-mercadológico e interpretação da realidade, disciplinas de empreendedorismo. Afinal, categorias importadas, que visam naturalizar a dominação pelo jogo teórico da nação rica “disposta” a ensinar a receita da prosperidade e assimilação cultural da “ordem” neoliberal.

O empresariamento da educação superior vem se configurando pela reprodução do ethos do capital pelo progresso econômico, o sucesso individual, por intermédio das teorias do “capital humano” e das “competências”, ambas apoiadas na estreita ligação da formação humana como “gerador de valor” dotado de capacidades e potencial diferenciador e competitivo, funcional aos princípios econômicos e empresariais aptos a sociabilidade do mundo globalizado e da sociedade de informação

3.3.2 Governo Fernando Henrique Cardoso: o *CEO* do Brasil

A rigor, as reformas neoliberais se institucionalizaram e ganharam maior impulso no governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 -1998 e 1999 e 2002)⁵⁵, destaque para as Reforma do Aparelho do Estado em 1995, a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, incluindo-se o sistema de ensino superior e a abertura comercial com o comércio exterior.

Nomeada de Nova Administração Pública (*New Public Management*), trata-se de ideário gerencialista originado das experiências neoliberais dos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, baseiam-se na disseminação de valores empreendedores, de eficácia e eficiência dos gastos públicos (PAULA, 2005), os quais tinham como objetivo prestar informações à sociedade e dar transparência às ações, processos administrativos e gastos públicos reunidos na questão da responsabilização (*accountability*); relações de poder e tomada de decisão administrativa (governança pública), na democratização da administração pública brasileira. Nesse sentido, ao implantar tais premissas de gestão inserem-se no Estado a lógica

⁵⁵ Apesar de não admitir, o presidente Fernando Henrique Cardoso considerava que o rótulo neoliberal ao seu governo não passava de “neobobismo”. O partido da social democracia brasileira – PSDB tornou-se mais recentemente no partido de base de apoio ao governo Michel Temer e a política de regresso social e democrático brasileiro.

empresarial como princípio ideológico de condução político-administrativa, sujeito sem participação direta, um papel de fiscalizador de *score* de performance do Estado, do alcance de metas e objetivos, um típico CEO⁵⁶ (diretor executivo) embasado da racionalidade empresarial.

No âmbito das organizações as práticas empresariais e as funções de planejamento e tomada de decisão são restritas a cúpula empresarial (*top - down*). Ao transplantar a pragmática de poder e tomada de decisão empresarial revela-se o sentido dado ao exercício da democracia na perspectiva neoliberal gerencialista: centralização tecnocrática do planejamento e elaboração de políticas públicas, limita-se a democracia a função instrumental e economicista de auditoria, controle e fiscalização de eficiência, eficácia de informações técnicas realizadas no espaço governamental das instituições e do Estado, investida da concepção neoliberal de redução do Estado, redução dos gastos governamentais, disciplina fiscal e orçamentária, mínimo em gastos sociais, no controle do fundo público.

Conforme Oliveira (1988) fundo público refere-se a um padrão de financiamento público institucionalizado no *Welfare State* como políticas anticíclicas, com duplo objetivo de acumulação do capital e reprodução da força de trabalho. Para a primeira refere-se aos subsídios para produção, sustenta a competitividade das exportações, subsídio à agricultura (até com a compra de excedentes); intervém no mercado financeiro pela valorização dos capitais via dívida pública; atuação no mercado financeiro com a oferta de ações estatais com investimentos em estruturação, tecnologia e do outro a reprodução da força de trabalho com os gastos sociais que irão compor o salário indireto (educação universal gratuita e obrigatória, saúde, salário-família, pensões, subsídio para transporte, auxílio habitação e alguns casos lazer).

Oliveira (1988) afirma que o fundo público e toda a gama de subsídios e auxílios públicos são constitutivas do capitalismo, não restrito ao *Welfare State* (ou a social-democracia alemã e inglesa) como se supõe a priori, nem pontual como a despossessão de terras, expulsão dos índios e cessão destas às ferrovias particulares nos Estados Unidos, por exemplo.

Conforme Oliveira (1998) o fundo público constitui componente estrutural insubstituível com base nos seguintes aspectos:

- 1) transferência de custos internos de produção à socialização de custos pelo Estado que favoreceu a formação do trabalho abstrato, burocrático e, conseqüentemente a classe média;
- 2) O crescimento do salário indireto permitiu a liberação do salário direto ou renda familiar para fomentar o consumo de massa, dentre eles os bens de consumo duráveis. Logo, o

⁵⁶Chief Executive Officer.

fundo público contribui para a sustentação do capital, alterando o valor como único pressuposto de reprodução ampliada do capital. Nesse caso, o fundo significou o surgimento do antivalor.

A crise do Estado-Providência deu-se em relação ao padrão de financiamento, não a sua função e relevância a acumulação do capital. Portanto, a crise fiscal em questão relaciona-se a produção de bens sociais públicos, o que não quer dizer na redução do uso do fundo público no processo de acumulação de capital, conforme os tipos citados de incursões do Estado em benesse do capital. Logo, o Estado mínimo refere-se a “mão esquerda” bourdieusiana.

Tal crise é explicada pela internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista:

A regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos de produtividade a elevação do salário real, se circunscreveram aos limites – relativos, por certo da -, da territorialidade nacional dos processos de interação daqueles componentes da renda e do produto (OLIVEIRA, 1988, p. 12 - 13).

A combinação ganho fiscal e financiamento público levou ao déficit público quando se deslocaram investimento e renda para outros territórios, mas não o financiamento social. Com isso, os adeptos do neoliberalismo pretendem estruturar e controlar o fundo público com as conhecidas reformas fiscais que garantam a redução de gastos sociais, o que na prática leva o Estado a assumir funções caritativas e assistencialistas e manter o fundo público como função principal vinculada ao capital (OLIVEIRA, 1988).

O controle dos recursos públicos ganhou novos contornos políticos, administrativos e ideológicos com a implantação do Plano de Reforma do Estado brasileiro em 1995, autor e ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, deu impulso aos ajustes macroeconômicos e reformas gerencias na estrutura administrativa, no modelo de gestão pública, na repactuação da função estatal de provedor para Estado que atue como “regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 17); na determinação das funções exclusivas e não exclusivas do Estado, e elaboração de um amplo programa de desregulação e desestatização que culminou com o incremento de privatização em vários setores principalmente os de infraestrutura⁵⁷ (siderurgia, telefonia, energia, mineração e ferrovias) e setor bancário (bancos estaduais que foram federalizados e trocados por títulos do Tesouro Nacional) e criação de agências reguladoras; introdução de a Lei de Responsabilidade Fiscal (2001), o qual estabeleceu novos parâmetros de controle de gastos públicos da União, Estados e Municípios; renegociação de dívidas de estados e municípios.

⁵⁷ RUSSO, Mario. Privatizações ganharam força a partir dos anos 90 (2013).

No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995 (BRASIL, 1995) constam na educação superior a influência de ideias privatizantes, tais como na questão do ensino:

A educação pública torna-se não-estatal com a introdução de mecanismos de administração gerencial-empresarial, a redução do investimento em instituições públicas, contratação de professores substitutos e congelamento de salários, mecanismos de controle de produtividade e cobrança de taxas e mensalidades em cursos de pós-graduação *lato sensu* e o incentivo ao empresariamento da educação superior pela via da diversificação do ensino superior, por instituições, tipos de cursos, como os de bacharelado de formação profissional de quatro anos e formação técnica de dois anos e por modalidade: ensino a distância, semipresencial e blocos sequenciais em busca de recursos para a sua sobrevivência.

A expansão no ensino superior por instituições públicas e privadas passou a contemplar debates de apoio e contestações sobre o sentido e relevância, a conjuntura e raízes históricas e estruturais de exclusão social.

Quanto à elaboração e participação do processo decisório a Reforma do Aparelho do Estado restringiu-se a decisões do núcleo estratégico, evidenciando a natureza centralizadora e concentradora das políticas públicas e da gestão antidemocrática do governo FHC. Outro fato foi o ato unipessoal do executivo na função de legislador pelo uso deliberado de medidas provisórias (MPs): 365 em 8 anos de mandato (proporção de uma MP a cada 7,8 dias).⁵⁸

O processo de liberalização do ensino superior privado brasileiro se efetivou institucionalmente, a partir dos seguintes instrumentos jurídicos: A Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Decreto nº 2.306 de 19.08.1997 e o Decreto nº 3860 de 09.07.2001.

No tocante a prerrogativa constitucional destaca-se a matéria que trata sobre o empresariamento da educação como executor da política educacional (art. 205), a instituição do ensino pago em todos os níveis de ensino (art. 206), sob às diretrizes do Estado que assegura a liberdade da educação a iniciativa privada (finalidade não-lucrativa e com fins lucrativos) com o cumprimento de normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público (art. 209) e capacidade de autofinanciamento e gestão com recursos próprios os negócios (art. 213).

⁵⁸ Prática política comum na história da divisão de poderes e democracia no país, ao transformar o instrumento jurídico excepcional em regra de governabilidade, diga-se o governo Lula que o suplantou por igual período de mandato com 419 MPs (proporção de uma MP a cada 6,8 dias) ou, em proporção de dias, o governo Temer que superou todos os governos, desde 1995, com 83 MPs em 18 meses de governo proporção de uma MP a cada 6,5 dias (GARCIA. 2017).

Outra alteração relevante no ensino superior refere-se à possibilidade jurisprudencial da separação do tripé ensino, pesquisa e extensão, limitando esse princípio de indissociabilidade às instituições universitárias (art. 207)⁵⁹.

Conduzida pelo Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em dezembro de 1996, estabeleceu um novo marco regulatório a educação superior, embasada pela política de expansão superior por meio da liberalização e empresariamento dos serviços educacionais em qualquer nível (art. 7º)⁶⁰, retirando-se o tripé educacional como valor fundamental que rege o ensino superior, limitando-a a uma particularidade institucional, as universidades:

As reformas devem partir do pressuposto que no Século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade. Isto significa que, em muitos países, a esmagadora maioria das universidades privadas e mesmo parte das universidades públicas não são universidades porque lhes falta a pesquisa ou a pós-graduação (SANTOS, 2011, p. 65).

A LDB trata sobre também sobre a criação de novos cursos de graduação com ênfase na formação tecnológica (Decreto nº 2208, de 17/04/1997) e formação sequencial, entrando em sintonia com as diretrizes políticas neoliberais, reitera a capacidade de gestão dos negócios com recursos próprios.

O Decreto nº 2306/97 (revogado pelo Decreto nº 5.773/2006) ratificava a fragmentação acadêmica com a “flexibilização” da organização acadêmica (art. 8º) classificando as instituições em: Universidade, Centros Universitários, Faculdades integradas, Faculdades e Institutos superiores ou escolas superiores. Por outro lado, tal classificação reduziu as exigências de credenciamento e funcionamento para a expansão quantitativa com a diversificação de tipos de organização e estrutura administrativa de ensino superior, sinal característico de que o processo de democratização do ensino superior com a criação de cursos e oferta de vagas dar-se-á pela revisão da natureza da formação acadêmica, criando degraus decrescentes de exigência quanto à necessidade de pesquisa, a composição do quadro docente e a contratação de mestres e doutores, na lógica de redução de custo e na segmentação e diplomação de alunos por capacidade econômica de custeio, instrumentalização do ensino como função principal de preparo para o ingresso no mercado de trabalho.

⁵⁹ “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Art. 207 da CF/88).

⁶⁰ Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Ainda conforme esse decreto trata sobre dispositivos de prestação de contas das mantenedoras, o qual retira a obrigatoriedade da exigência da elaboração de demonstrações financeiras certificadas por auditoria independente e a submissão deste documento ao poder público. Além disso, o referido decreto reduz o poder deliberativo do Conselho Nacional de Educação e amplia a burocracia estatal via MEC com a avaliação de indicadores de desempenho do sistema nacional por região, unidade da federação e áreas de conhecimento; desempenho individual por IES; Cursos superiores pela análise dos resultados do Exame Nacional dos Cursos e oferta de cursos superiores (art. 17).

A reestruturação do capital acarretou em novas exigências produtivas na formação da força de trabalho, nos critérios de escolarização, de produtividade e nas formas de vínculo de trabalho. Essas imbricações são reconhecidas nas instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras, as quais embasam as alterações institucionais e o declínio de uma identidade baseada na autonomia universitária como espaço de produção e pensamento crítico, no uso da razão e da história na busca da verdade; na reflexão capaz de mediar as divisões e as contradições sociais, políticas e econômicas. Estes e outros aspectos são analisados por Chauí (1999), que nomeou esta problemática de A Universidade Operacional:

Quadro 5 - Características da Universidade pública e a Universidade operacional

	A Universidade pública	A Universidade Operacional
A condição	Educação de direito	Percebe a Universidade como prestadora de serviços
Capacidade política e administrativa	Autonomia: autor do <i>nomos</i> , da norma, da regra e da lei democraticamente instituídas; sentido sócio-político; Critérios de independência na relação com a sociedade e Estado	Heterônoma; Organização administrada; sentido de gerenciamento empresarial (Gestão de receitas e despesas); metas e indicadores de desempenho e captação de recursos
Regime de trabalho	Regime de Dedicção exclusiva	Eliminar o Regime Jurídico Único de trabalho (Lei n.º 8.112/90), concurso público e dedicação exclusiva; “Contratos flexíveis”: temporários e precários; professores substitutos
A educação superior	Voltada ao conhecimento e à formação intelectual	Adaptação de currículos de graduação e pós-graduação às necessidades das empresas locais
Trabalho docente	Integração entre docência e pesquisa; a formação como marca essencial	Separação entre ensino e pesquisa; Habilitação rápida para graduados; Transmissão rápida de conhecimentos; manuais de fácil leitura, ilustrados e duplicados
Qualidade e produtividade	Reflexão crítica e qualitativa, enfrentamento com o instituído; descoberta, invenção e criação	Operacional, produtiva e flexível; Medida pela produtividade: quanto uma universidade produz, em quanto tempo e qual o custo que produz; custo-benefício.
Prática social	Instituição: ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa; discute ou questiona sua própria existência	Organização: instrumentalidade no uso de estratégias, ideias de eficácia e sucesso para obtenção de um objetivo particular; julga saber por que, para que e onde existe
Aspiração	Universalidade (imaginária ou desejável); a sociedade como princípio e referência	Particularidade; a si mesma no espaço de competição com outras organizações
Esferas da vida social	Lidar com as contradições da divisão social e política	Vencer a competição
Princípios	Razão, verdade e história	Jogo estratégico de mercado. Estratégia de posse, intervenção e controle de soluções; identificação de dificuldades e problemas para a realização de objetivo

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Chauí (1999).

As lutas e conquistas sociais históricas, a valorização do espaço e bens públicos democráticos e a salvaguarda jurídica dos direitos sociais conquistados com saúde, educação e cultura são trocados por prestadores de serviços e organizações sociais, legítimos representantes do mercado, que respondem pela racionalização dos custos, qualidade e flexibilidade dessas

atividades, princípio econômico básico de produção econômica e mercadorização das relações sociais.

Constata-se que a estratégia de privatização da educação superior provocou o aumento no número de instituições de ensino superior privadas, tendo na transferência de recursos públicos um dos fatores que contribuíram para o empresariamento da educação superior.

Cabe destacar que o movimento de liberalização ou mundialização vem provocando o incremento dos serviços educacionais desvinculado de barreiras de fronteira nacional e problemáticas de desenvolvimento local e regional, os quais passam a agir como replicadores de “conteúdo acadêmico” padronizado e pedagogia hermética, de outro modo na mera apropriação lógico-formal de formação acadêmica, por meio de universidades corporativas e virtuais, mas também de tecnologias de informação e comunicação que substituem o trabalho docente e a relevância de seu papel no processo de ensino crítico e aprendizagem, os quais passam a contemplar novos papéis a educação superior confundindo esta como ensino pós-universitário, conforme a crítica de Mancebo (2010, p. 42) depreendendo em:

Tutorias remotas, encurtamento de carreiras, flexibilização de currículos, importação de modelos educativos baseados na ‘aquisição de competências profissionais’, certificação de saberes e destrezas, reciclagem de competências. Mesmo a designação do trabalho do professor, propriamente dito vem sendo transmutado de trabalho docente para ‘facilitador’, ‘animador’, ‘monitor’, dentre outras novidades.

Não se trata, portanto de uma simples vigilância epistemológica sobre o uso de expressões ou designações sobre o trabalho em si, mas vai além revela o processo de precarização e desmoralização profissional do trabalhador docente, que com o decorrer dos processos de estruturação produtiva com incrementos tecnológicos e modelos de gerenciamento de trabalho empresariais que priorizam a redução de custos com processos de trabalho presencial em detrimento de prestação de serviços educacionais remotos.

A Reforma do Estado brasileiro visou alterar profundamente o papel, a função e o sistema de ensino das universidades, incluindo as universidades públicas que colocadas na maré neoliberal viveu o dilúvio da generalização do modo de produção capitalista para as áreas da educação e da cultura, criando um lastro quantitativo de valoração como mercadorias equivalentes para a troca econômica, com o seu equivalente universal: o dinheiro. Essa homogeneidade de equivalentes trouxe consigo seus parâmetros de valor, de regras e princípios, cuja métrica se assemelha a compra e venda de bens tangíveis. Não há mais distinção para o capital na administração e venda entre bens materiais e bens imateriais, tal como um diploma e o que este representa no “volume” de competências no bojo do capital humano. A universidade

no sentido lato passou com a Reforma da Administração do Estado pela assimilação das funções administrativas e gerenciais, assumindo o estreito preceito economicista de competição, custo-benefício e produção de capital humano para o mercado.

Caminha-se para a busca da previsibilidade e homogeneização no processo de divisão e criação de bens imateriais, como o preço de um diploma, o qual o valor pago dá acesso ao curso desejado com um pacote de disciplinas, avaliação objetiva e métrica estatística de aprendizado e aproveitamento. Esse envelopamento educacional e cultural é planejado e controlado por instituições de ensino superior que preservam o nome de “instituição”, cuja aceção remete a sociedade como premissa básica, mas que em essência são organizações empresariais que estabelecem objetivos de empresa, com metas por clientes (matrículas), “fidelização da base de clientes”, métrica de satisfação com o custo-benefício pelo serviço contratado (aprendizado e conclusão do curso), contradições impostas, diretamente ou de modo “sutil”, a docentes e que despertam nestes o temor quanto à decisão de reprovação de “clientes” ou desistência destes do curso.

3.3.3 Governo Lula: carta ao mundo financeiro e ao povo brasileiro.

Esse é o cara! Eu adoro esse cara! É mais popular político do mundo!
Barack Obama, em 03 de 2009, na reunião do G-20 (grupo das maiores economias do mundo).

Ao pensar a adoção do neoliberalismo no Brasil da década de 1990 fica latente a indagação sobre a direção que os sucessivos governos tomaram na condução do país: No final, quais as prioridades? Essas prioridades levam em consideração a inclusão social? A diminuição da desigualdade e pobreza, acesso à educação?

Como pensar (o Brasil)? Essa foi a questão suscitada no início do século XXI após as experiências neoliberais no Brasil. Com esse propósito reuniram-se os professores Carlos Nelson Coutinho, Fabio Konder e Francisco de Oliveira para debater uma via crítica e alternativa ao modelo político e econômico vigente no país⁶¹. Houve um consenso dentre os pensadores, quanto à sugestão de Francisco de Oliveira de que o método de pensar o Brasil deve se apoiar na radicalidade e na especificidade, respectivamente distanciando-se da compassividade acrítica e conjugando a teoria e as problemáticas brasileiras, sem a importação e a implantação literal de soluções políticas e econômicas, por exemplo. Os autores citados sugeriram retomar a relevância do planejamento estatal apoiado em três grandes dimensões: a

⁶¹Evento em comemoração aos 25 anos do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Cedec.

dimensão econômica voltada ao desenvolvimento nacional, a dimensão social sob condução de políticas de redução de desigualdade e a dimensão cultural em oposição entre o atraso e o moderno, dimensões que englobam a inclusão social a democracia. (COUTINHO et al, 2001).

Apesar do progresso no âmbito macroeconômico do governo FHC com a implantação do Plano Real, controle inflacionário e consequente aumento no poder de compra e a institucionalização na Administração pública da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo FHC deixou o legado de déficit social com a centralização política, a privatização dos serviços públicos, arrocho salarial às classes trabalhadoras e manutenção de estrutura social desigual e excludente:

No Brasil, o sonho vendido por Collor e Cardoso era que a abertura comercial, a privatização e a “flexibilização” de contratos de trabalho tornariam as empresas nacionais e filiais eficientes e fortemente exportadoras. Assim, gerariam as reservas cambiais necessárias para bancar mais um ciclo de endividamento externo e as remessas de juros, lucros e dividendos associados às privatizações, fusões e aquisições de patrimônio local pelo capital financeiro global (BASTOS, 2017, p. 6).

Com a esperança popular de inclusão social, efetivação de direitos sociais assegurados na constituição de 1988 e redução das desigualdades, Luiz Inácio Lula da Silva elegeu-se presidente do Brasil. Sua base política está intimamente relacionada aos movimentos sociais sindicais na região do ABC⁶², área industrial do estado paulista, nas décadas de 1970 e 1980, e a origem do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, período marcado pela repressão política do governo militar.

As candidaturas de Lula (1989, 1994, 1998 e 2002) representaram gradativamente a modificação de alianças e a modificação de sua identidade política de esquerda, ligada ao trabalhismo e sindicalismo. Toma-se como exemplo a resistência interna da ala Articulação Unidade na Luta, de cunho mais pragmático e voltado a ocupação do poder e a esquerda do PT que via a presidência como frente de resistência política ao ordenamento político e econômico sob a liderança norte-americana. Com o fortalecimento do primeiro grupo, a coligação política de Lula ampliou sua aliança para partidos e grupos sociais conservadores.

O governo Lula manteve a política econômica neoliberal, com a escolha de Henrique Meirelles na condução do Banco Central do Brasil, nome conhecido no mercado financeiro internacional, um sinal de claro de que a política monetária brasileira não sofreria mudanças substantivas com a escolha de um economista liberal, tal como a política estrutural

⁶² Região metropolitana de São Paulo, composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

conservadora propugnada pelo FMI e o modelo de tripé econômico: de equilíbrio fiscal com uso de juros altos e o estabelecimento de metas de inflação, taxa de câmbio sobreapreciada, excedente orçamentário com a obtenção de superávit primário crescentes para pagamento dos serviços da dívida pública, com a redução dos gastos públicos nas áreas sociais e no investimento público e, o mais contraditório adotou medidas que enfraqueciam sua base eleitoral e ideológica como a apoio e aprovação da Reforma da Previdência em 2003, o que levou a fragmentação do PT e a criação, por dissidentes, de outro partido no mesmo ano, o Partido Socialismo e Liberdade (PSol).

No âmbito internacional, foi marcado por um cenário econômico mundial favorável, com o aumento do comércio internacional de produtos primários, em destaque o crescimento do preço das *commodities* para exportação, impulsionada pela ascensão da China como potência mundial.

O crescimento econômico no governo Lula é creditado também pelas políticas públicas desenvolvimentistas ou “heresias ao neoliberalismo”⁶³ com 1) reduziu o número de privatizações no setor de petróleo, gás e energia elétrica e fomento à expansão de setores de infraestrutura, e os ramos de bens de capital, da construção naval e grandes empreiteiras; 2) reorientou o papel dos bancos públicos e do BNDES, respectivamente para a função de desenvolvimento produtivo e expansão do mercado interno, tais como empréstimo consignado, crédito imobiliário, agricultura familiar, pequenas e médias empresas o segundo com o acesso ao crédito para investimento no setor produtivo e formação de conglomerados nacionais competitivos internacionalmente (BASTOS, 2017); 3) políticas redistributivas de redução de desigualdade, com a correção e ajuste do salário mínimo acima da inflação e recomposição do poder de compra sobre trabalhadores ativos e aposentados; política de expansão do emprego (área de serviços pessoais e construção civil), o Bolsa família, apoio a agricultura familiar, incentivo à habitação popular e acesso à universidade via financiamento ou subsídio estudantil (SINGER e LOUREIRO, 2016; BRESSER PEREIRA, 2012).

Para o aumento quantitativo do número de estudantes no ensino superior, o governo Lula foi pragmático e funcional ao mercado, pois continuou e conduziu a expansão do serviço educacional pela estratégia economicista (custo - benefício) e da mercantilização de diplomas, o qual restringiu aos estudantes de graduação a educação superior como um direito social público, gratuito e de qualidade.

⁶³ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016, 2017.

O governo federal ao buscar a expansão do ensino superior pela via da massificação mercantil esvaziou o serviço educacional de um direito social e de seu fundamento democrático, pois incorreu no erro de um planejamento prioritariamente privatista e imediatista, logo dependente da orientação mercadológica e da liberalização financeiras das empresas de educação, os quais resultaram na formação de corporações impulsionadas pela expectativa de ganhos com a abertura de capital e o fomento ao acesso privado com a criação de programas de transferências de fundo público para impulsionar o setor e diminuir o déficit de diplomas (SGUISSARDI, 2015).

Para isso, criou políticas de expansão e acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁶⁴, dedicado a vagas nas IES privadas; revisão do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁶⁵ constituiu-se o Sistema de Informação Simplificado (SiSU)⁶⁶ por meio do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, que se tornou o principal método de seleção das instituições federais; instituiu a Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁶⁷, a Rede Federal de Educação Profissional⁶⁸, unindo em uma só Lei todas as instituições federais de ensino, foi, instituiu as Políticas de Ações Afirmativas pela Lei de Cotas⁶⁹ pelos critérios étnico-raciais e de renda familiar.

O Governo Lula ao optar pela ampliação do ensino superior, por meio do PROUNI, privilegiou as IES privadas com: “a compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições” (SAVIANI, 2010, p.1) e contribuiu para a difusão de política educacional que generaliza o diploma universitário como titulação e status, pelo critério da urgência pragmática no atendimento da demanda social por serviços educacionais e pelo aumento quantitativo de matrículas, em desvantagem da heterogênea e seleta qualidade dos serviços.

No que concerne a ocupação de vagas e cursos, a oferta desses serviços concentrou-se no campo da área de humanidades e tecnológicos de curta duração, o que gerou maiores vantagens às IES privadas por medidas governamentais favoráveis ao rápido incremento do setor educacional: a) a concessão de isenções tributárias para as IES privadas e; b) O subsídio aos estudantes da IES privadas com Financiamento Estudantil (Fies), programa de empréstimos

⁶⁴ Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

⁶⁵ A Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007.

⁶⁶ É o sistema informatizado do MEC no qual as instituições de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do ENEM.

⁶⁷ Para ter melhor compreensão buscar Decreto nº 5.800, de 29 de dezembro de 2006.

⁶⁸ De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

⁶⁹ Regulamentada pela Lei 12.711/2012, que define o percentual de 50% das vagas das Universidades Federais (UFs) e Institutos Federais de ciência, tecnologia e educação (IFs), aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública, em cursos regulares e da educação de jovens e adultos (EJA).

(Fies). Dentre os efeitos a oferta de cursos “*fast delivery diploma*” (LEHER, 2013) e a “crença irracional no fetiche do mercado” (ALVES, 2016).

No que tange a oferta de cursos cita-se a regulamentação da educação a distância no Brasil (EaD) em 2005⁷⁰.

Tal política educacional coaduna-se com uma política de desindustrialização nacional, ênfase na exportação de *commodities* e de absorção de mão de obra no setor de serviços em ocupações de menores salários:

(...) como o setor primário (agricultura, pecuária e mineração) não tem capacidade de absorver o desemprego industrial (ou a falta do aumento de postos ofertados), quem absorve a mão de obra é o setor de serviços, inclusive o setor comercial que é alimentado pelas importações. E temos assim a situação aparentemente paradoxal de baixo crescimento e pleno emprego. Na verdade, não há nada de paradoxal nisso. Há simplesmente uma política econômica ortodoxa absurda para a qual não há diferença para o país entre produzir “*potato chips*” e “*digital chips*”. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 8-9).

O capitalismo dependente que se desenvolveu na América Latina, se constituiu em função da burguesia preferir subordinar-se aos países hegemônicos, mesmo perdendo alguns privilégios, do que unir-se com os trabalhadores para fazer realmente uma revolução. Conforme Oliveira (2013, p. 69): “A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e

O segundo mandato o governo Lula adquiriu orientação desenvolvimentista com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (2007), que consistia em parcerias público-privadas destinadas ao investimento em infraestrutura, saneamento básico, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Dentre as ações destacaram-se a redução de impostos diretos e indiretos para o incentivo e dinamização dos setores, o financiamento das atividades, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para criação e expansão de negócios e setores contemplados no PAC.

Em nível internacional, a economia global sentia os efeitos da crise do *subprime* nos Estados Unidos no contexto de 2008/2009, contornados internamente pelo estímulo ao

⁷⁰ Decreto nº 5.622/2005 que regulamenta o art. 80 da LDB/96.

consumo interno e políticas assistenciais. No entanto, a crise rentista demarca também a “sobrevivência do sistema rentista-parasitário do capital e o enraizamento político-ideológico e cultural na dinâmica das sociedades capitalistas, muito superior àquele do liberalismo rentista da década de 1920” (ALVES, 2016).

Para Alves (2016) a crise de 2008/2009 trouxe repercussões no cenário geopolítico e na disputa pelo império global, de um lado o domínio estadunidense e os organismos multilaterais de dogmatização e controle econômico, como o Banco Mundial e FMI, representantes da ideologia neoliberal, o poder do dólar como “moeda referência” nas transações comerciais, mas fragilizado pela crescente dívida pública. Em outro espectro conta-se com o capitalismo de Estado de Rússia e China. Portanto, A América latina entra no cenário de disputa como área periférica cujo papel é estratégico para a oferta de commodities e absorção de produtos manufaturados, o que em linhas gerais não mudou desde o processo de colonização e exploração de recursos minerais e agrícolas.

O lulismo, dentro do contexto de disputa imperial acenou contra a dependência estrita aos Estados Unidos e buscou ampliar a própria influência geopolítica em países periféricos do continente africano, bem como em países sul-americanos. Essa alternativa política concretizou-se com a estratégia da configuração do BRICS⁷¹, um bloco global criado em 2011.

Entre a expectativa de uma mudança social e estrutural no país com a eleição de Lula e a efetiva transformação social e política e ideológica, o governo Lula adotou a manutenção da governabilidade, como fio condutor de uma política que aceitava a regra do jogo: a conservação da estrutura social brasileira, reduziu a “luta de classes” e seus aspectos distintivos de dominação à política de contentamento dirigida a elite nacional aos grandes domínios burgueses e auferição de novos ganhos de acumulação com o capitalismo financeiro-especulativo, e a massa trabalhadora com as políticas assistenciais de ganho material, a “hegemonia de pequena política” (COUTINHO, 2010).

A hegemonia da pequena política enquadra-se no repertório categorial e reflexivo gramsciano e tem em Carlos Nelson Coutinho uma incorporação crítica ao contexto político brasileiro. Esse processo político tem no imediatismo e acomodação de classes seus efeitos mais deletérios, uma aproximação ao pragmatismo político-econômico neoliberal e ao conservadorismo de classe, o qual se enraíza em um conjunto de crenças e valores comuns e se consensualiza passivamente na apatia da grande massa, tendo no individualismo e na

⁷¹ Acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

mercantilização da vida, crenças basilares da natureza humana e das relações sociais fragmentadas de uma visão totalizante.

Tem-se um “reformismo pelo alto” e não coloca em risco o domínio do capital, pois baseiam-se em “restauração”, uma reação conservadora à possibilidade de uma mudança efetiva e radical; e a “renovação” com concessões às demandas populares pelas camadas dominantes, uma relação contraditória de domínio entre conservação da velha ordem e a incorporação de modificações que visam a modernização social conservadora (COUTINHO, 2010, p. 33).

No âmbito institucional, o lulismo explicita a contradição da dependência do domínio estadunidense na condução da política econômica neoliberal, que rechaça a o aprofundamento de direitos sociais, combinado com isso no reformismo superficial da sociedade, que se espreita entre o moderno e o atrasado:

Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado, walmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas (SINGER e LOUREIRO, 2016, p. 13).

O governo Lula procurou revigorar no ambiente político o personalismo estadista, que a conciliação de interesses e disputas entre classes. A estratégia de suavização de sua imagem política com o Lula paz e amor, quiçá ditou a tônica do projeto petista de governar de união dos opostos e de se manter no poder. Ao encerrar o governo Lula em 2010, com alto índice de aprovação, Lula convenceu a sociedade de que a escolha de Dilma Rousseff, candidata sem lastro político proveniente dos quadros técnicos do governo, representava a si mesmo na continuidade do projeto petista. De fato, o lulismo prosseguiu até o final do primeiro mandato do governo Dilma.

Governo lula adotou o dualismo do tipo *insiders e outsiders* na condução das políticas dirigidas à educação superior: respondeu às problemáticas do déficit de vagas e de ingresso com o Programa Reuni e por outro em maior número incentivou a expansão de vagas via fundo público com IES privadas. Dualismo que se modela às sociedades pós-fordistas e a condução seletiva de oportunidades pela competição e o da meritocracia; inclui e exclui as opções de quais instituições pode se matricular, e quais opções cursar dentre as alternativas disponíveis pela pontuação do Ensino Nacional do Ensino Médio – ENEM, ou pelas formas de ingresso mais flexíveis disponíveis nas próprias IES privadas; nos subsídios para o estudo como o programa de estudo com bolsas de estudos parciais e integrais disponíveis aos estudantes

provenientes de escolas públicas ou por empréstimos pelo financiamento estudantil às camadas médias da população ou ganhar do Estado “cupom” para estudar (consumir) (FRIGOTTO, 1995, p. 82). De todo modo, o Estado dual reforça a desigualdade social com a política educacional pautada na fragmentação e divisão social e justifica a perda de direitos sociais, como o acesso gratuito ao ensino superior pela seleção dos mais aptos a ingressarem e a realizarem determinados cursos e em determinadas instituições. Dualismo simplificador apoiado por classificações e rankings de aptidões, seleções e desempenho individual entre estudantes talentosos e estudantes inaptos/ignorantes, entre poucos ganhadores que alcançaram o “sucesso” nas brechas de ascensão social e muitos perdedores destinados ao fracasso, mesmo que esteja em risco a formação educacional e cultural de um povo

3.3.4 Governo Dilma Rousseff e a volta às origens

No primeiro mandato de Dilma Rousseff continuaram-se as políticas sociais compensatórias, o qual beneficiou as camadas populares, porém sem reformas estruturais significativas, como exemplo a implantação a carga tributária atual que incide mais sobre o consumo (produtos e serviços) e penaliza os mais pobres, em comparação aos tributos sobre renda⁷², política de industrialização nacional e de diminuição da dependência da exportação de *commodities*⁷³,

O governo Rousseff, sob os efeitos da crise estrutural-econômica de 2008/2009 e os impactos no orçamento público, apresentou, em seu segundo mandato, uma mudança na política econômica com a escolha de Joaquim Levy como ministro da fazenda, típico representante da escola de Chicago. Com a nomeação, a presidenta Dilma procurou reeditar a repactuação política de conciliação de interesses entre empresariado e trabalhadores típico de doze anos de lulismo. Na agenda macroeconômica do ministro da fazenda aplicou-se o ajuste fiscal na concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários, aumento da carga tributária e adoção de política de juros altos, medidas que restringiam reduziam gastos sociais em educação e saúde investimentos infraestruturais urbanos.

⁷²A tributação no Brasil sobre o consumo em 2017, ficou em 32,43% e se equiparou ao patamar da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 33%, significou 48% dos impostos recolhidos no Brasil e 33% nos países da OCDE. Porém, a carga tributária sobre a renda revelou um instrumento de desigualdade: 19% no Brasil e média de 33% nos países da OCDE (MARTELLO, 2019).

⁷³ Nesse aspecto Bastos (2017, p. 3) considera que o primeiro mandato de Dilma procurou aproximação com o empresariado adotando medidas pontuais como incentivos fiscais e redução de carga tributária, crédito subsidiado e concessões de serviços públicos a iniciativa privada, em negociação conjunta entre empresariado industrial e sindicatos.

Quanto à educação superior, o CADE aprovou em 2014 a fusão da Kroton e Anhanguera criando a 17ª maior empresa da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, no valor de mercado de R\$ 24,8 bilhões. No mesmo período o FIES sofreu corte orçamentário, o qual levou as empresas educacionais a intensificarem suas estratégias de marketing em captação de recursos, como assumir a função financeira de empréstimo estudantil aos vinculados a IES privada, “parcerias” com outras empresas privadas e públicas na oferta de cursos de graduação e pós-graduação com desconto nas matrículas e mensalidades e no volume de novos alunos por empresa. Outra medida foi oferta disciplinas em formato EaD nos cursos de graduação presencial, para fins de redução de custo com a permanência de professores em determinadas disciplinas e a substituição por tutores com remuneração menor.

No âmbito político, o governo Dilma perdeu o apoio empresarial que tinha no primeiro mandato, aprofundada pelo quadro de recessão econômica, perda de lucratividade e descontentamento empresarial. Tal quadro foi amplificado pelos grandes meios de comunicação desejosos da restauração do poder por representantes da direita conservadora, os quais podem ser exemplificados pelas passeatas de junho de 2013 e a operação lava jato. O primeiro, síntese do clamor social das camadas médias por mais investimentos em gastos sociais e direitos sociais, o segundo trazia à tona a ideia de passar o Brasil a limpo ao revelar um amplo e arraigado sistema de corrupção de políticos, executivos e empresários, ambos massivamente abordados como resultado da incompetência técnica e ética do governo petista na condução da presidência da federação.

Diante dessa conjuntura, o resultado desses eventos foi o isolamento político de Dilma por políticos temerosos do avanço da Operação Lava Jato para a classe política e seus financiadores de campanha, empresários, o que também implicou na inexistência da repactuação política em torno do empresariado, completando-se tal isolamento político com a baixa popularidade. Ao final, a degradação institucional apontada pela operação lava jato contribuiu para uma ardilosa manobra de recomposição de poder da direita conservadora, da reforma do sistema e do quadro político e da mitificação criada em torno da operação e o seu maior representante, o ex-juiz federal Sérgio Fernando Moro, atual ministro da Justiça e Segurança pública no governo ultraliberal de Jair Bolsonaro. A reforma do sistema político passa pela ocupação de assentos governamentais e a estreita ligação entre poderes judicial, executivo e legislativo. Como se percebe “o inimigo agora é outro”: a reforma estrutural do Estado democrático (os direitos humanos, o direito de defesa, as políticas sociais e o fundo público) e uma “nova” tropa de elite governa o país com truculência e repertório fascista.

Contudo, dentre os governos signatários do neoliberalismo no Brasil, os governos Lula-Dilma foram os únicos a pensar um outro projeto de desenvolvimento social das universidades públicas, incluindo-se os processos de ampliação e interiorização.

3.3.5 Governo Michel Temer: a “ponte para o futuro” e o projeto do passado

Ao assumir a presidência interinamente em 12 maio de 2016, Michel Temer distinguiu-se como personagem histórico da recomposição da hegemonia dominante nacional e internacional ao núcleo de poder político, o retorno de segmentos tradicionais (oligarquias políticas regionais, ruralistas), conservadores de composição elitista e posição privatista e antidemocrática, o que dizer de sua proposta de governo intitulada “Ponte para o futuro”, elaborado quando era articulador político do governo Dilma, função estratégica de mobilização e governabilidade para o futuro político que se delinearía ao assumir o poder como presidente e ter em sua base de governo o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, com os políticos⁷⁴ e as propostas que foram derrotadas nas eleições presidenciais de 2014. O que dizer da formação de sua equipe ministerial: somente homens brancos, dentre estes membros do alto escalão envolvidos em processos de corrupção.

Contudo, o projeto do predestinado político em questão, sem carisma, popularidade e voto para assumir a presidência tem um roteiro novelístico cheio de tramas, dissabores e de articulação política e jurídica entre influentes nomes dos três poderes para produzir a justificativa jurídica do plano de *impeachment*.

Ao assumir em definitivo em 31 de agosto de 2016 para cumprimento do restante do mandato da presidente eleita, o presidente Michel Temer utilizou os grandes meios de comunicação, para convocar à nação a urgência de um pacto de reestabilização política provocado pela controversa deposição presidencial e reuniu-se com a classe dominante para reafirmar o compromisso de “destravar a economia” e retomar o programa neoliberal de ajustes econômicos estruturais e soluções que “destravariam a economia brasileira”: ajustes fiscais, desestatização por meio de concessões e privatizações, corte e contenção de gastos sociais, redução de custos trabalhistas às empresas. A natureza da crise seria a imposição de medidas restrição aos trabalhadores, uma “reestruturação reacionária e conservadora do capitalismo brasileiro” (ALVES, 2016).

⁷⁴ José Serra, Senador paulista do PSDB, ocupante do cargo ministro das relações exteriores, desde o início do governo interino de Michel Temer.

No pacote de ajustes fiscais destacam-se a política de arrocho salarial a servidores civis federais e o aumento da alíquota de contribuição previdenciária de servidor e o projeto de reforma de previdência, aprovada no governo de seu sucessor.

O processo de desestatização e desnacionalização no governo Temer dirigiu-se aos setores estratégicos de infraestrutura em ferrovias, portos, aeroportos; energia com produção hidrelétrica, distribuição e transmissão de energia, óleo e gás e mineração, conduzida com açodamento na condução política sem a participação democrática de diversos setores da sociedade e na gestão dos projetos de desestatização, com o diagnóstico técnico estratégico baseado na lógica rentista e na desnacionalização dos ativos públicos para *players globais*.⁷⁵

Quanto aos cortes e contenção de gastos sociais, o governo Temer implementou a Emenda Constitucional n. 95/2016, com o congelamento de gastos públicos à correção da inflação nos doze meses anteriores, cujas consequências nas universidades públicas federais já eram sentidas no exercício do mandato do governo citado com o corte de orçamento para a construção e expansão de Campi, laboratório previstos nas gestões Lula e Dilma, para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Emenda Constitucional nº 95/2016 é uma demonstração de ajuste neoliberal que transcende a política do governo Temer e transforma em política de Estado a síntese do princípio neoliberal, o blasé à democracia. Engana-se que o governo Temer mirou com a assinatura presidencial negar apenas o pacto de expansão das universidades públicas, mas também objetivou negar o acesso à educação superior pública e universal de qualidade a um número maior de cidadãos. Seu objetivo, portanto, foi implodir o próprio sentido de universidade e utilizar reformar suas instalações e a intelectualidade das universidades como mera cadeia de produção científica e tecnológica para alimentar a reprodução do capital:

Do ponto de vista do receituário neoliberal, é o governo mais exitoso. Levou mais adiante, num tempo relativamente pequeno, modificações que a era dos Fernandes [Collor e Henrique Cardoso], também com receituário mais neoliberal, não conseguiu fazer. Esse congelamento por 20 anos do gasto público operacional não-financeiro é algo inédito na história. Não há nenhum país no mundo que tenha uma situação determinada para duas décadas em relação ao comportamento do gasto público (POCHMANN, 2018).

Na agenda política reformista do governo Temer incluem-se também a promulgação da lei 13.429/17 que trata sobre a terceirização das atividades-fim das empresas que passou com isso a ser irrestrita; a reforma trabalhista (lei 13.467/17) apresenta como os principais pontos de

⁷⁵NOZAKI, William. A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/>>.

alteração a não-obrigatoriedade de contribuição sindical; a rescisão contratual deixa de ser realizada no sindicato e passa ser feita na própria empresa na empresa de advogados do empregador e do trabalhador; o fim da obrigatoriedade de contribuição como estratégia de enfraquecimento dos sindicatos e fonte de financiamento das entidades, a tentativa de desarticular o movimento social de classe e prevalência do contrato individual; flexibiliza e cria duas modalidades de contratação: trabalho intermitente e trabalho *home office* ou teletrabalho, o primeiro permite que o empregador pague apenas as horas trabalhadas ou jornada de trabalho, cujo pagamento não sendo inferior que um salário mínimo; o segundo, regulamenta o trabalho de casa e ambos se assemelham em instabilidade pela imprevisibilidade de ganho e trabalho.

Prenúncio de empobrecimento e precarização do trabalho, da exploração levada ao limite da racionalidade e maquinismo, que exclui o tempo de descanso e da recomposição fisiológica (o tempo morto para o capital).

Um exemplo desse processo de degradação do trabalho enquanto modalidade e corte de direitos sociais é identificada justamente na categoria de trabalhadores docentes, no Grupo Estácio, segunda maior corporação educacional, desde que entrou em vigência no país o trabalho intermitente esta IES vem fazendo demissões em massa. Em 2017, o grupo empresarial em questão demitiu 1.200 professores como estratégia de redução custo/trabalho do professor e ampliação das margens de lucro. A IES ao ser questionada emitiu um comunicado que afirmava que o objetivo das demissões e contratações de novos professores era “manter a sustentabilidade da instituição”. E acrescentava em tom alentador e de governança corporativa na qual é signatária: “É importante ressaltar que todos os profissionais que vierem a integrar o quadro da Estácio serão contratados pelo regime CLT”⁷⁶. Afinal, qual seria outra opção? Estabelecer relações de trabalho criando vínculos entre IES privada e o trabalhador docente forjado a condição de pessoa jurídica?

Em dezembro de 2018, seguiram-se outras demissões no mesmo grupo com a mesma lógica de redução de custo, porém por outro motivo com a demissão de professores com mais tempo de vínculo e aqueles que se recusaram a retirada do pagamento adicional de 25% para as aulas realizadas no período noturno.

Outra mudança na reforma trabalhista diz respeito ao acesso à justiça que retirou o direito de gratuidade na Justiça do Trabalho, condicionando para os casos excepcionais que o reclamante não disponha da intervenção do sindicato junto ao processo judicial e que comprove

⁷⁶ALVARENGA, Darlan e TREVIZAN, Karina (2017). Estácio anuncia 'demissão em massa' de professores, diz sindicato.

insuficiência de recursos. Passa também a considerar que o trabalhador deve arcar com valores de honorários periciais caso perca a ação. Em resumo, aumento do risco para o trabalhador.

Se o presidente pudesse dar uma sugestão ao recém empossado presidente Jair Bolsonaro diria: “-Tem que manter isso, viu?” Seu egocentrismo não deixaria a mera imaginação do diálogo sem uma factível comprovação real. Disse Temer ao ser indagado sobre o governo Bolsonaro: “-Então, eu digo: o governo Bolsonaro não saiu da linha pré-traçada no meu. E por isso, digamos assim, eu posso falar positivamente em relação ao governo que ele está fazendo”⁷⁷. Ao sair da presidência, o ex-presidente é réu em seis processos e tem se dedicado a fazer a própria defesa e a escrever uma ficção biográfica de si mesmo⁷⁸.

Com base na exposição das mudanças político-administrativas, desde a abertura da economia brasileira na década de 1990 até o término do governo de Michel Temer, parte-se às considerações que envolvem a expansão da educação superior, tendo como quadro analítico-comparativo o período de 1994 a 2018, período que precede a LDB (1996) até o mandato presencial do governo Temer, apresenta a expansão em percentual por período analisado das matrículas no ensino superior público e privado:

Tabela 2 - Evolução das matrículas da educação superior por categoria administrativa (público e privada) - Brasil (1994 - 2018)

Ano	Total	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	%	Total	%
1994	1.661.034	690.450	41,6%	970.584	58,4%
1998	2.125.958	804.729	37,9%	1.321.229	62,1%
2002	3.520.627	1.085.977	30,8%	2.434.650	69,2%
2006	4.883.852	1.251.365	25,6%	3.632.487	74,4%
2010	6.379.299	1.643.298	25,8%	4.736.001	74,2%
2014	7.828.013	1.961.002	25,1%	5.867.011	74,9%
2016	8.048.701	1.990.078	24,7%	6.058.623	75,3%
2018	8.450.755	2.077.481	24,6%	6.373.374	75,4%

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (1994 - 2018)

De acordo com a tabela é possível considerar o aumento no número de matrículas de 1994 a 2018, o que equivale a uma diferença de 6.789.721 matrículas. Somado a isso, constata-se que apesar do aumento no número de matrículas nas IES públicas, tal quantitativo não representa a expansão do serviço de educação superior público proporcional às matrículas das IES privadas. Pelo contrário, ao comparar as matrículas privadas, nota-se o aumento da concentração dos serviços educacionais pela via do empresariamento.

⁷⁷ CERIONI, Clara (2019). Em entrevista à BBC, ex-presidente elogiou atual governo por dar "continuidade" a seu programa, que inclui reforma da Previdência e reforma tributária.

⁷⁸Id.

Outra observação refere-se a série histórica de 2006 a 2010 com o percentual de matrículas públicas maior que matrículas privadas. Tal ocorrência é explicada pelos investimentos decorrentes do Programa de expansão Reuni (2005 – 2013).

A expansão das matrículas nas IES privadas foi incentivada pelo governo federal com o uso de fundo público, tais como FIES e PROUNI (CHAVES e AMARAL, 2016).

Com a expansão das matrículas houve também o aumento de docentes das IES privadas:

Tabela 3 - Docentes das IES privadas no Brasil (em exercício e afastado) – 2003 a 2018

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Docentes em Exercício - IES privadas no Brasil - 2003 - 2018								
	Universidades			Centros Universitários			Faculdades		
	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista
2003	14.212	18.201	40.630	3.514	8.203	14.902	7.444	18.264	45.953
2004	15.524	18.639	43.093	4.771	9.853	18.141	7.036	16.636	55.667
2005	19.034	20.559	36.150	5.926	9.659	17.922	7.514	18.496	62.302
2006	5.358	5.150	7.284	3.815	4.415	11.053	7.555	15.789	63.994
2007	20.832	19.796	35.259	7.419	8.207	19.286	9.906	20.245	71.862
2008	20.903	19.656	33.981	7.416	8.828	18.968	12.455	21.947	75.368
2009	24.178	18.944	30.053	8.301	7.757	18.455	14.415	28.873	66.864
2010	25.796	17.302	26.617	8.303	8.556	16.371	17.314	34.306	59.981
2011	28.037	18.329	24.858	8.627	9.434	16.376	17.825	40.114	54.234
2012	24.613	18.883	22.601	9.094	10.787	15.726	17.665	42.842	50.183
2013	24.772	19.038	21.130	9.594	11.547	14.954	18.452	44.103	48.473
2014	24.232	22.441	21.094	9.791	14.163	15.304	19.627	52.378	41.243
2015	25.535	21.998	23.979	10.193	14.892	15.378	19.609	47.995	42.703
2016	25.313	22.242	21.153	10.674	15.874	15.068	19.137	47.228	37.861
2017	25.501	22.882	19.811	11.314	16.810	15.992	18.071	45.056	34.005
2018	24.523	23.769	18.431	13.346	20.338	15.691	20.013	45.232	29.263

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2003 - 2018)

Conforme dados do INEP de 2018 observam-se a redução do número de docentes que atuam nas Universidades privadas. Em 2003, o quadro docente das Universidades privadas era 73.043 e em 2018 o quadro reduziu para 66.723 professores; nos Centros Universitários houve aumento: em 2003 eram 26.619 docentes e passou em 2018 para um quadro de 49.375 professores; nas Faculdades houve um aumento no número de professores de 71.661 para 94.508.

Outro aspecto relevante foi a diminuição do número de contratos de trabalho do tipo horista e o aumento do número de trabalhadores em regime de trabalho em tempo parcial e integral.

Essa mudança pode ser explicada tendo como premissa a adoção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES⁷⁹ em 2004, o qual trata sobre a avaliação dos cursos de graduação e desempenho acadêmico, com a realização do ENADE.

A partir de 2007, nota-se a diminuição de professores contratados sob regime de trabalho horista, podendo ser explicado pela publicação das portarias nº 40/2007⁸⁰ e nº 004/2008⁸¹ que estabeleceram critérios de avaliação de cursos e IES pelo INEP com base na titulação e regime de trabalho nos professores.

O INEP utiliza um indicador de qualidade, em uma escala de 1 a 5, nomeado de Conceito Preliminar de Curso (CPC), cuja média ponderada do conjunto dos cursos da IES privada forma o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC). Tal parâmetro considera 15% da nota a professores doutores, 7,5% a professores mestres, além disso 7,5% a professores em regime de dedicação integral ou parcial.

Outra mudança apresentada nos últimos 15 (quinze anos), conforme o gráfico 10 foi a consolidação da titulação de mestre entre os docentes das IES privadas e a diminuição de professores sem graduação, apenas graduados ou com graduação e pós-graduação *lato sensu*.

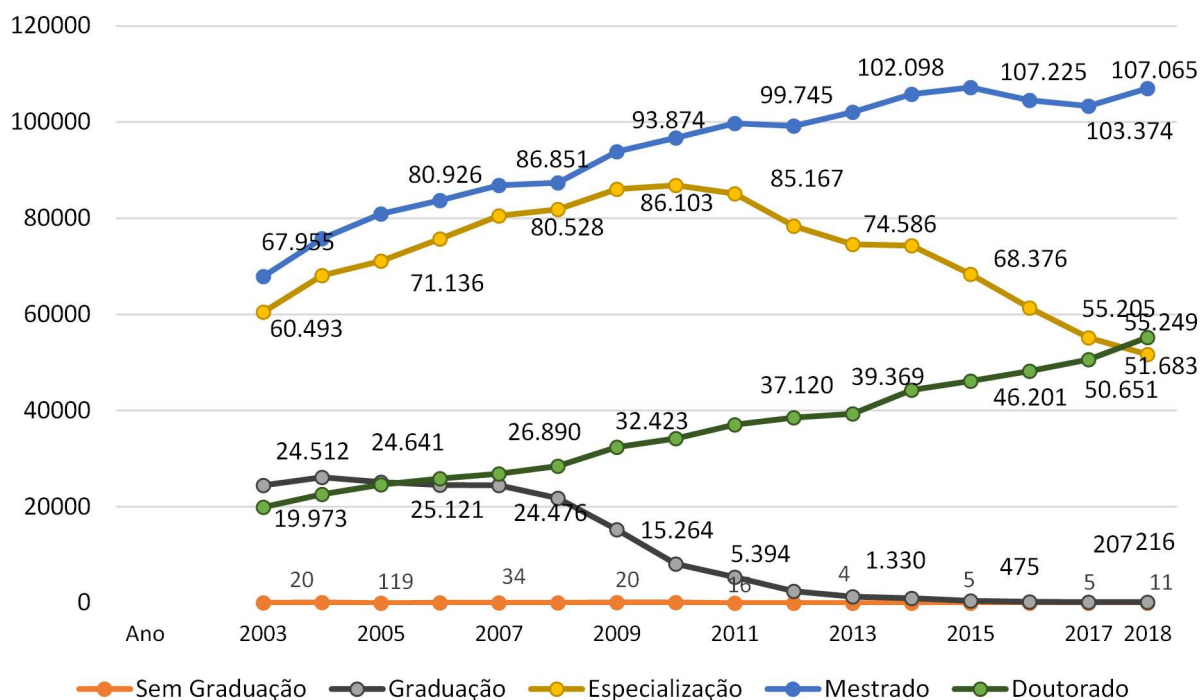
De acordo com o gráfico a seguir é possível analisar as modificações na titulação do corpo docente e comparar as respectivas representatividades:

⁷⁹ Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

⁸⁰ Institui o e-Mec, sistema eletrônico de gerenciamento de informações, considera indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis), o Enade e outras disposições.

⁸¹ Trata sobre a regulamentação do conceito preliminar de cursos (CPC), para fins de renovação de reconhecimento dos cursos.

Gráfico 10 – Titulação acadêmica dos docentes das IES privadas no Brasil (Em exercício e afastado) – 2003 a 2018



Fonte: Sinopse estatística da educação superior, dados do INEP (2003 – 2018)

Ao comparar o período de 2003 a 2018 identifica-se a redução, a partir de 2007 do número de professores com titulação de graduação; em 2010, observa-se o movimento de diminuição de professores com titulação de especialista, o que evidencia o aumento na exigência de titulação acadêmica, enfatizando-se a composição do quadro docente por mestres e doutores, sendo portanto resultado da política de governo.

Outra questão a mencionar refere-se, constata-se que: docentes com o título de mestrado tiveram um aumento de 63% nos últimos quinze anos; o número de especialistas foi reduzido em 15%; o número de professores graduados foi reduzido em 11.348% (onze mil, trezentos e quarenta e oito por cento) e; docentes sem graduação sofreu redução de 45%; o número de professores com doutorado foi elevado em 36%;

Quanto à titulação dos professores em 2018, descreve-se: docentes com título de mestrado representam 49,98% das IES privadas; docentes com titulação de doutorado compõem 25,79% do universo das IES privadas; docentes com titulação de especialista compõem 24,13% das instituições citadas; professores com título de graduação equivalem a 0,10% do quadro docente e professores sem graduação com 0,01%.

3.4 O ensino superior privado no Pará: rumo à fabrilização da educação

Até o final da década de 1990, a capital paraense tinha (3) três IES privadas: a União das Escolas Superiores do Pará, atual Universidade da Amazônia (UNAMA) foi a primeira IES privada no Pará, criada em 1970. Em 1986, foi criada a segunda IES privada, o Centro de Ensino Superior do Pará (CESUPA) e, em 1999 a terceira IES privada a Faculdade Ideal (FACI).

Conforme o quadro a seguir é possível identificar o perfil das IES privadas que atuam na capital paraense, a cronologia da criação das IES privadas, tipo de organização acadêmica, composição do capital dessas empresas e ano de mudança nessa composição, índice geral de Curso (IGC)⁸², número de cursos (nº de cursos), número de unidades (nº de unidades):

Quadro 6 - Perfil das IES privadas atuantes na capital paraense

Instituição	Criação	Organização Acadêmica	Organização societária/ano	IGC	Nº de Cursos	Nº de Unidades
CESEP (Década de 1970 até 1987) Faculdades Integradas Colégio Moderno União das Escolas Superiores do Pará – UNESPA (1987) Universidade da Amazônia – UNAMA (1993)	Década de 1970	Universidade	Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	3	69	3
Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA	1986	Centro Universitário	Associação Cultural e Educacional do Pará	4	17	5
Faculdade Ideal (FACI) Faculdade Ideal Wyden	1999	Faculdade	Sociedade Educacional Ideal Ltda (1999 a nov. 2014)	3	27	1
			Devry (nov. 2014 a dez. 2019)	3		
			YDUQS (ex-Estácio) compra em dez. 2019	3		
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia – IESAM Estácio IESAM Faculdade Estácio de Belém (nome atual)	1999	Faculdade	Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda.	3	22	1
			YDUQS (Ex-Estácio) compra em Jul. 2014			

⁸² Conceito de desempenho de curso atribuído pelo Ministério da Educação.

Faculdade de Estudo Avançados do Pará – FEAPA	2000	Faculdade	Centro de Estudos Avançados do Pará s/s Limitada – CEAPA	3	6	1
Faculdade de Belém – FABEL	2002	Faculdade	UNEMPE – União Empresarial Educacional	2	2	1
Faculdade de Tecnologia da Amazônia – FAZ (Extinta em 2010)	2002	Faculdade	Associação para o Desenvolvimento Educacional do Pará – ADEPA	-	-	-
Faculdades Integradas Ipiranga (Extinta)	Extinta	Faculdade	Associação para o Desenvolvimento Educacional do Pará – ADEPA	-	-	-
Faculdade do Pará – FAP/ Estácio FAP	2002	Faculdade	Sociedade de Ensino Superior do Pará Ltda – SESP	2	12	1
			Estácio (2010) YDUQS	3		
Faculdade Pan Amazônica – FAPAN	2003	Faculdade	ASSOBES Ensino Superior S/S Ltda	3	17	4
Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA UNIFIBRA (Jan.2020)	2003	Centro Universitário	Faculdades Integradas Brasil Amazônia S/C Ltda	4	11	1
Escola Superior da Amazônia - ESAMAZ	2004	Faculdade	Escola Superior da Amazonia S/C Ltda	3	26	4
Faculdade Paraense de Ensino – FAPEN	2007	Faculdade	Assupero Ensino Superior Ltda.	3	12	1
Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ UNIFAMAZ (Nov.2018)	2007	Centro Universitário	Instituto Euro Americano de Educação Ciência e Tecnologia	4	18	1
Faculdade de Tecnologia e Desenvolvimento de Competências – FDC	2009	Faculdade	Faculdades Integradas Carajas s/c Ltda – EPP	-	2	1
(Faculdade Universo) Faculdade Maurício de Nassau	2010	Faculdade	Faculdade Maurício de Nassau de BelemLtda (Grupo Ser Educacional) Compra em Jan.2012	3	30	4

Faculdade Cosmopolita	2015	Faculdade	Faculdades Brasil Inteligente S/S LTDA	-	9	1
Faculdade Estratego	2017	Faculdade	Estratego Sistema Educacional Ltda – Me	-	2	1
Faculdade Conhecimento e Ciência – FCC	2018	Faculdade	Instituto de Manutença de Ensino Superior Ltda – EPP	-	3	1
Faculdade Integrada da Amazônia (Finama)	2018	Faculdade	F. P. Do Nascimento - Me	-	5	1
Faculdade Integrada de Advocacia da Amazônia –Fiama	2019	Faculdade	F. P. Do Nascimento - Me	-	-	-
Faculdade Dínamo Educação	2019	Faculdade	Faculdade DinamoEducacaoEireli – Epp	-	1	1

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do e - Mec e sites das IES privadas.

De acordo com o quadro é possível observar o avanço do empresariamento da educação superior no Pará, ao considerar, o aumento no número de IES privadas no estado e a dinâmica de mercado com as aquisições de empresas de origem de capital local para grandes corporações educacionais e a consolidação de conglomerados educacionais como, exemplo o Grupo Yduqs (ex-estácio) e Ser Educacional.

O Grupo Yduqs tem influência na história das aquisições das IES privadas de capital local situadas no Pará. Essas aquisições têm se concentrado na região metropolitana de Belém, como plano empresarial de estabelecer o domínio de mercado no estado paraense, tendo também nas IES privadas adquiridas a função de pólo - suporte na oferta de serviços educacionais aos demais municípios desse estado.

Esse modelo de atuação e gestão se insere a estratégia de negócio dessa empresa de se tornar a maior corporação educacional no Brasil, na oferta de serviços de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial, semi-presencial e educação a distância (EaD).

A cronologia de sua incursão e expansão no mercado paraense é caracterizada pelas seguintes aquisições:

1) **A Faculdade do Pará (FAP)** foi criada em 2002, como modalidade de sociedade empresarial, do tipo sociedade limitada com a oferta dos seguintes cursos: Administração (2002), Direito (2003), Jornalismo (2005), Publicidade e Propaganda (2005), Ciências Contábeis (2007). Em 2010 foi vendida por R\$ 20 milhões de reais a Estácio. Atualmente, a

FAP Estácio oferta cursos na área de ciências sociais aplicadas e tecnologia da Informação e conhecimento.

2) **O Instituto de Ensino Superior da Amazônia (IESAM)** foi fundado em 2000, tinha aproximadamente 4.500 alunos, 01 (um) campus e ofertava 23 cursos superiores e 18 de pós-graduação, cursos de extensão e cursos livres. Em 2014, foi vendido ao Grupo Estácio por R\$ 80 milhões de reais (R\$ 38 milhões pela totalidade das cotas e imóveis operacionais e R\$ 42 milhões pelo pagamento de dívidas e obrigações):

A consolidação das atividades em Belém possibilitará a expansão da Companhia em um mercado em que já atua, tornando-se, assim, uma das maiores instituições de ensino superior privado do estado. Além disso, complementa a oferta de um portfólio de cursos que agora cobre todos os principais segmentos com alta demanda pelo mercado de trabalho, com enfoque especial para cursos da área de engenharia e gestão. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala. Comunicado em 1º de jul. de 2014 por Virgílio Gibbon, Diretor de Relações com Investidores da Estácio Participações S.A.⁸³.

Em 2015, o ímpeto da expansão do capital especulativo-financeiro, por meio da Estácio ampliou sua área de atuação para a Região Metropolitana de Belém, com a aquisição da Faculdades Integradas de Castanhal (FCAT), IES privada localizada em Castanhal⁸⁴ por R\$ 26 milhões de Reais, como justificativa de compra estão cursos com conceito 4 (em escala de 1 a 5 pelo MEC), 2,7 mil alunos, de um total de 9,2 mil vagas, vagas não preenchidas, área de abrangência de 14 (quatorze) municípios e 600 mil habitantes.

3) **Faculdade Ideal**, criada em 1999, é uma IES privada com fins lucrativos, criada por educadores e professores com atuação na educação básica, fundamental e do ensino médio, tendo iniciada a primeira turma com o curso de Bacharelado em Administração no primeiro semestre de 2000. Nos anos seguintes, a referida IES ofertou o curso de Administração com habilitações: Gestão de Sistemas de Informação, Administração com habilitação em Marketing, Administração com habilitação em Empreendedorismo. Além disso, lançou o bacharelado em Ciências Contábeis, Engenharia Civil e Direito (ambos em 2002), Pedagogia (2003), cursos tecnológicos em Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira e Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (2007).

⁸³ YDUQS. Disponível em:

<https://www.yduqs.com.br/Download.aspx?Arquivo=paxESilb8H0nrZQ+5Mbh9A==&IdCanal=xzyfPuNv+j+iLpg6rec3zA==>. Acesso em 11 de novembro de 2019.

⁸⁴ Município da região metropolitana de Belém, no nordeste paraense e distante 68 quilômetros da capital.

No final de 2014 a Sociedade Educacional Ideal vendeu as cotas referentes da Faculdade Ideal (valor não divulgado) a *Devry Education Group*, corporação de sociedade anônima, oferta pública de ações na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), com origem nos Estados Unidos na década de 1970 e atuação em 55 (cinquenta e cinco) países.

No mesmo período a *Devry* comprou a Damásio Educacional, voltada ao mercado de cursos preparatórios e carreiras jurídicas e adquiriu 96,4% da rede de ensino IBMEC por R\$ 699 milhões e um faturamento de R\$ 235 milhões por ano, com estimativa de 11% desse valor com FIES⁸⁵: "(a empresa) olhando para além dos atuais problemas do mercado e focando em oportunidades de longo prazo em educação superior no Brasil", afirmou na época Daniel Hamburger, presidente-executivo da *DeVry*.

No Brasil, a *Devry* iniciou suas atividades empresariais em 2009, ao adquirir IES privadas nas região nordeste, a citar: Faculdades Nordeste (FANOR) no Ceará; Faculdade Ruy Barbosa na Bahia; em Pernambuco adquiriu em 2012 a Faculdade Boa Viagem (FBV), em Recife, e a Faculdade do Vale do Ipojuca (Favip), em Caruaru; em 2013 no Piauí adquiriu a Faculdade de Teresina; em 2014 ampliou sua atuação no nordeste com a inauguração da Faculdade Devry João Pessoa e passou a atuar na região norte com a aquisição da Faculdade Martha Falcão de Manaus. Em 2015 inaugurou a Faculdade Devry São Luís, no Maranhão; em 2016, adquiriu a Faculdade Ideal de Belém do Pará.

A partir de 2015 adquiriu a Damásio educacional de São Paulo e IBMEC, com atuação em Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

No ano seguinte, incorporou ao grupo a Faculdade de Imperatriz no Maranhão (Facimp)

Em 2017, o grupo *Devry Education Group* mudou sua marca para grupo *Adtalem Global Education*, conforme a empresa o nome tem origem no latim e significa “emponderar”⁸⁶:

O novo nome do Grupo deixa claro nosso propósito de empoderar estudantes e o posicionamento de provedor global de educação, refletindo as sete instituições e empresa de educação profissional que formam nossa organização, com suas marcas únicas no mercado e com reputações consolidadas (Lisa Wardell, presidente e CEO da *Adtalem*).

A *Adtalem* Educacional do Brasil, sucursal da *Adtalem* era formada por 15 IES que integrava o Grupo Widen Educacional, Damásio e IBMEC com atuação no mercado educacional do Brasil.

⁸⁵<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/12/ibmec-e-vendido-para-grupo-educacional-americano-devry.html>

⁸⁶<https://www.ibmec.br/noticias/devry-educacional-do-brasil-muda-de-marca-e-passa-se-chamar-adtalem-educacional-do-brasil>

Em 21 dezembro de 2019 a Yduqs (ex - Estácio participações), *holding* de capital aberto, fechou a compra da *Adtalem* Educacional do Brasil por R\$ 1,9 bilhão de reais. Com a aquisição ao portfólio das 15 instituições a Yduqs passou a ter 102 mil matrículas em uma única tacada no tabuleiro de jogo, somados aos 576 mil alunos e um faturamento total da Yduqs estimado de R\$ 4,5 bilhões de reais.

Conforme a presidência da Yduqs a mudança de nome representa uma nova etapa nas estratégias da corporação, com a opção de compra por faculdade *premium*, além da manutenção da bandeira Estácio, destacou também a prestação de serviços para outras instituições de ensino, como exemplo ofertas e gestão de cursos on-line, fornecimento de conteúdo pedagógico e outras demandas de negócios (CAVALCANTI, 2019). Conforme Paulo Presse, especialista da Hoper:

Ao adquirir marcas de referência, a Yduqs atua na manutenção de sua própria marca, ganhando atrativos para o negócio como um todo. Está comprando duas grandes pontas de crescimento: no ensino a distância, que é o segmento de maior crescimento em matrículas, e no *premium*, o de maior tíquete médio (PRESSE, 2019).

A disputa por consolidação dos negócios educacionais nas capitais brasileiras e a consolidação dos mercados regionais, também impulsionaram a entrada do Grupo Ser Educacional com a mesma estratégia de aquisições de IES privadas locais. Em 2010, o referido grupo iniciou suas atividades na oferta de cursos presenciais na capital paraense, ao adquirir a recém fundada Faculdade Universo. Em dezembro de 2013, o grupo adquiriu a Universidade da Amazônia, a mais antiga IES privada paraense, no valor de R\$ 152 milhões.

Com base na exposição das aquisições apresenta-se no apêndice E quadro com descrição cronológica pormenorizada da oferta de cursos das IES privadas com atuação na capital paraense.

O quadro das IES privadas na capital paraense (Apêndice E) chama a atenção para a dinâmica de criação de ofertas de graduação e o aumento no número de cursos a partir da década de 2000, período marcado pela fundação de 9 (nove) IES privadas.

Nessa década analisada as opções de cursos nas IES privadas concentraram-se quantitativamente na área de Ciências Sociais aplicadas com os cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Comunicação e Publicidade, Jornalismo. Há também a oferta na área de Exatas Ciências da computação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Engenharias: Civil, Produção, Ambiental e Sanitária; na área de saúde: Medicina, Enfermagem e Fisioterapia; nos cursos de Licenciatura: Letras e Pedagogia.

Ao analisar o período que compreende de 2010 a 2019 constataram-se a expansão no número de IES privadas na capital paraense com o surgimento de 6 (seis) IES privadas, as quais

mantiveram a oferta de cursos de Administração e Direito, além disso optaram pela oferta de cursos tecnológico em Gestão.

As IES privadas atuantes em Belém nesse período voltaram-se ao aumento quantitativo de cursos já disponíveis no mercado, tais como Medicina, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Psicologia, Biomedicina, Fisioterapia, Arquitetura e Urbanismo e cursos tecnológicos nas áreas de Gestão (Recursos Humanos, Segurança privada, Gestão Hospitalar, Logística e Marketing) e Ciência da Computação.

2.2.6 O trabalho docente e a micropolítica neoliberal

Até o momento, a análise tem se pautado na macropolítica, no conjunto de medidas estruturais que compõem leis, reformas, “recomendações” de organismos internacionais e planos ministeriais que estabeleceram, desde a década de 1990 até o momento novos parâmetros de classificação e regulação, autorização e reconhecimento de IES privadas e cursos, sistema de avaliação do ensino, instrumentalização que acompanha a adoção e apropriação da linguagem empresarial gerencialista produtivista e do arcabouço ideológico do culto ao individualismo, a performatividade da cultura empreendedorista, orientação para resultados pragmáticos e materialistas, da ascensão social e alcance do “sucesso” pela meritocracia e a teoria do capital humano presentes na retórica de livros “técnicos” de gestão ou obras de auto-ajuda no estilo *coach*.

A observação a seguir compõe a pesquisa de campo realizada entre docentes das IES privadas da capital paraense e permite refletir a emergência dos elementos existentes na macropolítica, traduzidos e adotados no âmbito da micropolítica, particularmente o cotidiano do trabalho docente, a influência da cultura empresarial e mercadológica, a interação social de professores e alunos, possíveis pontos de convergência ideológica ou sutil ironia à atribuição docente-cliente:

“É hora do show!” Disse o professor, ao fechar sua apresentação no *notebook* pessoal, levantado-se da cadeira da sala dos professores e se encaminhando a sala de aula, para o “início” de seu turno. Alguns que estavam próximos a ele riram, outros acenaram positivamente. Havia nessa expressão unusual do professor a mistura aparentemente vaidosa de um autoreconhecimento profissional, mas também um código de comunicação que aproximava a fala do comunicante a dos receptores: ao optar pela substituição da expressão “É hora de trabalhar”, “É hora de ir para a sala” pelo termo “É hora do show” entra-se em um “palco” (a sala de aula) com o uso treinado de múltiplas capacidades de expressão e inteligências

particulares a cada docente, da sincronização dinâmica e performativa, adaptável e incisiva do corpo com os gestos, da mente e o seu repertório de competências e experiências e da fala com o controle da entonação, o uso de pausas, os quais são usados ou devem ser usados pelo docente como estratégias de aproximação e de empatia com o público. O que concretamente é avaliado pela mensuração do nível de satisfação ou performance em relação ao trabalho do professor e o serviço prestado por este aos discentes compreendidos como público consumidor, bem como na relação interpessoal com docentes e corpo técnico-administrativo da IES.

Nesse aspecto, pode também representar uma manifestação indicativa do início do expediente para este professor, mesmo ciente de que seu trabalho não se inicia ao entrar na sala de aula; O sentido dessa expressão também está presente nas falas de professores entrevistados ao afirmarem, conforme reuniões proferidas por gestores das IES, que o professor deve animar e “encantar o aluno”, “fidelizá-lo (à Instituição) e mantê-lo satisfeito em suas expectativas materialistas e simbólicas (sonhos de êxito, prosperidade e distinção) como contratante”, um *practical men*. Assim como, utilizada como frase de efeito similar ao “*It’s time*” em referência a Bruce Buffer ao anunciar o *card* principal de uma luta do *Ultimate Fighting Championship* (UFC), evento esportivo conhecido por sua natureza violenta e, nas entrelinhas a competição selvagem de destruir o outro, pelo uso de diferentes repertórios de artes marciais e tirar literalmente o sangue do oponente na competição selvagem, a destruição criativa darwiniana-schumpeteriana reproduzida no esporte contemporâneo. Fato este observado em diálogos entre alguns docentes e comentários de discentes do sexo masculino nas rodas de conversa ou bares que foram surgindo próximas a algumas IES. Ressalta-se com essas questões suscitadas, o valor que permeia nas IES de cultuar o “aluno singular”, diferenciado e alimentado pela ideologia da competição acirrada e meritocrática. “É hora do show!” Trata-se de uma resistência irônica do próprio sentido do trabalho docente, modelado a um *showman*. Não seria também uma ironia do próprio modelo de educação superior no Brasil? Pautado no aumento quantitativo de diplomados, no “grande público” pela junção de currículos e turmas. Ao usar dessa exclamação o docente ironiza o sentido do próprio trabalho.

4. O TRABALHO: O SUJEITO, A CLASSE E O PROCESSO DE FABRICALIZAÇÃO

4.1 A disciplina do próximo semestre

A Reestruturação Produtiva do capital apontou para uma interdependência não só econômica entre setores, mas também uma convergência dos modelos de gestão do trabalho, como exemplo os discursos e práticas de gestão dos trabalhadores: práticas de autogestão, ênfase em qualidade (orientação para eficiência operacional, redução de custo e padronização de processos) e ideologias de cooptação laborativa, que incidem desde o trabalhador fabril ao trabalhador do conhecimento, um professor, por exemplo (ANTUNES, 2006).

A nova forma de dominação do trabalhador fundada na valorização das inteligências e dos conhecimentos⁸⁷ dá um novo salto qualitativo na “captura” da subjetividade (ALVES, 2005), pois tem na assimilação de experiências e práticas dos trabalhadores (conhecimento tácito) uma nova estratégia de extração de valor pela organização empresarial, seja por meio de geração de ideias de novos produtos e serviços, seja no melhoramento dos processos produtivos.

Conforme Antunes (2002) destacam-se, no contexto contemporâneo, novas práticas empregatícias no proletariado fabril e de serviços engendradas por processos precarizados de contratação da força de trabalho (terceirização, subcontratação, *part - time*, por exemplo).

Neste cenário de fragilidades nas relações de trabalho (instabilidade e acirrada competição pela manutenção do emprego; contratos de trabalho com menos benefícios sociais) ressalta-se a configuração de um Estado neoliberal, que defende a redução de direitos e garantias trabalhistas, cuja justificativa para o entrave no crescimento econômico deve necessariamente passar pela reforma (precarização) dos direitos trabalhistas

A exposição do tema está estruturada em sete tópicos: **1.** A disciplina ... do trabalho **2.** Do trabalho disciplinado à disciplina no trabalho **3.** A disciplina e a autonomia do trabalho docente nas IES privadas **4.** A vivência e a fabricalização do trabalho docente nas IES Privadas e **5.** O lazer doente e a fabricalização.

⁸⁷ Nessa nova ofensiva do capital que valoriza os conhecimentos explícitos e tácitos como formas renovadas de geração de valor da força de trabalho, surgem clichês que procuram naturalizar esse processo de extração de valor pelo capital, tais como a “Era do Conhecimento”; a “Era da Informação”; “Sociedade do Conhecimento”.

4.1.1 A Sociologia, a disciplina e o trabalho

Karl Marx em “O Capital: crítica da Economia Política”, de 1867 apontara uma direção sobre o trabalho e a expansão do processo de produção no capitalismo:

(...) A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (MARX, 1996, p. 138).

Para Marx (2003), a produção capitalista é essencialmente um processo de exploração do trabalho produzido (mais-valia)⁸⁸, seus elementos gerais estão no valor pago ao trabalhador assalariado, na expropriação do tempo e da produção, com o controle das forças produtivas (organização do trabalho e do grau tecnológico nos meios de produção).

De outro modo, consiste na submissão a: um contrato de trabalho, à observância estrita às normas patronais/corporativas, na organização e comportamento do trabalho. Com a ressalva de que a “submissão”⁸⁹, na relação capital e trabalho é marcada por múltiplas determinações, divergências e contradições (MARX, 2003).

Portanto, ao tratar sobre o processo de exploração na relação capital-trabalho, a estrutura social vigente reflete múltiplos mecanismos de controle social e dominação de classe (burguesa sobre operariados).

⁸⁸Conforme Bottomore (2001, p. 227) refere-se: “(...) a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo (...) em que o excedente toma forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário”. Ainda para Wright (2015, p. 132): “(...) sugere uma condenação moral de determinadas relações e práticas, e não meramente uma descrição analítica. (...) é condená-la por ser tanto nociva quanto injusta para os explorados. O cerne do conceito gira em torno de um determinado tipo de interdependência antagônica dos interesses materiais dos atores dentro das relações econômicas, e não da injustiça dessas relações como tais”.

⁸⁹A acuidade crítica e metodológica de Marx pode ser exemplificada na depreciação à análise de categorias isoladas como: trabalho, mercado, valor, visto que se tornam meras abstrações conceituais, caso não se considere a categoria em questão inserida em um movimento histórico e constituinte de uma “totalidade” (dialética) das relações de produção, o qual forma a estrutura econômica da sociedade, erguendo-se sobre ela um aparato de institucionalização da ordem burguesa, com seu arcabouço jurídico e ideológico autojustificador (MARX, 2003).

Ainda que se considere a polêmica no campo do trabalho e na economia política marxista, entre trabalho produtivo⁹⁰ e improdutivo e, resguardada, logicamente a pormenorização desses conceitos, cabe considerar a avaliação de Antunes (2009, p. 236):

Com a inter-relação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços, vale enfatizar que, em consequência dessas mutações, várias atividades nesse setor, anteriormente consideradas improdutivas, tornaram-se diretamente produtivas, subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital.

Portanto, ao considerar a perspectiva marxista, retomam-se suas influências teórico-reflexivas marcadas pela historicidade. Assim sendo, componentes sociais específicos da análise social (capitalismo industrial, operariado, classe, trabalho produtivo) estão presentes na análise de Marx e pensadores marxistas, mas ainda capaz de suscitar questionamentos, comparações e explicações que evidenciam a expansão do capitalismo com uso de estratégias e formas de controle social, cuja essência e objetivo de tais ações estão na manutenção, aprimoramento e obliteração das formas de controle e exploração. Pontuando-se a dinamicidade das referidas ações do capitalismo, a partir da denúncia e investigação social.

É relevante observar como a relação capital e trabalho vem passando no século XXI por significativas modificações estruturais no que tange: *a sua natureza* (tempo, relações, vínculos, remunerações, diversificação), *o trabalho por setores e a intersetorialidade* (agricultura, indústria, comércio, área social, serviços), *na hierarquização do trabalho* (emprego de ponta, empregos precários, setor informal, setor ilegal), *nos vínculos de emprego* (flexibilização, auto-emprego, as novas tarefas, sistema tecnológico de controle), *mudanças na remuneração do trabalho* (fim do “plano” de carreira, terceirização⁹¹, taylorismo dos profissionais de serviços), *na relação trabalho e tempo* (jornada, trabalho parcial, domiciliar, por exemplo), *na subjetividade do trabalho* e nas *novas dinâmicas organizacionais* (autogestão) Dowbor (2004).

Do mesmo modo, o conjunto de novas categorias elaboradas para nomear os fenômenos observados, destacam-se: precarização, precariedade, precariedade subjetiva (Danièle Linhart),

⁹⁰Trabalho produtivo: De acordo com Bottomore (2001, p. 386): “trabalho produtivo é contratado pelo capital no processo de produção com o objetivo de criar mais-valia. Como tal o trabalho produtivo diz respeito apenas às relações sob as quais os trabalhadores são organizados, e não à natureza do produto. Cantores de ópera, professores (...) podem ser empregados pelos capitalistas em vista o lucro. É isso que determina se são trabalhadores produtivos ou improdutivos”.

⁹¹ De acordo com Garcia (2011), trata-se de: recurso gerencial, que originou com o processo de produção flexível ou enxuta, o qual transfere parte de sua atividade-fim para outra unidade empresarial. Tal prática tem sido associada em redução e garantias e de direitos dos trabalhadores das empresas terceiras. No Brasil, o referido processo teve início ao final da década de 1980.

precariado (Guy Standing e Ruy Braga), “captura” da subjetividade (Giovanni Alves), uberização (Tom Slee) e pejotização (Rodrigo Carelli).

4.1.2. Do Trabalho disciplinado à disciplina no trabalho

No âmbito das organizações, a lógica da racionalidade econômica e valorização do capital ganharam novos contornos com as inovações técnicas e produtivas introduzidas pelo taylorismo e fordismo no início do século XX.

Antonio Gramsci (1891 – 1937) em o “Americanismo e Fordismo” apontara alguns fundamentos da produção capitalista estadunidense que poderiam justificar a expansão e modernização das técnicas de gerenciamento e operacionalização fabril, com base no modelo de produção taylorista-fordista. Contudo, Gramsci afasta-se de uma abordagem convencional, a qual considera taylorismo e fordismo sinônimos do mesmo fenômeno técnico-produtivo. Sua originalidade está em examinar as correlações técnicas e ideológicas entre taylorismo e fordismo, assim como suas particularidades, a partir de um contexto sócio - histórico, político-econômico e, especificamente cultural. Nesse sentido, o autor nomeou o termo americanismo como síntese do avanço e hegemonia⁹² estadunidense no capitalismo moderno.

Para Gramsci (2010), o taylorismo representa um método de organização do trabalho, modelada pela racionalidade técnica e busca de eficiência produtiva, circunscrito à própria empresa. Enquanto que o fordismo, era a representação da classe capitalista do aparato econômico (macroeconômico), político (novo industrialismo estadunidense) e ideológico (política de “altos salários” aos operários e consumo de massa).

Quanto ao americanismo trata-se de um modo de vida e cultura, da renovação de uma estrutura econômica-social da nação, pautada no industrialismo, que enfatiza o individualismo e a livre iniciativa, tendo o Estado liberal a configuração ideal, favorável à concentração industrial e ao monopólio.

Gramsci (2010) reflete sobre as razões que levaram os Estados Unidos a desenvolverem uma forma moderna de produção e de organização do trabalho. Comparativamente, é possível inseri-las na Europa, em destaque na Itália? Dentre as razões, destacam-se três questões-chave:

1) Composição demográfica racional: trata-se do que Gramsci chamou de um fenômeno existente na Itália, isto é as “classes parasitárias” que concentram a riqueza nacional, originada

⁹² Emprega-se o termo para chamar a atenção que o domínio da burguesia não se deu apenas pelo uso da força, mas por ter sido capaz de ir além do interesse corporativista e de ter assumido liderança moral e intelectual, por meio de alianças para a consecução de seus interesses de classe (BOTTOMORE, 2001, p.177).

pelas “sedimentações passivas da história pregressa”, um grupo social que vive das vantagens do trabalho de outros, como os arrendatários que em regime de locação fundiária cobram taxas aos camponeses pelo uso das terras; trabalhador ainda apto, mas já aposentado e beneficiado por um regime previdenciário mais vantajoso que o camponês, por exemplo; da “fossilização do funcionalismo, de intelectuais conservadores, do clero e do exército, do comércio de rapina. Nos Estados Unidos não havia tais resquícios.

2) Destruição do sindicalismo operário: diz respeito a propaganda política e ideológica hábil, aos benefícios sociais diversos, ao pagamento de altos salários, ainda que se restringisse ao que Gramsci chamou de “aristocracia operária”.

3) Proibicionismo e “puritanismo” sexual: a adequação do trabalho à racionalidade técnica cronometrada exigia do trabalhador uma adaptação e mudanças no modo de ser e de viver. Para isso, o proibicionismo ao consumo do álcool está inserida a vida laborativa baseada na produção. Instaurando-se também a tentativa de uma nova moral quanto à questão sexual, traços típicos da reprodução do discurso monogâmico e relações estáveis entre cônjuges.

Para Gramsci (2010), o americanismo e fordismo traduziam-se na coerção e moderação da coação (autodisciplina) sobre as massas trabalhadoras e teve como pressuposto criar uma “consciência de finalidade” para desenvolver “um novo tipo de homem” capaz de reprimir os próprios impulsos, de modelar uma nova moral às necessidades e condições do trabalho de uma adaptação psicofísica a nova estrutura industrial, incluindo-se gasto racional do indivíduo visando aumentar a eficiência muscular e nervosa.

O padrão de acumulação do capital baseado no taylorismo-fordismo e na política de regulação estatal (social - democracia) entrou em declínio na década de 1970. Para Harvey (2010) a razão está na “rigidez”: nas formas de investimento e perspectiva de consumo e lucro, alocação e contratos de trabalho. Como consequência, deu-se início a um novo regime de acumulação, de regulamentação política e social distinta, nomeando o novo regime de acumulação flexível, isto é: “na flexibilidade dos mercados e contratos de trabalho, dos produtos, serviços e padrões de consumo e nas inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais” (HARVEY, 2010, p. 136).

De acordo com Sennett (2006), com a reestruturação produtiva do capital, as empresas implementaram novos parâmetros produtivos, baseados na adaptabilidade e flexibilidade organizacional, com isso a administração burocrática passou a ser vista pelos ideólogos do *management* contemporâneo como modelo de controle rígido e defasado pelo “excesso de formalidade”, além de uma visão “deliberadamente voltada para procedimentos internos, reduzindo com isso a interface com o ambiente externo”, não sendo capaz de atender aos novos

ritmos de “geração de valor”⁹³ e acúmulo de capital, acentuados pela intensificação da competição interempresas e entre países, baseados na diferenciação competitiva, na redução de custos e inovação. Consequentemente, o trabalho especializado e limitado pelo normalismo institucional (gestão autoreferida) foi gradativamente questionando por modelos e técnicas de gestão de negócios que apregoam a necessidade de processos mais dinâmicos, adaptáveis a tendências e cenários complexos de competição e consumo, tais como a personalização no consumo de produtos e serviços e a busca de meios capazes de mensurar economicamente o “valor” da produção de bens imateriais, como exemplo a mercadorização da educação, como produto cultural de massa, com aparência customizada.

A flexibilização da gestão é identificada nas práticas de gestão de pessoal que considera ouvir os funcionários, avaliar as sugestões e de melhorias e nível de satisfação. Tais questões assumem função estratégica na função de aproximação, captação, *empowerment* organizacional⁹⁴ (RODRIGUES e SANTOS, 2001) e inovação organizacional (BESSANT e TIDD, 2009, p. 62).

Linhart (2013) pondera que mesmo diante das mudanças nas práticas de gestão, em alguns casos, com feições mais humanizadas, como a individualização da gestão das empresas, o discurso da autonomia e da responsabilização do trabalhador, o mundo do trabalho depara-se com novas questões permeadas por sofrimento, estranhamento e intensificação dos ritmos de trabalho, os quais resultam em: medo, ansiedade, sensação de insegurança. É o que ela chama de precariedade subjetiva: o sentimento de não estar “em casa” no trabalho em razão das dúvidas e incertezas sobre as próprias capacidades, sobre o domínio do trabalho, cumprimento de prazos, a individualização sistemática da gestão e da competição entre os próprios assalariados. É o sentimento de isolamento e abandono. É a perda da autoestima:

Como obrigar os trabalhadores a se transformarem, por si mesmos, em um pequeno setor de aperfeiçoamento de métodos de trabalho para aplicarem sobre si mesmos os princípios da economia permanente de tempo e de custo e, sobretudo, em situações de trabalho flutuantes? Esse é o coração do modelo gerencial moderno: cada trabalhador torna-se um sucedâneo da lógica tayloriana. (LINHART, 2016, p.138)

Diante desse raciocínio, deduz-se que a formação do sujeito no contexto de uma racionalidade moderna fundada sob um paradigma “rígido” (tayloriano - burocrático) tende à

⁹³ O sentido de valor empregado nesse caso refere-se a uma perspectiva econômica de ganho material ou imaterial (tais como o valor da marca, capacidade de inovação da organização).

⁹⁴ Gestão baseada na premissa de engajamento organizacional, a partir da delegação de poderes, responsabilidades e autonomia.

reprodução de um indivíduo com trivial capacidade de execução de tarefas ou atividades tecnocráticas. Logo, a formação humanística, o discernimento e encadeamento crítico de questões sociais, políticas, culturais e artísticas diminuem, em contraste a uma formação cultural que valoriza e amplia as dimensões de alcance de terminologias empresariais (tais como melhorar eficiência, controle do tempo, eficácia das ações para diferentes esferas da vida, em suma a inculcação de um “novo tipo de trabalhador” ou *habitus*⁹⁵ o qual reproduz e sedimenta o uso da linguagem e do campo empresarial na vida social, dentre este o espaço social das IES privadas e o magistério superior.

4.1.3 A disciplina e autonomia do trabalho docente nas IES Privadas

Docente entrevistada (D): O professor entrou na sala dos professores caminhava de um lado para o outro, de modo agitado, cumprimentou os demais professores: **‘-Vocês já sabem qual a disciplina do próximo semestre?’** O silêncio dos demais docentes levou o professor que indagou a deduzir que sim: ‘- Que isso? Estamos acabando o semestre, sou o único que não sabe? Que falta de respeito!! Exigem profissionalismo e é esse tratamento que recebo dessa Instituição!’

Um dos professores presentes murmurou: ‘ - Olha a câmera estão te filmando...’, mesmo informado pelo colega, o docente continuou a manifestar sua insatisfação: ‘- Eu não preciso disso!’ (o vínculo na IES). A angústia pela falta de informação sobre a disciplina que ministraria no próximo semestre permaneceu por mais uma semana o que só fez aumentar a irritação do professor. Soube depois que ele foi demitido.

Entrevistador (E): Qual foi o motivo da demissão?

D: Não sei. Prefiro não especular.

E: Ele está trabalhando em outra Instituição?

D: Não. Soube que ele está procurando entrar em outra (Instituição). Apesar de Belém possuir várias Instituições (de Ensino Superior Privadas), o ingresso não é tão simples. As coordenações de curso e Direções de diferentes Instituições parecem conversar entre si. Eles perguntam sobre o candidato, postura profissional. Além disso, os cursos possuem um quadro de docentes enxuto, não querem contratar alguém que vai dar dor de cabeça.

E: Dor de cabeça?

D: É, do tipo muito questionador.

A disciplina e autonomia no processo de gestão do trabalho docente indicam a contradição que permeia o discurso organizacional e as tensões das práticas de trabalho, mas também a construção de “consensos” na delimitação das regras do jogo, como necessidade de criar no docente a cultura de autonomia e responsabilidade no ciente cumprimento de prazos e adequação às regras e exigências das IES privadas. Nesse sentido, os valores e discursos de

⁹⁵ Disposições duráveis e disponíveis. É produtor de ações e produto de condicionamento histórico e social. Potencialidades objetivas que têm tendência a se atualizar e a operar nas práticas e representações (BOURDIEU, 2004, p. 22 - 23).

dominação referem-se à inculcação de um perfil empreendedor, o qual leva em consideração o discurso da aceitação do risco e das mudanças constantes no âmbito dos negócios.

Além do mais, os trabalhadores são incitados a desenvolverem um perfil gerencialista, fato observado ao analisar o conjunto de atribuições que transpõem o exercício do magistério superior e passam a contemplar a compreensão e a prática de atividades administrativas. Logo, torna-se necessário adquirir uma “visão sistêmica da organização”, assumindo funções administrativas multifuncionais; propor soluções pedagógicas pragmáticas e utilitaristas que venham “agregar valor” ao negócio educacional. Digam-se novas ou aprimoradas fontes, de ganho de capital; as IES Privadas adotaram como prática de controle de produtividade o estabelecimento de metas e indicadores de desempenho. Procura-se desse modo, a inculcação de um novo *ethos*, o qual “cristaliza a disposição das posições ocupadas pelos membros e a hierarquia de dominação” (BOURDIEU, 2010, p. 124). Assim como, invoca-se a aceitação e adaptação a mudanças e riscos:

Quando o economista Joseph Schumpeter evoca a criação destrutiva praticada pelo empresário, escreve no espírito desses romancistas: os seres humanos excepcionais se desenvolvem vivendo constantemente no limite. (...) A disposição de arriscar, porém, não mais deve ser domínio apenas de capitalistas de risco ou indivíduos extremamente aventureiros. O risco vai se tornar uma necessidade diária enfrentada pelas massas. (SENNETT, 2005, p. 94).

Esse espírito empreendedor e aventureiro afeito ao risco disseminada na cultura neoliberal apresenta derivações dentro das organizações, especialmente nas teorias de gestão e práticas de racionalidade da produção típicas das organizações fabris. Com base nisso é pertinente considerar a crítica de Alves (2007) ao afirmar que o capitalismo alcançou com os protocolos organizacionais do toyotismo (valores e regras de gestão) diferentes tipos de empreendimentos capitalistas e estendeu a racionalização do trabalho e da produção ao plano da subjetividade e da sociedade, as quais influenciaram na formação de um novo regime de acumulação baseado no princípio de flexibilidade, dentre eles o setor de serviços:

O que denominamos de toyotismo implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o *Just-in-time* / *kanban* ou o *kaizen*, que pressupõem, por outro lado (...) envolvimento pró-ativo do operário ou empregado. (...) a produção flexível em seus múltiplos aspectos, seja através da contratação salarial, do perfil profissional ou das novas máquinas de base microeletrônica e informacional; e a produção difusa significa a adoção ampliada da terceirização e das redes de subcontratação (ALVES, 2007, p. 158-159).

Conforme Alves (2007) o neoprodutivismo toyotista alcançou dimensão global com a crise estrutural do regime de acumulação fordista e, a partir da mundialização do capital na década de 1980.

Alves (2007) ao considerar a ampliação da dimensão do toyotismo em diferentes âmbitos da vida social, apresenta alguns componentes particulares desse sistema de racionalização técnica da produção que podem ser identificados no setor terciário e, em particular no trabalho abstrato, de um professor, como exemplo.

Alves (2007) afirma que o toyotismo atua no âmbito organizacional sobre a economia do trabalho com o propósito de refrear a capacidade de organização e mobilização objetiva e subjetiva dos trabalhadores em classe, o que se explica respectivamente pela interferência direta desse tipo de racionalidade produtiva na organização dos sindicatos e nos propósitos destes, cujos efeitos são observados na atuação sindical cingida à pauta da manutenção de direitos e empregos e na proposição de soluções sobre tais questões. O autor considera que a racionalidade produtivista toyotista e a racionalidade político-econômica neoliberal impelem os sindicatos a uma configuração de mobilização alinhada às “estratégias neocorporativas de cariz propositivo” (ALVES, 2007, p. 186).

Além da questão levantada teoricamente sobre o papel e atuação dos sindicatos, os quais fogem em complexidade e objetivo dessa pesquisa é pertinente observar, quando ao tratar sobre o sindicato dos professores do estado do Pará (SINPRO – Pa) há a preocupação deste de assistir aos docentes, particularmente na defesa dos direitos dos professores e no cumprimento das obrigações patronais.

No entanto, é importante pontuar a escassez de informação sistematizada e organizada no SINPRO-PA sobre o trabalho docente nas IES privadas da capital paraense, no que concerne ao: número de demissões em determinado período, vínculos de trabalho, número de professores em cada IES. Essas dificuldades podem ser em parte explicadas pela necessidade da organização dos arquivos e classificação das informações e fontes primárias disponíveis no próprio sindicato e, por outro lado pela escassez de informações repassadas das IES privadas aos sindicatos, como exemplo lista atualizada de docentes no semestre letivo vigente na IES privada contratante. De acordo com o representante do sindicato, as IES privadas “Algumas alegam que não receberam o comunicado formal, outra afirma que está atualizando a lista e vão protelando a entrega da lista de professores contratados”.

Outro aspecto observado e confirmado com a pesquisa é a baixa adesão dos professores das IES privadas ao sindicato dos professores: apenas 9% dos entrevistados.

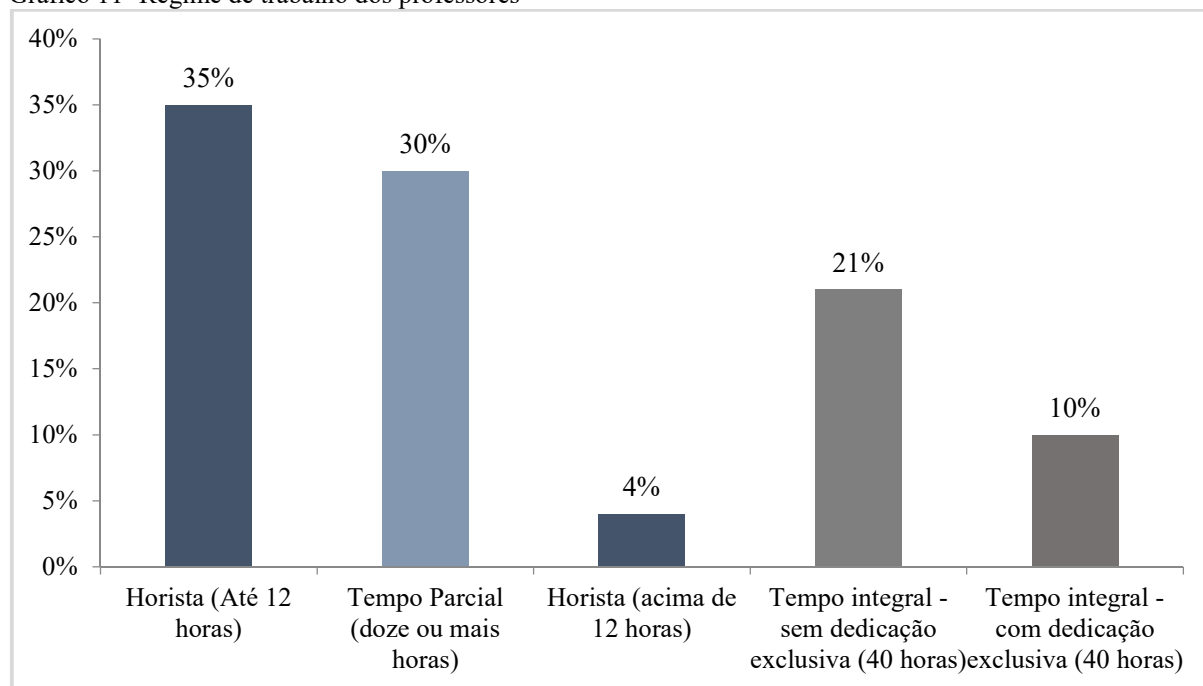
4.1.4 A vivência e a fabrilização do trabalho docente nas IES privadas

4.1.4.1 Dados ocupacionais

Há três tipos de regime de trabalho docente avaliados nos cursos pelo INEP/MEC. Tal enquadramento trabalhista leva em consideração a de quantidade horas trabalhadas nas IES privadas, tais tipos são classificados em: horista (contratados exclusivamente para ministrar horas-aula), tempo parcial, professores com jornada semanal de 12 horas ou mais, sendo no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da jornada docente destinada para as atividades extraclasse, tais como pesquisa, extensão, orientação acadêmica, planejamento, avaliação e estudos e; tempo integral que equivale ao cumprimento de 36 a 44 horas de trabalho, sendo 50% do tempo dedicado a atividades extraclasse, conforme acima descrito.

Conforme a pesquisa nas IES privadas da capital paraense, o regime de trabalho de professores contratado nas IES privadas está distribuído em:

Gráfico 11- Regime de trabalho dos professores



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016 - 2017

O regime de trabalho horista é o mais adotado pelas IES privadas: 39% dos professores dos contratos de trabalho, sendo 35% com carga horária de 12h semanais e 4% dos trabalhadores horistas com carga horária superior a 12 horas semanais; 30% dos professores foram contratados sob regime de tempo parcial e 31% contratados em regime de tempo integral,

isto é, dedicam-se exclusivamente (10% dos docentes de tempo integral) ou não a IES privada (21% dos professores de tempo integral).

Conforme uma professora entrevistada, que possui entre 40 a 49 anos, trabalha em duas instituições, ambas contratada como horista:

(...) a diferença no regime de trabalho não desobriga o docente de participar mais ou menos das reuniões e oficinas de trabalho da faculdade, de trabalhar mais ou menos em outro trabalho ou de poder alcançar uma pontuação menor na avaliação dos alunos (...). A instituição só quer uma coisa: que você dê conta do trabalho. Se não participar ou fizer o trabalho direito vai ganhar canetada do chefe, fazendo com o dedo o sinal do 'x'.

Essa codificação do “x” como sinal negativo de ausência transmite a mensagem aos professores, da inculcação da disciplina com prazos, responsabilidade e engajamento organizacional. Esse nível de exigência ao considerar que independente do regime de trabalho, do número de turnos trabalhados e das atividades profissionais realizadas fora da IES privada o trabalho docente dentro da instituição estabelece vários critérios de execução, obediência a prazos e avaliação de satisfação das atividades desempenhadas, um indício de precarização na relação entre ganhos e quantidade de trabalho (ANTUNES, 2009; GALEAZZI e HOLZMANN, 2011)

No que concerne aos turnos dos professores, classificam-se em: matutino (M), tarde (T) ou vespertino e noturno (N). Menciona-se a relevância do turno noturno na oferta dos cursos e no fechamento de turmas, a segundo maior concentração dos professores é no período matutino e, por fim o turno vespertino.

No período matutino estão os cursos da área de conhecimento em saúde como Medicina, Fisioterapia, Biomedicina e Enfermagem, por exemplo; Ciências Sociais aplicadas, como Administração, Ciências Contábeis, a área de Comunicação, dentre outros.

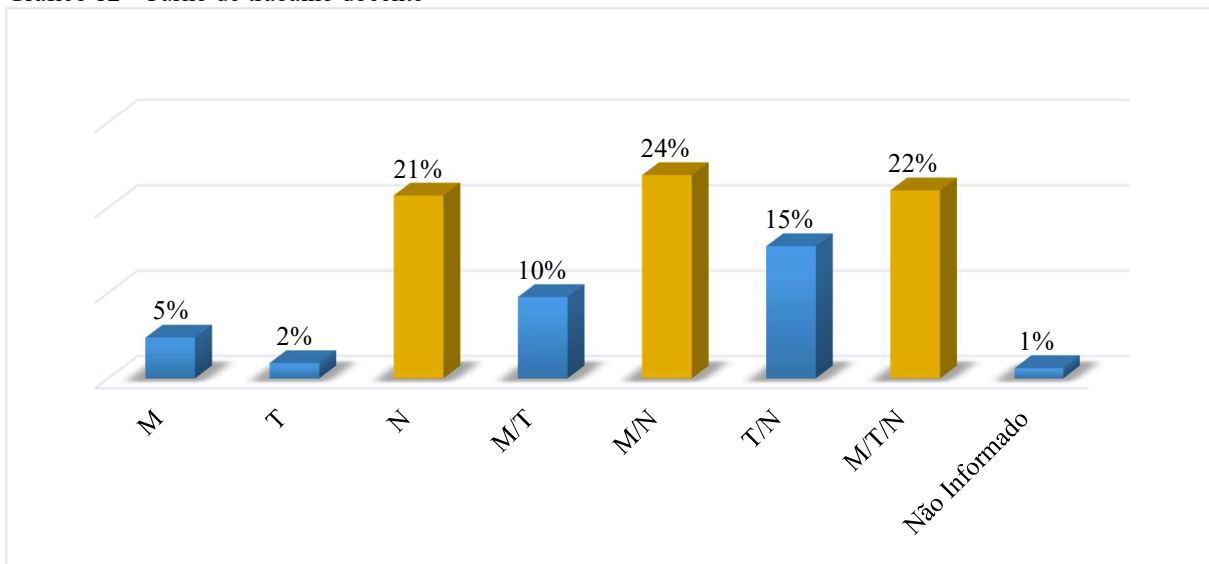
No período vespertino estão os cursos de Medicina, Direito, Administração, Letras, dentre outros.

No período noturno predominam os cursos de Administração, jornalismo, publicidade, Direito, dentre outros.

Nota-se que os trabalhadores docentes pesquisados apresentam uma particularidade: dedica, sem exagero na afirmação, o tempo de vida ao trabalho De acordo com a pesquisa, 70% dos professores realizam outra atividade profissional; 49% trabalham em dois turnos, a citar: M/N (24%), T/N (15%), M/T (10%); 82% dos professores trabalham no período noturno; 21% trabalham somente no turno noturno; 5% trabalham apenas no turno da manhã e, 2% apenas no

turno da tarde. Cabe mencionar que 22% trabalham em três turnos. São trabalhadores “muito ocupados”, como costumam se autoqualificar.

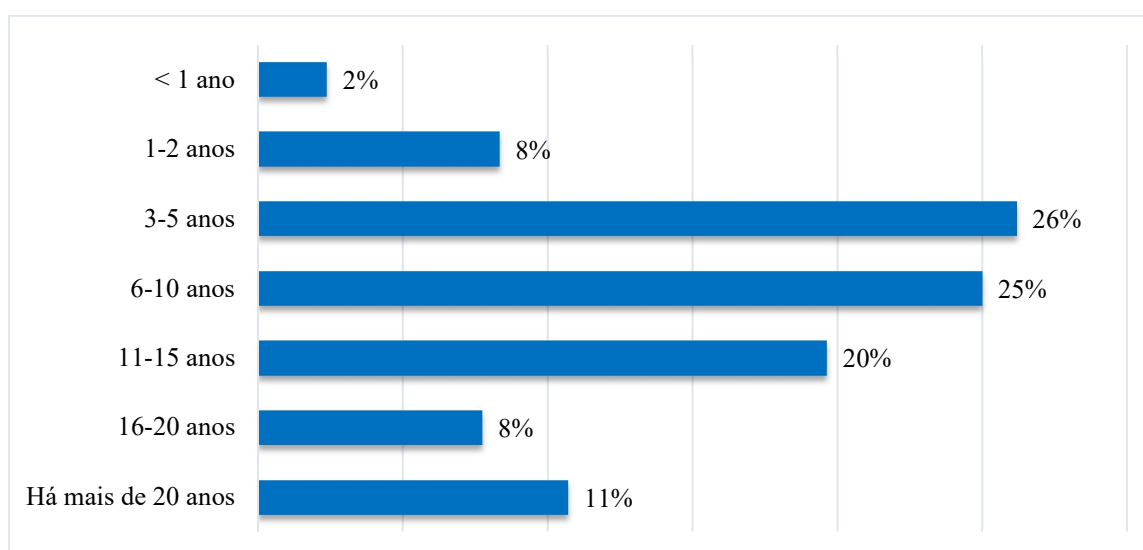
Gráfico 12 - Turno de trabalho docente



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017.

Quanto ao tempo de magistério, 10% dos professores têm até dois anos de experiência no magistério superior; 36% possuem até 5 anos de experiência ou de modo pormenorizado: 10% dos respondentes tem até dois anos de experiência; dos que possuem entre 3 a 5 anos de experiência representam 26% dos respondentes; já os docentes que têm de 6 a 10 anos de experiência equivalem a 25%; Há também 20% da amostra que possui de 11 a 15 anos de experiência no magistério e 19% possui acima de 16 anos de experiência.

Gráfico 13- Tempo de magistério

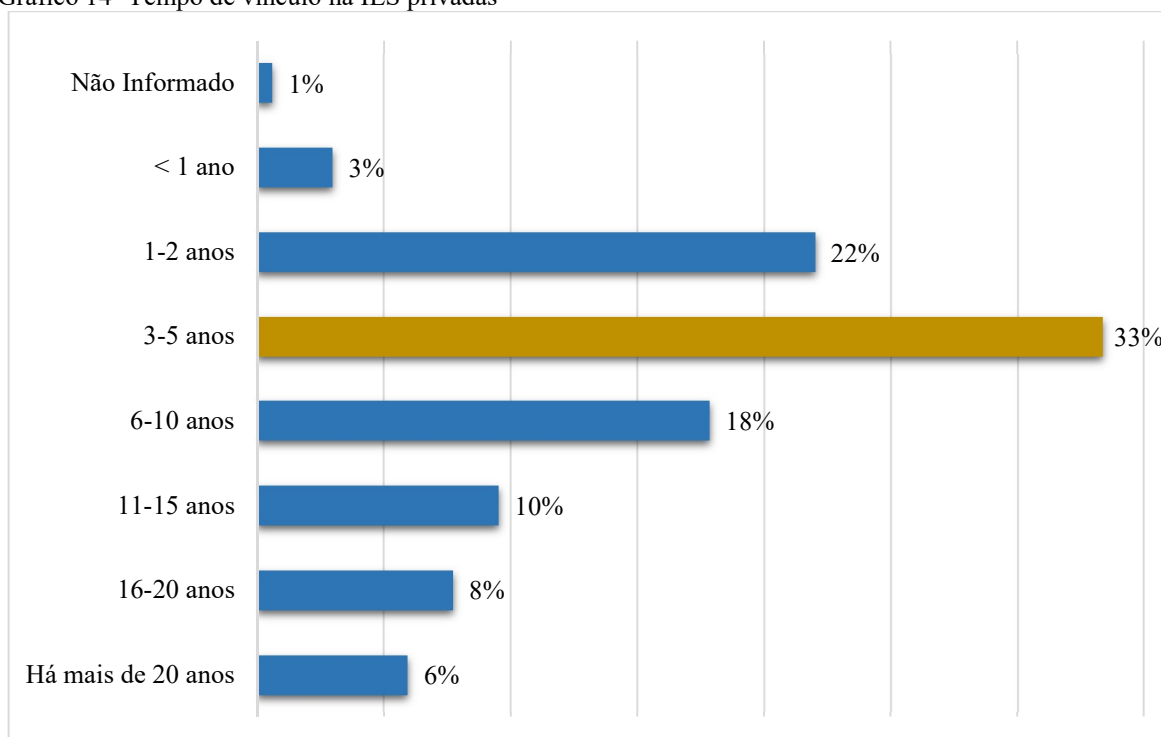


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Outro aspecto relevante refere-se ao tempo de vínculo dos professores nas IES privadas: 25% dos respondentes têm até dois anos vinculados a IES privada. Este grupo é formado por professores com idade entre 30 a 49 anos (57%), sendo constituído de professores sem qualquer experiência anterior (50%) e professores com seis a 10 anos de experiência no magistério superior (38,5%), dados que confirmam o dinâmico mercado de contratação de professores sem experiência docente e a rotatividade dos professores entre IES privadas. Tais fatos pode ser confirmado ao descobrir que 58% dos professores das IES privadas têm até 5 (cinco) anos de vínculo na IES.

Ao considerar o tempo de vínculo maior o percentual apresenta tendência de redução no número de professores vinculados: 18% aos professores de 6 até 10 anos de vínculo; 10% aos docentes de 11 anos até 15 anos vinculado; 8% aos professores que estão na IES privada de 16 anos até 20 anos; e 6% aos professores contratados na IES privada que está acima de 20 anos; 14% docentes pesquisados possuem mais de 16 anos de vínculo nas IES privadas.

Gráfico 14- Tempo de vínculo na IES privadas



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Constatou-se, o tempo de vínculo menor nas IES privadas em comparação ao tempo de magistério dos docentes. Tal fato revela, como aspectos comuns das instituições pesquisadas, a mobilidade, rotatividade (25% dos respondentes têm apenas dois anos de vínculo institucional) e instabilidade dos professores que pode ser explicado, ao considerar, relatos dos professores pesquisados que apontam como exemplo: por motivo de desligamento, de contratação em

instituição que remunere melhor por hora-aula, mais opções de cursos, turnos e disciplinas para ministrar, pelo nível de cobrança da gestão da IES privada que exige alto nível de comprometimento, responsabilidade e obediência às regras e prazos de diferentes incumbências atribuídas aos professores, independente de os professores exercerem ou não outra atividade profissional.

Convém observar como os trabalhadores docentes das IES privadas refletem a configuração da nova dinâmica do capital e trabalho e as significativas modificações estruturais apresentadas no século XXI:

1. Intersetorialidade e hierarquização do trabalho: dos professores pesquisados, aproximadamente 70% desempenham outra ocupação profissional fora do magistério superior, os quais foram classificados entre os que atuam ou não na mesma área de conhecimento do exercício do magistério, como exemplo o docente do curso de contabilidade pública que exerce a atividade de contador em órgão público; o professor de direito penal que exerce a profissão na área criminal. Portanto, um indicador da inter-relação econômica e profissional, da sociabilidade docente projetada e modelada no acesso, de um conjunto de regras formais e signos de poder, autoridade e dominação (WEBER, 2002), encharcado de profissionalismo e *modus operandi* administrativo (MILLS, 1976), da recepção, comunicação do mundo administrado e da racionalidade instrumental (HORKHEIMER e ADORNO, 1978). Do hiper-realismo de técnicas, valores e princípios que balizam a atuação profissional a uma adaptação inevitável ao contexto de vida instável, precário e intenso.

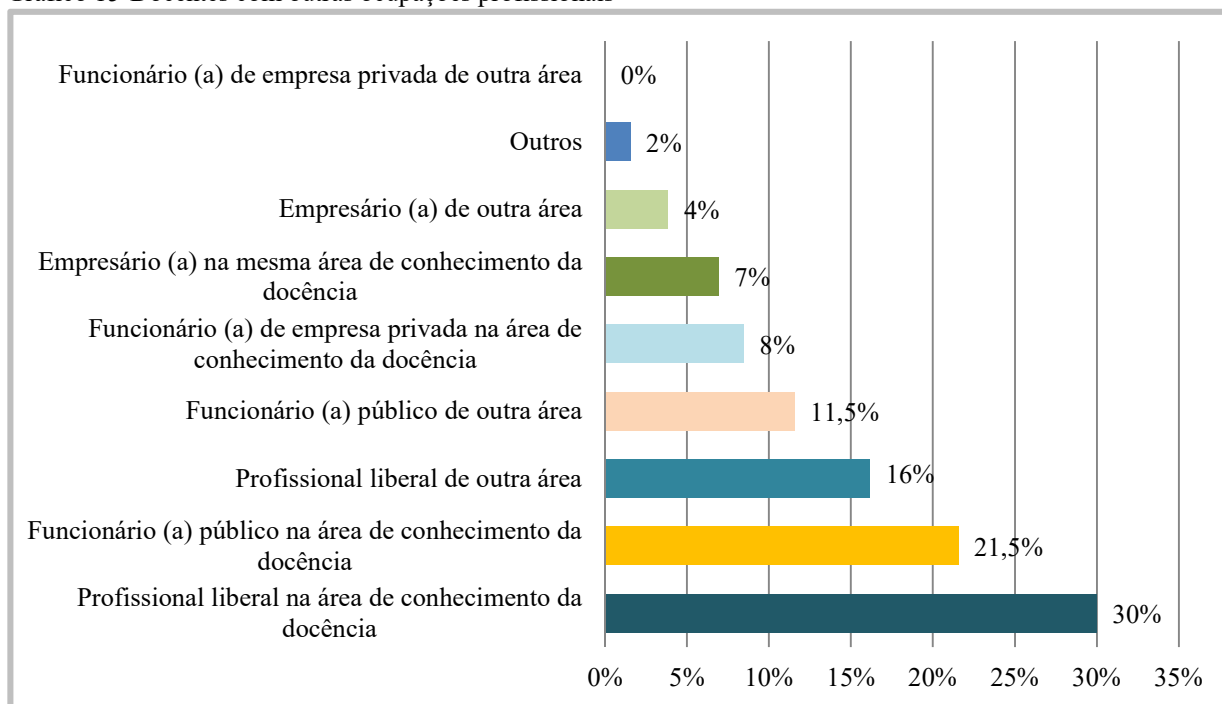
2. Vínculos de emprego e dinâmicas organizacionais: de acordo com a pesquisa 46% são profissionais liberais, sendo 30% na mesma área de conhecimento da docência e 16% exercem atividades de diferentes da área de conhecimento da docência. O segundo maior grupo é formado por funcionários públicos com 33% dos respondentes, sendo que 21,5% exercem atividade profissional na mesma área de conhecimento da docência e 11,5% realizam atividade profissional diferente da área da docência. O terceiro grupo é composto por empresários, os quais representam 11% da amostra, sendo 7% diretamente relacionado à área de conhecimento da docência e 4% diferente da área de conhecimento da docência. E por fim, funcionários de empresa privada na mesma área de conhecimento da docência (8%). A composição do quadro docente das IES privadas pode indicar a dinâmica organizacional entre instituições públicas e privadas, entre o rígido (burocracia e adaptações gerencialistas no serviço público) e o flexível na perspectiva do espírito do capitalismo, na orientação para o mercado.

3. Relação dos trabalhos dos professores: 67% dos professores que atuam em outra atividade profissional estão na iniciativa privada. A predominância desse grupo revela também

a heterogeneidade das ocupações, a cultura empreendedorista reproduzida na relação da profissão com o mercado, a competitividade, nas relações de consumo e lucro, no vocabulário e práticas administrativas.

4. Logicamente, para os 33% dos professores que atuam no funcionalismo público as regras e normas administrativas estão presentes e estruturadas com base em princípios burocráticos que enfatizam o controle e obediência normativa, o que pode indicar como o mundo sistêmico das organizações, nesse caso das IES privadas é projetado como experiência de integração, ideologias e no conjunto de crenças compartilhadas (Boltanski e Chiapello, 2009). Como exemplo, campanhas publicitárias de algumas IES privadas que apresentam como diferencial competitivo convênio e parcerias (relação interempresas), com a oferta de cursos para “alavancar a carreira”, de estágios e vagas de emprego que objetivam a diferenciação para inserção dos acadêmicos na “acirrada competição do mercado de trabalho”, conforme textos publicitários de algumas IES pesquisadas.

Gráfico 15-Docentes com outras ocupações profissionais



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

5. Relação trabalho e tempo: Em relação a carga horária em outra atividade profissional 31% dedicam até 10 horas semanal, o segundo grupo formado por 25% dos respondentes dedica de 21 horas até 30 horas em outra ocupação profissional, o terceiro grupo composto por 21% dos respondentes dedica de 11 horas a 20 horas; o quarto grupo dedica de 31 horas a 40 horas de trabalho em outra ocupação profissional.

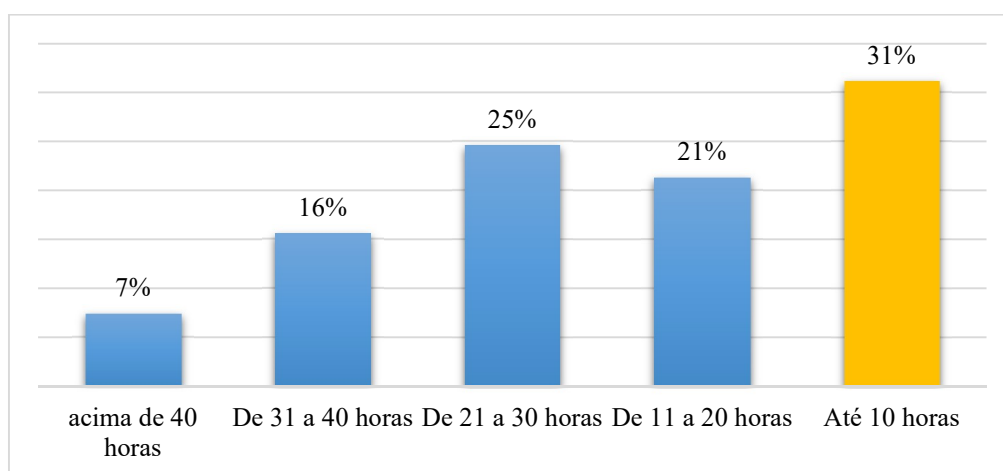
Ao pormenorizar a carga horária em outra atividade desvela-se que 7% dos professores dedicam-se mais de 40 horas para outras atividades profissionais: 71% são do gênero masculino, 57% possuem até 39 anos, 42% possuem a especialização com maior titulação. 71% ministram disciplina no mínimo em dois turnos; 42% são profissionais liberais; 71% são trabalhadores contratados como horistas.

Conforme a pesquisa, 52% dos professores dedicam até 20 horas em outra atividade profissional. Desse grupo 53% é do gênero masculino; 45% tem até de 39 anos; 61% tem titulação de mestrado; 77% têm de 1 a 4 filhos, 64% possuem mais de 6 anos de experiência no magistério superior.

Por outro lado, os que dedicam acima de 20 horas em outro trabalho representam 48% dos professores da referida classificação. Desse grupo 55% é do gênero masculino, tem de até 39 anos (40%), possuem maior titulação o mestrado (75%), têm de 1 a 3 três filhos (58%), possuem até 5 anos de experiência no magistério superior (75%), trabalham em faculdades (75%) e um turno (58%).

Esses dados contribuem para o entendimento amplo da vivência destes trabalhadores pesquisados. Emprega-se o termo vivência com o sentido de reconhecer um conjunto de experiências que se relacionam ao cotidiano, os hábitos, a vida em suas ocupações e relações diversas e, fundamentalmente o tempo de dedicação ao trabalho. Tais aspectos são relevantes porque trazem consigo conhecimentos de mercado, profissões, práticas gerenciais, discursos e ideologias.

Gráfico 16 - Carga horária em outra atividade

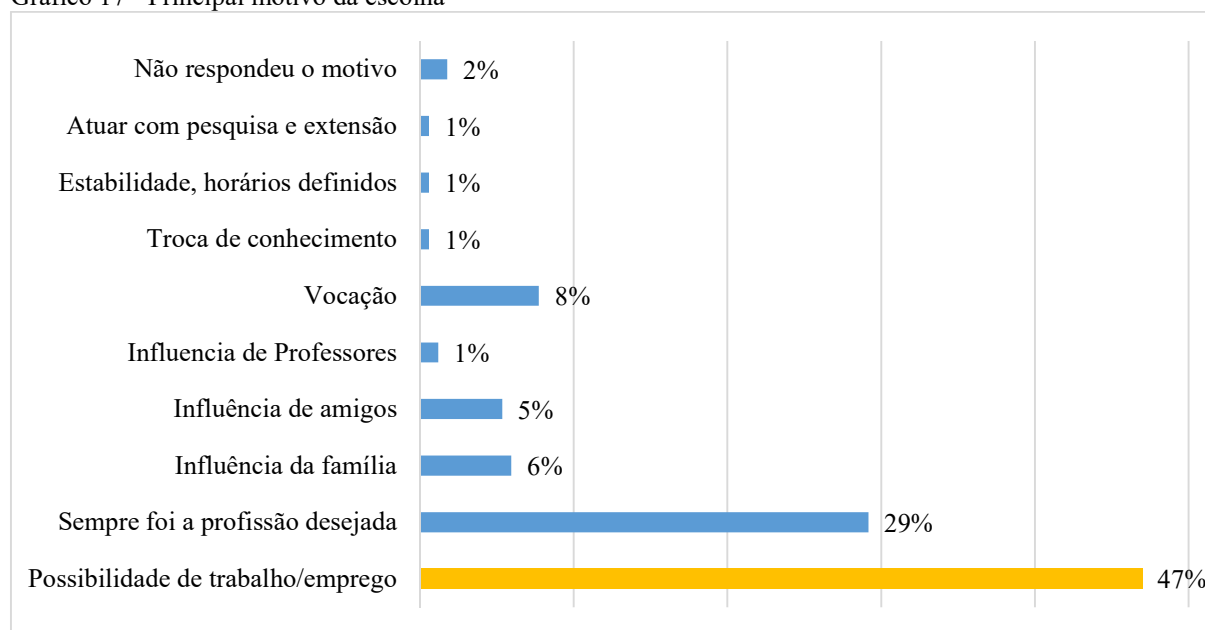


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

A pesquisa procurou saber também qual o principal motivo da escolha para o magistério superior. Tais respostas foram reveladoras do perfil de trabalhadores docentes: 47% dos

professores escolheram o trabalho como professores pela possibilidade de trabalho e emprego; 29% considera que sempre foi a profissão desejada; 12% escolheu o trabalho docente por influências (de familiares (6%), amigos (5%) e professores (1%)); 8% considera uma vocação; 1% dos professores considera a possibilidade de atuar com pesquisa e extensão, assim como 1% escolheu pela troca de conhecimento e 1% a estabilidade e horários definidos como principal motivo de escolha.

Gráfico 17 - Principal motivo da escolha



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Nas IES privadas difundem-se a “gestão democrática e participativa” para discutir e aprovar temas e decisões sugeridas pela alta cúpula da administração institucional. Entroniza-se o discurso da gestão flexível: flexível às mudanças no âmbito do trabalho (processos de trabalho, conteúdo do trabalho, envolvimento na gestão administrativa, na execução do trabalho). O controle do trabalho pelos gestores do capital se volta para o resultado do trabalho, o que explica a aparente autonomia do trabalhador durante a execução do trabalho. Nesse aspecto, cabe a reflexão de MESZÁROS (2004, p. 327):

O mito da “unidade orgânica” dominou o discurso ideológico desde que o relacionamento social teve de se conformar aos imperativos materiais de garantia da continuidade da produção dentro da estrutura potencialmente explosiva da divisão social hierárquica do trabalho, que mudou repetidamente suas formas no curso da história, mas nunca sua substância exploradora.

Linhart (2000) ressalva também que a individualização da gestão do trabalhador assalariado assume papel central na estratégia de dominação das empresas: desarticula coletivos

de resistência tradicionais, tais como sindicatos e massa de trabalhadores, confere reconhecimento, mobilidade e remuneração diferenciada ao trabalhador, mais acirra a competição entre trabalhadores; provoca cisões entre disciplinas e campos científicos, organizados pelos que defendem a individualização e os que se opõem, pois acreditam que a individualização aprimorou as formas de coerção e controle.

Salienta-se também o aumento das exigências para a entrada e permanência no magistério. Dentre alguns aspectos, destacam-se: 1) exigência de titulação de mestre ou doutor e de publicação científica, sem necessariamente a contrapartida do apoio financeiro da instituição 2) as redes de relações profissionais (networking) entre docentes e clientes, isto é, acadêmicos e público externo à Instituição. “- A ordem é encantar os clientes! ”, destaca um docente pesquisado; 3) capacidade de lidar com o cumprimento de metas e prazos, a adoção de procedimentos de qualidade e produtividade no tempo certo sob risco de constar no relatório de produtividade individual; 4) “voluntarismo” e/ou obediência às regras institucionais: poucas objeções e foco em soluções: “- Os mais questionadores são desligados! ”, afirmou uma professora vinculada a uma das IES Privadas pesquisadas, ressaltando a resignação do docente em manifestar a opinião ou objeções do dia-dia do trabalho.

Como exemplo, o “banco de questões de prova” que os docentes precisam elaborar e “disponibilizar” a IES Privada para flexibilizar o processo de avaliação dos discentes. Caso o aluno, necessite realizar provas de 2ª chamada ou recuperação a Instituição recorre ao banco de questões e aplica as provas e corrige-as com base no gabarito previamente disponibilizado pelo docente, um repositório que busca eficiência das operações, nos moldes do *just-in-time* que permite fluidez e continuidade à linha de produção ou formação acadêmica, com base no padrão de qualidade gerenciado pela instituição:

Sinto que estou perdendo minha dignidade e respeito, pois todo o trabalho que tive ao elaborar as questões se desprende de mim no momento que disponibilizo a Instituição, já que esse conhecimento produzido não me pertence mais como propriedade intelectual, nem volta como compensação financeira. Simplesmente, está no pacote do meu trabalho como docente. (Professora, vinculada a uma IES com atuação nacional).

A defesa do discurso da sistematização de tarefas e processos envolto na fala por parte dos gestores do trabalho da necessidade infindável de destruição criativa dos negócios e adaptação competitiva ao mercado procuram encobrir as novas formas de apropriação do saber, da materialização do saber e sua realização concreta em forma de direito autoral e lucro, do tempo dedicado ao trabalho e a vida social, dos conhecimentos, experiências pessoais e

profissionais dos professores fora da IES, dos instrumentos avaliativos novos elaborados todo semestre, das “reciclagens” ou atualização profissional e inovações no ofício docente, na reafirmação da dominação sobre o trabalhador docente.

A situação do trabalhador docente remete ao processo de estranhamento do sujeito enquanto produtor de mercadoria. Conforme MARX (2004) o processo de estranhamento é observado quando:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2004, p. 82).

Esse nível de exigência e dedicação é identificado pelos docentes na cobrança para a realização das metas estipuladas pela IES: de acordo com os docentes o nível de exigência é considerado muito elevado para os seguintes aspectos: assiduidade (89%); elaboração de provas (81%); lançamento de notas (80%); adaptação de modelos de avaliação a exames do ENADE (76%); disciplina com os prazos (76%). Considerando-se, portanto tais exigências 94% dos entrevistados afirmaram que procuram atingir as metas, com intuito de evitar sanções pela IES.

É significativo quando se observa que o perfil exigido dos trabalhadores docentes se concentra na atuação no mercado profissional, em detrimento da atividade de pesquisa científica nas IES: 63% afirmaram que a IES não possui política institucional que incentiva a formação de pesquisadores; 23% não dedica nenhuma carga horária à pesquisa e 32% afirmaram que dedicam pouca carga de trabalho à pesquisa; 62% dos professores dedica pouco tempo à extensão, sendo que 32% não dedica nenhuma carga horária a atividade de extensão e 94% do tempo é dedicado às aulas presenciais, sendo que 71% dedicam muito tempo da atividade docente às aulas presenciais. A universidade operacional de Chauí (1999) é uma realidade nas IES privadas.

Em resumo, uma reduzida carga horária em pesquisa e extensão. Sinal de contradição da própria LDB, no capítulo IV (da educação superior), em seu artigo 43, incisos III e VIII:

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Esse mesmo quesito consta como um dos critérios avaliados pela IES privada para a permanência do docente (gráfico 18). Dentre 15 (quinze) critérios avaliados, a produtividade científica é considerada pelos professores como o penúltimo item que contribui para a permanência na IES privada. Os principais critérios são:

1) Cumprimento de prazos (99% de concordância em geral, sendo 42% de concordância e 57% total concordância); 2) Apresentar comportamento colaborativo com 97% de concordância, sendo 34% que concordam e 63% que concordam totalmente com a afirmação; 3) Ter um bom relacionamento interpessoal com os gestores acadêmicos, coordenação (ões), direção (ões) com 97% de concordância, sendo 41% de concordância e 56% total concordância; 4) Ter um bom relacionamento interpessoal com docentes e demais funcionários com 96% de concordância em geral, sendo 38% que concordam e 58% concordam totalmente com a afirmação; 5) Apresentar pró-atividade (96% de concordância, sendo 45% de concordância e 51% total concordância); 6) Ter um bom relacionamento interpessoal com discentes (95% de concordância em geral, sendo 34% de concordância e 61% total concordância); 7) Competência técnica com 95% de concordância, sendo 27% que concordam e 68% os que concordam totalmente com essa afirmação; 8) Ter disponibilidade de tempo para atividades de planejamento e organização acadêmica (96% de concordância, sendo 48% de concordância e 48% total concordância); 9) Obediência às regras formais e informais da IES (94% de concordância, sendo 45% de concordância e 49% total concordância); 10) Currículo com titulação relevante, como exemplo mestrado ou doutorado (92% de concordância, sendo 44% de concordância e 48% total concordância);

Outros critérios de continuidade dos professores nas IES privadas são: 11) Apresentar ideias (90% de concordância, sendo 48% de concordância e 42% total concordância); 12) Ter experiência profissional (86% de concordância, sendo 45% de concordância e 41% total concordância); 13) Ter capacidade de ministrar diferentes tipos de disciplinas (80% de concordância, sendo 43% de concordância e 37% total concordância); 14) Produtividade científica (81% de concordância, sendo 50% de concordância 31% total concordância); 15) Redes profissionais fora da IES (*network*) (76% de concordância, sendo 52 de concordância e 24% total concordância).

Ao ponderar sobre os critérios de permanência dos professores nas IES privadas constata-se que o ambiente de trabalho é regido pela disciplina na execução do conjunto de atividades conferidas aos professores. Contudo, não é suficiente apenas o cumprimento de tais incumbências, mas sim é necessário realizá-las em colaboração com os objetivos das IES privadas, com o curso, com a anuência às exigências da instituição e do próprio trabalho docente

atribuído pelas IES. Em vista disso, há uma teia de relações profissionais que são identificadas e hierarquizadas que seguem uma relação de autoridade e comando, como se observa na prevalência de critérios ligados à aproximação e vínculos profissionais mais estreitos com: 1) gestores acadêmicos, coordenações e direções; 2) na relevância da relação interpessoal entre docentes e demais professores e; 3) discentes. Cabe refletir que a relevância da rede de relações dos docentes e membros da cadeia de autoridade e comando pode indicar o dinamismo competitivo do ambiente organizacional que se baseia na agilidade de comunicação, na constante troca de informação e geração de conhecimento explícitos e tácitos de trabalhadores docentes e *managers*, relativamente ao funcionamento e tempo de resposta às demandas de mercado (elaboração de novos cursos, parcerias e convênios empresariais para fins de estágio e emprego, por exemplo) e necessidades do ambiente interno das instituições pesquisadas. Toma-se como exemplo a cultura da “horizontalização” das relações, o qual os agentes responsáveis pela fiscalização e controle da produtividade aproximam-se dos demais trabalhadores, abdicando do modo ostentatório da posição de dominante que ocupa para se colocar acessível aquele que se dirige com intuito de estabelecer relações informais e menos evidente às relações de autoridade e comando, denominado por Bourdieu (2000, p. 23) de “estratégia de condescendência”.

Essa diminuição das diferenças entre cargos e superiores perpassa pela lógica da interação organizacional e geração conduzida de ideias (grupos de discussão, *checklist* e *brainstorming*, por exemplo), cerne da cultura toyotista (CASTELLS, 2005; OLIVEIRA, 2004).

Chama a atenção nos critérios para a permanência dos docentes pelas IES privadas o controle do tempo e da atuação docente. Nesse aspecto convém recordar o impacto do pensamento taylorista com o estudo dos tempos e movimentos (*the best way*) na realização das tarefas. De outro modo, a operacionalização do trabalho, a luz do pensamento taylorista se ocupa do uso da racionalidade no processo de gestão para treinar e incutir no operário, um agir tensionado ao máximo de suas energias e capacidades.

No âmbito das IES privadas pesquisadas, essa exigência tensionada ao máximo das capacidades físicas e cognitivas dos trabalhadores docentes são impulsionadas e permeadas pelo uso do tempo em sala de aula, na pontualidade e exposição do conteúdo, com a disponibilidade de tempo e participação em reuniões de treinamento sobre regras e procedimentos de avaliação de avaliação institucional e de curso; elaboração de instrumentos avaliativos e adequação desses procedimentos aos padrões de questões do ENADE.

No entanto, a cultura organizacional das IES privadas chama a atenção para a exigência de um vínculo de trabalho que não se restringe à carga horária contratada (regime horista,

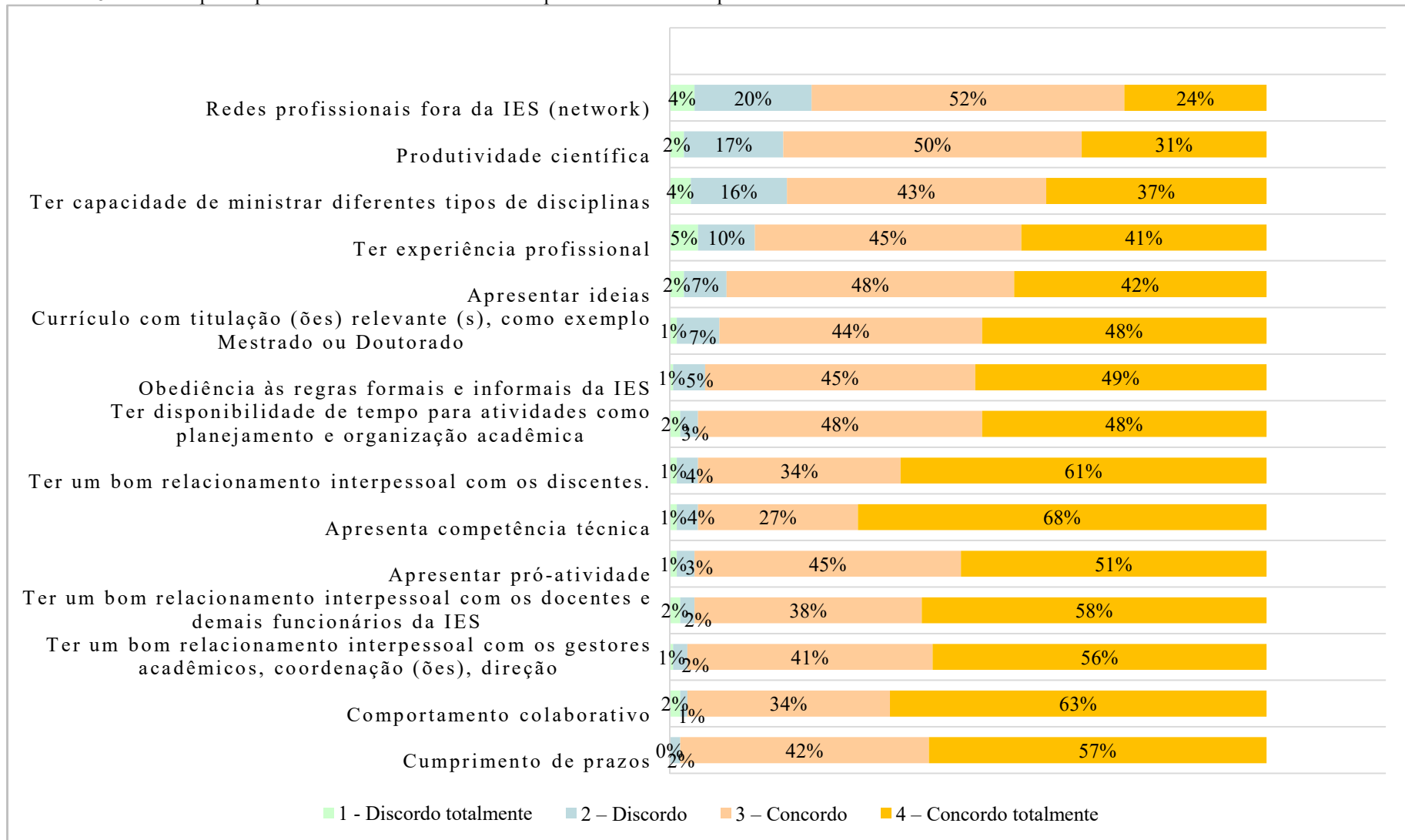
parcial ou integral), mas adentra em uma condição de comprometimento emocional e comportamental ao trabalho.

Esse tipo de relacionamento profissional condiciona que os trabalhadores docentes se dediquem aos interesses e necessidades das IES privadas, por meio da valorização destas do espírito de cooperação, inovação pedagógica dos professores, participação com a geração de ideias em prol da diferenciação competitiva da IES privada. Nesse ponto, os professores entrevistados ratificaram que as IES privadas justificaram as exigências de alto desempenho e controle, com os discursos voltados à competitividade, distinção e trabalho em equipe, tais como: “Ser uma Instituição referência no mercado”; “Instituição forte”; “temos os melhores professores do mercado”; “Ministrar disciplinar no melhor curso de Belém”; “trabalhar em uma Universidade”; “trabalhar na melhor faculdade de Belém”; “Aqui o aluno sabe quando começa e quando termina”, em referência às IES públicas e movimento de greve e resistência de professores e técnicos.

Outro ponto a considerar refere-se ao predomínio de critérios relacionados à obediência e engajamento em detrimento da própria competência dos professores. Tal fato é reconhecido pela classificação da ordem de relevância dos parâmetros utilizados pelas IES privadas, os quais se apresentam da seguinte maneira: competência técnica (7º item considerado relevante), currículo com titulação relevante (10º critério relevante), experiência profissional (12º critério de permanência) e produtividade científica (penúltimo como critério de permanência).

Há também outras particularidades: as redes profissionais fora da IES são relevantes (76% de concordância em geral e último critério de permanência), contudo, mais importante é a construção e o fortalecimento de redes dentro da IES.

Gráfico 18 - Critérios para a permanência dos docentes nas IES privadas – do menor para o maior



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Ao analisar sobre o trabalho docente e a carreira torna-se relevante observar como se apresenta a relação entre docentes, a gestão e política das IES privadas. Nesse sentido, tal prática de trabalho é marcada pelos seguintes aspectos, em ordem decrescente de relevância: 1) Gestão organizada e controlada pelo método de gestão de resultados, baseado no controle de processos de trabalho com o emprego de metas de trabalho (94% de concordância, sendo 46% total concordância); 2) Reconhecer-se dentro de um grupo de trabalho (85% de concordância, sendo 33% total concordância); 3) Uso de indicadores de performance: (81% de concordância, sendo 33% total concordância); 4) Exigência para aquisição de novas competências na instituição (86% de concordância, sendo 31% total concordância); 5) Autonomia para planejar, organizar, dirigir e controlar a disciplina ministrada (77% de concordância, sendo 34% total concordância); 6) Fazer sempre o possível para se manter no emprego (81% de concordância, sendo 31% total concordância); 7) Condições adequadas de espaço físico para a realização do trabalho docente (78% de concordância, sendo 27% total concordância); 8) Estar ciente das regras, normas e formas de sanção (70% de concordância, sendo 27% total concordância); 9) formas de controle e supervisão são adequadas, tais como controle de frequência, assiduidade, participação, desempenho (70% de concordância, sendo 21% total concordância) 10) Reconhecimento pelas IES dos docentes que alcançaram os melhores desempenhos (67% de concordância, sendo 23% total concordância); 11) Prazos estabelecidos são adequados para o cumprimento do prazo (67% de concordância, sendo 21% total concordância); 12) Metas alcançáveis dentro da carga horária remunerada (62% de concordância, sendo 23% total concordância), 13) Equipamentos e materiais das IES são suficientes para a realização de ensino, pesquisa e extensão (62% de concordância, sendo 20% total concordância) 14) Segurança para permanecer trabalhando na IES (62% de concordância, sendo 16% total concordância); 15) ao mesmo tempo concordam que se deixarem naquele momento ficaria bastante desestruturada (52% de concordância, sendo 22% total concordância). 16) A IES dá oportunidade de ascensão na carreira (56% de concordância, sendo 14% total concordância).

Dentre as afirmações apresentadas no questionário há itens, cujas discordâncias se sobrepõem às concordâncias nas respostas, assim como é possível identificar a diminuição nas diferenças percentuais entre a concordância e discordância. Portanto, tais particularidades contribuem como indícios da contradição na gestão do trabalho das IES privadas e o próprio trabalhador docente.

Dentre as afirmações apresentadas no questionário que tiveram nas respostas maiores percentuais de discordância, destacam-se: 1) o professor teria poucas alternativas de trabalho se deixasse a IES (73% de discordância, sendo 30% total discordância); 2) Há uma política

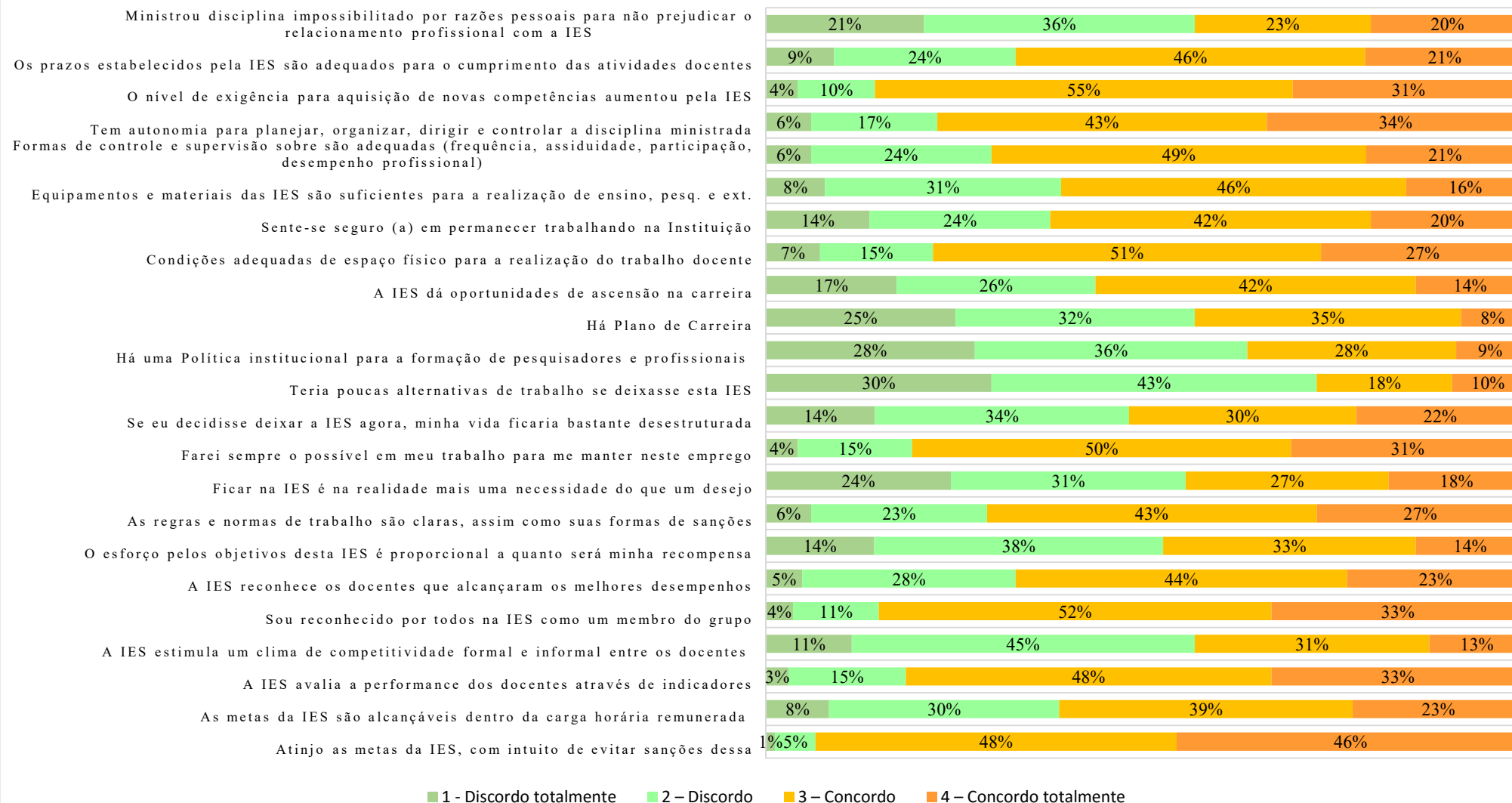
institucional para a formação de pesquisadores (64% de discordância, sendo 28% total discordância); 3) precisar ministrar disciplina, mesmo impossibilitado por razões pessoais (56% de discordância, sendo 36% total discordância. De outro modo, 43% dos respondentes concordam que já passaram por essa situação; 4) O alcance de objetivos é proporcional a recompensa do docente (52% de discordância, sendo 14% total discordância); 5) A IES estimula um clima de competitividade formal e informal entre docentes (56% de discordância, sendo 11% total discordância, 31% concordam e 13% concorda totalmente); 6) A permanência é mais uma necessidade do que um desejo (55% de discordância, sendo 24% total discordância, 27% concordam e 18% concorda totalmente); 7) Há plano de carreira (57% de discordância, sendo 25% total discordância).

Os dados confirmam que a gestão do trabalho docente é realizada com o emprego de técnicas de avaliação de desempenho, que priorizam indicadores e critérios disciplinares. As IES privadas utilizam como método de gestão o trabalho voltado para autogestão dos professores. Nesse modelo, o professor tem autonomia no planejamento, organização, execução e controle da disciplina que será ministrada. As formas de controle estão estipuladas em torno da “autonomia” do docente, o que explica os indicadores de execução das atividades docentes. Com isso, o *manager* não se concentra no tempo gasto para realização de determinadas atividades, explicitadas pelas correções de provas, elaborações de provas no parâmetro questões do ENADE, tempo dispendido para a elaboração de aula. O que importa é o resultado.

Para que seja alcançada a anuência dos docentes em relação as regras, prazos e controle sobre as atividades desempenhadas, tais instituições reforçam nas reuniões de planejamento semestral a técnica de trabalho em equipe, o reforço da comunicação das regras, padrões e metas de produtividade, reiteram via e-mail o dever dos professores com os prazos previamente preestabelecidos pelas coordenações de curso e direções acadêmicas.

Se para as obrigações dos professores as regras são claras, para a política institucional de incentivo a carreira docente e a pesquisa científica as respostas apontam contrariedade, discordância quanto à existência e efetiva prática, um sinal de uma relação contratual com baixa e restrita perspectiva de carreira nas IES privadas, o que explica a baixa expectativa dos docentes com a possibilidade de perda do vínculo com a IES e recolocação profissional e a discordância quanto a existência de Plano de carreira pelas instituições em questão. Somada a possibilidade restrita de atuação docente em ensino e pouco incentivo a pesquisa. Ta contrariedade foi confirmada quando os professores foram indagados se a IES possui política institucional à carreira docente: 49% afirmaram que não, 52% afirmaram positivamente 2% não soube opinar.

Gráfico 19 – Trabalho docente e carreira – do menor para o maior



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

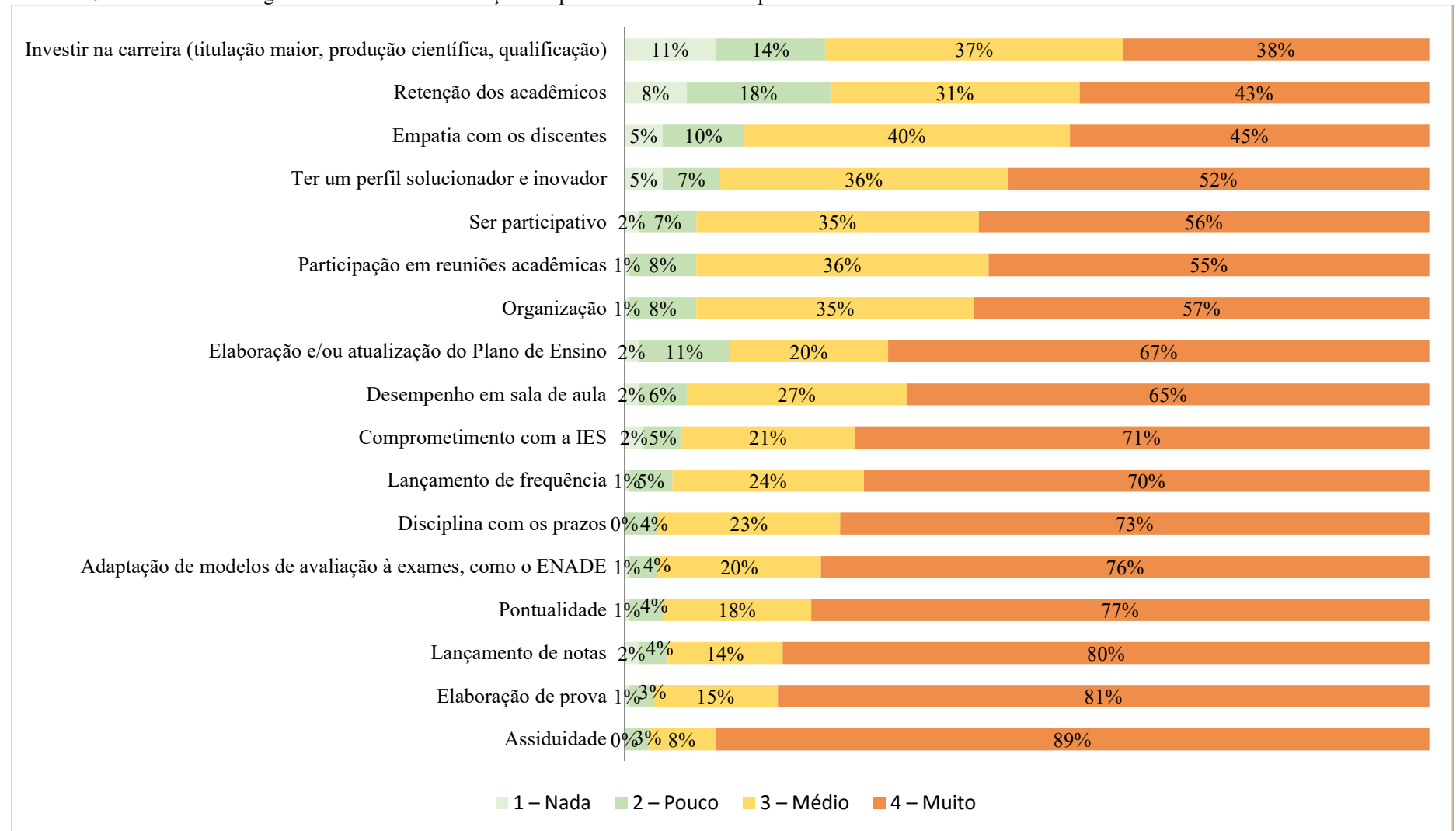
Ao examinar a exigência do trabalho, os professores consideram muito intenso os seguintes aspectos, em grau de intensidade: 1) Assiduidade (89%); 2) Elaboração de provas (81%); 3) Lançamento de notas (80%); 4) Pontualidade (77%); 5) Adaptação de modelos de avaliação a exames, como o ENADE (76%); 6) Disciplina com prazos (73%); 7) Comprometimento com a IES (71%); 8) Lançamento de frequência (70%); 9) Elaboração ou atualização do plano de ensino (67%); 10) Desempenho em sala de aula (65%); 11) Organização (57%); 12) Ser participativo (56%); 13) Participação em reuniões acadêmicas (55%); 14) Ter um perfil solucionador e inovador 15) Empatia com discentes (45% e 40% que consideram como intensidade média); 16) Retenção dos acadêmicos (43% muito intensa a exigência e 31% que consideram intensidade média); Por último, investir na carreira, como exemplo buscar titulação maior, produção científica e qualificação (38% exigência muito intensa, 37% média intensidade, 14% pouca intensidade e 11% nada de exigência) (Gráfico 20).

Cabe tecer as seguintes observações: as exigências das IES privadas estão relacionadas ao rigoroso controle dos processos de autogerenciamento. Essa contradição está conectada a operacionalização das atividades docentes. Seguem, portanto um ritmo de trabalho que remete à linha de produção contínua, com tempos precisos para a produção ou realização de determinada tarefa, o que explica a elevada exigência por assiduidade e pontualidade, com um rigoroso controle e referência de qualidade, o que justifica a massificação da técnica com a elaboração de provas e exames de acordo com os padrões do ENADE, uma certificação de qualidade do serviço educacional

Ademais, há alta exigência para que tais atividades realizadas assiduamente, pontualmente e com precisão técnica sejam realizados com energia e engajamento de um *expert* com habilidades em didática e comunicação, relacionamento interpessoal, vendas e fidelização de clientes, o que remete ao esforço dos professores por melhoramento contínuo de suas qualidades, a inculcação do *the best way* taylorista (pela busca da precisão técnica e eficiência operacional) e a destruição criativa schumpeteriana com a procura por maior titulação e atualização profissional.

O trabalho nas IES privadas exige um perfil laborativo que seja “capaz de assimilar” que a prestação dos serviços educacionais requer o aprimoramento da racionalidade técnica e administrativa, a diferenciação competitiva dos professores, sob o risco de serem substituídos brevemente por tecnologias. Esse movimento de substituição da força de trabalho docente por “maquinas” ou tecnologias informacionais está em processo com os cursos a distância, ofertas de disciplinas em formato Ead aos cursos presenciais.

Gráfico 20- Intensidade da exigência institucional em relação aos professores – do menor para o maior



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Com base nesses resultados, é possível tecer as seguintes considerações: a exigência do trabalho docente perpassa por um perfil ambivalente, a priori conserva a realização de atividades pedagógicas com vertentes técnico-burocráticas e podem ser observadas pelo conjunto de ações que convergem à precisão técnica da relação ensino-aprendizagem como a padronização dos instrumentos avaliativos da disciplina ministrada, configuradas ao modelo do ENADE de aprendizagem e avaliação e ao controle minucioso dos passos ou etapas de trabalho do docente com o *input* via sistema de atualizações de informações disciplinares de controle de frequência discente, correção de avaliações/provas e lançamento de notas, sendo tais atividades estritamente vinculadas ao cumprimento objetivo de metas e prazos, contudo ressalta-se seguidos obedientemente com a internalização pelos docentes por um conjunto rigoroso de regras de trabalho e produtividade avaliados, geralmente por critérios de indicadores e métricas pela capacidade de consecução e execução de atividades e etapas de trabalho pelos docentes.

Sob a lógica dessa racionalidade técnico-operacional a assiduidade docente assume papel *sine qua non* na gestão dos professores. Por esse critério é estabelecido uma matriz de gestão e sincronismo de trabalho e engajamento docente. Ao colocar em risco a continuidade desse ciclo de trabalho, o docente é levado pelos gestores do trabalho a questionar-se sobre o grau de comprometimento e responsabilidade com os alunos e a dinâmica de trabalho acadêmica. Nisso vale lembrar a máxima de alguns docentes pesquisados: “ser professor não é para qualquer um”, afirmação que carrega em seu sentido o sobretrabalho como traço natural, a dedicação em estado permanente como constituinte do próprio ser, uma vez professor sempre professor. Ao mesmo tempo revela a rotatividade dos trabalhadores docentes (gráfico 14 – tempo de vínculo nas IES privadas) e o nível de desgaste físico e emocional e o risco de adoecimento dos professores (gráfico 32 – variáveis de saúde).

Por isso, torna-se necessário a professores comparecer ao trabalho, mesmo em situações adversas ou freqüentes (em referência aos que pensam em abandonar a carreira docente) de ordem pessoal e ultrapassar os limites físicos e emocionais, a fim de não ser “o responsável” (responsabilizado) pela insatisfação com o ritmo e a qualidade do curso.

Outro aspecto a considerar na ambivalência do processo de trabalho docente refere-se à intensificação e, ao mesmo tempo a ampliação das exigências atribuídas aos docentes nas IES privadas. Tais atribuições relacionam-se ao conjunto de “iniciativas” e coerções institucionais de enfoque empreendedor-mercantil que os professores precisam desempenhar como características inerentes à função docente, acautelada pela eficácia ideológica do discurso da organização como sistema vivo que deve se retroalimentar de idéias, valores e almejar crescimento orgânico da empresas privadas de educação superior, isto é o crescimento em

tamanho, em engajamento, competitividade e lucro do negócio. A inserção docente nesse microsistema das IES privadas se dá pela iniciativa e a positividade pragmática de suas ações, explicitada pelo perfil resolutivo das ideias e ações voltadas à promoção do curso, na assimilação e preocupação mercantil de retenção e satisfação dos clientes-consumidores (discentes), na propaganda da IES e do curso, no limite entre a passividade ideológica e a passionalidade institucional (resumida no preceito de “vestir a camisa”).

De todo modo, entre uma posição e outra da sujeição ao engajamento docente ou da precisão técnico-burocrática à cultura empreendedora-mercantil estão inseridos no bojo de uma condição estruturante de sociabilidade orientada pela dinâmica de autoavaliação do trabalho e de objetivação daquela nas formas de mercadoria e da reiteração do lucro, o que dizer da tênue separação nos dias atuais do ensino presencial e educação na modalidade à distancia (Ead)? Da aparente separação de modelos de negócios está a constituição do trabalho docente que permanentemente contribui com conteúdo e conhecimento científico-acadêmico para o aprimoramento das formas de substituição de trabalho humano por equipamentos e tecnologias de informação e comunicação que replicam tais conteúdos como serviços educacionais. Logo, a negatização do trabalhador frente à dinâmica de substituição e objetivação de conhecimentos na forma de mercadoria.

Essa desefetivação do professor demonstra que a ambivalência do trabalho docente é uma peculiaridade da intensificação e ampliação das formas de apropriação do trabalhador docente como mercadoria do sistema de exploração e dominação do capital.

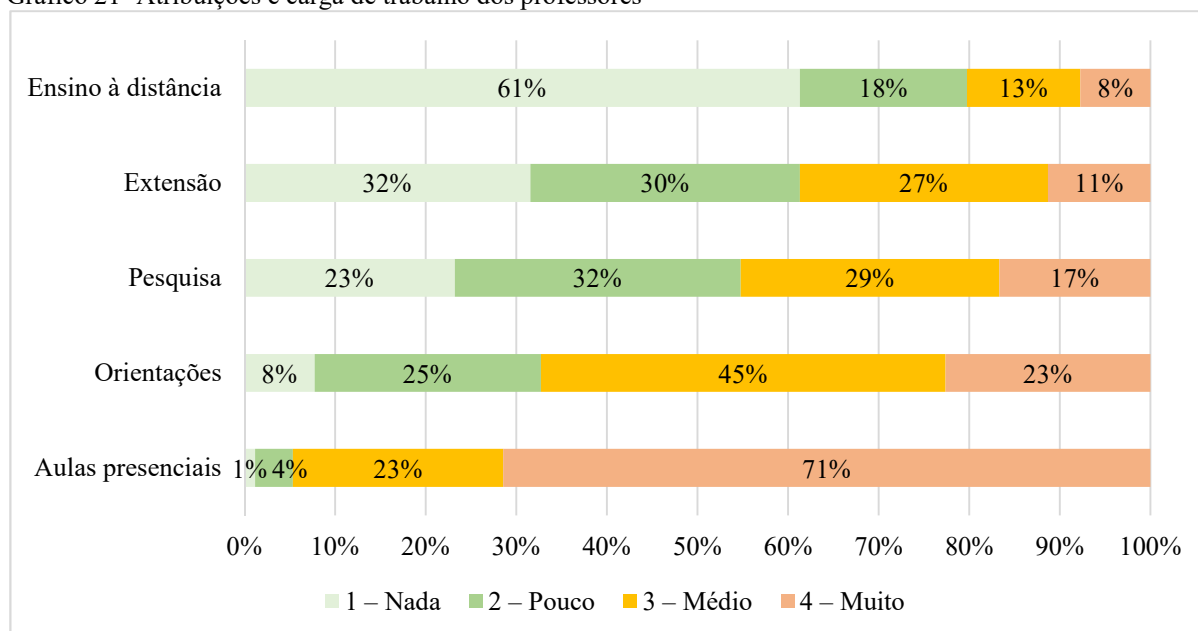
No jogo ideológico de desefetivação e, em essência, de alienação do trabalhador docente há a dominação capitalista que apregoa a positividade do sistema de apropriação do saber e da energia desse trabalhador com a mitificação afetivo-comportamental da ideologia empreendedora-mercantil, sob a regência da horizontalização das relações profissionais, do espírito de equipe e autopreservação institucional.

Nesse raciocínio, a empresa é um organismo vivo e cada trabalhador possui uma função específica e relevante. Qualquer movimento que coloque em suspensão tal eufemismo é percebido pela IES privada como um corpo estranho ao equilíbrio das relações e processualidade do trabalho, o que pode explicar o difícil acesso e a escassa autorização para realização de entrevistas com *managers*, tampouco pesquisa com os professores dentro das IES privadas. De outro modo, transmite-se a mensagem de que o ambiente acadêmico da pesquisa científica e do debate do contraditório só tem relevância quando produzido ou pensado pela própria IES.

4.1.4.2 - Atribuições e carga de trabalho

Procurou-se também identificar entre as atribuições de: ensino, pesquisa, extensão, orientações e ensino à distância a distribuição de carga de trabalho (ct). Nesse sentido a carga de trabalho é: 1) muito ocupada com aulas presenciais (71% e tempo médio de 23%); 2) ocupação com orientações de trabalhos acadêmicos (muita ct 23%, média ct 45%, 25% pouca ct e 8% nada); 3) Pesquisa (muita ct 17%; média ct 29%; pouca ct 32%; nada de ct 23%); 4) Extensão (muita ct 11%, média ct 27%, pouca ct 30%, nada de ct 32%); Ensino à distância (muita ct 8%, média ct 13%, pouca ct 18%, nada 61%).

Gráfico 21- Atribuições e carga de trabalho dos professores



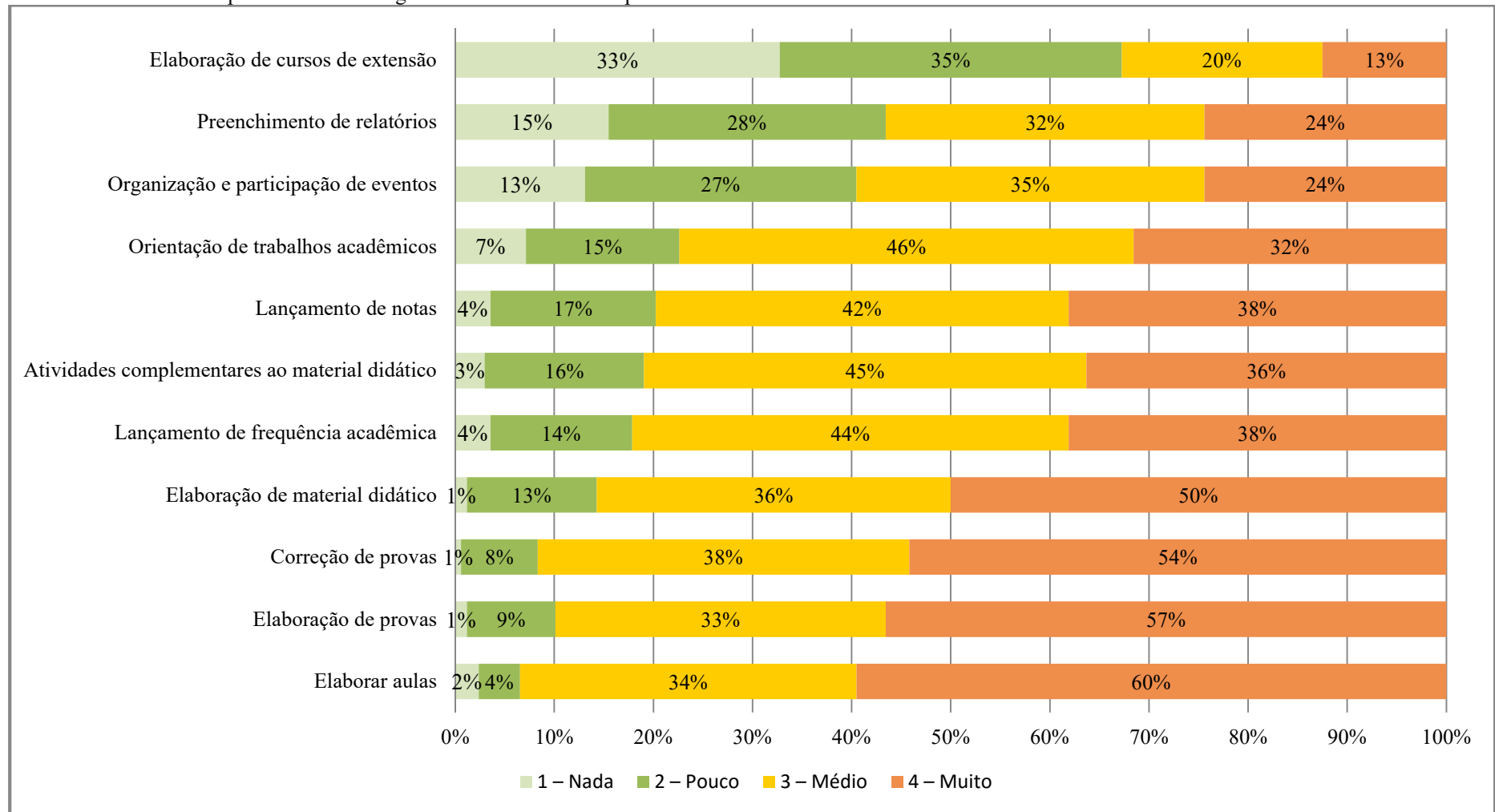
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Ao considerar a realização de atividades específicas e a carga de trabalho (ct), procurou-se avaliar as exigências do processo de trabalho e as capacidades biológicas e psicológicas dos trabalhadores. Conforme os professores, as atividades laborativas que exigem muita carga de trabalho são: 1) Elaborar aulas (60%); 2) Elaboração de provas (57%); 3) Correção de provas (54%); 4) Elaboração de material didático (50%).

Há também atividades que exigem carga média de trabalho, a citar: 5) Lançamento de notas (42%, porém 38% consideram muita ct); 6) lançamento de frequência acadêmica (44%, porém 38% consideram muita ct); 7) Atividades complementares ao material didático (média ct 45%, 36% muita ct, 16% pouca ct, e 3% nada de ct); 8) Orientação de trabalhos acadêmicos (média ct 46%, 32% muita ct, 15% pouca ct, e 7% nada de ct); 9) Organização e participação

de eventos (média ct 35%, pouca ct 27%, muita ct 24%, nada de ct 13%; 10) Preenchimento de relatórios (32% média ct, pouca ct, 28%, muita ct 24%, nada de ct 15%); 11) Elaboração de cursos de extensão com pouca ct 35%, nada de ct 33%, média ct 20% e muita ct 13%.

Gráfico 22 - Atividades específicas versus carga de trabalho – do menor para o maior



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

4.1.4.3 – Desenvolvimento profissional

Nomeou-se de desenvolvimento profissional, todo tipo de atualização profissional relacionada à área de formação específica do docente e/ou da educação e magistério superior, tais como: 1) questões pedagógicas referentes à disciplina e a metodologia de ensino, a elaboração de material didático, atualização e lançamento de plano de ensino, elaboração de provas e avaliações de aprendizagem; 2) legislação educacional, com a capacitação ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) com temas relacionados à avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, tendo como referência avaliativa o ENADE;

Nesse aspecto, avaliaram-se os impactos das ações realizadas para o desenvolvimento profissional. Dentre as considerações, em ordem de impacto:

Cursos/oficinas de trabalho foram os que causaram maior menção de impacto, com total de 87% de impacto, 26% um grande impacto (GI), impacto moderado (IM) de 46% e 15% um impacto pequeno (IP) e 4% responderam que não provocou nenhum impacto (NI). Dentre os itens avaliados este item foi o que obteve percentual maior para impacto moderado. Cabe chamar a atenção para 92% de participação docente.

Conferências ou seminários sobre educação ou um tema específico de interesse profissional com 77% de impacto, sendo predominante o 39% (IM), 23% (GI) e 15% (IP) e 8% (NI) e 85% de participação docente.

Pesquisa individual ou em colaboração sobre um tópico de seu interesse profissional com menção de impacto total de 68%, sendo 30% (GI), 29% (MI), 9% (IP) e 7% nenhum (NI) e 74% de participação docente.

Programa de qualificação, como exemplo curso em nível de graduação ou pós-graduação, com menção de impacto total de 65%, sendo 41% (GI), 19% (MI), 5% (IP) e 7% nenhum (NI) e 72% de participação docente. Dentre as ações realizadas, este tipo de desenvolvimento profissional foi o que obteve a maior avaliação no quesito “um grande impacto” (GI).

Orientação e/ou observação feita por um colega (de trabalho) e supervisão, organizadas formalmente pela IES com menção de impacto total de 51%, sendo 13% (GI), 24% (MI), 14% (IP) e 15% nenhum (NI) e 66% de participação docente.

Participação em uma rede de professores (*network*) formada especificamente para o desenvolvimento profissional dos professores com menção de impacto total de 46%, sendo 15% (GI), 18% (MI), 13% (IP) e 17% nenhum (NI) e 62% de participação docente.

Visita de observação técnica com menção de impacto total de 45%, sendo 13% (GI), 18% (MI), 14% (IP) e 17% nenhum (NI) e 61% de participação docente.

Diante dos itens avaliados torna-se relevante sumariar: o programa de qualificação como realização de graduação e pós-graduação foi o que obteve maior menção como ação de grande impacto 41%; Cursos/oficinas de trabalho receberam o maior número de menções como ações de impacto moderado (46%); quanto à menção impacto pequeno citam-se: cursos/oficinas de trabalho e conferências ou seminários sobre educação ou tópico de interesse profissional, ambos com 15%; no que concerne à menção nenhum impacto para o desenvolvimento profissional mencionam-se: Participação em uma rede de professores e visita de observação técnica, ambas com 17% cada; quanto à não participação considera-se à visita de observação técnica com o maior percentual (39%).

É possível inferir peculiaridades no desenvolvimento profissional dos professores:

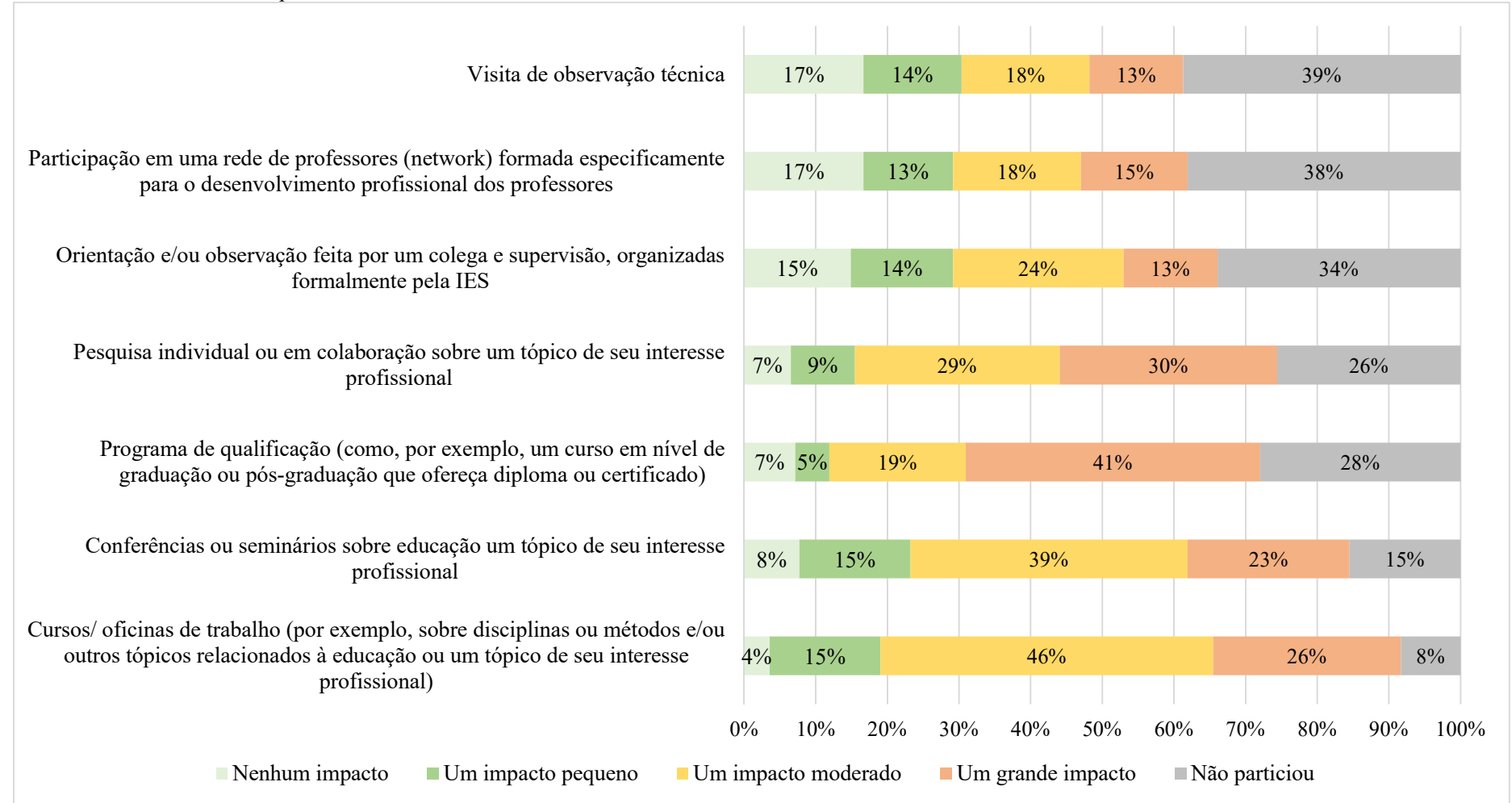
1) Parametrização dos processos de trabalho: observa-se que o desenvolvimento profissional tem se pautado predominantemente na capacitação técnica de instrumentos pedagógicos e jurídicos, que visam disseminar e alcançar a parametrização⁹⁶, desde a disciplina ministrada à compreensão do sistema de gestão da educação superior. Com isso, os docentes são orientados a compreenderem tecnicamente o grau de impacto e relevância dos parâmetros e padronização adotados no Sinaes, como pesos na pontuação do curso, itens avaliados nos cursos pelos examinadores do INEP, linhas de conhecimento geral e específico do ENADE.

2) Observa-se também que a realização de cursos e oficinas de trabalho assumem uma função relevante no processo de disciplinarização profissional e adequação às regras da IES privadas, as quais os professores estão vinculados. Logo, o alto nível de participação pode indicar um método de trabalho adotado pelas IES privadas e que norteia o próprio desenvolvimento profissional dos professores. Ainda que seja a forma mais mencionada entre os professores, esse tipo de desenvolvimento profissional implica em resultado moderado (46%), pequenos (15%) ou nenhum impacto.

3) Constata-se que as ações de grande impacto no desenvolvimento profissional dos trabalhadores docentes não estão relacionadas às ações desenvolvidas pelas e nas IES privadas, mas sim na vinculação desse profissional a um Programa de Pós-graduação (41%) e na realização de pesquisa individual (30%) vinculada particularmente ao Programa em questão. Logo, o que justifica a carga horária elevada com desenvolvimento profissional é a matrícula dos professores a Programas de Pós-graduação de mestrado e doutorado.

⁹⁶ Técnica de gestão empresarial que se baseia no estabelecimento de parâmetros e padronização de processos de trabalho, tendo como objetivo a otimização e o aumento da eficiência dos referidos processos.

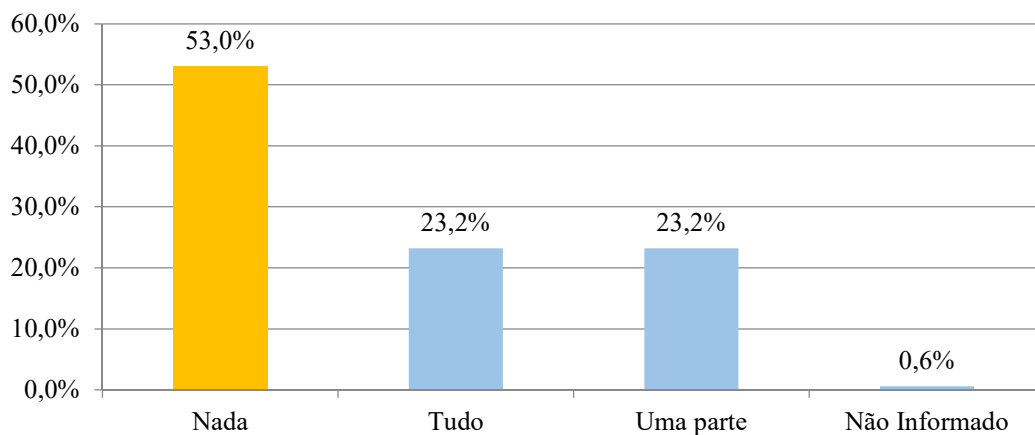
Gráfico 23 - Desenvolvimento profissional



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Em relação ao desenvolvimento profissional (variáveis presentes no gráfico 23) pago pelo docente, 53% não precisou pagar pelo desenvolvimento profissional, pois cursaram o programa de pós-graduação em IES pública ou realizaram cursos/oficinas de trabalho pela IES privada o qual trabalha; 23,2% pagou uma parte, tendo em vista que receberam desconto nas mensalidades da IES privada para cursar pós-graduação e; 23,2% pagou tudo.

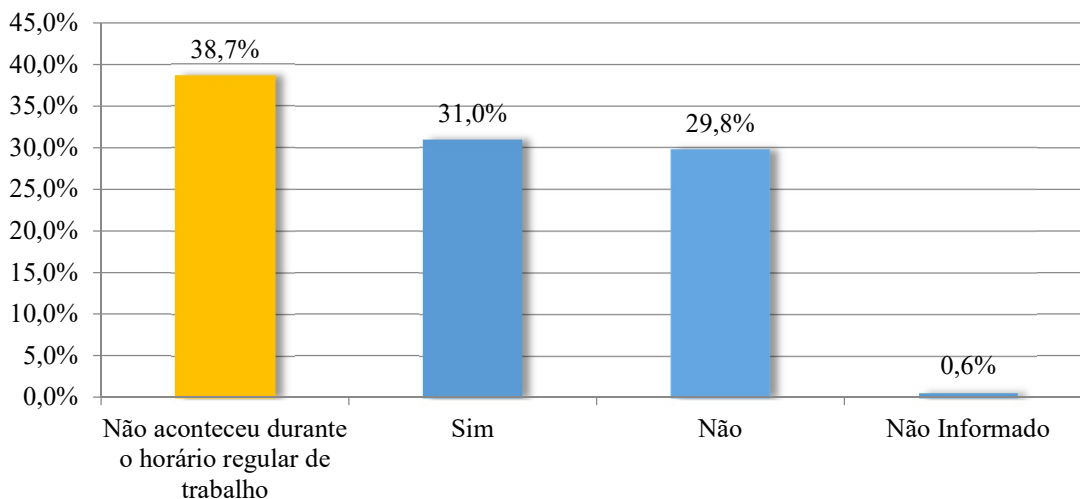
Gráfico 24 - Desenvolvimento profissional pago pelos professores



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Indagou-se se a IES privada dispensa o trabalhador docente de suas atividades para participar de desenvolvimento profissional: 30% afirmaram que a IES não dispensou das atividades docentes, como exemplo a presença do docente em horário de aula, por isso negociou o (s) dia (s) de ausência, tendo que fazer reposição de aula ou falta no trabalho. 39% realizaram o desenvolvimento profissional fora do horário do trabalho docente e 31% afirmaram que foram dispensados da IES para realização de desenvolvimento profissional. 1% não informou

Gráfico 25 - Dispensa da IES privada para participar de desenvolvimento profissional



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Ao indagar sobre a existência de política de incentivo institucional à carreira docente: 52% afirmam que sim e elencam as seguintes ações que consideram como incentivo à carreira: “retorno financeiro por titulação”, “programa de oportunidade interna”, “licença sem vencimento ou perda de vínculo”, “análise da situação e possível ajuda de custo”, “oferta de pós-graduação com desconto na mensalidade”, “cursos pagos pela IES”, “flexibilidade na liberação do docente para realização de curso durante o trabalho na IES”.

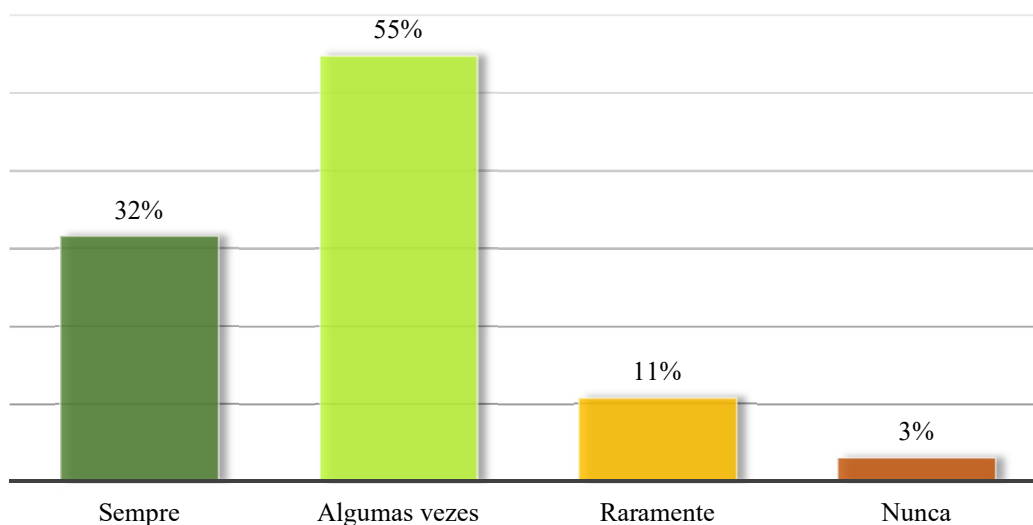
Quase a metade da amostra (46%) responderam que não há nenhuma política de incentivo institucional à carreira. A priori, pode se cogitar que a ausência de política de incentivo seja uma prática de gestão restrita a IES privadas de pequeno e médio porte. E com a aquisição e entrada de corporações educacionais na capital paraense tais políticas de incentivo institucional tivessem alguma alteração ou incremento. No entanto, a pesquisa apontou que: 28,57% são faculdades que pertencem a grupos educacionais, com atuação em outros estados e regiões do país; 27% dos professores trabalham em uma Universidade privada de um grupo educacional; 21% trabalham em faculdades de pequeno e médio porte sob a gestão de proprietários locais; managers; e 6,5% dos professores trabalham em um Centro Universitário.

A ausência de incentivo a carreira é identificada pelos *managers* ouvidos como algo “flexível que pode ser negociado, conforme a necessidade e urgência da instituição”, isto é, ao desenvolvimento do que eles consideram como *core business*, competências ou atributos essenciais ao negócio. A política de incentivo, ainda que tratado de modo esparso, propõe-se a atender à exigência competitiva de atualização de mercado, conhecimento este que ganha dimensão da obsolescência programada de um produto. Por outro lado, ao ofertar cursos da própria IES com desconto aos funcionários preenche vagas ociosas, mesmo com a redução da margem de lucro com o desconto. Propõe-se a incutir a valorização da IES em relação aos funcionários, o que ao mesmo tempo constrói, com sutileza a importância do comprometimento docente assistido por tal política institucional. 2% abaixo do parâmetro médio de tempo atribuído nessa variável, pode ser exemplificada pelo temor da perda do emprego, em particular de docentes que possuem a especialização ou pós-graduação *lato sensu* como a titulação acadêmica mais relevante no currículo, manifestado por uma docente que manifestou a angústia pela impossibilidade financeira de conciliar o trabalho como profissional liberal e o trabalho docente com a dedicação e exigência acadêmica do mestrado: “preciso de um mestrado!”. Para 2% não soube informar.

4.1.4.4 – Carreira e status

A pesquisa indagou se os docentes consideram-se reconhecidos socialmente pelo exercício da docência: 32% consideram sempre reconhecidos socialmente; 55% afirmaram “algumas vezes” percebem o reconhecimento; 11% raramente acreditam que são reconhecidos e 3% afirmaram que nunca são reconhecidos.

Gráfico 26 - Reconhecimento social por ser docente



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

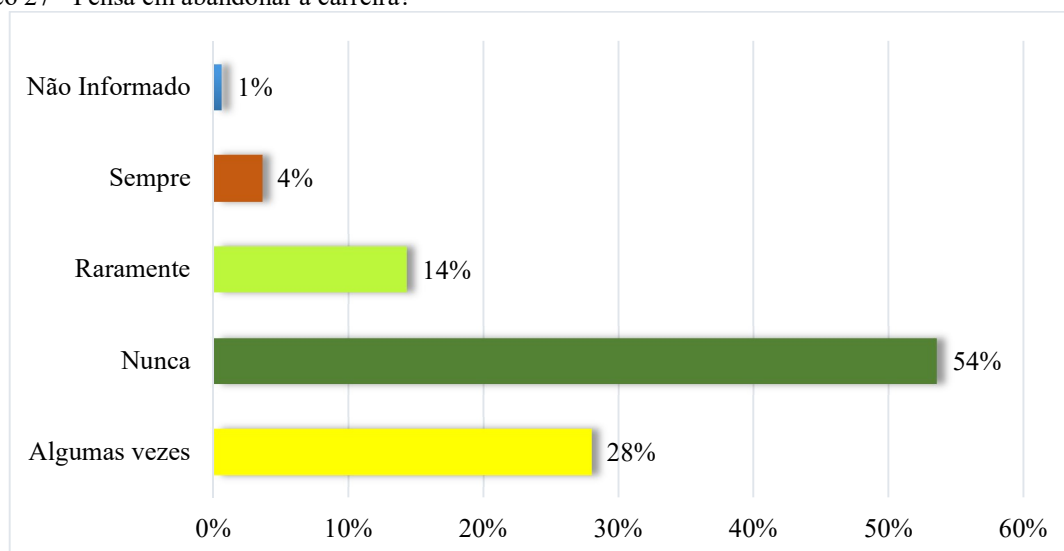
Considerando-se a exposição de referencial teórico e do perfil com base em aspectos isolados da pesquisa empírica (idade, gênero, estado civil, renda familiar, dentre outros). Acrescenta-se a esta indagação a compreensão pelos professores do reconhecimento social atribuído por ser docente. Tais questões suscitam uma análise aprimorada do perfil dos trabalhadores docentes: 1) A pesquisa aponta o status ou reconhecimento social pelo exercício da docência (87% de reconhecimento, somando-se as escalas “sempre” e “algumas vezes”); 2) acrescenta-se a distinção financeira desses trabalhadores, observada no tópico renda familiar dos professores: 56% dos professores recebem acima de 7 (sete) salários mínimos, sendo que 29% possuem renda familiar acima de 13 salários mínimos; 3) Aproximadamente 70% dos trabalhadores docentes realizam outra atividade profissional; 4) Camada social heterogênea, ampla e verticalizada, pois é formada por trabalhadores docentes que se dedicam exclusivamente à docência (aproximadamente 30% da amostra), funcionários públicos (22%), profissionais liberais (16,07%) e empresários (8,33%), dos quais 43% possuem renda familiar entre 5 e 7 salários mínimos, tendo aqueles que vivem do recebimento do salário-mês e dos proventos das atividades empresarias e do recebimento de valor pela prestação de serviço como

profissional liberal; 5) suas funções exigem que operem com símbolos e pessoas e realizam funções administrativas e comerciais, formação e serviços técnicos especializados;

Indagou-se se os docentes pensam em abandonar a carreira: 54% afirmaram que nunca pensaram em abandoná-la, 28% já pensaram algumas vezes, 14% raramente pensaram sobre essa questão e 4% dos professores sempre pensam em abandonar a carreira docente.

Este questionamento pode ser um indicador de como a rotina, a intensidade e comprometimento ao trabalho, as exigências por qualificação, a rotatividade de professores nas IES privadas, o cumprimento de metas e obediência a um conjunto de regras de execução de atividades e convivência no trabalho podem influenciar na escolha de continuar ou abandonar a carreira. Logo, um questionamento que perpassa o objetivo da pesquisa ao examinar o processo de trabalho e as repercussões nos trabalhadores docentes.

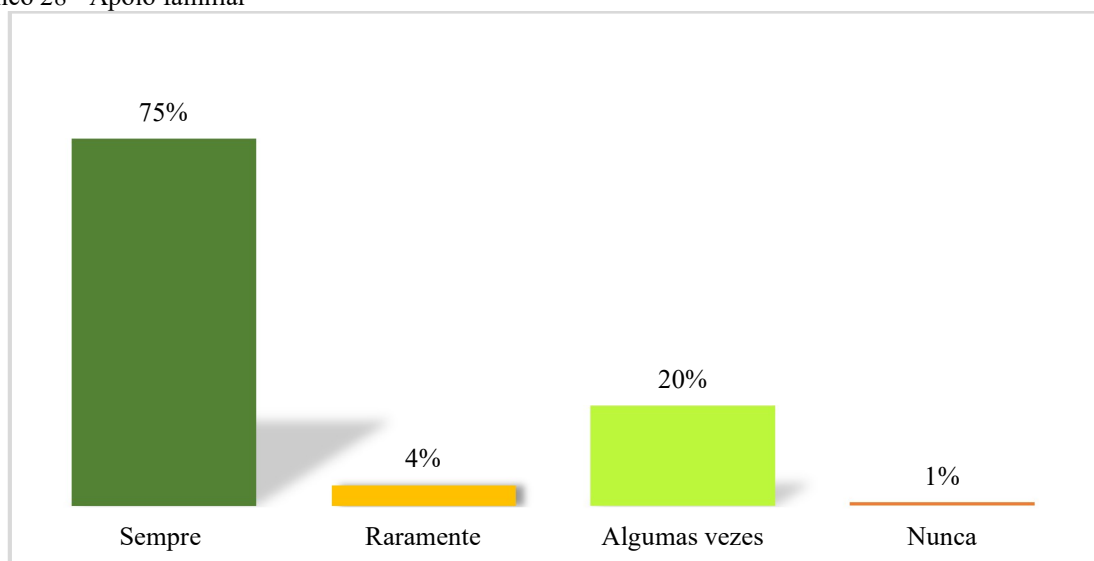
Gráfico 27 - Pensa em abandonar a carreira?



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Quanto ao apoio familiar 75% consideram que sempre teve o apoio familiar, 20% consideram que algumas vezes tem o apoio da família, 4% afirmam que raramente tem o referido apoio e 1% nunca têm o apoio.

Gráfico 28 - Apoio familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Este é um questionamento relevante, pois conforme a pesquisa, procurou-se avaliar o tempo dedicado para diferentes áreas da vida. Em primeiro lugar, o maior tempo dedicado foi o trabalho; o segundo maior tempo dedicado foi a família. Por conseguinte, o apoio familiar e o tempo dedicado à família podem assumir uma função precípua de permanência na carreira e de justificativa do envolvimento do trabalhador docente com o trabalho, pois a permanência na carreira docente contribuem como oportunidade de trabalho e complementação de renda ao docente e/ou à família, consequentemente sua distinção de classe, no sentido de uma diferenciação social e financeira.

Na acepção weberiana, uma ação racional que precisa lidar com a ambiguidade da decisão de permanecer ou abandonar a carreira docente, cujas relações são permeadas de autoridade, poder e dominação, da racionalidade burocrática (WEBER, 2002).

A pesquisa procurou identificar também o tempo dedicado para cinco áreas da vida, a destacar: I) lazer (hobbies, esportes, recreação e contatos com amigos; II) comunidade (organizações voluntárias, sindicatos, organizações políticas); III) trabalho; IV) religião (atividades e crenças religiosas); V) família. Para o preenchimento o respondente foi orientado no questionário a atribuir pontuação de 1 a 5: pontuação “1”, atribuída ao menor tempo dedicado e foi dada a esta, a classificação “muito baixo”; a pontuação 2 foi atribuída para o “baixo tempo dedicado”, a pontuação 3 para “médio tempo dedicado”, a pontuação 4 para “alto tempo dedicado” e; a pontuação 5 como maior *score*, para “muito alto tempo dedicado”. Contudo, a pesquisa identificou, especificamente nessa pergunta docentes que atribuíram pontuação 0 (zero) a alguns dos itens. Apesar da referida pontuação não constar na elaboração da pergunta

e opção de preenchimento, decidiu-se considerar a relevância das respostas, o que pode ser um indicativo da consciência do trabalhador acerca da ausência e dificuldade de conciliar o trabalho com outras áreas da vida. Nesse aspecto, a subjetividade do trabalhador expõe que o número mínimo da pontuação atribuída para o preenchimento dessa pergunta mostrou-se insuficiente para a inexistência de tempo dedicado em outras áreas da vida.

Para a compreensão do gráfico torna-se necessário analisá-lo, considerando-se que as escalas totalizam 100% em cada área da vida. A partir disso constata-se que 66% dos docentes avaliam que empregam tempo e dedicação em parâmetro muito alto (pontuação 5) para o trabalho. Somado a isso, a pesquisa identificou que 25% dos professores utilizou alto tempo e dedicação ao trabalho. Apenas 8% afirmam que empregam tempo médio ao trabalho. Para 1% cada é atribuído tempo muito baixo e baixo. Logo, 2% abaixo do parâmetro médio de tempo atribuído nessa variável.

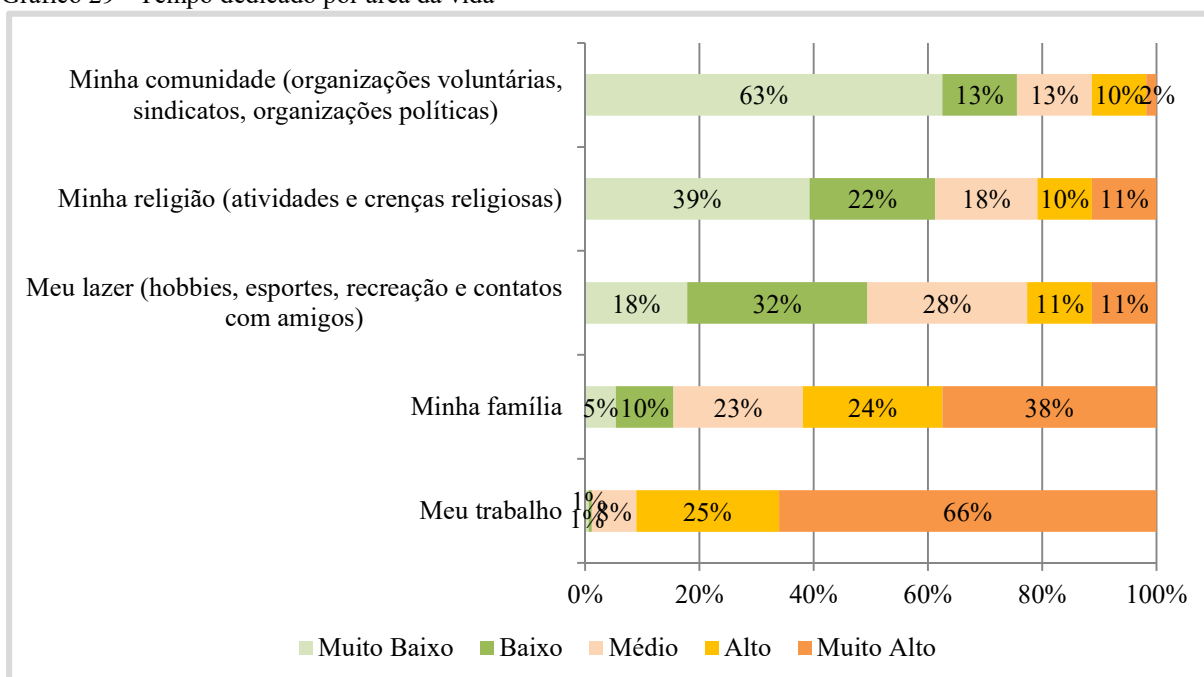
A segunda área da vida que os respondentes ocupam mais tempo é a família. 38% dos professores identificaram a frequência muita alta (pontuação 5), 24% dos profissionais pesquisados atribuem tempo alto (pontuação 4); outros 23% dedicam o que o consideram tempo médio à família; 10% utilizam baixo tempo à família e; 5% dos professores dedicam muito baixo tempo à família. Portanto, 15% abaixo do parâmetro médio de tempo atribuído nesse quesito.

A terceira área da vida que mais ocupa o tempo dos professores é o lazer: 11% atribuem muito alto tempo; 11% dedicam alto tempo; 28% utilizam tempo médio; Em seguida, estão as indicações de baixo tempo e muito baixo tempo dedicado ao lazer, respectivamente: 32% e 17%. Sendo assim, 49% abaixo do parâmetro médio de tempo atribuído nessa variável.

A quarta área da vida é preenchida com a religião. Para 11% dedicam muito alto tempo; 10% do tempo dos professores dedicam alto tempo; 18% atribuem tempo médio. 21% dedicam baixo tempo e 39% consideram que dedicam muito baixo tempo. Portanto, 60% atribuem para tempo abaixo do tempo médio.

A quinta área da vida refere-se ao tempo dedicado à comunidade: 2% consideram muito alto tempo dedicado, 10% dedicam alto tempo, 13% atribuem tempo médio; 13% dedicam baixo tempo e, por fim 63% avaliaram como muito baixo tempo dedicado à comunidade.

Gráfico 29 - Tempo dedicado por área da vida



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

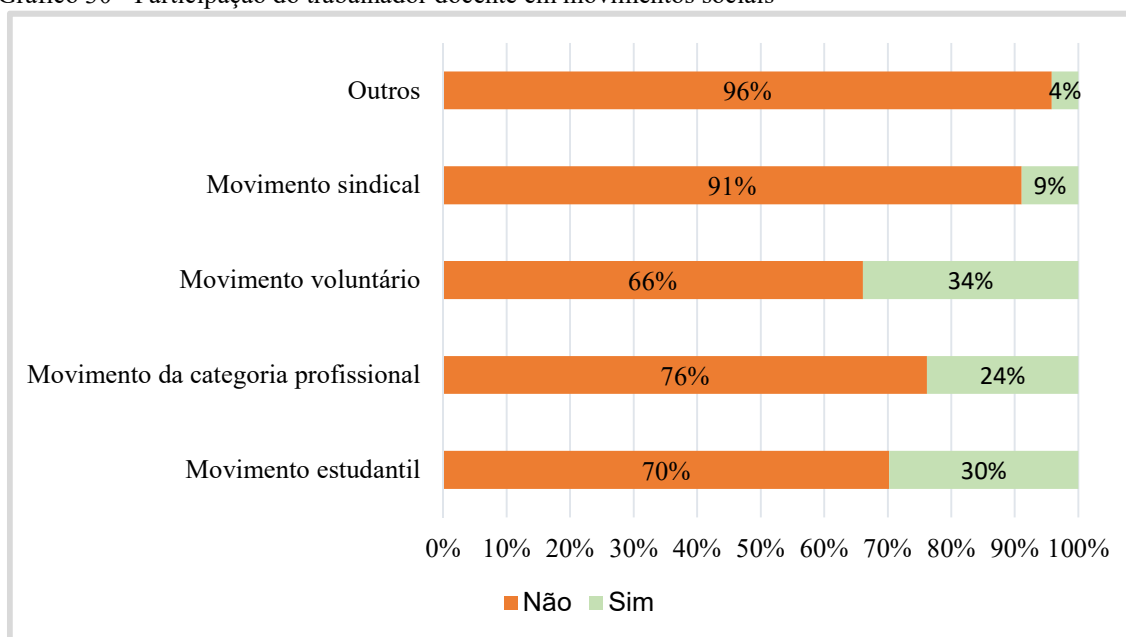
4.1.4.5 – Participação em movimento social

No que concerne a participação dos professores em movimentos sociais é importante salientar que dentre os critérios avaliados não há participação predominante em movimento social. Estas se restringem a ações de voluntariado (34%), participação em movimento de cunho estudantil, desenvolvidas enquanto estudantes (30%), movimentos de interesses de conselho profissional (24%). Cabe destacar a baixa participação a movimento sindical, com apenas 9% e participação em outros movimentos sociais (4%).

Os dados em questão são reveladores de um modo de sociabilidade marcado pelo afastamento dos professores em relação às problemáticas e debates públicos, o que na prática representa a conformação ao pensamento dominante brasileiro que marginaliza a representação e participação política, as diferenças entre classes, o rebaixamento do espaço público como lugar de circulação de diferentes sujeitos e condições sociais econômicas.

A participação em movimentos sociais reflete sobre a ação dos professores nas questões que envolvem a posição política, ideológica e o espaço de atuação. Nesse aspecto, destacam-se ações que evidenciam ações pontuais ou ligadas a própria carreira e categoria profissional.

Gráfico 30 - Participação do trabalhador docente em movimentos sociais



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

Diante das questões identificadas e suscitadas na pesquisa sobre os discursos e valores empresariais, o processo de trabalho, carreira, desenvolvimento profissional, participação política e social dos professores, resgata-se o exercício de imaginação sociológica, com base em Wright Mills (1969), considerando-se a dualidade de dois tipos de intelectuais, o artesão intelectual e a fabrilização intelectual, sendo que o primeiro que o prevalece a ação e resistência do sujeito e o segundo o domínio do capital sobre o sujeito:

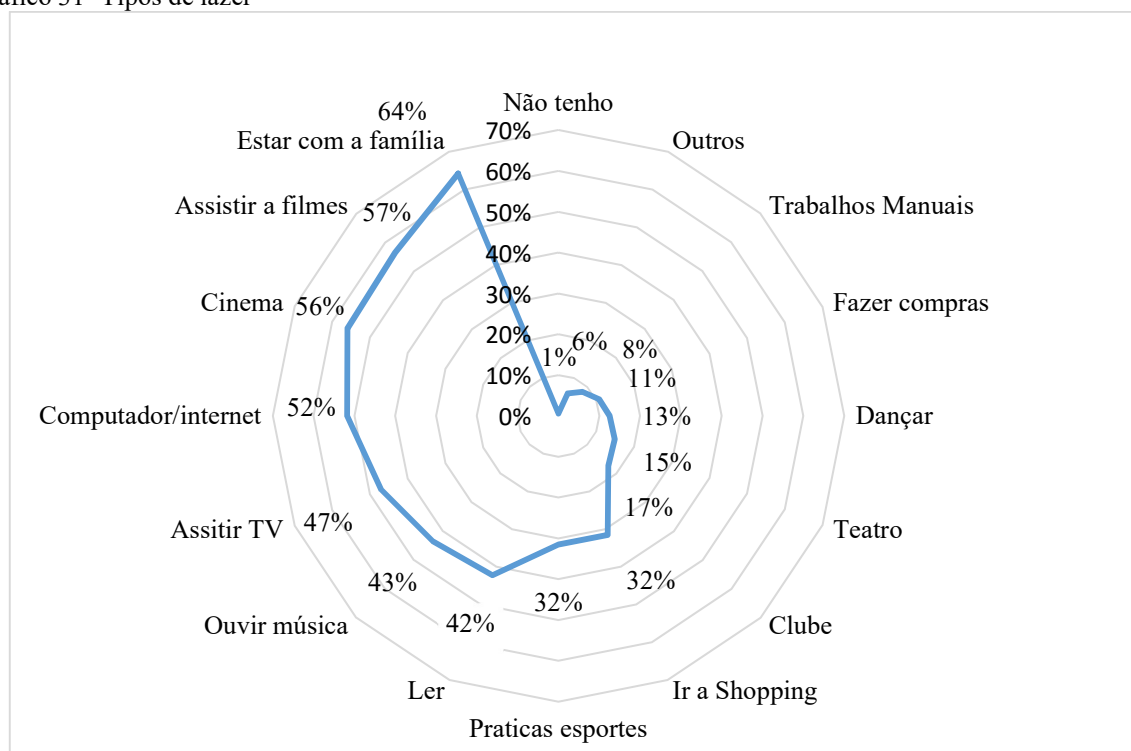
4.1.4.6 – Lazer doente e a fabrilização

No que concernem as formas de lazer, os respondentes puderam selecionar mais de uma opção. Por essa razão, estas foram classificadas de modo independente, e posteriormente relacionadas ao número total de 168 respondentes. Dentre as formas de lazer predominaram: estar com a família (64%); assistir a filmes (57%); ir ao cinema (57%), uso do computador/internet (52%) e assistir à televisão (47%), 42% adotam a prática de leitura e 32% realiza práticas esportivas como forma de lazer, mesmo percentual destinado a ida ao shopping.

As formas de lazer dos professores estão ligadas ao consumo de soluções prontas quanto à forma e conteúdo de entretenimento e circulação em espaço restritos e privativos, aos âmbitos doméstico e familiar, somado a circulação em áreas de concentração de consumo, tal qual a ida a cinema e shopping.

Escolhas de lazer que se inserem a realidade e rotina de trabalho fatigante, cujo tempo livre permeiam o consumo de bens culturais diversos e o descanso; o trabalho levado para casa e o estar em família, na relação da escassez do tempo destinado ao lazer e a otimização das formas de lazer, na assimilação e intercâmbio de produtos culturais que traduzem a cultura do consumo e da racionalidade instrumental, da valorização do espaço privado em detrimento do espaço público.

Gráfico 31- Tipos de lazer



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

A pesquisa também avaliou a saúde dos professores, os tipos de adoecimento e as respectivas recorrências. As respostas apontaram os seguintes resultados e foram organizadas em três grupos de recorrência estatística, para fins de clareza na exposição: variáveis de saúde com recorrência acima de 50%, recorrência de 30% até 50% e recorrência abaixo de 30%.

Variáveis de saúde com recorrência acima de 50%:

1) Cansaço, 84,6% dos respondentes consideram-se “cansados”, desse grupo 55% julga-se algumas vezes cansado e 30% avalia-se sempre cansados e; 55% cansa-se com facilidade; 2) Nervosos, tensos ou preocupados: 62,5% das menções mais recorrentes, sendo 45% algumas vezes e 17% está sempre nessa situação; 3) Apresenta problemas posturais: 55,9% das menções mais recorrentes, sendo 35% algumas vezes e 21% sempre; 4) *Stress*: 60% das menções mais recorrentes, sendo 43% algumas vezes e 17% sempre; 5) Ansiedade: 53% das menções mais

recorrentes, sendo 36% algumas vezes e 17% sempre; 6) Irrita-se com facilidade: 52% das menções mais recorrentes, sendo 40% algumas vezes e 12% sempre;

Variáveis de saúde com recorrência de 30% até 50%:

7) Dificuldades para realizar satisfatoriamente as atividades: 43% das menções mais recorrentes, sendo 35% algumas vezes e 8% sempre; 8) Alteração de memória e atenção: 39% das menções mais recorrentes, sendo 35% algumas vezes e 4% sempre; 9) Dificuldades para tomar decisões: 38% das menções mais recorrentes, sendo 33% algumas vezes e 5% sempre; 10) Distúrbios do sono: 38% das menções mais recorrentes, sendo 25% algumas vezes e 13% sempre; 11) Tristeza: 37% das menções mais recorrentes, sendo 30% algumas vezes e 7% sempre; 12) Problemas vocais: 31% das menções mais recorrentes, sendo 26% algumas vezes e 5% sempre; 13) Desenvolveu alguma mania de organização e perfeição: 31% das menções mais recorrentes, sendo 20% algumas vezes e 11% sempre.

Variáveis de saúde com recorrência abaixo de 30%:

14) Apresenta problemas com a pressão arterial: 23% das menções mais recorrentes, sendo 16% algumas vezes e 7% sempre; 15) Agressividade: 21% das menções mais recorrentes, sendo 16% algumas vezes e 5% sempre; 16) Tendinites: 19% das menções mais recorrentes, sendo 15% algumas vezes e 4% sempre; 17) Lesão por esforço repetitivo: 18% das menções mais recorrentes, sendo 14% algumas vezes e 4% sempre; 18) Problema cardíaco: 10% das menções mais recorrentes, sendo 8% algumas vezes e 2% sempre;

Quando indagados se realizam atividades físicas responderam: 24% sempre, 27% algumas vezes, 27% raramente e 21% nunca.

Ao perguntar se fazem alimentação saudável afirmaram: 19% sempre fazem, 45% algumas vezes, 28% raramente e 8% nunca.

Interrogou-se se fazem uso de medicação: 22% fazem sempre, 23% algumas vezes, 19% raramente e 36% nunca fazem.

Curiosamente, o que os levou à docência foi a oportunidade de trabalho/emprego e por consequência a renda (47%). A situação do trabalhador docente remete ao processo de estranhamento deste enquanto produtor de mercadoria:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2004, p. 82)

Contudo, ao procurar compreender o estranhamento do trabalhador docente diante do quadro de relações e vínculos de trabalho instáveis e intensos nota-se que a dominação na gestão do trabalho recobre a dominação física, das emoções e da vida do trabalhador. A fabricalização do trabalhador docente revela as consequências do trabalhador ocupado e imerso na rotina cansada, do esgotamento físico e emocional decorrentes das atividades profissionais desempenhadas, das responsabilidades, metas e prazos assumidos.

Nesse aspecto, recorda-se a indagação de uma professora médica quando finalizava o preenchimento do questionário: “Queres descobrir se estamos com *burnout*? Estás mexendo num vespeiro”. Esse questionamento levanta uma hipótese de adoecimento e/ou risco iminente de doença dos professores. Para a pesquisa em questão objetivou-se somente indicar e mensurar por método estatístico as repercussões do trabalho (sobre a quantidade e intensidade de tempo dedicado da vida) e as repercussões sobre a saúde do professor.

Byung-Chul Han em “Sociedade do Cansaço” (2015) afirma que a individualização da gestão do trabalhador assalariado assume papel central na estratégia de dominação das empresas, pois desarticula coletivos de resistência tradicionais, tais como sindicatos e massa de trabalhadores, confere reconhecimento, mobilidade e remuneração diferenciada ao trabalhador, também acirra competição entre trabalhadores, provoca cisões entre disciplinas e campos científicos, organizados pelos que defendem a individualização e os que se opõem, pois acreditam que a individualização aprimorou as formas de coerção e controle.

Para Han (2015) a passagem da organização taylorista do trabalho, caracterizada pela sociedade da disciplina do trabalho, da proibição, mandamento ou lei, de uma sociedade dominada pelo não cedeu lugar a sociedade do desempenho e produção, “são empresários de si mesmo”, cujo atributo essencial é o excesso de positividade, de saturação e exaustão, movidas pela rapidez e produtividade, pela hipertensão multitarefas (*multitasking*).

Esse sujeito do desempenho acredita que está livre do domínio que o obriga a trabalhar, pois internaliza a cultura de que é senhor de si mesmo. Portanto, a autoexploração caminha com o sentimento de liberdade quando comparado que não está sendo explorado pelo outro, mas por si mesmo: “nessa sociedade coercitiva, cada um carrega consigo seu campo de trabalho. A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor. Assim acabamos explorando a nós mesmos” (HAN, 2015, p. 47).

Diante desse quadro de exploração e exaustão o filósofo germano-coreano considera que o sujeito vive uma violência neuronal sendo este incapaz de estranhar a si mesmo e a violência imanente ao sistema, o que para Han (2015) explica ocorrências de doenças neuronais, como depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH),

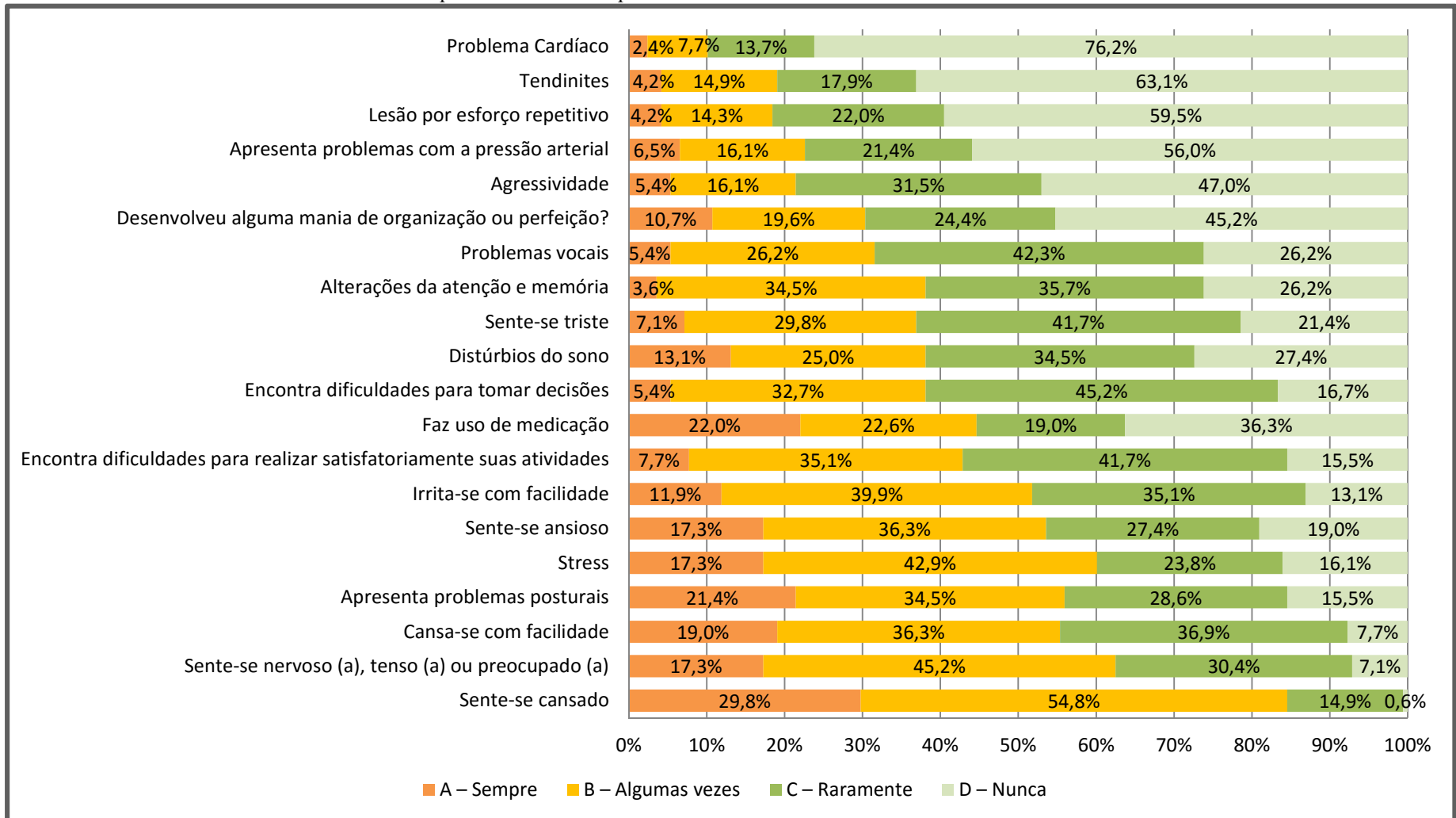
transtorno de personalidade limítrofe (TPL), Síndrome de Burnout (SB): “O depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma”(HAN, 2015, p. 29).

Han (2015) contribui para refletir as mudanças na ideologia do trabalho e da produtividade. Contudo, ao analisar as ideologias e práticas neoliberais no Brasil, com as reformas político-administrativas sob o impulso da precarização do trabalho e, particularmente as práticas organizacionais das IES privadas o dualismo entre disciplina e desempenho discutidos pelo autor não se excluem, mas se complementam como técnicas de dominação do capital, identificadas em uma perspectiva microorganizacional e estrutural do mercado: de trabalho, profissional, de serviços educacionais, consumo.

Em síntese, um sistema de dominação que conserva características de negatividade na cultura organizacional disciplinar do tipo burocrático, presentes desde a seleção docente, com critérios como formação acadêmica e profissional, mas também atributos comportamentais favoráveis e adaptáveis a cultura de negócios das IES privadas, no peso das relações de autoridade e comando, no cumprimento obediente de metas e prazos, como forma de evitar sanções da IES privada.

Por outro lado, incorpora ideologias e práticas empreendedorista e gerencialistas presentes no neoliberalismo e toyotismo, que defendem o ritmo de vida diário acelerado e muito ocupado voltado à acumulação e individualismo performático.

Gráfico 32 - Variáveis de saúde – docentes das IES privadas – do menor para o maior



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo 2016-2017

5- CONCLUSÃO

Afinal, qual a disciplina do próximo semestre? Em torno dessa indagação está a linguagem que nos permitiu a aproximação e a reflexão sobre a situação do trabalhador docente: da situação concreta, ensejaram-se dúvidas sobre o “campo de visão” desse sujeito que se manifesta individualmente e coletivamente (no conjunto de individualidades da pesquisa estatística); com a indagação depreende-se o estado de ânimo, a perspectiva do emprego ou a demissão; com a permanência, o aumento das exigências por títulos acadêmicos e experiência profissional (“professores atuantes no mercado de trabalho”), a autodisciplina com prazos e metas, a socialização efêmera (expressa pelo silêncio, medo de sanções e a polidez continuada do comportamento) e utilitária, a vigilância exterior do comportamento e das ações, as mudanças nas ferramentas tecnológicas e técnicas de sociabilidade no trabalho (encantamento dos clientes, *network*); com a demissão: o risco da diminuição do padrão de vida, do status de professor; do risco iminente da precarização nas formas de contratação do trabalho como a terceirização, a pejetização (do trabalho assalariado a um trabalhador pessoa jurídica e sua conseqüente perda direitos sociais), no professor particular aguardando por oportunidades e disciplinas pontuais, por “corridas” (uberização). Em comum, o medo, a sujeição, a pressão psicológica e o sentimento de isolamento e abandono.

Diante disso, a gestão do trabalho assume o papel de um jogo competitivo que exorta o individualismo, o sujeito realizador apto à competição, a modelação de um tipo de trabalhador docente: obediente, profissional do mercado, sem envolvimento político-social, de um autogestor.

Com base na exposição teórica e pesquisa de campo, torna-se possível depreender algumas questões relacionadas ao objetivo dessa pesquisa:

1) No que concerne à revisão teórica procurou-se retomar pensadores que tratam sobre as categorias trabalho, capital e racionalidade. Nesse sentido, considerou-se a discussão que não se limitasse a “adicionar” categorias sobre o trabalho em questão, mas sim contextualizá-las considerando-se os contextos no espaço e tempo, o entendimento dos autores sobre as categorias, como os problemas sociais de cada época foi discutido e quais os percursos, métodos de investigação e conceitos elaborados por estes.

Com Max Weber examinou-se o processo de racionalização burocrática das organizações, as relações sociais de poder e dominação e suas implicações reveladas nas formas de tensão e conflitos, levando-nos a pensar a ação social nas estratégias e métodos racionais elaborados e/ou adotados pelas IES privadas, nas formas de ação ou omissão dos indivíduos

pesquisados, das posições sociais ocupadas e das diferentes razões que levam os indivíduos a ação, dentre estes estão os trabalhadores docentes e *managers*.

A burocratização das atividades docentes está presente na rotina do trabalho, permeia as funções laborativas e a hierarquia nas IES privadas, é um fundamento de controle, disciplina e poder sob uma base legal das atividades administrativas realizadas pelos indivíduos pesquisados.

O pensamento weberiano acrescenta à discussão sobre a expansão das IES privadas a importância da técnica na gestão econômica e o uso máximo da racionalidade na busca de um grau de perfeição, segurança e durabilidade do resultado, sob um meio mais econômico. Logo, uma gestão econômica que prioriza o exame e redução de custos, com a contratação de professores, regime de trabalho, experiência de trabalho e titulação, processo de trabalho com obediência às regras e disciplina, centralização administrativa na tomada de decisão, trabalho docente controlado por critérios de execução e operacionalização das atividades (assiduidade, pontualidade, correção de provas, lançamento de diário de frequência, dentre outros); treinamentos frequentes e repetitivos sobre procedimentos de trabalho. O poder regido pela disciplina, obediência às regras e precisão técnica no processo de trabalho constituem características que compõem a fabrilização do trabalho docente.

2) A revisão teórica de Wright Mills remete às considerações sobre o incipiente processo de racionalização e burocratização das organizações, com o aprimoramento das técnicas de gestão e controle e os efeitos sobre a estrutura social, a diversificação das especialidades profissionais e o mercado de trabalho. Nesse contexto, o autor apresenta o *White-collar* ou nova classe média, que representa um tipo social de trabalhadores dependentes do pagamento de salário-mês e que atuam na burocracia das organizações estadunidenses. Apoiado nessa abordagem sociológica discutiu-se na tese os tipos sociais dos trabalhadores docentes e *managers*, suas inter-relações e relações de poder e dominação. Dentre alguns: a racionalização e sistematização do trabalho e das técnicas de produção considerando a empresa como organismo humano (todos têm uma função e precisam se engajar); a divisão do trabalho e atribuição de responsabilidades direcionam-se a formação da manipulação das consciências e envolvimento na hierarquia organizacional (aprimoramento das ideologias corporativas); o trabalho remete à ideia de um jogo competitivo que atribui *score* de alcance de resultados e produtividade.

A gestão das IES privadas busca com a adaptação e incorporação de técnicas originadas ou não da inter-relação entre setores econômicos (indústria e serviços, por exemplo) meios que levem ao aprimoramento da racionalização (ou intensificação) do processo de trabalho, oferta

dos serviços e redução de custos. Para isso, incorpora princípios produtivos como os fundamentos tayloristas da padronização de currículos e instrumentos avaliativos, escalas de controle sobre as atribuições dos docentes como elaboração de provas, conforme padrão do ENADE, educação superior sob a ótica da produção em massa. Além disso, considera como critério de qualidade docente técnicas de trabalho toyotistas como engajamento organizacional, “horizontalização” das relações profissionais (principalmente, entre coordenação de curso e docentes) da IES privada e nível de satisfação dos clientes, inovações organizacionais que se voltam para o alcance de resultados e modelação pragmática e funcional do processo de trabalho. A busca contínua da profissionalização da gestão, o incremento ideológico e o jogo competitivo do trabalho estão relacionadas à fabricalização do trabalho.

3) O pensamento de Adorno chama a atenção para a modernização progressista dos princípios burgueses que conduz e fomenta a vida social ao consumo de bens físicos e culturais. Nessa contradição insere-se o negócio das IES privadas por meio da oferta de serviços educacionais como produtos culturais, os quais trazem em seu conteúdo valores e informações que simbolizam e preparam o indivíduo (o discente) para o mundo administrado.

4) Boltanski e Chiapello apresentaram contribuição teórica à pesquisa ao abordarem sobre as mudanças ideológicas e as relações de poder e dominação adotadas no capitalismo no século XX, os quais denominaram de novo espírito do capitalismo. Nessa discussão os autores argumentaram sobre a influência da meritocracia e do discurso da autorrealização como técnica de gestão que incita a distinção na carreira e reconhecimento social pelos próprios méritos. Conforme discutido na tese a cultura gerencialista e empreendedorista representam a adaptação nos dias atuais das ideologias da meritocracia e autorrealização.

Com base nesse entendimento e na pesquisa empírica realizada afirma-se que as IES privadas apoiam-se em valores gerencialistas e empreendedoristas na gestão técnica e discursiva das práticas docentes.

5) Ao considerar a regulação da educação superior, A LDB de 1996 tornou-se o instrumento político de maior relevância para o processo de expansão, privatização e mercantilização do ensino superior. Não bastasse o quadro de privatização a educação superior passa pelo avanço do capital financeiro-especulativo, incluindo-se a participação de capital estrangeiro como acionistas majoritários em instituições de ensino superior privadas.

A partir de 2007 com a abertura de capital de empresas de educação superior, foi possível observar o rápido movimento de formação de grupos educacionais. Tal dinamismo foi impulsionado pelo aporte do capital financeiro-especulativo do mercado de ações e o estímulo

governamental no uso de fundo público via isenções fiscais, concessão de bolsas e financiamento estudantil.

6) A legislação trabalhista legitimou a expansão das modalidades de precarização do trabalho: descarta o tempo morto com o descanso remunerado e recomposição fisiológica e explora o trabalho vivo. A racionalidade capitalista ganhou novas ferramentas jurídicas, gerenciais e tecnológicas que permitiram a intensificação do trabalho e a mensuração de sua eficácia e eficiência, uma depuração fabril de “refugos” de todo “desperdício” que não seja o trabalho “puro”.

7) A hegemonia estadunidense por meio suas *think tanks*, o conjunto de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e OMC) consideram como ponto relevante da liberalização econômica dos países periféricos o investimento educacional para formação da força de trabalho, como variável que possibilita o aumento da produtividade. Logo, a massificação do ensino superior no Brasil se insere no contexto da dependência e sujeição a divisão internacional do trabalho.

8) A sofisticação das formas de controle e intensificação sobre o trabalho docente. Tal fato é organizado em torno do discurso e da prática da autogestão dos professores. Porém, sob o intenso controle de uma métrica de indicadores de execução do trabalho e de satisfação de membros da IES (coordenações, gestores, diretores, docentes, técnicos e discentes). Dito de outro modo: o docente tem autonomia para ministrar a disciplina (acadêmica), mas tal processo de instrumentalização com planejamento, provas e instrumentos avaliativos é disciplinado para a eficácia e eficiência da aprendizagem. Por isso, a assimilação de conteúdo assume função instrumental e operativa em preparação para as regras e parâmetros de qualidade norteadas pelo ENADE. Uma boa nota no exame em questão é sinal da qualidade da educação superior da IES.

9) Ao considerar o nível de intensidade e exigência do trabalho docente é possível afirmar na impossibilidade da realização das atividades docentes no horário pago pelo trabalho: a jornada de trabalho realizada na IES é insuficiente ao conjunto de atividades administrativas e pedagógicas, estendendo-se o trabalho e a disponibilidade no próprio domicílio (sobretabalho não remunerado).

10) A lógica mercadológica e a mercadorização do conhecimento restringem a capacidade formativa e de atuação dos trabalhadores docentes. A atuação docente está voltada para ministrar conteúdos em sala de aula e realizar atividades administrativas que exigem tempo e dedicação, além do expediente de trabalho.

11) Não se fala em interesses antagônicos entre patrões e empregados, mas sim em trabalho em equipe, colaborativo, voluntarioso; tampouco, de relações de cima para baixo

(ainda que esteja presente). Pelo contrário, dissemina-se a ideia da horizontalização das relações; a vigilância do trabalho ganhou novos contornos: a meritocracia e suas representações na forma de autogestão e autocontrole.

É pertinente notar que a permanência dos docentes às IES privadas segue a cultura empreendedorista do trabalho que expõe as exigências de disposição e disponibilidade de tempo, respectivamente no engajamento voluntarioso e pró-ativo do professor e com disponibilidade de tempo para participar e pensar, de modo dinâmico e interligado a disciplina ministrada, o (s) curso (s), dimensões a nível institucional e as formas de avaliação e desempenho dos cursos e discentes pelo INEP/MEC.

O comportamento colaborativo dos trabalhadores docentes é identificado pela relevância dada pela IES privadas à gestão do relacionamento e interações dos diferentes profissionais envolvidos na organização, como exemplo: professores, técnicos, coordenações, direção e os alunos, os clientes dos serviços prestados.

12) Dentre os *managers* há também os que trabalham exclusivamente como docentes em outra IES privada, o que fica perceptível a trama de relações profissionais desenvolvida entre docentes e *managers* da própria, que visa promover um senso de autoconservação e apaziguamento ágil de insatisfação e condução de críticas reformistas com perspectiva de melhoramento contínuo e manutenção do emprego; e também com managers e trabalhadores docentes vinculados a outra IES privada, por motivos diversos, tais como a circulação de informações sobre oportunidades e seleção de emprego, perfil de um candidato ou sobre o ambiente de trabalho e a pontualidade no pagamento de professores de uma determinada IES privada.

13) A compreensão dos sentidos de educação superior e trabalho docente não devem corresponder a um movimento linear de gestão e políticas padronizadas, centralizadas, tecnocrática e ancorada apenas em indicadores quantitativos e na inserção do homem no mercado de trabalho, como se percebem com os termos empregabilidade e trabalhabilidade. Mas sim, no prenúncio do humano em relação ao capital (humano-capital), na dimensão dialética, na autonomia do homem e distanciamento crítico ao capital. Portanto, diferentemente do primeiro termo em que o capital se introjeta no humano (ideologias, submete, explora); no segundo aprecia, em distância, a visibilização do homem e não o capital.

14) A fabrilização do ensino superior é, em essência, a inculcação de competências que se baseiam na coerção a agir, sua função está no intercâmbio sistêmico, na assimilação e/ou produção e reprodução do saber técnico-científico acadêmico às necessidades empresariais e mercadológicas. Nesse sentido, a ressignificação dos empregos e a precarização do trabalho

constituem movimentos naturais irrefreáveis e inelutáveis na organização e estrutura social vigente.

Portanto, não cabe as IES privadas questioná-las, mas sim incrementar o espaço do trabalho com conteúdos e competências que naturalizam a linguagem e cultura empreendedorista e neoliberal. Como exemplo dessa omissão alienante cita-se a oferta de cursos de graduação pelas IES privadas que carregam em suas práticas profissionais o espírito empreendedor e, em contrapartida pouco refletem sobre o peso estrutural do desemprego e precarização do trabalho, tais como o trabalho autônomo, trabalhador pessoa jurídica, trabalho informal. Pelo contrário, a tônica do discurso é invertida pela positividade de se tornar um empreendedor de sucesso. De um sujeito capaz de assimilar, reduzir ameaças e tirar vantagens das oportunidades da arena da competição, minimizar as fraquezas e aumentar os pontos fortes das próprias competências e talentos, de lidar com desafios.

Ao contrário da lógica inclusiva e participacionista dos cidadãos, o mercado segmenta, exclui e distingue competitivamente a vida social pelo “sucesso” dos ganhadores e “fracasso” dos perdedores. Ao mesmo tempo, o mercado é indiferente à justiça e a ética, mas sim pode forjar discursos e adotar práticas que buscam enlaçar consumidores e responder, com ilusionismo publicitário sofisticado, corporações socialmente e ambientalmente justas e éticas.

A destruição criativa embutida no neoliberalismo nada mais é do que o esgarçamento das formas de solidariedade e da convivência humana. Baseia-se no incremento da cultura burguesa, com o aumento do ritmo de trabalho e na intensidade destrutiva de consumo, no enaltecimento da fugacidade como força motriz da economia e fundamento cultural, que exacerba o performativo individualista e consumista.

Caminhamos para uma educação superior com trabalhadores docentes que conhecem a qualidade como acepção de gestão com viés economicista-funcionalista, mas que não permite desenvolver educação com qualidade crítica e questionadora que pensa além da simples reprodução da força de trabalho. O domínio do lucro alcançou novos níveis: um trabalhador docente dócil, voluntarioso e funcionalista. A destruição criativa dos negócios está levando a uma destruição crítica da educação?

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2006.

_____. **Indústria cultural e sociedade**. Trad. Juba Elisabeth Levy et al. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Introdução à sociologia**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

_____. **Theodor Adorno**. (Org.) Gabriel Cohn Tradução de Flávio R. Kothe, Aldo Oriesti, Amélia Cohn. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, vol.24, n.57, p.113-126. Mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10.09.2019.

ALVARENGA, Darlan e TREVIZAN, Karina. Estácio anuncia 'demissão em massa' de professores, diz sindicato. **Portal G1**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/estacio-promove-demissao-em-massa-de-professores-diz-sindicato.ghtml>. Acesso em: 06.12.2017.

ALVES, Giovanni. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. **Blog da Boitempo**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 10.09.2016.

ALVES, Giovanni. **O Novo e Precário Mundo do Trabalho** – Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. 2 ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

AMORIM, Lucas. O que as demissões da Estácio revelam sobre o setor. **Revista Exame**. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/o-que-as-demissoes-da-estacio-revelam-sobre-o-setor/> Acesso em: 1ª.02.2018.

AMORIM, Lucas. O segredo para entender a queda dos grupos de ensino. **Revista Exame**. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/para-entender-a-queda-dos-grupos-de-ensino-olhe-para-2015/>. Acesso em: 05.08.2019.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, [1995] 2012. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2005.

_____. A Era da Informatização e a época da Informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

_____. **Os sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: Nova Era da Precarização Estrutural do Trabalho? (In) ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. (Org.) **Infoproletários – degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

APPLE, Michael W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz T. (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**: visões críticas. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994.

_____. **Para além da lógica do mercado** – compreendendo-se e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2005.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

A SOCIOLOGIA de Weber. Produção de Logo on Editora Multimídia. São Paulo: CPFL Cultura, 2003. 1 DVD, son. color.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea (REC)**, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987. p. 53-132.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A Sociologia da Capacidade Crítica**. Tradução de Marcos Aquino Soares do artigo “*The Sociology of Critical Capacity*”, publicado em *European Journal of Social Theory* 2, 1999. p. 359-377.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, Dez. 2007.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 maio. 2017.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 11 ed. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, [1995] 2012. p.63-118.

_____. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina”. In: GENTILI, P. e SADER, E. (orgs.) **Pós-Neoliberalismo II**. Que Estado para que democracia? 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, [1999] 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria geral do sistema de ensino. 3a. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

_____. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998.

_____. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas, São Paulo: Ed. Papyrus, 2000.

_____. **Poder Simbólico**. 15 ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre e Wacquant, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. In: _____. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12.09.2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996b.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1996.htm. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. Presidência da República. Câmara de Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Brasília, nov. 1995. 68p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf/view>. Acesso em: 21.03.2018.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: Acesso em 28 out. 2011 Decreto Nº 6.096 de 21.03.2017.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Da administração burocrática à gerencial**. Revista do Serviço Público, v. 47, n. 1, 1996.

_____. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: _____. **Cadernos MARE da reforma do estado**; v. 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p.

_____. **O governo Dilma frente ao “tripé-econômico” e a direita liberal dependente**. CEBRAP, Nº 95, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. 8 ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2005.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. A sociologia e suas fronteiras com outras fronteiras, com outras disciplinas científicas. In: ADORNO, Sérgio (org). **A sociedade entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

CAVALCANTI, Glaucete. **Yduqs, que controla a Estácio, compra dona da Ibmecc por R\$ 1,9 bilhão**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/yduqs-que-controla-estacio-compra-dona-da-ibmec-por-19-bilhao-24031177>. Acesso em: 21.10.2019

CERIONI, Clara. **Em entrevista à BBC, ex-presidente elogiou atual governo por dar "continuidade" a seu programa, que inclui reforma da Previdência e reforma tributária**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/temer-governo-bolsonaro-vai-bem-porque-esta-dando-sequencia-ao-meu/>. Acesso em: 22.07.2019.

COHN, Gabriel. (org.). **Weber**. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

CROZIER, Michel. **A sociedade bloqueada**. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3 ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2005.

COUTIHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In.: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson; COMPARATO, Fábio Konder; OLIVEIRA, Francisco de. Como pensar?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 54, p. 87-132, 2001.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452001000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28. 10. 2019.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior, 4 (3). A Universidade Operacional. In: **Folha de São Paulo/Caderno Mais**. 09.05.1999. São Paulo, 1999. Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 08.10.2019.

DAROS, Marcia da Mota. **O programa brasileiro da qualidade e produtividade: uma análise de política**. 1997. 125f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.
Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286721>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

DAVIS, Kingley e MOORE, Wilbert E. Alguns princípios de estratificação. In: O. Velho et al. (orgs) **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1945] 1976. p. 115-132.

DOWBOR, Ladislau et al. organizadores. **Desafios do trabalho**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

DRUCKER, Peter F. **A Administração da Próxima Sociedade**. São Paulo: Ed. Nobel, 2003.

DRUCKER, Peter F. **A Administração na próxima sociedade**. São Paulo: Ed. Nobel, 2002.

ENSINO SUPERIOR. **Educação é ativo para aluno.** Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/educacao-e-ativo-para-aluno/>. Acesso em: 1ª.02.2018.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: **Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes: clássicos sobre a revolução brasileira.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, [1966] 2011.

FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo e gerenciamento:** processos distintos, porém complementares. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 40, n. 3, p. 8-17, Set. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902000000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27.08.2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Para FHC, crítica revela ‘neobobismo’.** São Paulo. 25 mar 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc250325.htm>. Acesso em: 09.08.2018.

FRIGOTTO, G. Os Delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional In: GENTILI, P. (org.) **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995. p. 77-108.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALEAZZI, Irene; HOLZMANN, Lorena. Precarização. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. (Orgs.) **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: Zouk, 2011.

GARCIA, Gustavo. **Desde 1995, Temer é o presidente que, em média, mais edita medidas provisórias.** O Globo, 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/desde-fhc-temer-e-o-presidente-que-em-media-mais-edita-medidas-provisorias.ghtml>>. Acesso em: 05.10.2019.

GARCIA, Sandro Ruduit. **Terceirização.** In. CATTANI. A. D. ; HOLZMANN L. (Org.) Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre, RS: Ed. Zouk, 2011.

GENTILLI, Pablo. Adeus à escola pública a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: **Pedagogia da exclusão:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. Michael W. Apple...[et.al.]; Pablo Gentilli (org.). 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [1995] 2013.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria social:** encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo.** Tradução de Gabriel Bogossian. Introdução de Ruy Braga. Revisão técnica e notas de Alvaro Bianchi. São Paulo: Hedra, 2010.

HAMEL, G.; PRAHALAD C. K. **Competindo pelo futuro:** estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1995.

HAMMER, Michael. **Além da reengenharia:** como organizações orientadas para processos estão mudando nosso trabalho e nossas vidas. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues e Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. (Orgs.). **Temas básicos da sociologia**. Tradução de Alvaro Cabral. São Paulo: Ed. Cultrix, [1956], 1978.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 19 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse estatística da educação superior (1995 – 2018). Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 05.11.2019.

ISTO É. Gigantes da educação. Disponível em: https://istoe.com.br/294090_GIGANTES+DA+EDUCACAO/. Acesso em: 05.08.2016.

JASPERS, Karl. **Método e visão do mundo em Weber**. In: COHN, Gabriel. Sociologia: para ler os clássicos. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

KAPLAN, R. S. e NORTON, D.P. **A Estratégia em Ação: *Balanced Scorecard***. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008.

LAZARTE, Rolando. **Max Weber: ciência e valores**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil vol. III**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

LINHART, Danièle. **O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso**. Trabalho & Educação. Belo Horizonte, n. 7, jul. – dez, 2000. p. 24-36.

LEHER, Roberto. **Programa Universidade para Todos: democratizar ou massificar? *Le Monde Diplomatique***, 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/programa-universidade-para-todos-democratizar-ou-mercantilizar/>. Acesso em: 14.12.2018.

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta-Fapesp, 1994.

MANCEBO, Deise. Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). In: **37ª reunião da Anped**. Florianópolis, SC. 2015, ref. GT11 - Política da Educação Superior.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente e produção de conhecimento. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v.25, p. 519-526, 2006.

MARTELLO, Alexandro. Propostas de reforma tributária mantêm inalterado peso dos impostos sobre o consumo, 2019. **Portal G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/25/propostas-de-reforma-tributaria-mantem-inalterado-peso-dos-impostos-sobre-o-consumo.ghtml>>. Acesso em: 11.10.2019.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

_____. **O capital: crítica da economia política livro 1. Tomo 2**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas).

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**; organização e introdução de Oswaldo Coggiola; 1ª ed. revista. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

MÉSZAROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. Unesp, [1987] 1999.

MILLS, C. Wright. **A nova classe média**. trad. de Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **A elite do poder**. trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. **A imaginação sociológica**. trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

_____. **Poder e Política**. trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

_____. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009.

_____. **Wright Mills: sociologia**. trad. de Aldo Bochini Neto e Mitsue Morissawa. São Paulo: Ed. Ática, 1985.

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. In **Lutas Sociais** n8, p53-64, 2002. Disponível em: www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf. Acesso em: 15.05.2015.

MOURA, Marcelo. Maior grupo de educação do país, Kroton vira Cogna e se divide em quatro. **Época Negócios** (2019). Rio de Janeiro. 07.10.2019. Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-kroton-vira-cogna-e-se-divide-em-quatro.html>. Acesso em: 02.01.2020.

NETTO, José Paulo. Repensando o Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 11 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, [1995] 2012.

NOZAKI, William. A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro. **Le monde diplomatique Brasil**. Observatório da economia contemporânea. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/>. Acesso em: 02.09.2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v.25, n.89, p.1127-1144, Dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Mar. 2015.

OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil** – desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Francisco A. de. O surgimento do antivalor: capital, fora de trabalho e fundo público. In: OLIVEIRA, F. A. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998. p. 19-48. (Coleção Zero à Esquerda).

PASTORE, José. **Flexibilidade dos Mercados de Trabalho e contratação coletiva**. São Paulo: LTR Editora Ltda, 1995.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, Mar. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22.08.2019.

PEREZ, Fabíola. **Gigantes da educação**. Revista Isto É. São Paulo, 21.01.2016. Edição 2481. Caderno & Negócios. Disponível em: http://isto.com.br/294090_Gigantes_da_educacao. Acesso em: 05.08.2016.

PINCHOT III, Gifford. **Intrapreneuring**: Por que você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor. São Paulo: Ed. Harbra, 1989.

POCHMANN, Marcio. Temer, o impopular: o que mudou no país em dois anos e meio de governo. Entrevista concedida a Wellington Ramalhoso. **UOL**, em 30.12.2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/30/temer-o-impopular-o-que-mudou-no-pais-em-dois-anos-de-governo.htm>. Acesso em: 02.01.2019.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, n. 139, p. 309-330, Jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20.05.2018.

_____. **O emprego na globalização**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um Toque de Clássicos**. 2. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

REIS, Eduardo J. F. Borges dos et al. Docência e exaustão emocional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, Abr. 2006.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03.04.2015.

REVISTA ENSINO SUPERIOR. **Educação é ativo para aluno**. Disponível em: <https://www.revistaeducacao.com.br/educacao-e-ativo-para-aluno>. Acesso em: 05.08.2016

REVISTA ENSINO SUPERIOR. **Kroton compra startups de educação**. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/kroton-startups-educacao/>. Acesso em: 05.08.2019.

RODRIGUES, Claudia Heloisa Ribeiro; SANTOS, Fernando César Almada. Empowerment: ciclo de implementação, dimensões e tipologia. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 237-249, dez. 2001.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2001000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10.06.2018.

RUSSO, Mario. **Privatizações ganharam força a partir dos anos 90**. **O Globo**, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/privatizacoes-ganharam-forca-partir-dos-anos-90-10448501>. Acesso em: 13.10.2019.

SALATI, Paula. **Gigantes do setor de Educação investem em aquisições para melhorar resultados**. **Economia UOL**, 2019 Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/investing/2019/11/14/gigantes-do-setor-de-educacao-investem-em-aquisicoes-para-melhorar-resultados>. Acesso em: 14.11.2019.

SALERNO, Mário S. Produção, trabalho e participação: CCQ e *kanban* numa nova imigração japonesa. In: FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. **Processo e relações de trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985. p. 179 – 202.

SALLUM JR., Brasília; CASAROS, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05.09.2019.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade no Século XXI**. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 46, p. 229-244, Dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000400016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03.04.2015.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. **Educação e desenvolvimento que relação é essa?** Dossiê Trabalho & Educação. Belo Horizonte. v. 23, n. 1. jan-abr. 3ª unidade. 2014; p. 219-238.

SAVIANI, Demerval. **A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades**. Poíesis Pedagógica – v.8, N.2 ago/dez. 2010; p. 4-17. Online. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035> acesso em 11.10.2019.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SEMESP. **Semesp lança mapa do ensino superior no brasil 2019**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/imprensa/semesp-mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2019/>. Acesso em: 15.01.2020.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. 21 ed. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 2006.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 10 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

SENNETT, Richard. **A cultura no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. **A Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

_____. **Universidade pública estatal: entre o público e privado/mercantil**. Educ. Soc. [online]. 2005, vol.26, n.90, p.191-222. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10.10.2019.

_____. **Educação Superior no Brasil**. Democratização ou massificação mercantil? Educ. Soc. [online]. vol. 36, n. 133. 2015. p. 867-889. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000400867&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10.10.2019.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 78-94, Dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06.09.2019.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUZA, Jessé de. A Atualidade de Max Weber no Brasil. **Revista CULT**, nº124, ano 11, p. 42-46, 2008.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo**; as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, [1995] 2012. p. 39-50.

_____. As teorias do Estado e seus desafios no fim de século. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, [1999] 2004. p. 79-89.

THOMPSON, Eric Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Enrique de la Garza. La flexibilidade del trabajo em América Latina. **Revista Latinoamericana de Estudios del trabajo**. Ano 3 nº 5, 1997. p. 80 - 92.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

_____. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

_____. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

_____. **A Psicofísica do Trabalho Industrial**. (Serie Ciências Sociais na Administração, Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração, FGV-EAESP). São Paulo: Alphagraphics, 2009.

_____. **Ciência e Política: duas vocações**. 3 ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

_____. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Ed. Centauros, 2002.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4 ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012.

_____. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos-LTC, 2002.

_____. **Os fundamentos da organização burocrática**: uma construção do tipo ideal. (in) Sociologia da Burocracia. Org. introd. e trad. Edmundo Campos. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976.

WOLF, Simone. O “Trabalho Informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. (In) ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. (Org.) **Infoproletários – degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classes**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº17. Brasília, Maio - Agosto de 2015, p. 121-163.

UNIVERSIA. IES privadas abrem capital para ampliar alcance – Primeiras quatro IES a lançar ações captaram R\$ 1,7 bi com papeis. 23/11/2009. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=9632 – Acesso em: 28.08.2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO – TRABALHADOR DOCENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – IFCH/UFPA SOBRE A PESQUISA

Prezado (a) Professor (a),

A pesquisa que estamos realizando procura compreender como o **docente universitário da (s) Instituição (ões) de Ensino Superior Privada (s)** se relaciona com aspectos laborais, no que concerne o seu ofício e a gestão e como essas atividades repercutem na sua vida em um âmbito pessoal, familiar e também profissional.

Trata-se de uma pesquisa do Doutorado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Sabemos que o tempo dos professores em geral é bastante escasso, mas contamos com a sua colaboração, pois disto depende o êxito da nossa pesquisa.

SIGILO

Todas as informações coletadas neste estudo serão mantidas em sigilo. Garantimos-lhe que você ou qualquer membro da equipe docente não serão identificados em qualquer publicação sobre os resultados do estudo.

É importante que você se sinta seguro e seja o mais sincero possível. Por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta, tendo em vista que a sua resposta é insubstituível.

SOBRE ESTE QUESTIONÁRIO

- Este questionário solicita informações sobre o trabalho docente e gestão do ensino superior.
- O tempo estimado para preenchimento deste questionário é de, aproximadamente, 30 minutos.
- Quando a questão se referir a “IES”, entenda como “Instituição de Ensino Superior que o (a) senhor (a) trabalha”.
- As orientações para responder às perguntas estão digitadas em itálico. Para responder a maioria das perguntas, deve-se preencher a resposta mais apropriada.
- Se tiver dúvida sobre qualquer aspecto do questionário, ou se quiser informações adicionais sobre o estudo, por favor entre em contato com a Coordenação da Pesquisa, professor Edson Paiva, ligando para (91) 99152-6285 ou enviando um e-mail para: ppgcs.edsonpaiva@gmail.com

Agradeço sua colaboração, que deverá ser consentida, no Termo de consentimento. Agradeço sua atenção e disponibilidade. (Professor Edson Paiva)



PARTE 1 - DADOS BÁSICOS				
1) Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino 2) Idade: ☐ Até 24 anos ☐ 25-29 ☐ 30-39 ☐ 40-49 ☐ 50-59 ☐ A partir de 60	3) Estado Civil: ☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Viúvo ☐ Divorciado ☐ Outro	4) Qual a sua última titulação concluída? ☐ Graduação ☐ Especialização ☐ _____ Mestrado. _____ Ano de conclusão ☐ _____ Mestrado não reconhecido pela Capes _____ Ano ☐ _____ Doutorado. _____ Ano de conclusão ☐ _____ Doutorado não reconhecido pela Capes _____ Ano ☐ Pós-doutorado	5) Cor ou raça: ☐ Indígena ☐ Preto ☐ Pardo ☐ Amarelo ☐ Branco	6) Filho (s): ☐ não ☐ um filho ☐ dois filhos ☐ três filhos ☐ quatro filhos ☐ cinco ou mais filhos
7) Reside com: ☐ Pais e/ou irmãos ☐ Esposo (a)/Companheiro (a) ☐ Parentes ☐ Sozinho ☐ Amigo (a)/ Colega (s)		8) O imóvel que o (a) senhor (a) reside é: ☐ Próprio ☐ Alugado ☐ Familiares ☐ Amigo (a)/ Colega (s)	9) Reside em qual bairro / cidade? 	
10) O ensino <u>fundamental</u> foi realizado: ☐ completamente na rede pública ☐ a maior parte na rede pública ☐ completamente na rede privada ☐ a maior parte na rede privada		11) O ensino <u>médio</u> foi realizado: ☐ completamente na rede pública ☐ a maior parte na rede pública ☐ completamente na rede privada ☐ a maior parte na rede privada		
12) O ensino <u>superior</u> foi concluído em instituição: Pública: ☐ Federal ☐ Estadual ☐ Municipal Privada: ☐ Empresarial (há proprietário (s) pessoa jurídica) ☐ Comunitária (sem fins lucrativos diretos) ☐ Outros _____		13) Custeio majoritário do curso de graduação foi: ☐ Recursos próprios – pais/parentes ☐ Recursos próprios – renda própria ☐ Financiamento público (FIES) ¹ ☐ Financiamento público (Prouni) ² ☐ Outros _____		
14) Tempo de formado na graduação: ☐ até 2 anos ☐ 2-4 anos ☐ 4-6 anos ☐ 6-8 anos ☐ 8-10 ano ☐ Acima de 10 anos		15) Participa ou já participou de algum movimento social? a) Movimento estudantil ☐ sim ☐ não b) Movimento da categoria profissional ☐ sim ☐ não c) Movimento voluntário ☐ sim ☐ não d) Movimento sindical ☐ sim ☐ não		

¹ Programa de Financiamento Estudantil

² Programa Universidade para Todos

	e) Outro _____
16) Qual a escolaridade do seu pai? ☐ Fundamental incompleto ☐ Fundamental completo ☐ Médio incompleto ☐ Médio completo ☐ Superior incompleto ☐ Superior completo Qual a profissão dele?	17) Qual a escolaridade da sua mãe? ☐ Fundamental incompleto ☐ Fundamental completo ☐ Médio incompleto ☐ Médio completo ☐ Superior incompleto ☐ Superior completo Qual a profissão dela?

PARTE 2 – DADOS OCUPACIONAIS							
18) Instituição de Ensino Superior (IES) Privado com vínculo empregatício	Tempo de serviço (anos)	Ocupa atualmente alguma chefia?		Regime de trabalho			
				Tempo integral com dedicação exclusiva (40 horas)	Tempo integral sem dedicação exclusiva (40 horas)	Tempo parcial (20 horas)	Horista (Abaixo de 20 horas)
Nome da IES		Sim	Não				
1)							
2)							
3)							
4)							
19) Curso (s) que ministra disciplina:							
20) Turno (s) que o (a) sr. (ª) trabalha como docente? ☐ M ☐ T ☐ N ☐ M/T ☐ M/N ☐ T/ N ☐ M/T/N							
21) Há quanto tempo o (a) senhor (a) é professor (a) do Magistério Superior? <i>Se possível, exclua períodos prolongados de ausência (como, por exemplo, interrupções na carreira docente)</i> ☐ Este é meu primeiro ano ☐ 1-2 anos ☐ 3-5 anos ☐ 6-10 anos ☐ 11-15 anos ☐ 16-20 anos ☐ Há mais de 20 anos							
22) Realiza outra atividade profissional? ☐ Sim ☐ Não							
23) Em caso afirmativo assinale a opção que melhor reflete a sua realidade: ☐ Empresário (a) na mesma área de conhecimento da docência ☐ Empresário (a) de outra área ☐ Profissional liberal na área de conhecimento da docência ☐ Profissional liberal de outra área ☐ Funcionário (a) público na área de conhecimento da docência. ☐ Funcionário (a) público de outra área ☐ Funcionário (a) de empresa privada na área de conhecimento da docência ☐ Funcionário (a) de empresa privada de outra área ☐ Outro _____							
24) Qual a sua carga horária semanal em outra atividade profissional? ☐ Até 10 horas ☐ de 11 a 20 horas ☐ de 21 a 30 horas ☐ de 31 a 40 horas ☐ acima de 40							

horas	
25) Qual sua área de atuação? a) Ciências Exatas e da Terra e) Ciências Agrárias i) Outros _____ b) Ciências Biológicas f) Ciências Sociais Aplicadas c) Engenharias g) Ciências Humanas d) Ciências da Saúde h) Linguística, Letras e Artes	
26) Qual sua faixa de renda familiar mensal? ☐ Menos 3 salários mínimos ☐ Acima de 9 e até 11 salários mínimos ☐ De 3 até 5 salários mínimos ☐ Acima de 11 e até 13 salários mínimos ☐ Acima de 5 até 7 salários mínimos ☐ Superior a 13 salários mínimos ☐ Acima de 7 até 9 salários mínimos	
27) Desde quando pensou em ser professor universitário? ☐ Antes de entrar no ensino superior ☐ Durante a realização do curso de graduação ☐ Ao realizar um curso de pós-graduação ☐ Após estar inserido (a) no mercado de trabalho ☐ Nunca pensei	
28) Qual o motivo principal para a escolha da docência universitária? ☐ Influência da família ☐ Influência de amigos ☐ Possibilidade de trabalho/emprego ☐ Sempre foi a profissão desejada ☐ Outro (s) _____	

PARTE 3 – VÍNCULO COM A ORGANIZAÇÃO

29) Avalie o grau de importância em relação aos atributos necessários para a permanência do docente na IES, de acordo com a escala a seguir:

1 - Discordo totalmente	3 – Concordo
2 – Discordo	4 – Concordo totalmente

a) Apresenta competência técnica	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
b) Ter experiência profissional	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
c) Currículo com titulação (ões) relevante (s), como exemplo Mestrado ou Doutorado	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
d) Redes profissionais fora da IES (<i>network</i>)	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
e) Produtividade científica	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
f) Comportamento colaborativo	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
g) Obediência às regras formais e informais da IES	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
h) Ter disponibilidade de tempo para atividades como planejamento e organização acadêmica	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
i) Apresentar pró-atividade	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
j) Cumprimento de prazos	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
l) Ter um bom relacionamento interpessoal com os discentes.	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
m) Ter um bom relacionamento interpessoal com os docentes e	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐

demais funcionários da IES				
n) Ter um bom relacionamento interpessoal com os gestores acadêmicos, coordenação (ões), direção	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
o) Ter capacidade de ministrar diferentes tipos de disciplinas	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
p) Apresentar ideias	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐

30) Levando em conta a sua percepção em relação à Instituição de Ensino Superior (IES) vinculada, responda as afirmativas abaixo de acordo com a escala a seguir:

1 - Discordo totalmente	3 – Concordo
2 – Discordo	4 – Concordo totalmente

a) Procuo sempre atingir as metas da IES, com intuito de evitar sanções dessa.	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
b) As metas da IES são possíveis de serem alcançadas dentro da carga horária remunerada de trabalho	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
c) A IES avalia a performance dos docentes através de indicadores	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
d) A IES estimula um clima de competitividade formal e informal entre os docentes para que tenham os melhores desempenhos	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
e) Sou reconhecido por todos na IES como um membro do grupo.	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
f) A IES reconhece formalmente ou informalmente os docentes que alcançaram os melhores desempenhos	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
g) O quanto eu me esforço pelos objetivos desta IES é proporcional a quanto será minha recompensa.	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
h) Na IES que trabalho as regras e normas de trabalho são claras, assim como suas formas de sanções.	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
i) Na situação atual, ficar na IES é na realidade mais uma necessidade do que um desejo.	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
j) Farei sempre o possível em meu trabalho para me manter neste emprego.	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
l) Se eu decidisse deixar a IES agora, minha vida ficaria bastante desestruturada.	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
m) Teria poucas alternativas de trabalho se deixasse esta IES.	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
n) Há uma Política institucional para a formação de pesquisadores e profissionais para o magistério superior na IES que estou vinculado	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
o) Há Plano de Carreira	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
p) A IES dá oportunidades de ascensão na carreira	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
q) Condições adequadas de espaço físico para a realização do trabalho docente	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
r) Sente-se seguro (a) em permanecer trabalhando na Instituição	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
s) Os equipamentos e materiais fornecidos pela IES são suficientes para a realização do trabalho de ensino, pesquisa e extensão	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
t) As formas de controle e supervisão sobre a produtividade docente são adequadas (frequência, assiduidade, participação, desempenho profissional)	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
u) Tem autonomia para planejar, organizar, dirigir e controlar a disciplina ministrada	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
x) O nível de exigência para aquisição de novas competências aumentou pela IES	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
y) Os prazos estabelecidos pela IES são adequados para o cumprimento das atividades pelos docentes	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
z) Já precisou ministrar disciplina mesmo impossibilitado por razões pessoais para não prejudicar o relacionamento profissional com a	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐

IES				
-----	--	--	--	--

31) Avalie qual a intensidade de exigência que a (s) Instituições de Ensino Superior faz (em) sobre o trabalho do (a) senhor (a), a partir da seguinte escala:

1 – Nada 2 – Pouco	3 – Médio 4 – Muito
-------------------------------------	--------------------------------------

a) Lançamento de frequência	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
b) Elaboração de prova	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
c) Lançamento de notas	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
d) Participação em reuniões acadêmicas	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
e) Assiduidade	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
f) Pontualidade	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
g) Retenção dos acadêmicos	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
h) Elaboração e/ou atualização do Plano de Ensino	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
i) Empatia com os discentes	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
j) Comprometimento com a IES	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
l) Disciplina com os prazos	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
m) Organização	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
n) Ser participativo	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
o) Investir na carreira (titulação maior, produção científica, qualificação)	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
p) Desempenho em sala de aula	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
q) Ter um perfil solucionador e inovador	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
r) Adaptação de modelos de avaliação à exames, como o ENADE ³	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐

32) Em que medida as seguintes atribuições ocupam a sua carga de trabalho, a partir da seguinte escala:

1 – Nada 2 – Pouco	3 – Médio 4 – Muito
-------------------------------------	--------------------------------------

a) Aulas presenciais	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
b) Pesquisa	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
c) Orientações	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
d) Extensão	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
e) Ensino à distância	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐

33) Em que medida as seguintes atividades específicas ocupam a sua carga de trabalho?

1 – Nada 2 – Pouco	3 – Médio 4 – Muito
-------------------------------------	--------------------------------------

a) Elaborar aulas	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
b) Elaboração de material didático	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
c) Atividades complementares ao material didático	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
d) Elaboração de provas	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐

³ Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

e) Correção de provas	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
f) Lançamento de frequência acadêmica	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
g) Lançamento de notas	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
h) Orientação de trabalhos acadêmicos	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
i) Organização e participação de eventos	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
j) Preenchimento de relatórios	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐
l) Elaboração de cursos de extensão	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐

34) Qual a sua carga horária semestral na realização das atividades específicas da **pergunta 33**:

☐ Até 10 horas ☐ de 11 a 20 horas ☐ de 21 a 30 horas ☐ de 31 a 40 horas ☐ acima de 40 horas

PARTE 4 - VÍNCULO COM A CARREIRA

35) Nos últimos 18 meses, você participou de qualquer um dos seguintes tipos de atividades de desenvolvimento profissional e qual foi o impacto dessas atividades no seu aprimoramento profissional como professor?

Para cada item abaixo, por favor, marque uma alternativa na parte (A). Se a resposta foi “Sim” na parte (A), então marque uma alternativa na parte (B) para indicar o impacto que isto teve em seu aprimoramento profissional como professor.

	(A) Participação		(B) Impacto			
	Sim	Não	Nenhum impacto	Impacto pequeno	Impacto moderado	Grande impacto
a) Cursos/ oficinas de trabalho (por exemplo, sobre disciplinas ou métodos e/ou outros tópicos relacionados à educação ou um tópico de seu interesse profissional)						
b) Conferências ou seminários sobre educação um tópico de seu interesse profissional						
c) Programa de qualificação (como, por exemplo, um curso em nível de graduação ou pós-graduação que ofereça diploma ou certificado)						
d) Visita de observação técnica						
e) Participação em uma rede de professores (<i>network</i>) formada especificamente para o desenvolvimento profissional dos professores						
f) Pesquisa individual ou em colaboração sobre um tópico de seu interesse profissional						
g) Orientação e/ou observação feita por um colega e supervisão, organizadas formalmente pela IES						

36) No decorrer dos últimos 18 meses, qual foi a carga horária total do desenvolvimento profissional de que o (a) senhor (a) participou? Arredonde para números inteiros (horas). Escreva 0 (zero), se não participou de nenhum desenvolvimento profissional.

_____ horas

37) Desta carga horária, em quantas horas o (a) senhor (a) foi obrigado (a) a participar como parte de suas atividades docentes? Arredonde para números inteiros (horas). Escreva 0 (zero), se não houve participação obrigatória.

_____ horas

38) Para o desenvolvimento profissional do qual você participou, nos últimos 18 meses, quanto o (a) senhor (a) mesmo (a) teve que pagar?

Por favor, marque apenas uma alternativa.

☐ Nada ☐ Uma parte ☐ Tudo ☐

39) Do desenvolvimento profissional em que você participou, nos últimos 18 meses, houve dispensa da IES, durante o período regular de trabalho, para frequentá-lo?

Por favor, marque apenas uma alternativa.

☐ Sim ☐ Não ☐ Não aconteceu durante o horário regular de trabalho ☐

40) A instituição em que você trabalha tem uma política de incentivo a carreira docente? qual?

☐ Sim ☐ Não Especifique: _____

41) Considera-se valorizado socialmente por ser docente?

☐ Sempre ☐ Algumas vezes ☐ Raramente ☐ Nunca

42) Sente-se apoiado pela família para o exercício da atividade docente?

☐ Sempre ☐ Algumas vezes ☐ Raramente ☐ Nunca

43) Pensa em abandonar a carreira docente?

☐ Sempre ☐ Algumas vezes ☐ Raramente ☐ Nunca

PARTE 5 – LAZER

44) Quais são suas principais formas de lazer?

☐ Cinema	☐ Teatro	☐ Praticar esportes	☐ Outra (s)
☐ Ouvir música	☐ Ler	☐ Dançar	_____
☐ Assistir TV	☐ Clube	☐ Computador/Internet	
☐ Assistir a filmes	☐ Ir a Shopping	☐ Estar com a família	
☐ Trabalhos Manuais	☐ Fazer compras	☐ Não tenho	

45) Com que frequência?

☐ Sempre ☐ Algumas vezes ☐ Nunca
☐ Frequentemente ☐ Raramente

46) Atribua pontos de 1 (menor tempo dedicado) a 5 (maior tempo dedicado) para indicar o tempo dedicado as seguintes áreas na sua vida:

- _____ Meu lazer (hobbies, esportes, recreação e contatos com amigos)
- _____ Minha comunidade (organizações voluntárias, sindicatos, organizações políticas)
- _____ Meu trabalho
- _____ Minha religião (atividades e crenças religiosas)
- _____ Minha família

PARTE 6 – SAÚDE

47) A seguir o (a) senhor (a) encontrará uma série de afirmações que irá nos auxiliar a compreender o seu **estado de saúde**. Indique no espaço, assinalando com um X a **letra** que corresponde à sua posição frente ao item, utilizando a seguinte escala:

A – Sempre	C – Raramente
B – Algumas vezes	D – Nunca

a) Sente-se cansado (a)	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
b) Cansa-se com facilidade	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
c) Encontra dificuldades para tomar decisões	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
d) Encontra dificuldades para realizar satisfatoriamente suas atividades	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
e) Sente-se nervoso (a), tenso (a) ou preocupado (a)	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
f) Irrita-se com facilidade	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
g) Sente-se triste	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
h) Distúrbios do sono	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
i) Apresenta problemas posturais	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
j) Problemas vocais	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
l) Apresenta problemas com a pressão arterial	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
m) Lesão por esforço repetitivo	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
n) Stress	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
o) Tendinites	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
p) Alterações da atenção e memória	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
q) Agressividade	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
r) Problema Cardíaco	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
s) Sente-se ansioso	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
t) Desenvolveu alguma mania de organização ou perfeição?	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
u) Realiza atividade física	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
v) Faz uma alimentação saudável	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐
x) Faz uso de medicação	A ☐	B ☐	C ☐	D ☐

Caso seja necessário para o aprofundamento da referida pesquisa, o (a) senhor (a) teria disponibilidade para realização de entrevista?

☐ Sim ☐ Não

O (A) senhor (a) gostaria de receber informações sobre os resultados da pesquisa?

☐ Sim ☐ Não

Caso a resposta da última indagação seja afirmativa, por gentileza informe o seu contato:

Nome, fone, e-mail: _____

APENDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A pesquisa que estamos realizando procura compreender como o **docente universitário da (s) Instituição (ões) de Ensino Superior Privada (s) - IES** se relaciona com aspectos laborais, no que concerne o seu ofício e a gestão e como essas atividades repercutem na sua vida em um âmbito pessoal, familiar e também profissional.

Trata-se de uma pesquisa do Doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, tendo como *locus* de pesquisa as Instituições de Ensino Superior Privadas localizadas na capital paraense. O universo da pesquisa será os professores das IES privadas, gestores das IES privadas e representantes sindicais dos trabalhadores docentes de IES privadas, com base em método quantitativo e qualitativo.

A minha participação no referido estudo será no sentido de descrever aspectos relacionados: a minha história pessoal, formação profissional, o processo de gestão e a atividade docente, lazer e saúde.

Também fui informado de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar.

Caso tenha dúvida sobre qualquer aspecto da entrevista, ou se quiser informações adicionais sobre o estudo, poderei manter contato com a Coordenação da Pesquisa, Edson Paiva Soares Neto, pelo telefone/WhatsApp (91) 99152-6285 ou enviando um e-mail para: ppqcs.edsonpaiva@gmail.com ou pelo endereço institucional a qual a pesquisa está sendo supervisionada: Universidade Federal do Pará – Campus Setorial Básico - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Fone (91) 3201-8024

É assegurado acesso a informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de toda a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Autorizo a publicação das informações por mim fornecidas com a segurança de que não serei identificado e de que será mantido o caráter confidencial da informação relacionada com a minha privacidade. Tendo ciência do exposto acima, assino esse termo de consentimento.

Eu, _____
RG n. _____, abaixo assinado, concordo em participar deste estudo como entrevistado (a), nos termos acima expostos.

Belém-Pará, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

APENDICE C – COMUNICAÇÃO VISUAL DA PESQUISA DE CAMPO

PESQUISA DE CAMPO 2016

Pesquisa

O TRABALHO DOCENTE E A EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA

BELÉM - PARÁ / 2016

Participe

ppgcs.edsonpaiva@gmail.com
Fone/zap: (91) 99152-6285

Responda


Formulário Impresso | Link Eletrônico

"Que o futuro nos traga dias melhores e a capacidade de construir a Universidade que está nos nosso corações, nas nossas mentes e nas nossas necessidades"
Florestan Fernandes

Público Alvo

Professores de Graduação Presencial das Instituições de Ensino Superior Privadas na Capital Paraense

Apoio



PESQUISA DE CAMPO 2017

Pesquisa

EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA E O TRABALHO DOCENTE

BELÉM - PARÁ / 2017

**Como a atividade docente
repercute na sua vida pessoal,
familiar e profissional?**

Público Alvo

Professores de Graduação Presencial das Instituições de Ensino Superior Privadas na Capital Paraense

Participe

Contato: ppgcs.edsonpaiva@gmail.com
Fone/zap: (91) 99152-6285

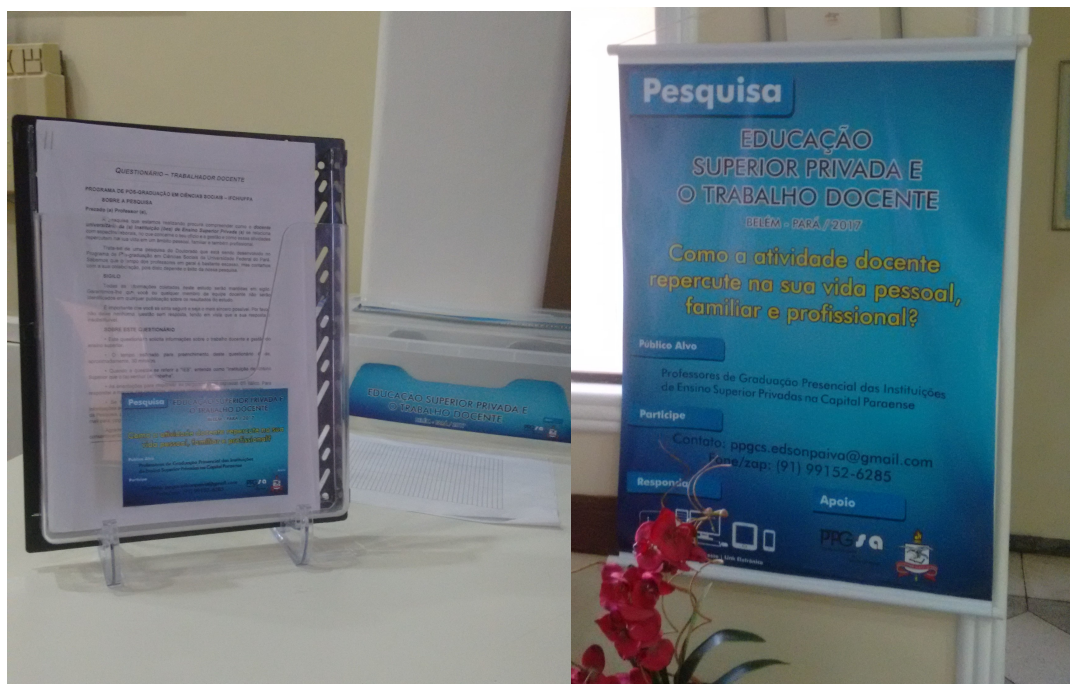
Responda


Formulário Impresso | Link Eletrônico

Apoio



Comunicação: Pesquisa de campo 2016 e 2017



Pesquisa de campo no Sindicato dos Professores no Estado do Pará - SINPRO
Pesquisa realizada, de forma presencial, em 05 IES da Região Metropolitana de Belém

QUESTIONÁRIO - TRABALHADOR DOCENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – IFCH/UFGA

SOBRE A PESQUISA

Prezado (a) Professor (a),

A pesquisa que estamos realizando procura compreender como o docente universitário da (s) Instituição (ões) de Ensino Superior Privada (s) se relaciona com aspectos laborais, no que concerne o seu ofício e a gestão e como essas atividades repercutem na sua vida em um âmbito pessoal, familiar e também profissional.

Trata-se de uma pesquisa do Doutorado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Sabemos que o tempo dos professores em geral é bastante escasso, mas contamos com a sua colaboração, pois disto depende o êxito da nossa pesquisa.

SIGILO

Todas as informações coletadas neste estudo serão mantidas em sigilo. Garantimos-lhe que você ou qualquer membro da equipe docente não serão identificados em qualquer publicação sobre os resultados do estudo.

É importante que você se sinta seguro e seja o mais sincero possível. Por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta, tendo em vista que a sua resposta é insubstituível.

SOBRE ESTE QUESTIONÁRIO

Este questionário solicita informações sobre o trabalho docente e gestão do ensino superior. O tempo estimado para preenchimento deste questionário é de, aproximadamente, 20 minutos. Quando a questão se referir a "IES", entenda como "Instituição de Ensino Superior que o (a)

Layout do formulário eletrônico – questionário – trabalhador docente

APENDICE D

IES PRIVADAS NA CAPITAL PARAENSE E A OFERTA DE CURSOS PRESENCIAIS

Instituição	Cursos Bacharelado e Licenciatura – Presencial ⁴ /início (ano)
UNAMA	Administração (1974), Ciências Contábeis (1974), Ciências Econômicas (1974), Direito (1974), Ciências Sociais (1980), Arquitetura e Urbanismo (1980), Engenharia Civil (1980), Licenciatura Matemática (1980), Licenciatura em Pedagogia (1980), Psicologia (1980), Serviço Social (1985), Licenciatura Letras Inglês (1988), Comunicação Social e Publicidade (1990), Lic. Letras – Espanhol (1996), Fonoaudiologia (1997), Ciência da Computação (1998), Secretariado Executivo (1998), Bacharelado e Licenciatura em Artes Visuais (1999), Fisioterapia (2000), Letras Língua Portuguesa (2002), Engenharia de Produção (2004), Moda (2007), Enfermagem (2008), Engenharia Ambiental e Sanitária (2008), Nutrição (2008), Terapia Ocupacional (2008), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2009), Lic. Ciências Biológicas (2012), Licenciatura em Geografia (2012), Licenciatura em História (2012), Jornalismo (2013), Agronomia (2015), Biomedicina (2015), Educação Física (2015), Engenharia Elétrica (2015), Engenharia Mecânica (2015), Geologia (2015), Medicina Veterinária (2015), Redes Internacionais (2015), Relações Internacionais (2015), Zootecnia (2015), Farmácia (2016), Odontologia (2016), Tecnológico: Design de Interiores (2001), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2009), Radiologia (2011), Gestão Ambiental (2014), Estética e Cosmética, Construção de Edifícios (2015), Design Gráfico (2015), Gastronomia (2015), Gestão da Qualidade (2015), Gestão de Recursos Humanos (2015), Marketing (2015), Segurança no Trabalho (2015), Gestão de serviços jurídicos e Notariais (2017), Gestão Comercial (2018), Coach Digital (2019), Coaching e Mentoring (2019), Coding (2019), Data Science (2019), Design Security (2019), Empreendedorismo Digital (2019), Filmmaker (2019), Game Design (2019), Service Design (2019), Podologia (2019), Streaming Profissional (2019).
Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA	Administração (1995), Ciências Contábeis (1995), Ciência da Computação (1998), Odontologia (1998), Direito (1999), Farmácia (2002), Nutrição (2002), Fisioterapia (2004), Enfermagem (2006), Medicina (2007), Engenharia de Produção (2007), Comunicação Social / Publicidade e Propaganda (2011), Engenharia da Computação (2012), Engenharia Civil (2019), Arquitetura e Urbanismo (2019), Psicologia (2019).
Faculade Ideal Wyden	Administração (2001), Ciências Contábeis (2001), Direito (2002), Engenharia Civil (2002), Pedagogia (2003), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2007), Arquitetura e Urbanismo (2012), Engenharia de Produção (2012), Engenharia de Controle e Automação (2015), Engenharia Elétrica (2015), Engenharia Mecânica (2015), Engenharia Ambiental e Sanitária (2016), Fisioterapia (2017), Sistemas de Informação (2017), Biomedicina (2018), Enfermagem (2018), Nutrição (2018), Ciência da

⁴ Situação ativa e em atividade

	Computação (2018), Educação Física (2019), Odontologia (2019), Psicologia (2019); Tecnológico: Processos Gerenciais (2007), Rede de Computadores (2007), Segurança da Informação (2016), Design Gráfico (2017), Jogos Digitais (2018), Design de Interiores (2016).
Faculdade Estácio de Belém (antigo IESAM)	Administração (2000), Ciências Contábeis (2000), Sistema de Informação (2000), Engenharia de Computação (2002), Engenharia de Controle e Automação (2004), Comunicação Social (2004), Design de Produto (2004), Engenharia Ambiental (2008), Engenharia Elétrica (2008), Engenharia Metalúrgica (2011), Engenharia Mecânica (2012), Engenharia Civil (2012), Engenharia de Produção (2012), Engenharia de Telecomunicações (2012), Arquitetura e Urbanismo (2013), Fisioterapia (2019), Nutrição (2019), Psicologia (2019) Tecnológicos: Segurança no Trabalho (2008), Manutenção Industrial (2008), Redes de Computadores (2009), Jogos Digitais (2011).
Estácio FAP	Administração (2002), Direito (2003), Ciências Contábeis (2007), Jornalismo (2005), Publicidade e Propaganda (2005), Sistemas de Informação (2012), Pedagogia (2018), Serviço Social (2018), Tecnológicos: Gestão de Recursos Humanos (2004), Redes de Computadores (2004), Design de Moda (2010), Design Gráfico (2019).
Faculdade de Estudo Avançados do Pará – FEAPA	Administração (2002), Ciências Contábeis (2002), Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (2002), Comunicação Social – Jornalismo (2005), Design (2005), Direito (2018)
Faculdade de Belém – FABEL	Administração (2005), Direito (2005)
Faculdade Pan Amazônica – FAPAN	Administração (2004), Ciências Contábeis (2004), Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (2004), Turismo (2004), Direito (2006), Enfermagem (2011), Ciência da Computação (2011), Serviço Social (2011), Engenharia de Produção (2014); Tecnológicos: Gestão Comercial (2009), Gestão Tecnológica da Informação (2009), Gestão de Recursos Humanos (2009), Gestão Hospitalar (2009), Estética e Cosmética (2015)
UNIFIBRA (Jan.2020)	Administração (2003), Licenciatura Pedagogia (2003), Biomedicina (2012), Direito (2005), Enfermagem (2012), Farmácia (2012), Licenciatura Geografia (2005), Licenciatura História (2005), Licenciatura Letras Português e Inglês (2003), Nutrição (2014), Odontologia (2016).
Escola Superior da Amazônia - ESAMAZ	Administração (2004), Lic. Letras (2004), Lic Letras Língua Portuguesa (2004), Enfermagem (2006), Geografia (2006), Licenciatura em Educação Física (2007), Fisioterapia (2007), Gestão da Qualidade (2007), Odontologia (2007), Ciências Sociais (2008), Farmácia (2009), Fonoaudiologia (2009), Nutrição (2009), Psicologia (2009), Terapia Ocupacional (2009), Arquitetura e Urbanismo (2018), Biomedicina (2018), Engenharia Elétrica (2018), Engenharia Mecânica (2018), Direito (2018), Medicina Veterinária (2018), Serviço Social (2010), Tecnológico: Gestão Ambiental (2006), Gestão de Segurança privada (2007), Gestão Hospitalar (2007), Rede de Computadores (2006),
Faculdade Paraense de	Administração (2009), Biomedicina (2019), Ciências Contábeis

Ensino – FAPEN	(2009), Comunicação Social (2010), Ciência da Computação (2011), Direito (2011), Enfermagem (2011), Engenharia Civil (2017), Fisioterapia (2017), Pedagogia (2018), Serviço Social (2018), Psicologia (2019),
UNIFAMAZ	Enfermagem (2007), Engenharia Ambiental e Sanitária (2007), Administração (2008), Ciências Contábeis (2008), Biomedicina (2011), Direito (2011), Gestão Ambiental (2011), Educação Física (2013), Engenharia Civil (2013), Engenharia de Produção (2013), Serviço Social (2013), Gestão de Recursos Humanos (2014), Medicina (2014), Arquitetura e Urbanismo (2016), Psicologia (2016), Odontologia (2017), Tecnológicos: Gestão Hospitalar (2008), Radiologia (2014).
Faculdade de Tecnologia e Desenvolvimento de Competências – FDC	Farmácia (2015), Engenharia de Produção (2016).
Faculdade Maurício de Nassau	Administração (2011), Ciências Contábeis (2011), Direito (2011), Educação Física (2011), Gestão Ambiental (2011), Radiologia (2014), Enfermagem (2015), Engenharia Ambiental e Sanitária (2015), Engenharia de Produção (2015), Engenharia Mecânica (2015), Engenharia Química (2015), Gastronomia (2015), Nutrição (2015), Odontologia (2015), Lic. Pedagogia (2015), Psicologia (2015), Engenharia Elétrica (2016), Engenharia Civil (2016), Farmácia (2016), Fisioterapia (2016), Biomedicina (2019); Tecnológico: Construção de Edifícios (2015), Gestão Comercial (2011), Gestão Financeira (2011), Gestão Hospitalar (2011), Rede de Computadores (2011), Gestão de Recursos Humanos (2012), Gestão Portuária (2015), Logística (2015), Marketing (2015).
Faculdade Cosmopolita	Farmácia (2015), Administração (2016), Biomedicina (2016), Enfermagem (2016), Engenharia Ambiental e Sanitária (2016), Engenharia Civil (2016), Engenharia Elétrica (2016), Fisioterapia (2016), Direito (2019),
Faculdade Estratego	Cursos não iniciados, apenas autorizados: Gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira
Faculdade Conhecimento e Ciência – FCC	Cursos não iniciados, apenas autorizados: Direito, Educação Física e Gestão Desportiva e de Lazer
Faculdade Integrada Da Amazônia (Finama)	Enfermagem (2019), Odontologia (2019), Pedagogia (2019) Tecnológico: Gestão de Recursos Humanos (2018), Gestão Hospitalar (2018),
Faculdade Integrada De Advocacia Da Amazônia – Fiama	Em Processo de credenciamento
Faculdade Dínamo Educação	Pedagogia (2019)

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do e-mec e sites das IES privadas.